UNIVERSIDADE DA SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PRÓGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Marcelo Rosanova Ferraro

**A ARQUITETURA DA ESCRAVIDÃO NAS CIDADES DO CAFÉ,
VASSOURAS, SÉCULO XIX**

São Paulo

2017

UNIVERSIDADE DA SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PRÓGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Marcelo Rosanova Ferraro

**A ARQUITETURA DA ESCRAVIDÃO NAS CIDADES DO CAFÉ,
VASSOURAS, SÉCULO XIX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social do Departamento de História
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese

São Paulo

2017

Resumo: A dissertação analisa a produção do espaço e da paisagem do município Vassouras no século XIX, com ênfase no espaço urbano. Centro da cafeicultura escravista fluminense e núcleo do Partido Conservador, a cidade foi um *lócus* privilegiado de sociabilidade das principais famílias, assim como da construção das instituições do Império em nível local. Tanto residências privadas quanto edifícios públicos foram veículos de estratégias das famílias dominantes, como monumentos à construção de sua identidade de classe e de suas conexões com a monarquia e o Império. Ao mesmo tempo, suas instituições políticas serviram à defesa do tráfico e do cativeiro, enquanto o judiciário foi disputado por múltiplos agentes sociais, prevalecendo o papel de manutenção da ordem senhorial. Vassouras foi o resultado de lutas desiguais entre autoridades públicas, senhores e escravos, prevalecendo os interesses dos potentados, que impuseram à paisagem e à memória do Vale do Paraíba um discurso seletivo do passado, em que palacetes legaram às sombras as senzalas, faces complementares da arquitetura da escravidão.

Palavras-Chave: Arquitetura, Escravidão, Brasil Império, Século XIX, Classe Senhorial, Eleições, Judiciário, Resistência Escrava.

Abstract: This dissertation analyzes the production of space and landscape in Vassouras, Brazil, in the nineteenth century. Since Vassouras was the center of both the coffee economy and the Conservative Party in the Province of Rio de Janeiro, the city was an important social space, where the political and judicial institutions of the Imperial state were built. Both private residences and public buildings were elements of political strategies of the richest and most powerful families, as monuments to their class identity and their connections to the monarchy and the Empire. The local political and judicial systems were primarily concerned with the maintenance and defense of the slave trade and slavery. Vassouras was created out of the uneven social struggle between public authorities, slaveholders and slaves. The slaveholders prevailed and their interests are reflected in the landscape and memory of the Parahyba Valley, where cabins remained in the shadows of palaces, complementary faces of the architecture of slavery.

Keywords: Architecture; Slavery, Brazilian Empire, Nineteenth Century; Slaveholding Class, Elections, Judiciary, Slave Resistance.

Agradecimentos:

À Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESP) pela Bolsa de Mestrado (Processo nº 2014/09898-2), que financiou essa pesquisa no Brasil, e pela Bolsa BEPE (Processo nº 2014/21481-0), que permitiu seu desenvolvimento nos Estados Unidos, no primeiro semestre de 2015.

A Rafael Marquese, pela orientação crítica e pelos debates que, acima de tudo, me formaram pesquisador e historiador. A ele se devem os pontos altos dessa dissertação, enquanto seus limites cabem exclusivamente a mim.

Aos funcionários das universidades e arquivos (especialmente do Centro de Documentação Histórica e do IPHAN de Vassouras), sem cujos trabalhos, a pesquisa não teria sido possível.

A Camila Agostini, pela generosidade ímpar demonstrada ao compartilhar o banco de dados e os fichamentos resultantes de seu árduo trabalho no arquivo de Vassouras. A Magno Fonseca Borges, pelo apoio e amizade desde que a pesquisa não passava de um ingênuo projeto de Iniciação Científica. A André Romitelli, pelas plantas arquitetônicas e urbanísticas que compõem essa dissertação.

Aos professores que contribuíram para minha formação nessa trajetória: Fernando Limongi, Alexandre Barbosa, João Paulo Pimenta, Antonio Sergio Guimarães e Lília Schwarcz. A Ricardo Salles, pelos debates e pela generosidade em disponibilizar seu banco de dados. Aos professores Paulo César Garcez Marins e Carlos Bacellar, pelas contribuições e críticas na banca de qualificação do mestrado, essenciais para os resultados finais dessa dissertação. A Mariana Muaze, pelo apoio ao longo da pesquisa e por aceitar o convite para compor a banca de defesa.

Aos professores Sven Beckert, Charles Maier e Alejandro de la Fuente, pela acolhida e pela orientação em Cambridge, assim como aos colegas da Universidade de Harvard e da *Weatherhead Initiative on Global History*. Aos membros da *Global History Network*, da *Second Slavery Research Network* e do grupo interinstitucional *O Vale do Paraíba e a Segunda Escravidão*. Aos amigos do Lab-Mundi (Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema-Mundo) da Universidade de São Paulo, especialmente Alain Youssef, Waldomiro da Silva Junior, Tâmis Parron, Breno Moreno, Marco Aurélio dos Santos, Leonardo Marques, Fernanda Bretones, Nicole Damasceno, Bruno Miranda, Felipe Alfonso, Mariana Ferraz, Priscila Ferrer; pelos debates historiográficos e pelos encontros menos acadêmicos.

Aos amigos de infância, da São Francisco, da FFLCH, do Leonardo da Vinci, de Eustisnation e da República, pelo apoio reticente, pela (im)paciência com a pesquisa, pelos momentos lúdicos e pelas lembranças tênues dos últimos anos. Sob o risco inevitável de lapsos e omissões, agradeço-lhes de forma genérica e carinhosa. De boleiros a franciscanos admiradores de palmeiras imperiais, de fôleis-bqtbpd's a aviões, de biffets a cotienses, de leonardos de punhos cerrados aos queridos sonulas, de republicanos de eustis à cobra; vocês fizeram parte dessa trajetória.

A Juliana Kobata, pelo carinho incondicional e pelo companheirismo de tantos anos. A Damaris, pelo afeto, pelo apoio e pela inspiração. A meus familiares, especialmente minhas queridas avós, Guiomar e Laís, e meu irmão, Felipe. A Foca e Quika, por óbvio. Aos melhores pais que eu poderia ter, Sandra e Paulo, pelo carinho constante, pelo apoio às decisões mais temerárias, e pela vibração constante mesmo nas menores conquistas. Não há agradecimento à altura. A eles dedico essa dissertação.

Índice

Introdução	8
A Paisagem e a Arquitetura Urbana de Vassouras	17
 Capítulo 1: Os Pilares da Casa e da Ordem (c. 1820 – 1850)	20
Da mata à fazenda, da fazenda à vila: Pioneiros e Famílias	20
Arquitetura e Paisagem nas décadas de 1830 a 1840	26
Arquitetura e Política: o Sufrágio e a Política da Escravidão	40
Arquitetura, Ordem e Disciplina: Direito Penal Escravista e o Espetáculo do Suplício ...	52
Arquitetura e Representação: De vila a Corte, de fazendeiro a cortesão	65
 Capítulo 2: A Arquitetura Senhorial e a Corte de Vassouras (c. 1850 – 1870)	74
De Cidade a Princesa do Café	74
Arquitetura do Espetáculo: A Auto-Imagem Senhorial	93
Entre a Classe Agrícola e a Boa Sociedade	141
Arquitetura, Política e Disciplina nas décadas de 1850 e 1860	149
 Capítulo 3: Monumentos e Rachaduras: A Grandeza de Vassouras na Crise da Escravidão (c. 1871-1889)	161
Arquitetura e Representação: O Teatro Senhorial	161
Entre a Boa Sociedade e a Classe Agrícola	174
Vassouras Imperial: A Casa de Câmara e Cadeia	194
Arquitetura, Política e Indisciplina na Crise da Escravidão	201
Arquitetura e Memória	223
 Considerações Finais	230
 Fontes e Bibliografia	246
Fontes.....	246
Bibliografia	255

Índice de Tabelas

Tabela 1: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Correa e Castro abertos entre 1846 e 1867	143
Tabela 2: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Avelar e Almeida abertos entre 1839 e 1869	143
Tabela 3: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Ribeiro de Avellar abertos entre 1843 e 1863	144
Tabela 4: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Werneck abertos entre 1843 e 1869	145
Tabela 5: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Teixeira Leite entre 1851 e 1866	146
Tabela 6: Crimes envolvendo escravos e as penas aplicadas em Vassouras nos processos criminais entre 1820 e 1869	152
Tabela 7: Penas aplicadas em crimes envolvendo escravos em Vassouras nos processos criminais entre 1820 e 1869	152
Tabela 8: Penas de mortes aplicadas a escravos em Vassouras nos processos criminais entre 1835 e 1857	153
Tabela 9: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Correa e Castro abertos entre 1873 e 1879	176
Tabela 10: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Avelar e Almeida abertos entre 1872 e 1879	177
Tabela 11: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Ribeiro de Avellar abertos entre 1871 e 1883	178
Tabela 12: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Werneck entre 1872 e 1886	179
Tabela 13: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Teixeira Leite abertos entre 1873 e 1887	180
Tabela 14: Crimes envolvendo escravos e as penas aplicadas em Vassouras nos processos criminais entre 1830 e 1869	213
Tabela 15: Penas de morte aplicadas a escravos entre 1835 e 1857	214
Tabela 16: Penas de galés aplicadas a escravos entre 1835 e 1879	214

Introdução

Vassouras, a bela cidade serrana, já decantada por vezes, em seus encantos naturais, pelos grandes escritores, com seu parque, circundando de majestosas e altíssimas palmeiras, cobre-se hoje de galas, não das mesmas galas de que poderia cobrir-se no período de 1840 a 1870. Então possuía ela sedas, brilhantes, pedras preciosas, ricas alfaiais, etc., etc.; agora só poderá ornar-se de estofos baratos e de joias de ínfimo valor, arrastando, bem poucos, as sedas de então, mas já puídas e desbotadas.

Naquela época era louça, cheia de vida e de entusiasmo; seus habitantes, verdadeiros admiradores e entusiastas daquele torrão, por ela tudo faziam, e para atestá-lo ali estão os grandes palacetes, em que se imobilizam somas enormes, esperançados como se achavam de que ela seria, no futuro, uma grande cidade tendo em mira estreitar as relações com a então corte, por meio de comunicação rápida, visando a estrada de ferro.¹

Em 30 de maio de 1914, Antonio Furquim Werneck de Almeida publicou uma crônica na *Gazeta de Notícias*, descrevendo Vassouras, da natureza idealizada aos palacetes, como um projeto de seus antepassados que visavam estreitar sua distância física e simbólica com o Rio de Janeiro, forjando sua Corte particular. Descendente de algumas das principais famílias da região, seu discurso reproduzia uma memória seletiva do passado, assim como as construções remanescentes. Estudos sobre a região privilegiaram palacetes e palmeiras imperiais, como signos do que definiram como a arquitetura do café ou dos barões, relegando à sombra as senzalas. Mais complementares que contraditórias, as duas faces compuseram a paisagem do Vale do Paraíba como resultado da arquitetura da escravidão.

Essa dissertação narra e interpreta a produção e a transformação do espaço e da paisagem de Vassouras entre 1820 e 1889, entendidas como fenômenos integrados à formação da sociedade escravista do Vale do Paraíba e à dinâmica da economia cafeeira e política imperial. Esse processo histórico foi uma expressão local da reconfiguração do sistema-mundo no século XIX, em relação direta com a política nacional e internacional e com o mercado mundial.² A ênfase no espaço urbano realçou três aspectos dessa sociedade: as estratégias e a construção de identidades da camada socialmente dominante, a política em nível municipal e o papel do judiciário frente à resistência dos escravizados. Nesse sentido, a pesquisa cruzou campos acadêmicos como a historiografia social da escravidão, da política imperial e da arquitetura. Por fim, a arquitetura foi analisada em suas dimensões funcionais e, principalmente, representacionais, tanto no século XIX

¹ *Gazeta de Notícias*, edição de 30 de maio de 1916. *Apud* RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói: SEEC, 1978, p. 120.

² WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System, Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley: University of California Press, 2011.

quanto na construção da memória (e da história) do Vale, do Império e do cativo para a posteridade.

A historiografia da escravidão privilegiou sua dimensão econômica entre as décadas de 1960 e 1970, fosse como característica da fase de acumulação primitiva de capital, anterior à Revolução Industrial, como expressão de um capitalismo periférico e dependente ou como um modo de produção local relativamente autônomo.³ A década de 1980 marcou uma guinada nos estudos sobre o cativo, com o esvaziamento da agenda estruturalista em benefício da investigação da agência dos sujeitos escravizados, especialmente em suas estratégias de resistência.⁴ Em artigos publicados no fim dessa década e no início dos anos 1990, Dale Tomich revisitou o debate sobre a relação entre capitalismo e escravidão, sugerindo uma relação direta entre a economia-mundo pós Revolução Industrial e a formação de novas zonas escravistas nos Estados Unidos, em Cuba e no Brasil. Sob novos regimes de produtividade e competitividade, a escravidão oitocentista se diferenciou da colonial, o que levou Tomich a cunhar o conceito da “Segunda Escravidão”. Ainda na década de 1990, Emília Viotti publicou um artigo sugerindo a combinação entre as abordagens estruturalistas, que marcaram seus primeiros estudos, e o exame da agência dos sujeitos históricos.⁵ Contudo, as agendas propostas por ambos não encontraram respaldo imediato na produção historiográfica. A partir dos anos 2000, Rafael Marquese incorporou o conceito de Tomich, seguido, dentre outros, por historiadores como Ricardo Salles e Mariana Muaze, propondo uma agenda de pesquisa coletiva. Para além da dimensão econômica do cativo no Vale do Paraíba e no Império, as pesquisas orientadas por essa perspectiva integraram aspectos da demografia, da

³ Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777- 1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979; CARDOSO, Ciro F. S. “O modo de produção escravista colonial na América.” In: SANTIAGO, Theo (org.). *América colonial*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011 (1ª edição 1978).

⁴ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Tradução português. Bauru, SP: Edusc, 2001; LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988; MATTOSO, Kátia de Queirós, *Ser escravo no Brasil* (1ª ed: 1979; trad port.). São Paulo: Brasiliense, 1981, e *Bahia, século XIX: uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992; REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835* (Edição revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2003; MATTOS, Hebe, *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)* (2ª ed.) Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998; CHALHOUB, Sidney, *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades escravas no Rio de Janeiro – Século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.

⁵ COSTA, Emília Viotti da. “Estrutura versus experiência. Novas tendências da historiografia do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha”. In: *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB)*. Rio de Janeiro, n.29, p.3-16, 1º sem. 1990.

cultura e das instituições do Estado, com destaque para a política e o judiciário.⁶ A pesquisa que levou a essa dissertação integra esse esforço coletivo, inspirada no conceito da Segunda Escravidão sem perder de vista a agência dos sujeitos construção do devir histórico.

A produção do espaço e da paisagem do Vale do Paraíba é aqui compreendida como expressão geográfica da dinâmica do sistema-mundo no século XIX. A região foi construída historicamente na conjuntura dos processos de transformações políticas e econômicas verificadas no mundo Atlântico da passagem do século XVIII ao XIX. As modificações na economia-mundo no curso da Revolução Industrial, assim como os processos revolucionários na França, em Saint-Domingue e em todo o continente americano marcaram aquele momento, e travejaram o processo de emancipação política da América Portuguesa, a construção do Estado Nacional brasileiro e a transformação da paisagem do vale do rio Paraíba do Sul. A hegemonia britânica no século XIX gerou uma nova divisão do trabalho, alterando as condições e os parâmetros de produção nas periferias da economia mundial. Novas zonas produtivas foram integradas ao sistema econômico, e o novo ritmo imposto pela era industrial alterou as relações de produção tanto no centro como na periferia, articulando a ascensão do trabalho assalariado na Europa ao recrudescimento das relações escravistas nas regiões que lhe forneciam matéria-prima (algodão) e insumos alimentares e energéticos (açúcar e café).⁷ Foi nesse quadro que a região do Vale do Paraíba se constituiu e se tornou a zona escravista de *plantation* responsável pela maior parte da produção mundial de café a partir da década de 1820.⁸

A composição da paisagem do Vale do Paraíba consistiu em um processo integrado às trajetórias das principais famílias proprietárias, cujo investimento em terras e bens produtivos e a progressiva valorização estética das sedes de fazendas e residências urbanas fizeram da paisagem e dos ambientes construídos veículos de seus discursos e interesses. Os estudos disponíveis sobre as famílias da região privilegiaram inventários e

⁶ TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão*. São Paulo: Edusp, 2011, pp., 81-97; MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (orgs.), *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MUAZE, Mariana; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

⁷ TOMICH. *Pelo Prisma da Escravidão*, pp. 81-97.

⁸ MARQUESE; TOMICH. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”, 2009. Ver ainda MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. “A Escravidão e o Brasil Oitocentista: História e Historiografia.” In: MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

fontes atreladas à propriedade rural como mecanismos de reprodução social da elite, interpretados por João Fragoso e Célia Muniz como sintomáticos de um regime econômico e social típico de sociedades pré-industriais.⁹ Embora a arquitetura reproduzisse discursos sobre a auto-imagem aristocrática dos proprietários, a integração desse fenômeno geográfico e arquitetônico ao sistema-mundo do século XIX permite uma revisão da caracterização dessa camada dominante, assim como as bases econômicas e as estratégias políticas desses potentados se vinculavam ao mercado mundial e ao sistema representativo imperial, com suas instituições liberais.

A relação entre o Vale e o mercado mundial implicou não apenas o enriquecimento dos fazendeiros, mas sua ascensão na política municipal, provincial e nacional. Ao mesmo tempo, a construção do Estado Imperial e o projeto de unidade territorial se valeram de recursos em grande medida dependentes da economia cafeeira, assim como do apoio político desses membros da classe agrícola. O regime monárquico constitucional adotado a partir de 1824 foi igualmente um elemento constitutivo do sistema-mundo oitocentista, baseado em premissas liberais como a defesa da liberdade de imprensa, a separação dos poderes, e o princípio da representação – expresso na legislação eleitoral. A relação entre Estado e sociedade foi tema de dois estudos clássicos da década de 1980. José Murilo defendeu a relativa autonomia da elite política, enquanto Ilmar Mattos se valeu do conceito da classe senhorial para definir o papel dos produtores escravistas – com destaque para os cafeicultores do Vale do Paraíba – na agenda imperial entre as décadas de 1830 e 1860. Por sua vez, a política provincial fluminense foi objeto do estudo de Maria de Fátima Silva Gouveia, enquanto as eleições e a política em nível municipal foram analisadas por Richard Graham.¹⁰ Mais recentemente, Ricardo Salles retomou o paradigma de Mattos, analisando as estratégias econômicas e políticas dos proprietários de Vassouras, enquanto Alain Youssef e Tamis Parron, igualmente inspirados da categoria da Segunda Escravidão, analisaram respectivamente o papel da

⁹ MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *A Riqueza Fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras, 1820-1890*. Tese de doutorado. RJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, 2005; FRAGOSO, João. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920), Um estudo das relações não capitalistas de produção*, dissertação de mestrado em História, Rio de Janeiro, URFJ, 1983; FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

¹⁰ CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem/Teatro das Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 229-236; MATTOS. *O Tempo Saquarema*, pp 115-205; MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A Velha Arte de Governar: Um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, pp. 99-167.

¹⁰ Sobre a prática eleitoral durante o Império ver GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora de Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

imprensa e do Parlamento nas alianças sociais e políticas que construíram a agenda política em prol do tráfico e da escravidão a partir da década de 1830.¹¹ Ao examinar o município de Vassouras, essa dissertação propõe analisar a trajetória das principais famílias e políticos, adentrando o debate sobre a caracterização dessa camada social e suas estratégias no sentido de defender em nível local e nacional seus interesses, por meio de instituições como as Câmaras Municipais, a imprensa, os partidos e o Parlamento.

No que se refere ao papel do judiciário, entre os historiadores do direito predominou a análise formal da legislação e dos códigos vigentes, enquanto estudiosos da escravidão se valeram de documentos judiciais como fontes para a compreensão da dinâmica social e da resistência dos escravizados.¹² Recentemente, Waldomiro da Silva Junior levou adiante a agenda da Segunda Escravidão estudando o papel do direito civil e da legislação concernente à alforria no Império do Brasil e no Império Espanhol.¹³ O direito penal cumpriu papel igualmente relevante no jogo político da escravidão. Ao analisar processos criminais de Vassouras, a pesquisa que levou a essa dissertação identificou tanto as estratégias de resistência quanto de controle. Além disso, a dinâmica da criminalidade e das penas aplicadas demonstrou a sintonia do município e de seus sujeitos com a dinâmica social e política da escravidão, com padrões diferentes entre 1830 e 1888. A arquitetura e espaço urbanos se revelaram estratégicos na manutenção da ordem pública senhorial, assim como foram apropriados e ressignificados pelos escravos, como palcos e agentes na tensa relação entre autoridades judiciais e policiais, senhores, prepostos e escravos.

Por fim, o Vale do Paraíba foi objeto de estudos na área de arquitetura, com o predomínio de análises de elementos técnicos e formais dos edifícios construídos e seus estilos estéticos, legando a um segundo plano as condicionantes das relações sociais escravistas.¹⁴ Em um artigo publicado em 2006, Rafael Marquese apresentou os

¹¹ SALLES, Ricardo. “O Império do Brasil no contexto do século XIX: Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado”. In: *Revista Almanack Almanack*. Guarulhos, n.04, p.5-45, 2º novembro de 2012; YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)* São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016.; PARRON, Tâmis. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

¹² MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Edusp, 2014.

¹³ SILVA JUNIOR, Waldomiro. *Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c. 1760-1871*. Dissertação de Doutorado defendida no Programa de História Social da Universidade de São Paulo em 2015.

¹⁴ Ver SMITH, Robert. “Arquitetura Civil no Período Colonial” In: *Arquitetura Civil I*. Textos Escolhidos da Revista do IPHAN. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975; RODRIGUES, José Walsh. “A Casa de Moradia no Brasil Antigo”. In: *Arquitetura Civil I*. Textos Escolhidos da Revista do IPHAN. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. SAIA, Luis. *Morada Paulista*, Morada Paulista. São Paulo: Perspectiva,

resultados parciais de um estudo coletivo em que promoveu uma análise comparada e integrada das plantations escravistas nas Américas no século XIX. Intitulado “*Revisitando Casas Grandes e Senzalas*”, o artigo se valeu mais uma apropriação do título clássico do Freyre do que qualquer reivindicação de suas interpretações. Nesse estudo, a arquitetura adquiria centralidade na interpretação, menos por seus aspectos formais e técnicos, e mais pela ordenação espacial e visual da vida nas unidades rurais. Suas conclusões caminharam em duas direções. Em primeiro lugar, a análise comparativa permitiu concluir tanto pelas semelhanças das plantas em sua dimensão utilitária e produtiva quanto pelas particularidades das culturas – café nas fazendas brasileiras, açúcar nas cubanas e algodão nas estadunidenses. Em segundo lugar, as diferenças de ordem não econômica, como na variedade de forma e dimensão de casas grandes e senzalas, assim como de articulação entre essas construções, foram interpretadas como sintomáticas dos regimes sociais e políticos de cada uma dessas sociedades. Marquese concluiu que as fazendas do Vale do Paraíba expressavam tanto a eficiência produtiva da cafeicultura voltada ao mercado mundial quanto características da disciplina escrava, do paternalismo e do jogo do clientelismo no Império.¹⁵

Entretanto, a interpretação se valera essencialmente do microcosmo das grandes fazendas como representativas da paisagem e da sociedade do Vale do Paraíba. A mesma observação vale para o estudo posterior de Marco Aurélio dos Santos sobre a geografia da escravidão em Bananal.¹⁶ Nesse sentido, o estudo da arquitetura urbana de Vassouras permitiu complementar e tensionar as interpretações sobre a dimensão espacial e visual da Segunda Escravidão. O recorte espacial revelou tanto particularidades quanto limites.

1972, p. 130; VASCONCELLOS, Sylvio. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1972. VAUTIER, L. L. “Casas de residência no Brasil”. In: *Arquitetura Civil I*. Textos Escolhidos da Revista do IPHAN. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975. Historiadores como Carlos Lemos e Nestor Goulart Reis Filho levaram em grande conta a condicionante da escravidão para o desenvolvimento da arquitetura no Brasil. Contudo, suas obras tiveram por objeto a descrição formal e a análise abstrata das construções, sendo possível avançar no sentido de uma história social da arquitetura escravista, com sua dinâmica interação com os agentes. Ver LEMOS, Carlos. *História da Casa Brasileira*. São Paulo: Contexto, 1989; *Casa Paulista*. São Paulo: Edusp, 1999; e do mesmo autor *Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edusp, 1979, p.106; REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978; E do mesmo autor. *Evolução Urbana do Brasil 1500-1720*. 2ª ed. 2. ed. São Paulo: Editora Pini Ltda., 2001; Sobre a arquitetura do Vale do Paraíba, ver BENINCASA, Vladimir. *Fazendas Paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 2008. CARRILHO, Marcos. “Fazendas de Café Oitocentistas no Vale do Paraíba” In: *Anais do Museu Paulista*, vol. 14, n. 1, São Paulo Janeiro/Junho, 2006; TELLES, Augusto Carlos da Silva. *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.

¹⁵ MARQUESE, Rafael. “Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX”. *Anais do Museu Paulista (Impresso)*, v. 14, p. 11-57, 2006.

¹⁶ SANTOS, Marco Aurélio. *Geografia da Escravidão na Crise do Império (1850-1888)*. Dissertação de doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2014.

Por um lado, constatou-se sua contiguidade junto a fazendas e sítios, entrelaçados no cotidiano. Por outro, ali se davam alguns dos principais ritos públicos, como missas, procissões, sessões do júri e eleições, e ritos privados, como jantares e bailes. Se as residências revelaram práticas e estratégias dos proprietários, a Casa de Câmara e Cadeia representava signos máximos do Estado monárquico e da ordem senhorial. Núcleo da cafeicultura fluminense, do partido conservador e baluarte da defesa do cativo, Vassouras foi aos olhos de proprietários e autoridades públicas um monumento à ordem imperial – e veladamente à escravidão. Contudo, mais do que o resultado de um ato de vontade da elite local, ela foi a consequência dos embates com outros grupos sociais, inclusive os próprios escravizados. Se as fachadas das residências ainda preservam a memória da opulência dos proprietários, por entre suas frestas vislumbramos as opressões do cativo, recordando os sujeitos que, mesmo em condições desiguais, impuseram limites e barganharam concessões, e em cujos braços e costas se ergueu a arquitetura e a paisagem do Vale do Paraíba.

A dissertação foi dividida em três capítulos, ordenados em sequência temporal, sendo o primeiro referente ao período entre 1820 e 1850, o segundo às décadas de 1850 e 1860, e o terceiro ao período entre 1871 e 1888/1890. A perspectiva diacrônica de longa duração revelou as transformações na paisagem, em sintonia com os quadros mais amplos da política nacional e da economia mundial. A fim de acompanhar as transformações tanto na arquitetura privada das fazendas e residências urbanas, quanto nos espaços e edifícios públicos, foram analisados de forma seriada inventários de cinco das principais famílias da região (Teixeira Leite, Correa e Castro, Avelar e Almeida, Ribeiro de Avellar e Werneck), as atas da Câmara Municipal e os processos criminais, plantas dos edifícios, cartas corográficas, entre outras.

A análise dos processos criminais de Vassouras se valeu do banco de dados e dos fichamentos da historiadora Camila Agostini, que compuseram a pesquisa que culminou em sua dissertação de mestrado.¹⁷ Por sua vez, a análise do perfil econômico e político dos fazendeiros se valeu do banco de dados de Ricardo Salles sobre a demografia da escravidão em Vassouras, composto a partir de inventários post-mortem.¹⁸ Por fim, todas as plantas arquitetônicas apresentadas foram produzidas pelo arquiteto e designer André

¹⁷ AGOSTINI, Camilla. *Africanos no cativo e a construção de identidades no além-mar: Vale do Paraíba, século XIX*. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

¹⁸ Trata-se da pesquisa que levou à publicação de *E o Vale era Escravo*, 2008.

Romitelli, inspirado nas plantas de Augusto da Silva Telles e dos Inventários das Fazendas Fluminenses.¹⁹

As descobertas e os argumentos aqui apresentados enfatizam as estratégias e identidades das principais famílias e potentados de Vassouras, assim como sua apropriação das instituições públicas como veículos de seus interesses. A análise seriada dos inventários post mortem revelou tanto a evolução quantitativa dos patrimônios quanto a variação qualitativa dos investimentos, com destaque para suas residências e interiores. A dinâmica e os sentidos dos espaços privados foram acessados a partir da análise de plantas arquitetônicas, de eventos descritos na imprensa e nas obras de memorialistas. Por sua vez, as atas da Câmara Municipal descreveram a política municipal, assim como as condicionantes sociais que permitiram o domínio de fazendeiros e capitalistas – acompanhados posteriormente por bacharéis e médicos – nas eleições e no controle de cargos administrativos e judiciários. Esses dados demonstram mais os limites do próprio liberalismo, das instituições e do princípio da representação, do que sobre sua suposta deturpação ou inadaptabilidade à sociedade escravista brasileira.

Em outra chave, os processos criminais foram igualmente analisados em série. Os depoimentos ali colhidos revelaram o cotidiano das fazendas e da cidade, e os crimes foram interpretados como estratégias de resistência e negociação dos cativos. Ao mesmo tempo, tais documentos expressaram a reiteração dos padrões de controle senhorial privado previstos nos manuais agrônômicos, enquanto a atuação de autoridades policiais e judiciárias e as penas aplicadas demonstraram as tensões inerentes à prerrogativa da violência legítima na sociedade escravista – compartilhada por proprietários e pelo Estado. A relação complexa e tensa entre autoridades públicas, senhores/prepostos e escravos oscilou entre diferentes padrões nos três períodos que organizam os capítulos, em sintonia com a dinâmica social e política da escravidão.

Por fim, a dimensão simbólica dos edifícios e espaços foi analisada tanto no contexto das estratégias e disputas dos agentes da época quanto da construção de uma memória seletiva de Vassouras, do Império e, especialmente, do cativo. Estudos de arquitetura histórica e iniciativas das instituições em defesa do patrimônio se referiram às construções e suas ruínas como “*monumentos da arte*” e “*legado de nossos*

¹⁹ TELLES, Augusto Carlos da Silva, “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v.16, p. 9-135, 1968; Inventário das Fazendas Fluminenses. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=882>.

antepassados” – uso pronominal que denuncia a identificação com seus proprietários e sua auto-imagem.²⁰ Vassouras não foi apenas o resultado de lutas *no* espaço, mas *pelo* espaço, de modo que as construções decorreram de relações desiguais de poder, inscrevendo na paisagem discursos dominantes à época, e que marcaram a produção de uma memória seletiva do passado. A “arquitetura do café” ou “dos barões” se valeu de metonímias interessadas, que romantizaram o fruto e as origens da riqueza do Vale, assim como os fazendeiros que se pretendiam cortesãos, e que silenciaram senzalas, porões e pelourinhos - que convenientemente desapareceram da paisagem, junto às vozes dos cativos. Essa dissertação tem por objetivo revelar a unidade contraditória que integrou os antagonismos dessa sociedade e de sua paisagem, cuja expressão espacial e visual compôs a Arquitetura da Escravidão.

²⁰ MONTEIRO, Marcos. “Apresentação”. In TELLES. *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*. p. 6.

A Paisagem e a Arquitetura Urbanas de Vassouras

As seguintes imagens conferem ao leitor um referencial visual e espacial da cidade de Vassouras no século XIX, a fim de orientá-lo ao longo dos capítulos. A planta foi inspirada na Carta Corográfica da Província do Rio de Janeiro, de 1858/1861, enquanto as fotografias panorâmicas do início do século XX revelam a preservação do núcleo urbano e das principais edificações de seu apogeu.

IMAGEM 1: Planta de Vassouras em 1858/1861²¹

²¹Planta produzida pelo arquiteto e designer André Ferraro Romitelli, inspirada na planta contida na Carta corográfica da província do Rio de Janeiro mandada organizar por Decr. da Assembleia Prov. de 30 de Out. de 1857 ... Encarregada aos Engs. Pedro d'Alcantra Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Ed. Rensburg, 1858-1961. 1 mapa ms. em 4 seções, 92,5 x 13,6.

IMAGEM 2: Cartão Postal de Vassouras, século XX. Legendas do autor.²²

- 1 – Igreja Matriz
- 2 – Santa Casa de Misericórdia
- 3 – Casa de Câmara e Cadeia
- 4 – Sobrado que pertenceu a Francisco José Teixeira, Barão de Itambé
- 5 – Sobrado que pertenceu a Francisco José Teixeira e Souza
- 6 – Sobrado que pertenceu a Manoel de Avelar e Almeida, Barão de Ribeirão, e a seu filho Bernardino Rodrigues de Avelar, Visconde de Cananeia
- 7 – Casa que pertenceu a Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras
- 8 – Casa que pertenceu a Francisco Carlos Teixeira Leite, filho do Barão de Vassouras
- 9 – Casa que pertenceu a Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá
- 10 – Palacete que pertenceu a Joaquim Gomes Leite de Carvalho, Segundo Barão do Amparo

²² Coleção da Câmara Municipal de Vassouras.

IMAGEM 3: Vista aérea de Vassouras, século XX. Legendas do autor.²³

- 1 – Igreja Matriz
- 2 – Santa Casa de Misericórdia
- 3 – Casa de Câmara e Cadeia
- 4 – Sobrado que pertenceu a Francisco José Teixeira, Barão de Itambé
- 5 – Sobrado que pertenceu a Francisco José Teixeira e Souza
- 6 – Sobrado que pertenceu a Manoel de Avelar e Almeida, Barão de Ribeirão, e a seu filho Bernardino Rodrigues de Avelar, Visconde de Cananeia
- 7 – Sede da Filial do Banco Comercial e Agrícola
- 8 – Casa que pertenceu a Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras
- 9 – Sobrado que serviu de Câmara Municipal, e que depois pertenceu a Marcelino de Avelar e Almeida, Barão de Massambará
- 10 – Sobrado que pertenceu a Caetano Furquim de Almeida
- 11 – Palacete que pertenceu a Joaquim Gomes Leite de Carvalho, Segundo Barão do Amparo

²³ Coleção da Câmara Municipal de Vassouras.

Capítulo 1

Os Pilares da Casa e da Ordem (c. 1820 – 1850)

Da mata à fazenda, da fazenda à vila: Pioneiros e Famílias

Em 1711, André João Antonil publicou “Cultura e Opulência no Brasil”, obra na qual descreveu o percurso entre o Rio de Janeiro e a região das Minas Gerais. Após a subida da Serra do Mar, o jesuíta mencionou o pouso de Frios e as primeiras roças que se iniciavam, entre as quais a do Alferes e a de Pau Grande. Mais de um século depois, Auguste de Saint-Hilaire viajou pela mesma região, deparando-se com a mesma densa mata que cobria os morros de meia laranja. Mas os enclaves agrícolas por ele visitados eram testemunhas de importantes mudanças que marcaram a formação histórica do Vale do Paraíba.²⁴

A região fora mantida sob a política de zonas proibidas durante quase todo o século XVIII, com a restrição da Coroa portuguesa à abertura de caminhos e à distribuição de sesmarias, a fim de se coibir o contrabando de ouro. Em 1698, Garcia Rodrigues Paes recebeu uma licença real para a construção do Caminho Novo – nome que o diferenciava do Caminho dos Guaianases –, que permitiria um trânsito mais direto entre o Rio de Janeiro e a região mineradora. Poucas variantes foram abertas, e entre as raras sesmarias concedidas estava a roça concedida ao Alferes de Ordenança Leonardo Cardoso da Silva, posteriormente legada a Francisco Tavares. Entre os poucos beneficiados estavam ainda Ignácio de Souza Werneck, em parte das terras do Alferes, e José Rodrigues da Cruz que, em sociedade com Antônio Ribeiro de Avellar e Antônio dos Santos, se estabeleceu na região de Pau Grande. Nessas sesmarias surgiram imponentes fazendas, onde se originariam dois dos mais importantes troncos familiares da região. Apesar da incipiente ocupação, foi somente com a chegada da família real em 1808 que o cenário se alterou, por conta da demanda para o abastecimento da Corte no Rio de Janeiro. A abertura das estradas do Comércio, em 1813, e da Polícia, em 1822, levaram a uma febre fundiária, alimentada pelo deslocamento de parte da população das Minas Gerais após o declínio da

²⁴ ANTONIL, André João [ANDREONI, João Antônio]. *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos/MEC, 1976, p.184. SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*, São Paulo: Editora Itatiaia, 1975, pp. 18-26. Sobre a ocupação da região, ver ainda LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, Rio de Janeiro: IBGE, Edição da Divisão Cultural, 1963, pp. 87-237. A ideia do Vale do Paraíba como região historicamente construída, para além da dimensão da geografia física, foi esboçada por Mariana Muaze em seu artigo “O Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial.” In: LERNER, Dina; MISZPUTEN, Francis (Orgs.). (Org.). *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense - fase III*. 1ed. Rio de Janeiro: INEPAC/ Instituto Cidade Viva, 2011, v. 3, pp. 295-296.

exploração aurífera, e pelas demandas do mercado interno, por alimentos, e do externo, por bens agrícolas, como açúcar e café.²⁵

Em 1816, Saint-Hilaire desembarcou no Rio de Janeiro, onde foi recomendado ao Comendador José Rodrigues Pereira de Almeida, que o convidou a visitar sua habitação em Ubá, região próxima àquela descrita por Antonil. O viajante francês visitou Pau Grande, de propriedade de amigos de seu anfitrião, e o descreveu como o engenho de açúcar mais importante que conhecera, salvo pelos do Colégio de São Salvador de Campos, destacando a destilaria, as caldeiras e a moenda movimentada por água – tecnologia por ele creditada a um mecânico enviado pelo Marquês de Pombal.²⁶ Se as reformas implementadas na administração do ministro de D. José I podem explicar em parte a intensificação da agricultura colonial nas últimas décadas do século XVIII, a opção pela cultura açucareira somente se explica na convergência entre revoluções políticas e a economia internacional. A revolução de escravos na colônia de Saint-Domingue, iniciada em 1791, alterou a oferta mundial de açúcar e café em uma época de acentuado acréscimo da demanda por commodities agrícolas no mercado europeu, estimulando a produção e a competição entre antigas e novas zonas escravistas americanas. Desse modo, o cenário descrito por Saint-Hilaire na fazenda Pau Grande não surpreende, embora a opção pela produção de açúcar já viesse sendo compatibilizada com a do café.²⁷

Se por um lado a arquitetura da fazenda atraiu a atenção do viajante francês em 1816, o mesmo não pode ser dito do desenvolvimento urbano. Nas terras de Francisco Tavares foi construída uma das primeiras capelas da região, dando origem à freguesia de

²⁵ TELLES, Augusto da Silva, “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, Separata da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, 1968, pp.9-11. LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, Rio de Janeiro: IBGE, Edição da Divisão Cultural, 1963, 136-142. Sobre os caminhos ver ainda MUAZE. “O Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial”, p. 300. NOVAES, Adriano. “Os Caminhos Antigos do Território Fluminense.” In: *Inventário das fazendas fluminenses*, tomo I, INEPAC, 2008; e RIBAS, Rogério de Oliveira. *Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café nas lavouras de Vassouras, 1840-1888*. Dissertação de mestrado em História. Curitiba, UFPR, 1989. Sobre a política de zonas proibidas ver MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense, século XIX*. Dissertação de mestrado, Niterói, ICH/UFF, 1979, pp.19-37; e MARQUESE; TOMICH. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”, 2009.

²⁶ “As usinas e senzalas são, em Pau Grande, alinhadas aproximadamente em semi-círculo diante da habitação do senhor. A destilaria, as caldeiras e a moenda se seguem na ordem que indico, e estão colocadas em uma construção imensa edificada com madeira e barro. (...) A moenda de cana, que gira movimentada pela água, é devida a um mecânico que o Marquês de Pombal enviou ao Brasil. (...)” SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p. 25.

²⁷ MARQUESE; TOMICH, “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”, 2009. Sobre as transformações da economia internacional e a formação de novas zonas escravistas ver ainda TOMICH. *Pelo Prisma da Escravidão*, pp. 81-101.

Pati do Alferes em 1798, elevada à condição de vila pelo alvará real de 4 de setembro de 1820. Todavia, seu desenvolvimento foi prejudicado inicialmente pela disputa entre Manoel Francisco Xavier, que adquirira parte das terras do Alferes, e Antonio Luiz Machado, ambos hesitantes conceder terras para a municipalidade. Vitorioso o primeiro, financiou a construção da igreja matriz em terras do segundo, vindo ainda a receber o título de capitão-mor de ordenanças e a ser nomeado presidente da Câmara Municipal. Entre os ‘homens bons’ da região, incumbidos dos cargos públicos, estava ainda Francisco das Chagas Werneck, nomeado juiz ordinário. Sob a administração de Xavier, esses homens assistiram ao processo de independência e vieram a jurar a Constituição de 1824. Entretanto, Xavier possuía muitos desafetos, como os membros da família Werneck, que o acusariam de privilegiar seus interesses e de cercear a construção de estradas em suas terras, assim como o desenvolvimento urbano da vila. Em 1832, a igreja matriz ainda não fora concluída e poucas residências a cercavam, quando a promulgação do Código de Processo Criminal levou o Ministro da Justiça a encaminhar um questionário às vilas e cidades do Império indagando sobre a conveniência das localidades. A essa altura ocupada por representantes de outras famílias da região, proprietárias em Sacra Família do Tinguá, a Câmara deliberou e decidiu unanimemente pela mudança da sede municipal, com os votos dos vereadores Joaquim Ribeiro de Avellar, Francisco das Chagas Werneck, Laureano Correa e Castro e Pacheco de Melo e Vasconcelos. O decreto de 15 de janeiro de 1833 oficializou a submissão de Pati do Alferes à condição de freguesia da recém criada vila de Vassouras.²⁸

Em 1823, João Teixeira Gomes havia doado terras da fazenda de Vassouras para a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, da freguesia de Sacra Família, para que ali fosse erguida uma igreja. No entanto, Francisco José Teixeira Leite propôs uma permuta, oferecendo suas terras à margem da estrada da Polícia para a construção da capela, que se iniciou em 1828.²⁹ As terras da vila, portanto, pertenciam à irmandade, cuja administração cabia às principais famílias da região, com destaque para Mariana Correa das Neves e seus filhos José, Pedro e Laureano Correa e Castro, Manoel de Avelar e Almeida e os irmãos Teixeira Leite. Junto aos Ribeiro de Avellar, proprietários da fazenda

²⁸ TELLES. “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, pp.9-11; RAPOSO. *História de Vassouras*, pp. 13-24; LAMEGO. *O Homem e a Serra*, pp. 136-142. Sobre as disputas entre potentados na origem de Pati do Alferes ver BORGES, Magno. Fonseca. *Protagonismo e Sociabilidade Escrava em Vassouras: 1821-1850*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Severino Sombra em 2005, pp. 36-44.

²⁹ TELLES. “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, pp.16-23.

Pau Grande, e os Werneck, fazendeiros em Pati do Alferes, esses outros três troncos familiares se destacaram na administração de instituições como a Irmandade e Câmara Municipal e na fundação das mais importantes residências rurais e urbanas, de modo que suas trajetórias se cruzam com a da paisagem vassourense.

A origem dos Ribeiro de Avellar remonta ao século XVIII, quando Francisco Gomes Ribeiro emigrou de Portugal, estabelecendo-se como comerciante na praça do Rio de Janeiro, até receber a concessão da sesmaria da Manga Larga em 1735. Em meados do século, recebeu três sobrinhos vindos da metrópole, Marcos, Mano e Francisco Gomes de Avellar, que se tornaram proprietários da sesmaria do Pau Grande, embora dessem preferência ao comércio de grosso trato. Na terceira geração de parentes emigrados de Portugal estavam os irmãos Antonio Ribeiro de Avellar e José Rodrigues da Cruz, que, junto de seu cunhado, Antonio dos Santos, montariam a Companhia Comercial Avellar e Santos, importante casa comercial do Rio de Janeiro. A historiadora Mariana Muaze sugere que o tráfico negreiro estivesse entre as atividades diversificadas da companhia. Nos primeiros anos do século XIX, o patrimônio da família Ribeiro de Avellar se encontrava diretamente atrelado aos negócios na praça do Rio de Janeiro, ainda que incluísse 17 sesmarias no Vale do Paraíba, sendo cinco no Pau Grande, cinco em Ubá e sete no Guaribu. No entanto, quando da abertura do inventário de Antonio Ribeiro de Avellar, já na segunda década do século XIX, predominava no patrimônio o investimento rural, em terras e cativos.³⁰

Assim como os Riberio de Avellar, os descendentes de João Werneck estiveram dentre os primeiros sesmeiros da região. Emigrado de Portugal ao Rio de Janeiro no início do século XVIII, ele se estabeleceu na freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Iguaçu a partir de 1712. Sua filha, Antônia Ribeiro, casou-se com Manoel de Azevedo Mattos, que atuou como comerciante entre a região mineradora e o Rio de Janeiro, até se tornar lavrador e proprietário da fazenda Piedade na freguesia de Nossa Senhora da Conceição e São Pedro e São Paulo. Seu filho, Ignácio de Souza Werneck, que herdou a fazenda, casou-se com a filha de um correspondente de seu pai no Rio de Janeiro, vindo a se mudar para a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alferes de Serra Acima, onde se tornou importante fazendeiro. Falecido em 1822, seus herdeiros deram origem aos ramos

³⁰ Sobre os Ribeiro de Avellar, ver MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*, (Dissertação de Doutorado - UFF), Niterói, 2006; e da mesma autora *Memórias da Viscondessa, família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. Ver ainda STEIN, Stanley, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961, pp. 144-145.

familiares Souza Werneck, Santos Werneck, Chagas Werneck, Pinheiro Werneck, Alves Werneck e Peixoto de Lacerda Werneck. Seus membros estiveram entre os mais prestigiados fazendeiros e políticos do Vale, com destaque para a região de Pati do Alferes.³¹

Por sua vez, a família Correa e Castro é o resultado de uma segunda geração de povoadores da região, com a convergência entre migrantes da região de Mariana, em Minas Gerais, e descendentes dos primeiros sesmeiros da região de Pati. Mariana das Neves Correa possuía parentesco com o Alferes Francisco Tavares, e se casou com Pedro Correa e Castro, estabelecendo-se nas freguesias de São Pedro e de São Paulo, onde nasceram seus filhos. Na condição de agregados da Pau Grande, José, Pedro e Laureano Correa e Castro se engajaram na agricultura até adquirirem terras e se tornarem fazendeiros. Com a morte da mãe, foi aberto um inventário em 1837 descrevendo um patrimônio essencialmente composto por terras, escravos, cafezais e animais. Naquela mesma década, Pedro administrava sua fazenda e adquirira importante chácara no espaço urbano da vila de Vassouras, enquanto Laureano adquirira a fazenda do Secretário. Os irmãos Correa e Castro se tornaram destacadas figuras da elite vassourense, ocupando cargos junto à irmandade e à Câmara Municipal, a qual foi presidida por Laureano nas duas legislaturas subsequentes à fundação da nova vila.³²

O tronco dos Avelar e Almeida teve menos destaque nas primeiras décadas de Vassouras. Manoel de Avelar e Almeida se casou com Suzana Maria de Jesus e se tornou proprietário e cafeicultor na região central do município. Seu filho, José de Avelar e Almeida, destacou-se como fazendeiro e político, no que foi seguido por seus filhos, Marcelino de Avelar e Almeida e Bernardino Rodrigues de Avelar.³³

Por fim, a trajetória da família Teixeira Leite destoa das anteriores, tanto por sua origem quanto pelo padrão de investimento patrimonial. Na segunda metade do século XVIII, o capitão Francisco José Teixeira e o Sargento-mór José Leite Ribeiro foram atraídos pela economia aurífera e emigraram de Portugal para a região das minas. Um filho do primeiro foi batizado com o mesmo nome do pai, e casou-se com Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, filha do segundo. O casal veio a residir em São João del Rey, onde Francisco José Teixeira (filho) se tornou importante comerciante,

³¹ Sobre os Werneck, ver SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Ver ainda STEIN, Stanley, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, pp. 144-145.

³² STEIN, Stanley, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, p. 144. TELLES. “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, pp. 36-37.

³³ STEIN, Stanley, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, p. 145.

capitalista e político, ocupando por muitos anos a presidência da Câmara Municipal. No início do século XIX, os irmãos Leite Ribeiro, cunhados de Francisco José Teixeira, migraram para a Zona da Mata Mineira e para a província do Rio de Janeiro, onde estabeleceram fazendas. Entre eles estava Custódio Ferreira Leite, responsável pela construção de diversas igrejas nas vilas que se formaram no vale do rio Paraíba do Sul, sendo acompanhado por seus sobrinhos. José Eugênio Teixeira Leite e Antônio Carlos Teixeira Leite fundaram fazendas em Mar de Espanha, enquanto João Evangelista Teixeira Leite estabeleceu-se em Barra Mansa. Joaquim José Teixeira Leite foi enviado para a Faculdade de Direito de São Paulo, e Francisco José Teixeira Leite adquiriu por meio do dote de sua esposa (e prima) Maria Esmeria Leite Ribeiro, a fazenda Cachoeira, em Vassouras. A administração dessa propriedade sempre foi secundária frente às atividades usurárias que asseguraram o crescimento vultoso do patrimônio de Francisco José. Seu sucesso econômico veio acompanhado do prestígio político, o que atraiu seus irmãos e pais, que adquiriram residências na vila e se tornaram comissários de café, capitalistas e políticos no município de Vassouras.³⁴

Esses cinco troncos familiares representam diferentes estratégias de investimento patrimonial, todas bem sucedidas no sentido de levá-los a posições de destaque na primeira metade do século XIX. Embora os Ribeiro de Avellar e os Werneck tenham em comum a ocupação precoce da região no século XVIII, os primeiros transitaram gradualmente do comércio de grosso trato para a agricultura, enquanto os segundos se estabeleceram desde o início como fazendeiros. Suas propriedades testemunharam as mudanças do mercado mundial e da produção fluminense, com a transição da cana de açúcar para o predomínio dos cafezais. A documentação concernente às fazendas dos Correa e Castro e dos Avelar e Almeida é posterior à segunda metade da década de 1830, e aponta para estratégias patrimoniais desde o início atreladas à cafeicultura. Finalmente, o engajamento dos Teixeira Leite com a produção agrícola foi circunstancial, secundária frente às atividades mercantis e, principalmente, usurárias. Por diferentes trajetórias, essas famílias foram eficientes em se posicionar como pioneiras na economia e na política de Vassouras, multiplicando seu patrimônio e convertendo seu prestígio em capital político. Esse processo de ascensão social se confunde em parte com a transformação da paisagem da região, na medida em que se expressou na produção do espaço por meio de fazendas e edificações urbanas.

³⁴ TELLES. “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, pp. 34-36; MUNIZ. *A Riqueza Fugaz*, pp. 133-146. STEIN, Stanley, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, pp. 144-145.

Arquitetura e Paisagem nas décadas de 1830 a 1840

Depois de três dias viajando por caminhos que entrecortavam a mata virgem, a visão dos edifícios produtivos e das senzalas da Pau Grande atraiu a atenção de Saint-Hilaire. Todavia, se a dimensão do engenho o surpreendeu, o mesmo não pode ser dito da casa de morada, não à toa descrita por ele como mais assemelhada a um mosteiro do que a um castelo europeu – comparação que revela uma quebra de expectativa.

A casa do proprietário tem um andar além da rés-do-chão; apresenta dezesseis janelas de frente ornadas de balcões de ferro, de fabrico europeu e, no meio do edifício, há uma grande capela ao mesmo nível que ele, mas cujo teto é totalmente distinto. O outro lado do edifício, que encosta em um morro, tem duas alas entre as quais há um pátio estreito. Como na maioria das casas portuguesas e espanholas, o andar térreo é habitado pelos senhores; uma escada de madeira, muito mal construída, conduz aos apartamentos: os da parte de trás, são reservados às senhoras; os da frente consistem em uma série de grandes peças todas dependentes umas das outras e muito pouco mobiliadas; ao fundo dessas peças estão pequenos cubículos obscuros fechados por portas e é lá que se dorme. Tal distribuição não é peculiar a Pau Grande; encontramos com bastante frequência nas casas antigas de certa importância, e está de acordo com os costumes do país. As mulheres que pouco convivem com os estranhos, que, geralmente, nunca se mostram, devem habitar um local completamente separado. Os homens, ignorando os encantos da leitura e do estudo, entregues a seus prazeres ou a ocupações externas, mal tem a necessidade de encontrar apartamentos em que se possam reunir; e, para se deitarem, não importa que os quartos sejam escuros ou bem iluminados: uma célula privada de luz é mesmo preferível para quem queira dormir durante o dia.³⁵

O contraste entre a simplicidade da residência e a imponência das construções produtivas foi destacado pelo viajante, cujo referencial cultural o levava a esperar por uma maior valorização do espaço doméstico. No entanto, a análise dos inventários *post mortem* abertos das primeiras décadas do século demonstra se tratar de um padrão das grandes fazendas, dentre as quais podem ser tomadas como referência as propriedades de Manoel Francisco Xavier, o mais influente latifundiário de Pati do Alferes no período. Nelas, predominava o investimento em bens econômicos, como terras, escravos, plantações e edifícios de beneficiamento de açúcar e café, enquanto as casas representavam um percentual ínfimo dos patrimônios, e sequer tinham seus cômodos e móveis descritos.³⁶

O inventário de Ana Mathilde Werneck, aberto em 1827, por Francisco Peixoto de Lacerda, destaca-se pela minuciosa descrição dos bens domésticos; mas a exceção

³⁵ SAINT-HILAIRE. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p. 25.

³⁶ Inventário de Manoel Francisco Xavier, 1839, Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

confirma a regra. A fazenda Piedade possuía um engenho de açúcar, moinho, e plantações de cana, às quais se somavam cafezais, sugerindo a compatibilização de culturas. Junto ao terreiro em frente à residência ficavam as sete senzalas que abrigavam 16 escravos casados e 58 solteiros. A “*morada de casa de sobrado*” possuía quarto de varanda e oratório para rezar missas com tribuna. À sala de frente se abriam alcovas, separadamente da sala de jantar, com janelas de vidraças – provavelmente voltadas aos fundos. Quartos e a cozinha completavam a planta. Por sua vez, o mobiliário se restringia a peças simples de madeira e de cobre, com destaque para a cômoda de jacarandá, uma marquesa forrada, uma mesa de jantar com 15 palmos de comprimento e 5 de largura e outra com 8 de comprimento e 4 de largura, dezenas cadeiras de jacarandá e de palhinha, além de bancos, caixas e baús. A louça era pouco variada, composta por pratos e copos, e um aparelho de chá e bule. Os únicos elementos decorativos arrolados foram um quadro de Nossa Senhora e uma imagem de Santa Anna.³⁷

Assim como a Pau Grande e a Piedade, a fazenda Santo Antônio, que pertenceu a Mariana das Neves Correa e foi inventariada em 1837, possuía um “*engenho que serviu de fabricar açúcar*” junto às demais construções voltadas ao seu beneficiamento, mas predominavam os cafezais. Senzalas velhas e novas abrigavam os 129 escravos, descontados os poucos alforriados. A casa de sobrado com varanda foi descrita apenas pelas suas dimensões e pelo número de janelas, sem menção aos cômodos, de forma que o mobiliário foi listado em sequência, com uma mobília de mogno, mesa, cadeiras, marquesas, sofá, e instrumentos de cobre e madeira rústicos, voltados ao trabalho doméstico.³⁸ Por sua vez, o inventário de Suzana Maria de Jesus, esposa de Manoel de Avelar e Almeida, falecida em 1839, inicia a descrição dos bens pelo engenho e pelo moinho voltados ao benefício do café, e só depois menciona a casa de sobrado, sem maiores detalhes. Os imóveis do casal continham três casas de morada cobertas de telha, uma assoalhada, e uma quinta residência de esquina com mobília, avaliada em sete contos de réis – montante expressivo se comparado às casas de morada avaliadas no período, todas localizadas nas terras de Nossa Senhora da Conceição, na vila de Vassouras. Contudo, nem a casa de fazenda nem as residências urbanas tiveram seus interiores ou

³⁷ Inventário de Ana Mathilde Werneck, 1827. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

³⁸ Inventário de Mariana das Neves Correa, 1837. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

móveis descritos, salvo por algumas peças rústicas e pelo aparelho de louça.³⁹ Quando da abertura do inventário de seu viúvo, Manoel de Avelar e Almeida, nove anos depois, os 152 escravos foram os primeiros bens arrolados. A residência foi descrita apenas como uma casa de sobrado de vivenda; o mobiliário não apenas se multiplicara, mas se alterara qualitativamente, com peças como a mesa de jantar com abas, aparador, uma guarda-louças com aparelhos de porcelana e de chá completo, e copos de champanhe, além das marquesas com colchões, duas cômodas (uma delas de jacarandá) e uma mesa para escrever. Entretanto, não há menções sobre os imóveis na vila.⁴⁰

Os Teixeira Leite possuíram poucas fazendas, geralmente de forma temporária, por conta execuções de dívidas de seus devedores, tendo em vista a preferência pela atuação como comissários e financistas. Excepcional foi a propriedade da fazenda Cachoeira, por Francisco José Teixeira Leite, adquirida como dote de casamento em 1830 e por ele mantida até o início da década de 1850. Todavia, mesmo nesse caso, o investimento era secundário em relação à prática usurária, que compunha mais de 85% do patrimônio do casal registrado no inventário de 1851, após a morte de Maria Esméria.⁴¹ A planta da residência registra a presença de um escritório junto à porta de entrada, com as respectivas escrivaninha e mesa de escrever, e as alcovas se abrindo aos cômodos de recepção demonstra o relativo papel social da residência, em razão dos negócios do proprietário.

³⁹ Inventário de Suzana Maria de Jesus, 1839. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

⁴⁰ Inventário de Manoel de Avelar e Almeida, 1848. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

⁴¹ Inventário de Maria Esmeria Leite Ribeiro, 1851. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

IMAGEM 4: Planta da Fazenda Cachoeira, que pertenceu a Francisco José Teixeira Leite

Na década de 1850, o mobiliário descrito se mostra mais elaborado do que aqueles registrados por Saint-Hilaire e pelos inventários das décadas de 1820 e 1830, com mesa de jantar, cadeiras, aparadores, guarda-louças com peças e talheres de prata e porcelana, camas francesas, marquesas, sofás e cadeiras de mogno e jacarandá. Quatro espelhos com molduras douradas ornavam as paredes da sede da fazenda, sugerindo maior atenção estética com os interiores, enquanto a mesa de jogo aponta para práticas sociais e de lazer. Se, por um lado, a planta reproduz formalmente a mesma gramática espacial das edificações anteriores, com a segregação entre os espaços de receber e os cômodos íntimos, por outro lado, a valorização estética dos interiores e a quantidade e qualidade dos móveis são indícios de uma transformação prática e simbólica da casa senhorial na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX.⁴²

As condições patrimoniais e financeiras dessas famílias se destacavam na região em meio a uma miríade de sitiantes e lavradores. Os estudos de Stanley Stein e de Célia Muniz sobre a estrutura fundiária de Vassouras, Valença e Pirai demonstraram o predomínio numérico da pequena propriedade nas primeiras décadas da ocupação do Vale, embora houvesse grande concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários.⁴³ Dos 205 proprietários de Vassouras estudados por Stein nos inventários,

⁴² Inventário de Maria Esmeria Leite Ribeiro, 1851. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

⁴³ STEIN, Stanley, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, p. 268. MUNIZ, Célia, *Os donos da terra*, pp. 5, 94 e 136. Sobre a gramática espacial das residências anteriores a 1850, historiadores da arquitetura se debruçaram sobre as formas de morar desde o período colonial em diferentes regiões, sugerindo a existência de um padrão, marcado por uma divisão tríplice entre salas frontais, alcovas centrais, e salas de jantar, cozinha e cômodos restritos à família no mundo, marcando uma segregação entre espaços

179 possuíam uma área de menos de 100 alqueires; os 26 restantes possuindo mais. No entanto, enquanto os últimos ocupavam uma área de 3.765 alqueires, a maioria detém apenas 2.866 alqueires.⁴⁴ Fenômeno semelhante se expressou na propriedade escrava, segundo a pesquisa de Ricardo Salles. Dos inventários de proprietários de escravos abertos entre 1821 e 1835, apenas 8,7% registraram mais de 50 cativos arrolados, concentrando contudo 34,5% do total.⁴⁵ Nesse sentido, fazendas como a Pau Grande foram exceções dentre o conjunto das unidades rurais, mas dominavam proporcionalmente a paisagem.

Pouco após a morte de sua esposa, Francisco José Teixeira Leite vendeu a Fazenda da Cachoeira, vindo a se estabelecer definitivamente no casarão que possuía em frente à praça da igreja matriz de Vassouras, onde intensificaria sua prática como financista e sua atuação política. A compreensão desse processo demanda uma análise mais atenta do desenvolvimento do espaço urbano do município.

Em março de 1833, a vila se resumia a poucas residências próximas à igreja de Nossa Senhora da Conceição, ainda em construção. Em dois anos as edificações se multiplicaram, inclusive com algumas boas casas, na opinião do viajante Charles Bumburry.⁴⁶ Em 1836, foi produzida uma carta corográfica da província do Rio de Janeiro com o levantamento de todas as vias, sob encomenda das autoridades fluminenses aos diretores e chefes das Seções da Diretoria das Obras Públicas, Coronel Conrado Jacob de

de receber e espaços íntimos. Sobre o tema ver REIS FILHO. *Quadro da Arquitetura no Brasil*, 1978; e do mesmo autor. *Evolução Urbana do Brasil 1500-1720*. 2ª ed. 2. ed. São Paulo: Editora Pini Ltda., 2001; MARX, Murilo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Edusp, 1980; SMITH. “Arquitetura Civil no Período Colonial”, 1975.; RODRIGUES. “A Casa de Moradia no Brasil Antigo”, 1975; SAIA, Luis. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 130; VASCONCELLOS. *Vila Rica*, 1972; LEMOS. *História da Casa Brasileira*, 1989; e do mesmo autor as seguintes obras *Arquitetura Brasileira*, 1979; *Casa Paulista*, 1999.

⁴⁴ Muniz identificou o mesmo padrão em Valença e Piraí. No primeiro município, de um total de 143 registros paroquiais coletados, 88 eram pequenas propriedades frente a 55 médias e grandes propriedades. Dessas, apenas 16 possuíam mais de 300 alqueires. Além disso, os maiores proprietários possuíam mais de uma fazenda, e os pequenos lotes e sítios viviam às margens e dependentes de seus domínios. MUNIZ. *Os donos da terra*, pp. 5, 94 e 136.

⁴⁵ A partir dos dados coletados em inventários do período entre 1821 e 1835, Salles classificou os proprietários em cinco grupos. Os minis e pequenos proprietários (que possuíam entre 1 e 4, e entre 5 e 19 cativos, respectivamente) perfaziam 65,22% do total, mas respondiam por apenas 26,71% do total de escravos, sendo que os primeiros representavam sozinhos 15,94% e detinham apenas 1,54% dos cativos. Por sua vez, os médios proprietários (que possuíam entre 20 e 49 escravos) representavam 26,09% dos senhores e concentravam 38,79% dos escravos, enquanto os grandes e megaproprietários (que possuíam entre 50 e 99, e 100 ou mais escravos, respectivamente) somavam apenas 8,7% dos proprietários, mas possuíam 34,50% dos cativos. Os megaproprietários sozinhos eram menos de 4,35% dos senhores, mas concentravam 23,02% do total de escravos computados para o período. SALLES, Ricardo. *E o Vale era Escravo, Vassouras, Século XIX, Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 157-158.

⁴⁶ TELLES. “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, p. 23.

Niemeyer, Major Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, Julio Frederico Koeler e Carlos Rivierre:

IMAGEM 5: Carta corográfica da província do Rio de Janeiro, segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer [e outros] ... [S.l.: s.n.], 1839.⁴⁷

As reformas implementadas nos primeiros anos da Regência haviam descentralizado a administração pública, legando maiores prerrogativas ao judiciário em nível local e às províncias.⁴⁸ A gestão da província demandava um conhecimento pormenorizado do território, suas jurisdições e das condições das vilas e cidades, onde se dava a administração municipal e judiciária, e onde ocorriam as eleições. Por sua vez, o desenvolvimento das vilas e cidades dependia tanto dos investimentos das famílias da região quanto de diretrizes e verbas provinciais. Além disso, naquela mesma década os fazendeiros passaram a se valer das Câmaras Municipais como veículos políticos de seus

⁴⁷ Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164664/cart164664.pdf.

⁴⁸ Sobre as reformas da década de 1830 ver MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2011, pp.115-204; NEEDLE, Jeffrey D. *The Party of Order: the conservatives, the state, and slavery in the Brazilian monarchy, 1831-1871*. Stanford/California: Stanford University Press, 2006.

interesses, pleiteando a reabertura do tráfico negreiro.⁴⁹ A importância dessa produção cartográfica adquire maior relevância quando contrastada com a falta de representações das propriedades rurais no país. Ao analisarem o mapa da Imperial Fazenda de Santa Cruz, também produzida por Niemeyer em 1848, Rafael Marquese e Ricardo Salles concluíram que sua excecionalidade somente poderia ser compreendida nos quadros da estrutura fundiária da província e dos interesses dos grandes proprietários, de modo que a indefinição das fronteiras de suas fazendas asseguraria a prevalência de seu arbítrio em conflitos pela terra.⁵⁰ Por sua vez, a cartografia dos municípios e de seus espaços urbanos se repetiu nas décadas seguintes, revelando menor resistência (ou até incentivo) dos fazendeiros à delimitação e representação desses centros de poder administrativo e político. Nesse sentido, a carta corográfica deve ser compreendida como resultado do encontro entre as medidas adotadas pela Assembleia Provincial do Rio de Janeiro e os esforços das autoridades municipais. A representação criava uma geografia imaginada do território, e potentados do Vale tinham diante de si a oportunidade de se verem inseridos administrativa e politicamente na província.

⁴⁹ Sobre a campanha pela reabertura do tráfico e a ascensão política dos potentados do Vale do Paraíba ver YOUSSEF, *Imprensa e escravidão*, pp. 179-238; MATTOS, *O Tempo Saquarema*, pp.115-204; SALLES, *E o Vale era Escravo*, pp. 46-55; do mesmo autor “O Império do Brasil no contexto do século XIX”, 2012.

⁵⁰ MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. “A cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e a formação do Estado nacional brasileiro”, 1822-1848. In: Mariana Muaze; Ricardo Salles. (Org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, v. 1, pp. 100-102.

IMAGEM 6: Planta da Vila de Vassouras representada na Carta corográfica da província do Rio de Janeiro, segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer [e outros] ... [S.l.: s.n.], 1839.⁵¹ Detalhes e legendas do autor.

No que se refere à representação da vila de Vassouras, a planta oferece elementos para a compreensão de suas condições de desenvolvimento nos anos seguintes à sua fundação. A estrada da Polícia (linha em azul) contornava o relevo irregular e o terreno elevado escolhido para a construção da capela (3). No terreno íngreme central havia uma grande pedreira, de onde foram extraídos materiais para as primeiras construções. Desde 1835, havia um projeto para a construção de uma praça em frente à igreja matriz, de autoria do presidente da Câmara Municipal, Laureano Correia e Castro, que só foi levado a cabo posteriormente. De toda forma, as diretrizes da irmandade e a pedreira asseguraram a manutenção de um vasto espaço aberto à frente da matriz, sendo disponibilizados terrenos para construções em seu entorno. Às margens da estrada da Polícia surgiram algumas das primeiras construções; as demais edificações se localizavam dos dois lados da igreja, na rua paralela à sua esquerda e na perpendicular à sua direita. Os limites e características dessas construções não podem ser conhecidos com base na planta, mas duas das residências que se tornaram mais importantes na vila foram ali representadas. Nenhuma delas se encontrava nos limites das terras da Irmandade de Nossa Senhora da

⁵¹ Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164664/cart164664.pdf>.

Conceição, e podem ser consideradas chácaras relativamente próximas do núcleo urbano em formação. Uma delas pertenceu a Pedro Correia e Castro (1), e se localizava no terreno elevado e mais afastado à esquerda da igreja matriz, enquanto a outra pertenceu a Joaquim José Teixeira Leite (2), construída também em um terreno íngreme acessível pela rua paralela à igreja matriz, perpendicular à Estrada da Polícia. Não foi possível precisar o ano de construção dessas residências, mas provavelmente foram posteriores à doação das terras à irmandade, em 1828.

Segundo as atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, em 1835 foi definido o perímetro urbano da vila, circunscrevendo suas terras. Nos anos seguintes, de forma coordenada com a câmara, foram construídas pontes, concluídas as obras do matadouro e realizadas melhorias no cemitério. Na década de 1840, foram realizadas obras de calçamento e alinhamento de ruas e da praça, e implantados lampiões de azeite para iluminação.⁵² Em 1846, o periódico *Ostensor Brasileiro* publicou uma litogravura de Ludwig & Briggs, que representava a vila de Vassouras, provavelmente com base um desenho realizado entre 1844 e 1845.

IMAGEM 7: Litogravura da Villa de Vassouras produzida por Ludwigg & Briggs e publicada no *Ostensor Brasileiro* em 1846. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846]. 1 grav., litogravura, p&b, 18,2 x 26,8cm.⁵³

⁵² TELLES. “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, pp.9-11; LAMEGO. *O Homem e a Serra*, pp. 136-142.

⁵³ Disponível em:

O periódico passara a ser publicado em 1845 por Vicente Pereira de Carvalho Magalhães e João José Moreira. Descrito como “jornal literário e pictorial”, seu objetivo seria tratar de assuntos pertencentes à história política e geográfica da terra de Santa Cruz, valendo-se principalmente de textos sobre educação, crônicas, bem como de imagens marcadas por um cunho pedagógico, a fim de literalmente ostentar o país aos brasileiros. As imagens publicadas variaram de retratos de figuras históricas a paisagens do território nacional, com destaque para a Província do Rio de Janeiro e para a Corte.

É preciso civilizar o povo, dizem todos [os periódicos], e o jornal literário é uma poderosa alavanca da civilização; porém, ignora-se que para o povo no Brasil, e em muitas partes ainda não é a leitura uma necessidade? Enfastiam-nos cientificamente e depois gritam que as empresas literárias no Brasil são impossíveis de manter, que o povo não lê vinte e trinta páginas, que de uma vez só lhe atiram: ainda mais, para que esta civilização estrangeirada, que não cria raízes no coração do povo?! (...) Atrevido é pois o nosso intento em mais de um ponto; louco, ou impossível, não: se alguém julgar mui grave o peso para forças. (...) ⁵⁴

A constatação dos limites de leitura da população servira de premissa para a produção de um veículo de informações simplificado, cujo objetivo seria a educação sobre o país. Nesse ímpeto, as imagens possuíam um papel essencial.

O Brasil apesar de novo na ordem das nações não deixa de merecer a atenção geral, não só por sua posição geográfica, como também pelas belezas naturais que lhe adornam o seio; para que qualquer parte que nos voltemos vemos somente quadros pitorescos debuxados pela mão do Onipotente com todo o primor. (...) E tem o Brasil somente belezas naturais ou possui também artefatos de menção e lembrança eterna?! Não: dirá o estrangeiro vaidoso de seus monumentos; aqui não há edifício que mereça a honra de ser apontado como digno filho das regras arquitetônicas; é na Europa com especialidade onde a arquitetura tem firmado seu trono... Porém o nosso ilustre poeta, o Sr. Magalhães, que tem percorrido diversos portos da Europa e do Brasil dirá “Nós os possuímos em mais de uma cidade, e podemos dizer que a Bahia é a Itália brasileira, não só pela majestade de seus edifícios, como também pelo grande número deles.” Diremos como ele, e para vos convenceremos, amigo leitor, pouco e pouco vos iremos levando aos lugares onde a mão do construtor os ergueu, segundo os preceitos da sua arte e a influência da época; faremos que noites as belezas arquitetônicas de modo que percebais, e as estampas que juntarmos suprirão o que embalde busca descrever.” ⁵⁵

Como se verifica a partir da apresentação do periódico, textos e imagens possuíam um papel complementar, referente à ostentação visual e informativa do país aos cidadãos, e sob tais diretrizes a litogravura da vila de Vassouras, produzida por Ludwigg & Briggs, foi publicada em uma edição de 1846.

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1424741/icon1424741.jpg>.

⁵⁴ Ostensor Brasileiro, 1ª edição, 1845, p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

⁵⁵ Ostensor Brasileiro, 1ª edição, 1845, pp. 2-5. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

A comparação entre a imagem e a planta de 1836 demonstra o rápido desenvolvimento da vila, que saltou de cerca de cinco edificações do ano de sua fundação para quase cem em 1849, segundo o relatório do presidente da câmara Joaquim José Teixeira Leite. A partir desses registros visuais é possível explorar a paisagem urbana de Vassouras e suas edificações na primeira metade do século. A litogravura foi produzida a partir da perspectiva do morro à direita da igreja matriz, e representou o núcleo das terras da irmandade e o trecho da estrada da Polícia que se estendia em frente à praça central. Na planta de 1836 existe uma representação contígua nesse espaço, não sendo possível identificar as edificações, mas na gravura é possível constatar que, ao menos entre 1844 e 1846, diferentes residências ocupavam esse espaço. A igreja possuía apenas uma torre frontal, em vez das duas que viria a ter. Os lotes concedidos nas terras da irmandade, no centro da vila, eram retangulares, com espaços amplos atrás das casas. A maior parte das residências registradas era térrea, mas seis sobrados podem ser identificados, sendo dois deles localizados à direita da matriz, dois na Estrada da Polícia à frente do quadro central, um deles no fundo à direita da imagem, e bem no centro, sobre o terreno íngreme à esquerda da matriz, se localiza o grande sobrado de Pedro Correia e Castro.

IMAGEM 8: Pormenor da praça da matriz na litogravura da Villa de Vassouras produzida por Ludwigg & Briggs. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846].

Segundo Augusto da Silva Telles, as edificações térreas de Vassouras na primeira metade do século seguiam, em sua maioria, o padrão construtivo das residências mineiras.⁵⁶ As variações eram quantitativas e de volume, referentes à dimensão de fachadas e interiores e o número de vãos, janelas e portas. A disposição das plantas seguia

⁵⁶ TELLES. “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, p. 24.

o padrão tradicional das casas coloniais, com três segmentos: salas frontais, alcovas e, ao fundo, salas íntimas, quartos e espaços de serviços. A organização era marcada pela segregação entre espaços de receber e de viver, entre os restritos cômodos sociais, e aqueles da intimidade familiar. Desse modo, as residências urbanas reproduziam a gramática espacial das casas de fazendas da região. Os poucos inventários que arrolaram residências urbanas na primeira metade do século não fizeram menção à estética das fachadas e tampouco descreveram os cômodos interiores, enquanto os móveis foram descritos e avaliados sem pormenores, simplesmente como “mobília”. Em alguns deles se repetem peças de madeira rudimentares, como mesas, cadeias de palhinha, camas e marquesas. A diferença entre o mobiliário de residências mais simples e as mais abastadas era mais quantitativa do que qualitativa.

IMAGEM 9: Pormenor da rua atrás da igreja matriz na litogravura da Villa de Vassouras produzida por Ludwigg & Briggs. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846].

Por sua vez, os sobrados comerciais apresentavam uma solução específica de compatibilização entre as atividades da loja, restritas ao piso inferior, e os espaços domésticos, no pavimento superior. Nesse último, reproduzia-se a solução de segregação entre uma sala de receber e os cômodos dos fundos por uma faixa intermediária de alcovas. O sobrado no fundo da imagem à direita representa esse modelo, como demonstram as cinco portas frontais à rés do chão. Posteriormente o edifício foi um hotel, não sendo possível atestar se já o era em 1846. De toda forma, o Almanack Laemmert registra em 1848 a existência de três hospedarias.

IMAGEM 10: Pormenor do edifício que serviu de hospedaria na litogravura da Villa de Vassouras produzida por Ludwigg & Briggs. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846].

O engenheiro Louis Leger Vauthier registrou na década de 1840 que, no Brasil, os sobrados seriam signos de distinção social de membros da elite, contrapondo-se às residências térreas.⁵⁷ Entretanto, esse padrão não se repetiu em Vassouras, onde muitos potentados optaram pela construção de casarões térreos na primeira metade do século, possivelmente influenciados pelo padrão arquitetônico das fazendas. São exemplos desse fenômeno as residências que pertenceram aos irmãos Teixeira Leite, Francisco José, Joaquim José e João Evangelista – nenhuma delas registrada na litogravura de Ludwigg & Briggs, mas que serão analisadas mais adiante. No que se refere aos sobrados residenciais, o melhor exemplo é aquele localizados ao lado da matriz e na estrada da Polícia à sua frente.

⁵⁷ VAUTIER, L. L. “Casas de residência no Brasil”. In: *Arquitetura Civil I. Textos Escolhidos da Revista do IPHAN*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975, p. 37.

IMAGEM 11: Detalhe do sobrado que pertenceu a José Joaquim Botelho, posteriormente adquirida por Francisco José Teixeira, futuro Barão de Itambé, na litogravura da Villa de Vassouras produzida por Ludwigg & Briggs. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846].

O sobrado localizado ao lado da igreja matriz pertenceu a José Joaquim Botelho, importante cafeicultor da região, que o vendeu no final da década de 1850 a Francisco José Teixeira, Barão de Itambé e patriarca da família Teixeira Leite. Embora a planta de sua residência possa ter sido alterada na segunda metade do século, é possível constatar a repetição do programa em ambos os pavimentos, com a divisão entre espaços de receber à frente, e a sala de jantar, cozinha e os quartos nos fundos. Contudo, a residência mais importante de Vassouras em suas duas primeiras décadas de existência foi o sobrado já mencionado, que pertenceu a Pedro Correia e Castro, e que se localizava no amplo terreno à esquerda da igreja matriz (Imagem número 12).

IMAGEM 12: Pormenor do sobrado que pertenceu a Pedro Correia e Castro na litogravura da Villa de Vassouras produzida por Ludwigg & Briggs. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846].

Esse edifício tinha forma quadrangular e possuía 16 janelas de frente, seguindo o padrão construtivo das fazendas da região. Embora sua planta original seja desconhecida, é provável que repetisse o programa de sedes de fazendas como a Pau Grande na primeira metade do século, com dois pavimentos espelhados, divididos em salões frontais, alcovas e salas dos fundos, sendo o pavimento superior destinado à vida familiar.

A paisagem urbana era, portanto, composta nesse período pelo complexo de edificações em torno da praça da matriz, com residências mais simples e casarões térreos, ao menos um sobrado comercial, e alguns sobrados residenciais. Os proprietários das residências mais distantes da quadra central eram em sua maioria pequenos comerciantes, enquanto os casarões e sobrados comerciais pertenciam a grandes fazendeiros, como Joaquim José Botelho e Pedro Correa e Castro, e aos irmãos Teixeira Leite, cuja atuação prioritária como comissários de café e capitalistas justifica a escolha pela propriedade urbana. Em comum, todos esses proprietários tinham a atuação política local, tanto como membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, como na ocupação de cargos públicos, como vereadores, delegados ou juizes de paz.⁵⁸ Esse dado sugere uma função política da residência urbana, complementar à propriedade de terras para a prática clientelista. A vila de Vassouras era um espaço recortado por múltiplas percepções de tempo, desde os ritmos da natureza e da agricultura até o calendário católico, com missas, procissões e dias santos. A formação de uma monarquia constitucional acrescentou o calendário oficial dos ritos públicos do Estado, com destaque para as eleições e as sessões do júri. Os espaços e as paisagens de Vassouras somente adquiriam sentido na dinâmica das interações entre agentes e o mundo material, e esses momentos de suspensão do cotidiano nos oferecem uma visão privilegiada para as práticas, apropriações e significados atribuídos pelos agentes à arquitetura urbana.

Arquitetura e Política: o Sufrágio e a Política da Escravidão

Manoel Francisco Xavier foi o primeiro presidente da Câmara Municipal de Pati do Alferes, tendo alçado o cargo pelo sistema de pelouros que vigente desde o período colonial. Três listas eram redigidas com nomes de “homens bons” da localidade – proprietários prestigiosos –, e inseridas em pelouros (bolas de cera), a serem sorteados por

⁵⁸ As edições do Almanack Laemmert a partir da década de 1840 (disponíveis em <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>) demonstram esse domínio dos potentados sobre as instituições, como será apresentado na análise desse capítulo e dos demais sobre a política municipal.

um moço de até sete anos de idade. Assim eram selecionados aqueles que ocupariam cargos de vereadores, procuradores e juízes. A população local era atraída pelo caráter ritual do processo e pela importância dos cargos definidos, mas na condição de observadores. A Constituição de 1824 e o Código de Processo Criminal de 1832 alteraram esse cenário, instituindo o princípio da representação por meio do instituto das eleições.⁵⁹

A legislação vigente previa pleitos em dois graus, sendo o primeiro aberto aos votantes - maiores de 25 anos que possuísem domicílio próprio e renda anual superior a 200\$000 – e o segundo restrito aos eleitores – detentores de renda anual superior a 400\$000, condição para ocupar cargos nas câmaras municipais e de exercer o voto nas eleições para deputados e senadores. Os critérios censitários relativamente baixos, a corrosão inflacionária nas décadas seguintes e os meios subjetivos de qualificação dos votantes e eleitores asseguraram que grande parcela da população livre participasse dos pleitos no século XIX. O historiador Richard Graham estima que a participação política da população livre no Brasil superava os índices de sistemas representativos europeus no mesmo período. Ao mesmo tempo, a distribuição desigual de terra e renda tendeu a favorecer os grandes proprietários e as famílias tradicionais.⁶⁰

Os dias de eleições em municípios rurais eram marcados pela ida dos fazendeiros, sitiantes e lavradores em direção às paróquias, vilas ou cidades. Nas capelas ou igrejas matrizes se encontravam as autoridades responsáveis (juízes de paz, párocos e, a partir da

⁵⁹ RAPOSO, *História de Vassouras*, pp. 20-21. Sobre o sistema eleitoral da colônia ao Império ver SOARES DE SOUZA, Francisco Belisario. *O sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979; COSTA PORTO, W. *O voto no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, LEAL, 2012; e CARVALHO, José Murilo, *A Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Sobre as instituições e legislações, ver DANTAS, Monica Duarte. “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro”. In: Instituto Prometheus. (Org.). *Rumos da cidadania. A crise da representação e a perda do espaço público*. São Paulo: Instituto Prometheus, 2010, v. 1, p. 19-58; SLEMIAN, Andrea. “Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (1822-1834)”. In: *Lócus: Revista de História- Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. v. 24. DOLHNIKOFF, Miriam. *Pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005; GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Império das Províncias. Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Sobre as interpretações sobre a relação entre elites e as instituições representativas do Império ver CARVALHO. *A Construção da Ordem/Teatro das Sombras*, pp. 229-236; MATTOS. *O Tempo Saquarema*, pp 115-205; MARTINS. *A Velha Arte de Governar*, pp. 99-167.

⁶⁰ Sobre a prática eleitoral durante o Império ver GRAHAM. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, 1997; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”, in FREITAS, Marcos Cezar (org.), *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998; NUNES, Neila. “A Experiência Eleitoral em Campo dos Goytacases (1870-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante” In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 2, 2003, pp. 311-343. Sobre o documento identificado por Graham, ver as páginas 167-169; LIMONGI, Fernando. “Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência”. In: *Lua Nova*, 2014, n.91, pp.13-51.

década de 1840, delegados ou subdelegados de polícia), que avaliavam a qualificação do cidadão e recebiam seu voto. Terminado o pleito, era marcada uma sessão para a apuração dos votos na Câmara Municipal, com a presença dos vereadores da legislatura anterior e, enfim, a declaração dos eleitos à população pela janela do edifício. O evento era marcado tanto por festividades quanto por eventuais confrontos e demonstrações de força, o que sugere seu caráter ritual de suspensão do cotidiano e de inversão ou reforço da ordem.⁶¹ Filho de um médico que trabalhava nas fazendas de Vassouras e Valença, Eloy de Andrade viveu sua infância na região e veio a publicar suas memórias sobre o Vale do Paraíba, nas quais descreveu as eleições em ambos os municípios:

Nesse tempo, a grande massa eleitoral, formada de homens simples e ignorantes era dirigida pelos cabos eleitorais (...) Punham-se nas vésperas de eleição, a serviço dos chefes de partido, iam à casa do eleitor cabalar seu voto (...)

A esse eleitorado somavam-se os votantes independentes, os pais de família com filhos maiores e genros, o médico, o boticário, o vigário e seus grupos aderentes. Por último, os chefes, dois em cada freguesia, um liberal, outro conservador, homens abastados, fazendeiros, ou mesmo pobres, mas representantes de famílias antigas do município (...)

O voto era dado por amizade, gratidão ou interesse. (...)

Todo eleitor tinha interesse em comparecer às urnas e votar. A uns aprazia dar a seu chefe, de quem eram amigos, o testemunho de sua fidelidade até seus últimos dias. E a melhor prova dessa amizade estava na constante lealdade, não hesitando em acompanhá-lo em todas as lutas eleitorais. Os tímidos, os humildes o faziam para merecer a proteção do chefe, sempre pessoa poderosa, se acontecesse ser ameaçado, perseguido ou envolvido em qualquer caso policial; os ambiciosos, por cobiçarem cargos policiais de inspetores e subdelegados, de juizes de paz ou patentes da guarda-nacional e os chefes por obterem comandas e títulos nobiliárquicos.

Havia, em vésperas de eleição, intensa movimentação pelos caminhos da freguesia. Às casas dos chefes chegavam e saíam cavaleiros a toda hora: eram os portadores, os cabos eleitorais que levavam e traziam recados. Consultavam as listas, discutiam sobre os nomes. (...) No dia da eleição, os grupos de eleitores são vigiados, há receio de troca de cédulas. Prevalece a sugestão de esta só ser entregue na boca da urna. Os fiscais não descansam, os cabos eleitorais estão vigilantes. Surgem impugnações: o eleitor não é o próprio, e outras mais.

As paixões políticas nada respeitavam...

Esse era o processo eleitoral, a manipulação das eleições no interior fluminense (...) ⁶²

A narrativa de Eloy de Andrade reforça o estereótipo das eleições no interior do país no século XIX, com a submissão absoluta dos homens livres e pobres aos desmandos dos proprietários de terras e membros das famílias mais tradicionais. Nesse sentido, os

⁶¹ Ver SOARES DE SOUZA, Francisco Belisario. *O sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979. Sobre a dimensão ritual das eleições, ver O'GORMAN, Frank. "Ritual Aspects of Popular Politics in England (c1700-1830)". In: *Memoria y Civilización* 3, 2000, 161-186. A presente análise se vale ainda das referências no campo antropológico de DAMATTA, Roberto, *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: Novos Ensaios de Antropologia Interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2006; TURNER, Victor. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 2013.

⁶² ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1988, pp. 240-243.

pleitos poderiam ser compreendidos como ritos de reforço da ordem social e política, expressão teatral do clientelismo. Embora não se conteste a existência desse fenômeno e da validade do conceito, estudos recentes tem avaliado a margem de negociação entre votantes e chefes políticos. A própria descrição do memorialista oferece subsídios a essa perspectiva, quando afirma que “*todo eleitor tinha interesse em comparecer às urnas e votar*”, fosse por “*amizade, gratidão ou interesse*” – portanto, formas conscientes de barganhar seu apoio político.⁶³ Andrade reconhece que:

Postos, porém, à margem, como está descrito, o que havia, nas eleições, de ridículo, de tragicômico e de violências, mesquinhos interesses, seria grave injustiça supor que o fluminense se reputasse desobrigado, sem maior exame de exercer seu direito de voto (...)⁶⁴

O argumento sobre o potencial de barganha dos votantes é reforçado em outra passagem do autor:

Se vinha à baila o resultado da última eleição, não faltavam críticas, elogios ou recriminações. O chefe que perdeu a eleição era inábil, não soubera trabalhar. Um eleitor que dispunha de quatro votos e que com cem ou duzentos mil réis teria debandado, nem foi procurado; outro, que precisava de um pequeno empréstimo, uma mão na roda para ele e que dava boas garantias, não foi atendido. Chefes que não ajudavam os eleitores nas horas de apertos, quando chegava também a hora do corre-corre, ficavam sozinhos.⁶⁵

As críticas de fazendeiros e políticos sobre os custos de manutenção de uma clientela abundaram nos discursos parlamentares e pedidos de reforma da legislação eleitoral no Parlamento no Império. Esse dado sugere uma relativa autonomia dos votantes nas barganhas por seu apoio. No entanto, essa margem de atuação política das camadas mais pobres era limitada, pois se restringia à troca do apoio de um chefe político para outro, sendo raras as candidaturas próprias. Célia Muniz localizou a lista eleitoral de Vassouras e de Pati do Alferes do ano de 1852 e, embora não constassem as rendas dos votantes, foram registradas suas profissões, com destaque para lavradores. Eram em sua maioria pequenos sitiantes e lavradores que votavam nas eleições municipais entre as décadas de 1830 e 1850, enquanto os vereadores eleitos eram predominantemente grandes fazendeiros e membros das principais famílias do município.⁶⁶

⁶³ Sobre o debate entre o papel passivo do eleitorado e sua margem de barganha ver FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997; e o contraponto de DIAS. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”, 1998; de NUNES. “A Experiência Eleitoral em Campo dos Goytacases (1870-1889)”, pp. 311-343; e de LIMONGI. “Revisitando as eleições do Segundo Reinado”, n.91, pp.13-51.

⁶⁴ ANDRADE. *O Vale do Paraíba*, p. 243.

⁶⁵ ANDRADE. *O Vale do Paraíba*, pp. 41-42.

⁶⁶ MUNIZ. *A Riqueza Fugaz*, pp. 103-110.

Laureano Correa e Castro foi o primeiro presidente da câmara municipal de Vassouras, tendo ainda sido reeleito para o mesmo cargo em 1840 – o que significa que, por duas vezes, foi vereador mais votado. Entre os membros da primeira legislatura da vila estavam ainda Joaquim Ribeiro de Avellar, Francisco das Chagas Werneck e Francisco José Teixeira Leite. Nas eleições de 1844 teve início a hegemonia dos Teixeira Leite na presidência da instituição, com a eleição de Joaquim José, com 1.628 votos, enquanto Pedro Correa Castro, irmão de Laureano, foi o quarto mais votado, com 1.467 votos. No pleito de 1848, João Evangelista Teixeira Leite foi eleito com 901 votos, que lhe bastaram para alcançar o cargo de presidente da câmara, enquanto Caetano Furquim de Almeida, genro de Francisco José Teixeira Leite, foi o terceiro mais votado, com 826 votos. Pedro Correa e Castro foi novamente eleito, como o sexto mais votado, com 696 votos. Em todas as eleições seguintes até a de 1871, foram os irmãos Teixeira Leite e Caetano Furquim de Almeida, agregado à família por matrimônio, os mais votados, o que lhes rendeu o domínio absoluto sobre a presidência da Câmara Municipal por cerca de três décadas.⁶⁷ O domínio familiar sobre as eleições ocorreu também nas de 1842 na freguesia de Pati do Alferes. A mesa eleitoral foi composta pelo juiz de paz, Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, pelo subdelegado, José Pinheiro de Souza Werneck, e pelo comandante da Guarda Nacional Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Abertas as urnas, os oito eleitores vitoriosos se dividiram entre cinco membros da família Ribeiro de Avellar e três da família Werneck.⁶⁸

Ainda que houvesse disputa entre os potentados de cada município, o domínio dessas famílias sobre a política vassourense se expressava por meio de alianças. A historiadora Mariana Muaze identificou essa prática nas correspondências entre Joaquim Ribeiro de Avellar e Francisco José Teixeira Leite:

Ao Ex^o sr. Barão de Capivary,
...Ontem estive em Vassouras e combinamos eu e várias pessoas a chapa para vereadores. O mano Joaquim ficou encarregado de falar a uma das pessoas lembradas para vereador e ver se aceita a nomeação. Ele lhe transmitirá a chapa que espero merecera sua aprovação. Seu filho vai nela incluído, conforme seu desejo.
Sr. Felício falou-me para ser contemplado nela, mas eu o dissuadi disso, visto morar ele muito longe e não poder vir às sessões. Queira V. Ex^a de sua parte convencê-lo dessa necessidade...Disponha com franqueza de quem é com estima
De V Ex^a, Amigo respeitoso, Francisco José Teixeira Leite⁶⁹

⁶⁷ Livro de Atas da Câmara Municipal de Vassouras, 1842-1871. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

⁶⁸ GRAHAM. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*, pp 167-169.

⁶⁹ Carta de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary Apud MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, p. 70.

Em outra correspondência, Joaquim José Teixeira Leite escreveu a Joaquim Ribeiro de Avellar sobre reunião com eleitores em que combinavam “*o mínimo de votos que devia caber ao protegido de VEx^a, o candidato Borges.*”⁷⁰ Assim, as eleições eram momentos chave para o estabelecimento das redes de alianças entre os potentados locais, que mobilizavam suas clientelas.

Para além de uma análise sobre a correlação entre patrimônio, capital político e redes de aliança, é possível acrescentar da dimensão ritual das eleições e sua dinâmica espacial. Conforme descrito por Eloy de Andrade, as eleições demandavam o movimento da população das fazendas e sítios em direção às paróquias, vilas e cidades, cujas capelas e igrejas se convertiam no centro do embate político por meio dos votos. Desse modo, o espaço urbano tinha seu cotidiano suspenso e era ressignificado, disputado na performance de chefes políticos e de votantes. A propriedade da terra foi um elemento decisivo na composição da hierarquia social do município e das relações de dependência em que se fundava o clientelismo. Mas é possível acrescentar ainda o aspecto simbólico da arquitetura das grandes fazendas e das residências urbanas, como representações de seus proprietários. Nas eleições nas décadas de 1830 e 1840, grandes fazendeiros como Joaquim Ribeiro de Avellar, Francisco das Chagas Werneck e Laureano Correa e Castro se destacaram. Todavia, é possível avaliar o papel da arquitetura urbana na dinâmica política municipal.

A carta de Francisco José Teixeira Leite sugere implicitamente a importância da residência urbana na vila de Vassouras, o que se depreende da justificativa apresentada para dissuadir o “Sr. Felício” da candidatura, “*visto morar ele muito longe e não poder vir às sessões.*” Em segundo lugar, a residência permitia não apenas o abrigo ao proprietário, mas a seus convidados, como demonstrou Joaquim José Teixeira Leite a Joaquim Ribeiro de Avellar nas eleições de 1851:

Meu prezado amigo foi designado no dia 30 do corrente mês para a eleição da Nova Assembleia Provincial. É natural que V Ex^a venha fazer parte do colégio eleitoral. Se vier, muito prazer terei em que V. Ex^a venha hospedar-se nesta sua casa.⁷¹

Francisco José Teixeira Leite era proprietário de um grande casarão térreo, em frente à praça da matriz, enquanto Joaquim José Teixeira Leite adquiriu a importante e antiga chácara, pouco mais afastada do centro urbano. Seus irmãos João Evangelista e

⁷⁰ Carta de Joaquim José Teixeira Leite ao Barão de Capivary *Apud* MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, p. 73.

⁷¹ Carta de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary *Apud* MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, p. 74.

Carlos, e, posteriormente seu cunhado, Francisco José Teixeira e Souza, e seus genros, Caetano Furquim de Almeida e Francisco de Assis e Almeida, adquiriram ou construíram as demais residências de maior importância no espaço urbano. Pedro Correa e Castro era o proprietário da mais imponente residência da vila. Em Pati do Alferes, os Werneck e os Ribeiro de Avellar eram proprietários das principais fazendas, mas também construíram edificações junto à igreja matriz da paróquia, precisamente onde se davam as eleições.

Esses dados sugerem uma relação entre a política local e a arquitetura urbana, que pode ser lida de mais de uma forma. Em primeiro lugar, as residências cumpriam um papel funcional imediato de abrigo aos proprietários em suas estadias na vila, fosse para missas, eleições ou sessões da câmara. Contudo, é possível aventar o potencial simbólico das edificações, marcando a paisagem urbana inclusive como representações do prestígio e poder de seus proprietários – um capital simbólico possivelmente convertido em apoio político e votos.

Por duas vezes eleito presidente da Câmara Municipal, Laureano Correa e Castro era proprietário da fazenda do Secretário e possuía um imóvel na vila de Vassouras. Entretanto, é provável que fosse recebido em suas estadias no sobrado de seu irmão, Pedro, pois cederia seu edifício para as atividades da administração municipal. A relação mais direta entre arquitetura e política se expressava no cenário de uma instituição política cujas atividades se davam na residência de seu presidente, em uma configuração típica da sobreposição entre o público e o privado no período. A dimensão política da arquitetura urbana se expressava para além das residências privadas, tendo em vista a relevância prática e simbólica dos edifícios públicos.

A demanda por uma casa voltava à administração municipal teve início no ano de inauguração da vila. Em 25 de abril de 1833, o vereador Francisco José Teixeira Leite apresentou a proposta de uma subscrição popular para a construção de um prédio que cumprisse a um só tempo as funções de cadeia no primeiro pavimento, e de casa da câmara no superior, reiterando o programa arquitetônico colonial. Em 1834, João Luiz de Lima era o fiscal da vila e foi encarregado de providenciar os planos para a construção da Casa de Câmara. Dois riscos foram apresentados aos vereadores, um realizado por um mestre e outro pelo major engenheiro Cezar Cadolino. Em 1840, o Major Frederico Carneiro de Campos apresentou um relatório à Primeira Seção de Obras Públicas em que descreveu o mau estado das cadeias de Vassouras e Valença e propôs planos para novos

edifícios.⁷² A segunda vila possuía uma casa para as seções da câmara e do juri, de forma que o engenheiro sugeriu apenas um plano para a cadeia, enquanto a situação da primeira foi descrita nos seguintes termos:

Na Vila de Vassouras a casa da câmara consta de uma peça oblonga, mandada fazer pelos cidadãos Correia e Castro para, provisoriamente, nela se reunirem a Municipalidade: esta casa não tem capacidade necessária para seu arquivo, e muito menos para a reunião dos Jurados, os quais, todavia ali se ajuntam. A Cadeia é a mesma que já descrevi em 1836, quando de seu exame incumbiu o Governo, fraquíssima, de pau a pique. Nestes termos apresentei para esta Vila o projeto de um edifício em que reúne debaixo do mesmo teto a Cadeia, a Câmara e o Juri.⁷³

Em 1836, o então presidente de província do Rio de Janeiro registrou em seu relatório anual a condição das cadeias fluminenses, majoritariamente construções de pau a pique e casas particulares alugadas, mas fez constar que lhe fora assegurada pelos cidadãos abastados de Vassouras a construção de uma nova prisão.⁷⁴ Quatro anos depois, ele escreveu ofício ao Ministro da Justiça Bernardo Pereira de Vasconcelos, reiterando sua opinião sobre a insegurança da cadeia que visitara em 1838:

A Câmara Municipal e o juiz de direito desse termo me tem feito ver, e eu já o verifiquei pessoalmente, que não pode continuar a servir de prisão a miserável casa de pau a pique, com esse nome alcunhada. Não sendo possível fazer ao mesmo tempo cadeias em todas as vilas, alguma preferência devem merecer as cabelas de comarca, que as não tem. Espero, portanto, que autoizeis o governo a dar princípio a uma cadeia nova nessa de Vassouras no ano financeiro futuro. A respectiva planta e orçamento acham-se organizados.⁷⁵

Entretanto, nenhum dos projetos chegou a ser implementado e, em 1841, a câmara de Vassouras solicitou ao presidente da Província do Rio de Janeiro o auxílio do Major Julio Frederico Koeler, Chefe da Segunda Seção de Engenharia. O requerimento não parece ter vingado, pois três anos depois o novo chefe da seção, o engenheiro Charles Rivière, oficiou ao presidente da província que não poderia ser realizado o levantamento da planta por excesso de serviços. Em janeiro de 1849, o então presidente da câmara de

⁷² SOUSA, José Antônio Soares de. “Vassouras e suas Residências Urbanas”, In: *Revista do IHGB* nº 290, jan-mar., 1971, pp 47-48.

⁷³ Relatório da 1ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1840. *Apud* SOUSA. “Vassouras e suas Residências Urbanas”, p. 48.

⁷⁴ “*As Villas de Valença, Vassouras, Cantagallo, Nova Friburgo, Barra Mansa, S. João do Príncipe, Itaboraí, Magaratiba, Itaboraí, Maricá e Macaé não tem prisões, salvo se dermos esse nome a edifícios de pau a pique, a casas particulares para esse fim alugadas, e a hum quarto do forte de Mangaratiba, em cuja janela se mandou ultimamente por uma grade*” (...) mandei formar o plano dos novos edifícios que tem de servir de prisões. (...) Assegurão-me que em Vassouras será a construção da nova prisão coadjuvada poderosamente por abastados e dignos cidadãos desse florescente município.” Relatório do presidente de Província do Rio de Janeiro, 1836. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

⁷⁵ Relatório do presidente de Província do Rio de Janeiro, 1840. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

Vassouras, Joaquim José Teixeira Leite, apresentou à nova legislatura um relatório em que constatou a inércia da resolução da questão.⁷⁶

(...) a necessidade de construir já e já a Casa da Câmara e Cadeia, porque a casa que serve agora de Cadeia custa grande aluguel e é uma inumanidade para os presos e vergonha para o município. O prédio em que celebra a Câmara suas sessões foi construído pela Sociedade Promotora da Civilização e Indústria e como essa sociedade está dissolvida de fato, senão de direito, entendeu-se a Câmara com o Presidente da dita (...) entrou no gozo de parte do prédio, emancipando-se assim do aluguel que pagava, e da dependência em que se achava em respeito do primeiro senhorio. Não obstante ter a Câmara melhorado muito com a mudança de casa, não quer com tudo isso dizer, que com ela se deva contentar, porque na verdade o prédio da Sociedade Promotora não tem acomodações indispensáveis à Câmara, Tribunais, e especialmente para as Sessões do Júri. A Câmara tem representado constantemente ao Governo Provincial a urgência desses dois edifícios (...)⁷⁷

Embora a construção de uma Casa de Câmara e Cadeia tenha tido início naquele mesmo ano, não seria concluída antes da década de 1870. As sessões da câmara e do júri se deram até então em residências privadas alugadas à municipalidade, primeiramente por Laureano Correa e Castro e, posteriormente por Marcelino José de Avelar, até a doação do prédio utilizado em 1849 pela Sociedade Promotora da Civilização e da Indústria. Entretanto, a falta de um edifício à altura das ambições dos potentados de Vassouras não os impediu de se valerem da Câmara Municipal como um instrumento político fundamental para a defesa de seus interesses – tanto no sentido da articulação local, quanto de projeção em direção à Corte e às altas esferas da administração imperial.

Desde a independência e a outorga da Constituição, a câmara de Pati servira para afirmação de lealdade dos proprietários ao Estado e ao governo, que oscilaria apenas após a perda de prestígio de D. Pedro I. Se na famigerada viagem à província de São Paulo, em 1822, o príncipe-regente fora acompanhado por fazendeiros do Vale do Paraíba, os embates fundiários em relação às terras do entorno da Fazenda Imperial de Santa Cruz revelaram uma crise nessa relação, que se acentuaria com as medidas contra o tráfico negreiro, a partir dos tratados firmados junto à Grã-Bretanha em 1826, e debatidos e ratificados na Câmara dos Deputados no ano seguinte.⁷⁸ Em um momento de expansão da produção cafeeira, a restrição à fonte de cativos trabalhadores os levará à

⁷⁶ SOUSA. “Vassouras e suas Residências Urbanas”, p. 50.

⁷⁷ Relatório da Administração Municipal de 07 de janeiro de 1849, Presidência de Joaquim José Teixeira Leite. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *Vassouras de Ontem*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1975, pp. 121-122. Sobre o padrão arquitetônico das Casas de Câmara e Cadeia e suas origens ver BARRETO, Paulo Thedin. “Casas de Câmara e Cadeia”. In: *Arquitetura Oficial I. Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAU/USP, 1980.

⁷⁸ MARQUESE; SALLES. “A cartografia do poder senhorial”, pp. 111-121.

oposição ao governo, como se observa nas medidas tomadas após a renúncia do imperador. No dia 18 de abril de 1831, os vereadores expediram um edital que recomendou aos habitantes “*união e tranquilidade a fim de não se manchar nem levemente a majestosa obra de nossa feliz regeneração.*” Dois anos depois, com a formação do partido restaurador, o vereador Francisco José Teixeira Leite apresentou à câmara proposta em que a câmara reiterava os sentimentos de adesão ao governo e a D; Pedro II, incluindo posturas destinadas a coibir os “negros planos dos infames restaurados”:

Art. 1º - São considerados perturbadores do sossego público:

§ 1º - Todos aqueles indivíduos que pregarem ou insinuarem a conveniência da volta do ex-imperador ao Brasil.

§ 2º - Todos aqueles indivíduos que seduzirem os guardas nacionais, ou persuadirem não tomarem em arma contra qualquer governo intruso, que sediciosamente se instalar no Brasil.

§ 3º - Todos aqueles indivíduos que por palavras ou por escrito não-impessos espalharem boatos para aterrar o povo ou desviá-lo da obediência ao governo legal e constitucional de S. M. I. o Sr. D. Pedro II⁷⁹

Sob o governo regencial foi expedido o ofício que criou a vila de Vassouras, submetendo Pati do Alferes à jurisdição da nova Câmara Municipal. As reformas implementadas nos anos subsequentes repercutiram positivamente na região, recebendo o elogio do vereador Joaquim Ribeiro de Avellar na sessão de 2 de dezembro de 1834:

Concidadãos: - É hoje o dia do aniversário do nascimento do nosso jovem imperador o Sr. D. Pedro II, que a câmara escolheu para com maior pompa solenizar a publicação das reformas que a câmara dos srs. deputados competentemente autorizada fez à constituição do Estado.

Há muito tempo que de todos os ângulos deste vasto Império vozes patrióticas se erguiam reclamando em benefício das províncias as reformas da Constituição: já a experiência de alguns anos de governo representativo nos tinha demonstrado que a demasiada centralização consagrada no nosso pacto fundamental era insuficiente, e o maior desenvolvimento no sistema federativo era evidentemente necessário.

Os representantes da nação brasileira sempre desvelados em promover o bem de seus constituintes ouviram os votos da nação, e a monarquia federativa fundada sobre os princípios americanos é um ensaio que cobre de glória os deputados do Brasil, e firma uma nova época nos anais da nossa história.

Já cada uma província encontra dentro de si mesma todos os meios de obter os melhoramentos; não se verão necessidades de ir mendigar na Corte recursos que nunca ou tarde lhe eram concedidos: é por um sistema sabiamente combinado em que de um lado é mantida a união e individualidade da monarquia e de outro é concedido às suas províncias aquele grau de independência necessária para seu bem ser peculiar, que este Império à sombra de instituições tão sábias, chegará àquele ponto de esplendor e prosperidade a que o tem destinado a natureza. Viva a nossa Santa Religião! Viva a constituição reformada! Viva o nosso jovem Imperador D. Pedro II! Viva a Assembleia Geral Legislativa! Viva a briosa nação brasileira!⁸⁰

⁷⁹ RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 35.

⁸⁰ Discurso de Joaquim Ribeiro de Avellar *Apud* RAPOSO. *História de Vassoura*, p. 36-37.

No entanto, em meados da década de 1830, a agenda liberal perdeu prestígio frente às revoltas separatistas e à instabilidade social pelo território. O discurso conservador ganhou fôlego nas falas de políticos autodenominados regressistas, como Bernardo Pereira de Vasconcelos, que propunham reformas a fim de centralizar o judiciário e o aparato repressivo. A ascensão do Regresso Conservador demandou a construção de uma base social e eleitoral sólida, cuja articulação teve início entre 1834 e 1835.⁸¹ Naqueles mesmo anos, os proprietários do Vale do Paraíba converteram as câmaras municipais em veículos de defesa dos seus interesses. Em 1834, os vereadores de Bananal enviaram uma representação à Assembleia Geral requerendo a derrogação da Lei de 7 de novembro de 1831, que previa medidas penais para o crime de contrabando de escravos. Dois anos depois, a câmara de Valença reiterou pedido similar em uma petição, dando início à campanha sistemática dos municípios cafeeiros pela reabertura do tráfico, culminado com a representação da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro em 1837. Segundo Ignácio Raposo, em 1836, um dos vereadores da câmara de Vassouras propôs que fosse enviada uma representação pedindo a revogação da Lei de 1831, medida contra a qual teriam se oposto Laureano Correa e Castro e Francisco José Teixeira Leite. O memorialista saúda a iniciativa desses importantes vassourenses, mas o historiador Tâmis Parron identificou o envio de uma petição pela câmara da vila em 1838, reiterando os argumentos em prol do tráfico de escravos e da revogação da dita lei.⁸² A cafeicultura se expandia vertiginosamente, especialmente após a abertura dos mercados estadunidenses, e a demanda por escravos africanos estimulava a articulação política dos fazendeiros pela retomada do tráfico negreiro. A legislatura de 1833 a 1836 era composta por sete vereadores, dos quais quatro eram grandes fazendeiros.⁸³ Sob a gestão de Laureano Correa e Castro, em seu segundo mandato eletivo, a câmara de Vassouras aderiu à campanha pela reabertura do tráfico de escravos.

À agenda de reforma judiciária, os regressistas logo acrescentaram a defesa dos interesses escravistas, especialmente referentes ao tráfico de escravos e à revogação da Lei de 1831. Enquanto os vereadores e fazendeiros do Vale do Paraíba apresentavam-se

⁸¹ Sobre a política na década de 1830 e o Regresso Conservador ver MATTOS. *O Tempo Saquarema*, 2011. SALLES. *E o Vale era Escravo*, 2008; do mesmo autor “O Império do Brasil no contexto do século XIX”, 2012; YOUSSEF. *Imprensa e escravidão*, 2016; PARRON. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, 2011; NEEDEL. *The Party of Order*, 2006.

⁸² RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 44; PARRON. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, p. 163.

⁸³ RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 44. Dados sobre vereadores cruzados com o banco de dados de Ricardo Salles, referente ao estudo que levou publicação de *E o Vale era Escravo*, 2008.

como membros da “*classe agrícola*”, regressistas como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Justiniano da Rocha aludiam à “*classe conservadora*,” composta por negociantes, burocratas e fazendeiros, com destaque para os cafeicultores.⁸⁴ A convergência de interesses e agendas consolidou uma rede de alianças sociais e políticas que sustentou a ascensão do Regresso Conservador, as reformas da década de 1840 e a revitalização do tráfico de escravos na forma de contrabando. Vassouras se converteria rapidamente em um núcleo de sustentação do partido conservador, que se firmaria nos anos seguintes.

A coroação de D. Pedro II em 1840 emplacou o retorno dos liberais ao poder, mas tanto conservadores quanto vereadores vassourenses celebraram o início do reinado do segundo imperador. Contudo, mais relevante foi a reação das autoridades e potentados da vila dois anos depois quando, destituídos do gabinete ministerial, os liberais de São Paulo e Minas Gerais pegaram em armas. A repressão do governo contou com forte apoio dos municípios da província do Rio de Janeiro, especialmente do Vale do Paraíba, onde os potentados contribuíram com subscrições públicas e apoio militar direto. Em correspondência direta com o governo, Honório Hermeto Carneiro Leão responsabilizou-se por apresentar uma “*relação dos nomes dos indivíduos que julg[ou] deverem ser contemplados com as remunerações que S. M. I. julgar conveniente à vista dos serviços que prestaram (...)*.” Entre os mencionados estavam os vassourenses Joaquim José Botelho, José dos Santos Luiz Werneck, Francisco José Teixeira Leite, Laureano Correia e Castro, Joaquim Ribeiro de Avellar e, especialmente, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, proprietário de fazendas em Pati do Alferes e comandante superior do destacamento da Guarda Nacional em Valença.⁸⁵ Pela atuação contra as revoltas liberais, esse último foi agraciado pelo imperador com o título de Barão de Pati do Alferes. A ata da sessão de 18 de junho de 1842 registra o orgulho dos vereadores de Vassouras em terem colaborado para as “*medidas valiosas de cooperação para debelar o monstro da anarquia*.”⁸⁶

⁸⁴ Ver PARRON, *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, 2011; e ver ainda FLORY, Thomas. *Judge and Jury in imperial Brazil, 1808–1871. Social Control and Political Stability in the New State*. Austin/London: University of Texas Press, 1981.

⁸⁵ Correspondência com o ministério do Império. Livro 2 – 1838-1842 – Sec. Administrativa. Documento transcrito no Jornal do Commercio, durante setembro de 1956. Disponível na BN Seção de Periódicos, microfilme rolo PRC-SPR 1 (672). Transcrição disponibilizada por Tâmis Parron.

⁸⁶ Livro das Atas da Câmara Municipal, sessão de 18 de junho de 1842. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Sobre a repercussão das revoltas liberais de 1842 no Vale do Paraíba, ver PESSOA, Thiago Campos. *A Indiscrição como Ofício: O Complexo Cafeeiro Revisitado (Rio de Janeiro, c. 1830-1888)*. Dissertação de Doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense em 2015, pp. 55-60.

Entre as décadas de 1830 e 1850, a Câmara Municipal de Vassouras foi ocupada predominantemente por grandes fazendeiros, cujos interesses privados eram diretamente relacionados à cafeicultura e, portanto, à escravidão. A precariedade da arquitetura pública na vila foi inversamente proporcional à riqueza privada produzida nas fazendas da região, de forma que a dimensão funcional da câmara se sobrepôs à sua representação estética na paisagem. De todo modo, se podemos falar em uma política da escravidão a partir da aliança entre a classe agrícola dos cafeicultores e os políticos conservadores, é preciso que se dê maior visibilidade para a rés do chão que a consolidou. Os discursos parlamentares e as medidas administrativas tomadas nas altas instâncias da política imperial certamente foram o ponto máximo da defesa institucional do contrabando e do cativo, mas foi o outro polo, o da micropolítica das relações sociais em municípios do Vale do Paraíba, que lhe conferiu sustentação. Nas eleições e nas deliberações da Câmara Municipal de Vassouras estavam os pilares da política da escravidão, muito mais sólidos que seus edifícios públicos de então.

Arquitetura, Ordem e Disciplina: Direito Penal Escravista e o Espetáculo do Suplício

A legislação processual do Império previa a realização de julgamentos pelo júri, em sintonia com os princípios liberais em voga na década de 1830. Os mesmos critérios estabelecidos para a qualificação de votantes eram aplicados na seleção de jurados, convocados antecipadamente para as sessões do júri, quando eram escolhidos os que comporiam cada julgamento.⁸⁷ Assim, a atuação do poder judiciário impunha um calendário anual que movimentava as vilas e cidades entre três e quatro vezes ao ano, especialmente quando eram julgados os crimes de maior repercussão na localidade. Em uma sociedade formada a partir da expansão da produção agrícola escravista e marcada por uma demografia crescentemente desigual entre cativos e livres, os atentados contra a vida de feitores e senhores implicavam profundos abalos à ordem pública.

Com apenas três anos de existência, a vila de Vassouras fora palco do teatro do júri e da aplicação da pena de morte a três escravos africanos. O rigor do judiciário na segunda metade da década de 1830 foi uma resposta aos crescentes episódios de

⁸⁷ Sobre o assunto ver FLORY. *Judge and Jury in imperial Brazil*, 1981. Sobre a legislação penal e processual penal ver RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não tem razão. A lei de 10 de junho de 1835: os escravos e a pena de morte no Império do Brasil 1822-1889*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, pp. 43-67.

resistência escrava, e às ameaças que a demografia da região, alimentada pelo tráfico negreiro, representavam para a população livre.⁸⁸ Ao ciclo de revoltas iniciado em 1807 na Bahia se somaram conspirações, como as de Campinas em 1830 e 1832, de Valença em 1831 e de Bananal em 1834, e insurreições, como a de Carrancas em 1833 e a dos Malês, em Salvador em 1835.⁸⁹ As duas últimas mobilizaram o Parlamento a aprovar uma reforma legislativa aos Códigos Criminal e de Processo Criminal, acusados de serem brandos e morosos frente a crimes cometidos por escravos contra seus superiores. A promulgação da Lei de 10 de junho de 1835 alterou o rito processual e de execução penal, tornando mais célere a aplicação da pena de morte para os crimes cometidos por escravos contra seus senhores, feitores e seus familiares.⁹⁰ Entre os anos de 1835 e 1836, Antonio Cabinda, João Congo e Matheus Rebollo foram condenados pelo júri à pena de morte, sendo o primeiro acusado do assassinato de seu senhor, o último da tentativa do mesmo crime, e o segundo do homicídio de sua companheira escrava. Apenas o Matheus Rebollo foi incurso na Lei de 1835, mas a celeridade de sua punição foi a mesma de João Congo, cujo crime não tinha como vítima seu senhor ou feitor. O rigor da pena nesse caso foi excepcional no judiciário imperial e, assim como a acusação do promotor, é sintomático das tensões do período.⁹¹

Nos mesmos anos, a ascensão política dos regressistas estimulou a revitalização do tráfico negreiro, ilegal desde 1831, na forma de contrabando, e foi precisamente a

⁸⁸ Ver GRINBERG, Keila; BORGES, Magno Fonseca; SALLES, Ricardo. “Rebeliões Escravas antes da extinção do Tráfico”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (org.), *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 242-243.

⁸⁹ Sobre o ciclo de revoltas escravas de 1807 a 1835 na Bahia, ver REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A História do Levante dos Malês* (1985). São Paulo: Brasiliense, 1986; Sobre a revolta de Carrancas, em 1833, ver ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Rebeliões escravas na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. In: *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, 1998-1999, p.45-82; Sobre a conspiração de Valença, em 1832, ver GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades escravas no Rio de Janeiro – Século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, p. 265; Sobre os boatos de Bananal, em 1834, a informação foi coletada pelo historiador Marco Aurélio dos Santos, entre os documentos oficiais da vila, na pesquisa que culminou na dissertação de doutorado *Geografia da Escravidão na Crise do Império (1850-1888)*, defendida na Universidade de São Paulo em 2014.

⁹⁰ Sobre o tema ver RIBEIRO. *No meio das galinhas as baratas não tem razão*, pp. 43-67; e PIROLA, Ricardo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Dissertação de doutorado defendida na Unicamp em 2012.

⁹¹ “Só a Antropofagia – a um preto Congo –a um natural do indômito País do Zaire na Negrícia, que na origem tem por Religião a enganosa Feitiçaria (vejam-se os compêndios da geografia universal recentemente publicados por um oficial general do exército) é que lançaria mão de tão horrorosa atrocidade! E logo um monstro semelhante não deve viver no grêmio da sociedade, no seio de um governo livre que [a política mole] já trai pressentindo obstar a atrocidade de semelhante gente.” Processo Criminal por homicídio, réu João Congo, 1835. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Vassouras.

Sobre os casos ver ainda GRINBERG; BORGES; SALLES. “Rebeliões Escravas antes da extinção do Tráfico”, 2009.

região do Vale do Paraíba a principal beneficiada. A demanda internacional pelo café estimulava a expansão da produção, que por sua vez repercutia nas rotas do tráfico. À instabilidade resultante da demografia desigual entre livres e escravos, em sua maioria africanos, responderam senhores e autoridades com o rigor na vigilância e nas punições, das fazendas às vilas e cidades. Os dois senhores confrontados por seus cativos em 1835 e 1836 eram pequenos proprietários, administrando pessoalmente o trabalho escravo e se expondo a riscos. Mas foram os grandes proprietários que mais usufruíram do contrabando entre 1835 e 1850, expandindo seus planteis de dezenas e até centenas de escravos. Nas fazendas de um deles teve lugar o mais importante levante da província.⁹²

O Capitão-Mor Manoel Francisco Xavier era proprietário de duas fazendas em Pati do Alferes, Freguesia e Maravilha, onde residiam mais de quinhentos escravos, predominantemente jovens do sexo masculino, muitos nascidos da África centro-ocidental.⁹³ Nos últimos meses do ano de 1838, um de seus escravos, Camilo Sapateiro, foi assassinado na fazenda Freguesia por outro, Jacques Crioulo, que ocupava a posição de capataz, por ter saído da propriedade sem sua autorização. Seus parceiros se reuniram e foram à fazenda Maravilha, onde se encontrava seu senhor, revelando-lhe o ocorrido e requerendo a punição do capataz. Apesar da promessa de Xavier, Camilo foi enterrado nas terras da propriedade e o crime não foi informado às autoridades. Segundo o depoimento de Manoel Congo, esse foi o estopim para que fosse dado início a um plano de fuga. Na noite de 5 de novembro, cerca de 80 escravos arrombaram as senzalas da fazenda Freguesia e fugiram para as matas em seu entorno, levando consigo instrumentos de trabalho, armas e mantimentos. Na noite seguinte dirigiram-se à fazenda Maravilha, onde tentaram sem sucesso assassinar o feitor, e libertaram escravos da senzala e da casa grande, alçando uma escada até a janela da cozinha. Com mais armas e mantimentos, dirigiram-se às matas da região onde encontraram-se com escravos da fazenda Pau

⁹² SALLES. *E o Vale era Escravo*, pp. 157-158.

⁹³ Gomes analisou 22 inventários abertos entre 1837 e 1840, e dos 1.404 escravos arrolados 74% eram africanos e 73,7% eram do sexo masculino. Entre os africanos o desequilíbrio de gênero era ainda maior, sendo 81% homens, enquanto entre os crioulos constatou-se maior equilíbrio, sendo 52% homens e 48% mulheres. No que se refere à idade, 68% tinham entre 15 e 40 anos de idade. Os dados ainda apontam para um desequilíbrio maior entre gêneros nos planteis com mais de 80 escravos, em relação aos que possuíam entre 10 a 80. A pesquisa de Ricardo Salles corrobora o padrão identificado nos inventários de Gomes para período curto que antecedeu e sucedeu o levante. Entre os escravos arrolados entre 1821 e 1850, 68,86% eram africanos na década de 1820, percentual que saltou para 74% na década de 1840, enquanto a razão de masculinidade cresceu entre as décadas de 1820 e 1830, começando a declinar a partir de 1840. GOMES. *Histórias de Quilombolas*, pp. 181-202. As informações foram reiteradas na pesquisa de SALLES. *E o Vale era Escravo*, 2008.

Grande, de propriedade de Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, e possivelmente de outras propriedades.⁹⁴

Assim que soube do assalto à sua segunda fazenda, Xavier informou os fatos ao juiz de paz de Pati, José Pinheiro de Souza Werneck, que oficiou o Coronel Chefe da Guarda Nacional da região, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, e as autoridades da província. Em poucos dias o coronel organizou um destacamento de mais de 160 homens, composto por 150 guardas, além de pedestres e voluntários. Da capital foram enviadas tropas sob o comando de Luis Alves de Lima, enquanto o juiz de paz de Valença enviou um destacamento para a fronteira com Vassouras, a fim de evitar o espriamento da revolta escrava pela região.⁹⁵ No dia 10, os comandados de Werneck se dirigiram à fazenda Maravilha, onde pernотaram para, na manhã seguinte, partir no encalço dos escravos. No dia 11 de novembro, o rastro do segundo grupo foi seguido pelos comandados de Werneck, e no fim da tarde o primeiro confronto levou à morte de dois pedestres e de mais de vinte escravos. Outros vinte e dois foram capturados, entre eles aqueles que foram acusados de terem sido coroados rei e rainha, Manoel Congo e Mariana Crioula. No dia seguinte, a força militar foi desfeita, ficando apenas guardas e seis policiais na fazenda Maravilha. Sem liderança ou mantimentos, a maior parte dos demais escravos se entregou ou se apadrinhou. Quando as tropas de Luis Alves de Lima chegaram à vila, o levante já chegara ao fim, e desfile militar serviu apenas à reafirmação simbólica da ordem, com o objetivo de confortar a população livre e inibir os escravos.

Os escravos capturados prestaram os primeiros depoimentos na fazenda de Antônio Gomes Ribeiro. Dezesete escravos foram, então, encaminhados à vila de Vassouras e permaneceram na cadeia durante os interrogatórios, dos quais apenas Epifânio Moçambique não pertencia a Xavier. A primeira parte do inquérito foi concluída ainda em dezembro, e foram abertos dois processos crimes, um referente um referente à insurreição, nos termos do artigo 113 do Código Criminal, e outro de homicídio (dos dois pedestres na força militar), nos termos do artigo 192. Apenas os dezesseis escravos de

⁹⁴ GOMES. *Histórias de Quilombolas*, pp. 181-202.

⁹⁵ O Presidente da Província requeria ao juiz de paz de Pati que continuasse “*a empregar esse mesmo zelo e atividade em perseguir e apreender os escravos que se debandaram, em evitar que tornem a reunir e que juntos ou individualmente se passem a outras fazendas e vão aí inocular o espírito de revolta*” As notícias rapidamente chegaram à vila vizinha de Valença, onde o juiz municipal manteve “*um destacamento de guardas nacionais na margem do rio Paraíba, nas diversas passagens em que este município se comunica com o de Vassouras (...)*.” GOMES. *Histórias de Quilombolas*, pp. 181-202.

Xavier foram indiciados, tendo sido previamente excluído Epifânio Moçambique e sequer ouvida Mariana Crioula.⁹⁶

O caso demandava uma resposta vigorosa das autoridades, mas a vila ainda não possuía um edifício especializado para as atividades do judiciário. A solução encontrada reforçou o princípio da publicidade da justiça e, ainda mais, o da exemplaridade do castigo. Entre 22 e 31 de janeiro de 1839, as autoridades e a população local se reuniram na Praça da Concórdia, diante da igreja matriz, onde o juiz José Pinheiro de Souza Werneck realizou o julgamento dos acusados. Por mais de uma semana os réus escravos se viram cercados pela população livre, prestando depoimentos frente às autoridades e sendo avaliados pelo corpo de jurados, todos cidadãos e proprietários. No último dia de janeiro assistiram o corpo de jurados se retirar para uma sala secreta, de onde retornaram com o veredito. Oito acusados foram absolvidos, e sete condenados a sofrerem 650 açoites e carregarem ferros nos pescoços por três anos. Apenas Manoel Congo foi condenado à morte, acusado de ser o cabeça da insurreição e responsabilizado pelos dois homicídios. Os demais condenados provavelmente sofreram os castigos em treze sessões de 50 açoites cada, aplicados no pelourinho ou na cadeia, aos olhos da população. Cumprida a sentença, foram devolvidos a Xavier, que se comprometeu a assegurar que portariam os ferros em sua fazenda. Por sete meses Manoel Congo permaneceu no cárcere, e, em 4 de setembro de 1839, percorreu as ruas mais públicas da vila com barão e pregão, seguindo as autoridades que reliam a sentença. A condenação à morte para sempre implicava não apenas seu enforcamento, mas a profanação de seu cadáver, sendo interditos os sacramentos fúnebres. Não foi possível descobrir se seu corpo foi desmembrado ou deixado à putrefação, mas ao menos o castigo exemplar mais uma vez compôs a paisagem urbana de Vassouras, restaurando-se a ordem senhorial pela destruição do corpo escravo.⁹⁷

O jogo de escalas e as lentes adotadas nessa análise do levante não tiveram por objetivo apenas reinseri-lo *no espaço*, mas demonstrar que ele expressou-se também como uma *luta pelo espaço*. Do assassinato de Camilo ao arrombamento das senzalas estava em jogo a confrontação da geografia e da arquitetura de controle senhoriais,

⁹⁶ Processo Criminal por Insurreição e Homicídio, réus Manoel Congo e outros, 1838. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). O mesmo caso foi analisado por GOMES. *Histórias de Quilombolas*, pp. 181-202.

⁹⁷ Processo Criminal por Insurreição e Homicídio, réus Manoel Congo e outros, 1838. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); Ver ainda GOMES. *Histórias de Quilombolas*, pp. 181-202.

enquanto a fuga para as matas e o sonho de um quilombo tinham por horizonte a construção de um mundo alternativo ao cativo. O padrão das *fugas para fora* se repetiu em diversos casos na primeira metade do século, como nos casos de Antonio Cabinda e de Matheus Rebollo. Da mesma forma, a restauração da ordem escravista se expressou espacialmente, ao trazê-los de volta ao coração do mundo senhorial. O teatro do júri e das penas na vila reinscreveu na paisagem urbana a hierarquia, pela atuação vigorosa do judiciário em sintonia com os proprietários. Além disso, o aprendizado do levante pelas autoridades e fazendeiros convergiu para soluções arquitetônicas. No mesmo ano, o presidente de província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza reforçou a necessidade da construção de uma cadeia na vila, justificando a urgência com base, inclusive, no levante de Manoel Congo. Por sua vez, o Coronel Werneck acusara Xavier do desgoverno em suas propriedades, e na década seguinte publicou um manual agrônomo em que prescrevia a vigilância e o controle da escravaria por meio de uma nova planta arquitetônica para as fazendas e suas senzalas.⁹⁸ Esse modelo de gestão do espaço e do tempo foi reiterado por uma comissão nomeada pela Câmara Municipal em 1854 para prescrever instruções aos fazendeiros e lavradores, a fim de promover a tranquilidade pública – escravista. Frente à ameaça da geografia dos escravizados, com suas redes de vizinhanças e comunidades, a resposta se expressava pelo rigor do judiciário e pela perspectiva normativa de uma arquitetura senhorial.⁹⁹

As décadas de 1830 e 1840 foram marcadas por confrontos entre escravos africanos, senhores e prepostos no processo de formação e expansão da cafeicultura. As relações de negociação e conflito reformularam um código tácito de convívio nas fazendas, expressos em categorias como o “cativo justo ou injusto” por cativos réus e

⁹⁸ “*Há muito tempo que se receava o que hoje acontece, por fatos que se têm observado entre essa escravatura. Há pouco mais de um mês que mataram um parceiro a tiros, e foi, por ordem do capitão-mor, sepultado no maior segredo, e só se soube pela boca pequena que tal crime se havia perpetrado. Dois meses há, pouco mais ou menos, que me disse Manuel Borges de Carvalho que fora apreendido no Pilar uma grande porção de pólvora em barris, comprado por um mascate com dinheiro desses escravos. Dei disto parte ao juiz de paz, que ficou de indagar a descobrir a verdade. Em outra ocasião têm sido feridos homens brancos e espancado mortalmente capatazes desta grande fazenda; fatos que o esmo capitão-mor trata de capear e esconder, e só se sabe por seus fâmulos ou escravos, que dizem debaixo do maior segredo. Tantos fatos sucedidos ultimamente, por espaço de quatro anos, têm posto em cautela os demais fazendeiros desta freguesia do Pati do Alferes.*” Ofício de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck *Apud* GOMES. *Histórias de Quilombolas*, pp. 238-239.

⁹⁹ WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória Sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília, Senado Federal, 1985; Instruções para a comissão permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras, *apud* GOMES. *Histórias de Quilombolas*, p. 282; Sobre o tema da arquitetura disciplinar das senzalas ver MARQUESE, Rafael de Bivar. “Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c.1830-1860.” In: *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. USP. Nova Série. 13 (2): 165-188, Jul./Dez.2005; e do mesmo autor, “Revisitando casas-grandes e senzalas”, 2006.

também nos manuais escravistas e documentos oficiais, que prescreviam estratégias de controle e concessão. O rígido controle do tempo e do espaço previsto nos documentos senhoriais encontravam resistência e ressignificações dos escravos.

Em um dia de junho de 1844, os escravos do Capitão Marcelino José de Avelar foram acordados antes de o sol nascer, atenderam à forma e à reza matinal e seguiram para a roça, liderados pelo capataz Pai Miguel e seguidos pelo feitor Bento Luiz Martins, cada qual portando um relho. Após horas de trabalho, pararam para almoçar. Segundo o escravo Ciro, após poucas colheradas, foram forçados pelo feitor a deixar de comer para voltar ao trabalho. A comida dos escravos foi ainda colocada na gamela para alimentar o cavalo do feitor. Nesse momento, o escravo Dario foi beber água e acendeu um cachimbo sem sua autorização, e quando voltou foi amarrado e surrado. Após algumas relhadas, seus parceiros intervieram dizendo que havia sido suficientemente castigado, e por isso foram ameaçados. Entre eles estava Januário Congo, que fora surrado no dia anterior por se atrasar para o trabalho. Diante da ameaça, ele e Antônio Moçambique agarravam o feitor e puxaram uma faca para assassiná-lo, tendo sido dissuadidos por seus parceiros. Januário concordou em não mata-lo, mas vingou-se do castigo no dia anterior. O feitor Bento Luiz Martins foi amarrado no tronco e surrado por seu próprio relho por Januário, Antônio Moçambique e, talvez, outros escravos. Inconsciente, foi deixado pelos escravos que fugiram pelas matas e foram apadrinhar-se na fazenda de Francisco José Teixeira Leite. Apesar dos ferimentos, Martins sobreviveu e testemunhou contra os cativos que o haviam feitorizado.¹⁰⁰

Bento Luiz Martins era português e trabalhava como feitor da fazenda havia apenas três meses, e buscava impor sua autoridade pelo rigor. Administrava junto do capataz naquele dia 58 escravos. Nas senzalas da grande propriedade o plantel numeroso era provavelmente composto por muitos africanos, como Antonio Moçambique e Januário Congo. O processo menciona que a intervenção de Ciro nos castigos se deu em favor de seu *malungo*, termo de origem africana que, segundo Robert Slenes, se referia àqueles que realizaram a travessia no tráfico nos mesmos navios.¹⁰¹ A chegada de um novo feitor alterava o equilíbrio de relações negociadas na fazenda. Januário se atrasara

¹⁰⁰ Processo Criminal por Tentativa de Homicídio, réus Antonio Moçambique e outros, 1842. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); Ver ainda a análise de GOMES. *Histórias de Quilombolas*, 1995, pp. 234-237.

¹⁰¹ SLENES, Robert. "Malungo n'goma vem! África coberta e descoberta do Brasil", *Revista USP*, n. 12 (1991-1992); e do mesmo autor, *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava--Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Brasil : Nova Fronteira, 1999.

no dia anterior por ter passado na casa de seu parceiro, como disseram que sempre fazia. A intervenção dos escravos no castigo de Dario sugere que o feitor violara o que consideravam um castigo justo. A resposta se deu por meio de um espontâneo rito de inversão, quando os escravos pegaram à força o feitor, amarrando-o ao tronco e castigando-o na mesma condição em que subjugava os cativos. Ao regime disciplinar sobrepôs-se o carnaval dos cativos, um rito de suspensão momentânea da ordem, que não teve a pretensão de rompê-la em absoluto.¹⁰² Ao fugirem pelas matas, dirigiram-se à propriedade de Francisco José Teixeira Leite, solicitando apadrinhamento para retornarem à propriedade de seu senhor. Contestavam o feitor e o castigo injusto, não a escravidão em si. No entanto, tiveram pouca compreensão de seu senhor e das autoridades.

Após jantarem na fazenda Cachoeira, de Teixeira Leite, foram levados por um de seus prepostos sob o apadrinhamento do proprietário, mas ao chegarem aos domínios de seu senhor foram presos ao tronco e duramente castigados. Januário Congo ainda sofria os resultados dos castigos de três dias antes. Levado diretamente à enfermaria, ali teria falecido. Não é improvável que tenha sido novamente castigado e sucumbido aos suplícios dobrados. Dos 58 cativos que fugiram e foram repreendidos por seu senhor, apenas dois foram acusados do atentado contra o feitor, presos e levados a julgamento. Apesar dos excessos do feitor e da conclusão de que Januário Congo falecera em decorrência de seu castigo, nenhuma acusação formal lhe foi feita. Diante da resistência frontal de uma escravaria numerosa e da inversão do ritual do castigo, as autoridades privilegiaram a manutenção da ordem escravista, cegando-se a todo o mais. Novamente foi na vila de Vassouras que a ordem foi reafirmada, inicialmente pelo júri escravista, celebrado no salão superior da residência alugada, pertencente precisamente a Marcelino José de Avellar, proprietário dos réus. Os cidadãos sorteados para o júri se identificaram mais com Martins do que com os escravos que acusavam-no da violação das normas do cativeiro justo. Ao teatro da desordem responderam os jurados e o magistrado com o rigor das penas e o espetáculo do poder senhorial. Ciro foi condenado a receber 800 açoites e a carregar ferros por três anos, uma das penas corporais mais rigorosas aplicadas em Vassouras em todo o século XIX. Antônio Moçambique, o escravo que junto de Januário Congo castigara o feitor amarrado ao tronco, foi condenado à pena de morte. Pelas ruas

¹⁰² Sobre ritos de inversão, ver DAMATTA. *Carnavais, Malandros e Heróis*, 1997.

de Vassouras o crime de inversão da hierarquia foi espiado pelo rito de reforço da ordem escravista. A quarta-feira de cinzas encerrou-se na forca.¹⁰³

Entre 1835 e 1839, Vassouras foi palco de cinco execuções capitais de escravos, número reduzido para quatro em toda a década de 1840. Desses nove casos, quatro foram homicídios de senhores e dois de feitores.¹⁰⁴ As atividades do júri ocorreriam no salão superior de um edifício construído por Laureano Correia e Castro, e por ele alugado à municipalidade. Ali se deram os julgamentos dos escravos condenados à morte na década de 1830, à exceção do caso excepcional do levante de Manoel Congo, em que a praça à frente da igreja matriz serviu de palco para o júri. Em 1840, a câmara e judiciário foram transferidos para a outra residência alugada, de propriedade de Marcelino José de Avellar. A partir dos nomes das ruas registradas nos processos criminais e no percurso descrito por Ignácio Raposo, foi possível construir quatro possíveis percursos para a procissão a caminho da forca.¹⁰⁵ O local preciso da cadeia nas décadas de 1830 a 1850 não foi descoberto, mas tendo em vista que o trajeto se iniciava na Rua Bonita, é provável que nela se localizasse. O largo da forca se localizava em um terreno elevado ao lado da Estrada da Polícia, às vistas dos transeuntes.

¹⁰³ Processo Criminal por Tentativa de Homicídio, réus Antonio Moçambique e outros, 1842. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

¹⁰⁴ Sobre a resistência escrava no período em Vassouras ver GRINBERG; BORGES; SALLES. “Rebeliões Escravas antes da extinção do Tráfico”, pp. 242-243.

¹⁰⁵ RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 61.

IMAGEM 13: Primeiro possível percurso. Pormenor da Planta de Vassouras na Carta corográfica da província do Rio de Janeiro, segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer [e outros] ... [S.l.: s.n.], 1839.¹⁰⁶ Detalhes e legendas do autor.

IMAGEM 14: Segundo possível percurso. Pormenor da Planta de Vassouras na Carta corográfica da província do Rio de Janeiro, segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer [e outros] ... [S.l.: s.n.], 1839.¹⁰⁷ Detalhes e legendas do autor.

¹⁰⁶ Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164664/cart164664.pdf.

¹⁰⁷ Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164664/cart164664.pdf.

IMAGEM 15: Terceiro possível percurso. Pormenor da Planta de Vassouras na Carta corográfica da província do Rio de Janeiro, segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer [e outros] ... [S.l.: s.n.], 1839.¹⁰⁸ Detalhes e legendas do autor.

IMAGEM 16: Quarto possível percurso. Pormenor da Planta de Vassouras na Carta corográfica da província do Rio de Janeiro, segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer [e outros] ... [S.l.: s.n.], 1839.¹⁰⁹ Detalhes e legendas do autor.

¹⁰⁸ Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164664/cart164664.pdf>.

¹⁰⁹ Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164664/cart164664.pdf>.

Em todos os casos analisados entre as décadas de 1830 e 1850, repetiu-se um padrão, em que as fugas dos escravos criminosos se orientavam para as matas virgens da região – como nos casos de Antônio Cabinda, Matheus Rebollo e do levante de 1838 – ou para fazendas vizinhas, a fim de buscar apadrinhamento – como no caso de Januário, Ciro e Antonio em 1843. Ao mesmo tempo em que a escolha demonstrava intenções práticas, revelam uma relação simbólica com o espaço. Enquanto as matas representavam a antítese da geografia escravista, a busca por padrinhos fazendeiros revelava uma estratégia de barganha dentro dos espaços senhoriais. Nesse período, nenhum dos escravos acusados de crimes fugiu em direção ao núcleo urbano. Pelo contrário, ali foram confinados após as capturas, julgados e punidos. A vila era o espaço da autoridade estatal, representada por edificações como a cadeia, a casa da câmara e do judiciário e o largo da força; não apenas cenários, mas agentes do teatro de reafirmação da ordem pública e senhorial.

As experiências de resistência de escravos nas décadas de 1830 e 1840 permitem uma reconstrução parcial da paisagem rural e urbana de Vassouras. Em correspondência com o presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino José Soares de Souza, o coronel Francisco Peixoto de Lacerda Werneck registrou que nas propriedades de Xavier residiam:

(...) quinhentos e tantos cativos; e que no círculo de uma légua [existiam] as fazendas das Pindobas, Pau Grande, Guaribu e Antas, cada uma com mais de trezentos, além de outras com mais de cem, quarenta, etc.¹¹⁰

Cinco anos depois, mais de 50 escravos de Marcelino José de Avellar fugiram em direção à fazenda Cachoeira, de propriedade de Francisco José Teixeira Leite, localizada a poucas horas de distância. A paisagem agrária se caracterizava, portanto, pela alta concentração de fazendas e de cativos, o que demandava mecanismos de controle. O arrombamento das senzalas da Freguesia em 1838 aponta para a existência de senzalas coletivas, provavelmente em linha perpendicular à casa de sobrado. Por sua vez, a planta da fazenda Pau Grande havia sido descrita em 1816 por Saint-Hilaire como um semi-círculo composto por edifícios produtivos e senzalas em frente à casa de morada, padrão que pouco se alterou se comparado a uma pintura de 1844.

¹¹⁰ Ofício de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck *Apud* GOMES. *Histórias de Quilombolas*, p. 267

IMAGEM 17: Pintura da Fazenda Pau Grande, Autor Desconhecido, 1844¹¹¹

As senzalas contíguas permitiam o controle espacial dos cativos, trancados no período da noite. Contudo, tanto a Freguesia quanto a Pau Grande foram construídas anteriormente à difusão da cafeicultura e da aquisição de planteis de mais de uma centena de escravos, de forma que suas plantas foram adaptadas para permitirem um controle espacial e visual da escravaria. Segundo Rafael Marquese, foi precisamente a convergência entre a importação massiva de africanos e os episódios de resistência que levaram à consolidação de uma nova planta ideal, baseada nas senzalas em quadra, inspiradas nos barracões da costa africana que serviam o tráfico. Essa tecnologia foi adotada nas propriedades com plantéis superiores a cem cativos, difundindo-se na década de 1840. Em seu manual agrônômico, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck defende a adoção dessa planta, com os respectivos protocolos de controle espacial.¹¹²

¹¹¹ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*, (Dissertação de Doutorado - UFF), Niterói, 2006, p. 4.

¹¹² MARQUESE. "Moradia escrava na era do tráfico ilegal, pp. 165-188, Jul./Dez.2005; e "Revisitando casas-grandes e senzalas, pp. 11-57, 2006; ver ainda WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória Sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília, Senado Federal, 1985, pp. 57-65.

Ao mesmo tempo em que uma nova tecnologia arquitetônica atendeu às demandas por controle e vigilância nas fazendas, os episódios de resistência escrava motivaram as autoridades de Vassouras e da Província do Rio de Janeiro a intensificarem seus esforços para a construção de uma Casa de Câmara e Cadeia. Tanto por sua dimensão prática quando simbólica, a planta responderia aos anseios por um monumento à ordem pública, especialmente pelo espaço destinado às sessões do júri e pela cadeia.¹¹³ Além disso, foram implementadas posturas municipais que acirraram os protocolos de controle da circulação de cativos no espaço urbano, com toques de recolher e a cobrança de bilhetes de autorização dos senhores.¹¹⁴ De todo modo, nas primeiras décadas da vila, o rigor do judiciário foi inversamente proporcional à qualidade da arquitetura pública urbana.¹¹⁵ A fragilidade e simplicidade da cadeia e dos salões do júri foram compensados pelo teatro do júri e do suplício, que, mesmo sem monumentos físicos, fincou no imaginário coletivo os pilares da ordem escravista.

Arquitetura e Representação: De vila a Corte, de fazendeiro a cortesão

Em 23 de dezembro de 1847, a Câmara Municipal de Vassouras foi informada sobre a viagem de D. Pedro II à vila de Paraíba do Sul no ano seguinte, possivelmente passando por Vassouras. Os vereadores escreveram ao imperador exprimindo seus desejos de recebê-lo e promoveram uma subscrição pública para financiar os custeios, arrecadando 6:175\$000. Entre os representantes da vila da câmara estava Pedro Correa e Castro, proprietário da fazenda Santo Antônio e do grande sobrado urbano, que se ofereceu para hospedar o imperador, às suas custas. Embora fosse a mais imponente edificação de Vassouras, o proprietário a reformou e redecorou para o evento, buscando adequá-la aos padrões de gosto da Corte. Importante cafeicultor e político da região, Pedro investia no capital simbólico da imagem de cortesão.¹¹⁶

¹¹³ Sobre o padrão arquitetônico e as origens das Casas de Câmara e Cadeia, ver BARRETO. “Casas de Câmara e Cadeia”, 1980.

¹¹⁴ GOMES. *Histórias de Quilombolas*, 1995.

¹¹⁵ O historiador João Luis Ribeiro identificou 31 condenações de escravos à pena de morte na Província do Rio de Janeiro entre 1833 e 1839, das quais 19 se deram em cidades do Vale do Paraíba, como Valença, Paraíba do Sul, Campos, Piraí e Rezende. Entre 1835 e 1839, 26 sentenças foram executadas, das quais 16 em municípios do Vale. RIBEIRO. *No meio das galinhas as baratas não têm razão*, 2005.

¹¹⁶ TELLES, Augusto Carlos da Silva, “A Visita de D. Pedro II a Vassouras”, In: *Revista do IHGB* nº 290, jan-mar., 1971, pp. 68-71. Sobre os referenciais culturais e padrões de gosto da Corte, ver MAUAD, Ana Maria. “A Auto-imagem do Segundo Reinado” In: *História da Vida Privada no Brasil vol II, Império: A Corte e a Modernidade Nacional*, coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp 181-231; SCHWARCZ, Lilia, *As Barbas do Imperador, D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp.101-124; 159-205.

Na madrugada do dia 17 de fevereiro, D. Pedro II deixou a fazenda Santa Mônica, em Valença, onde foi hospedado pela Marquesa de Baependy, em direção a Vassouras, sendo recebido por cerca de oitenta cidadãos na ponte que cruzava o rio Paraíba do Sul. O imperador adentrou a vila ao som de fogos de artifício, acompanhado da Guarda Nacional, liderada por Laureano Correia e Castro. Dirigiu-se à entrada da Chácara de Pedro Correia e Castro, onde almoçou antes de seguirem para um Te-Déum na igreja matriz. Para as refeições, o anfitrião havia encomendado um jogo de talheres cunhado com o brasão imperial. Durante a noite, as residências foram iluminadas pelos proprietários a pedido da câmara, assim como o chafariz, a matriz, um arco-triunfal e castelos construídos para o evento. A recepção do primeiro dia foi concluída com um espetáculo equestre. No segundo dia, D. Pedro II percorreu a vila e à noite seu anfitrião ofereceu um baile em sua homenagem. As atas da Câmara Municipal registraram o comparecimento de mais de sessenta senhoras ao evento, trajando vestido com as cores da dinastia de Bragança e da bandeira nacional, com ramos de café nos cabelos. No primeiro pavimento do sobrado de Pedro Correia e Castro, uma orquestra regeu o festejo. No terceiro e último dia, o imperador visitou a Câmara Municipal estabelecida em um edifício alugado e improvisado para tanto. D. Pedro II pretendia deixar a vila à noite, mas para agradar os habitantes da vila, solicitou ao seu camarista e ao anfitrião que fossem convidadas:

(...) todas as senhoras e pessoas decentes para receberem suas despedidas, e ao mesmo tempo para um baile, que com o fim de mais honrar os convidados (...) que tivesse lugar nos aposentos superiores.¹¹⁷

Realizado o evento nos seus termos, à 1 hora da manhã realizou-se o beija-mão de despedida, e após um discurso do presidente da câmara Joaquim José Teixeira Leite, a comitiva de D. Pedro II deixou a vila em direção à fazenda do Marquês de São João Marcos.¹¹⁸

Em retribuição pela hospitalidade de seu anfitrião, em 11 de outubro de 1848, o imperador concedeu a Pedro Correia e Castro o título de barão com grandeza do Tinguá, que por sua vez entendeu por bem corresponder à posição e doou à Câmara Municipal a quantia de dez mil contos de réis, para que fosse fundada uma Santa Casa de Misericórdia. Na sessão de 22 de novembro, os vereadores agradeceram publicamente ao barão,

¹¹⁷ Ata da Câmara Municipal de Vassouras. Livro 4º, folha 10. *Apud* TELLES. “A Visita de D. Pedro II a Vassouras”, p. 79.

¹¹⁸ Ata da Câmara Municipal de Vassouras. Livro 4º, folha 10. *Apud* TELLES. “A Visita de D. Pedro II a Vassouras”, p. 79. Sobre os bailes do Segundo Reinado ver PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942.

programando as festividades para o lançamento da pedra inaugural. No dia 2 de dezembro, aniversário do imperador, a população deixou a igreja matriz e dirigiu-se para o Chafariz D. Pedro II, construído mediante doação do imperador, descontente com a qualidade da água do chafariz monumental da praça. O presidente da câmara Joaquim José Teixeira Leite abriu as torneiras e, ao som de foguetes, deram-se vivas ao imperador. De lá retornaram à igreja, onde a pedra fundamental foi benta e levada pelo conselheiro José Clemente Pereira e pelo Barão do Tinguá para o terreno à esquerda do adro, onde seria construída a Santa Casa. Retornaram os presentes à igreja, onde foi celebrado um Te-Deum em homenagem ao imperador, e à noite o barão promoveu um baile em sua residência, *“para as mais dignas e conhecidas famílias.”*¹¹⁹

Naquele ano de 1848, as trajetórias de D. Pedro II e Pedro Correa e Castro se cruzaram. O jovem imperador buscava estabilizar a política nacional e consolidar sua autoridade após anos de crise, valendo-se do poder econômico e político dos grandes cafeicultores da Província fluminense e acenando para seus interesses. Correa e Castro fora agregado da fazenda Pau Grande até adquirir a fazenda Santo Antônio e se tornar importante cafeicultor. O capital econômico e o prestígio da família foram convertidos em capital político, o que lhe rendeu posições de destaque na Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e duas eleições consecutivas ao cargo de vereador na Câmara Municipal. A propriedade do grande sobrado urbano cumpria tanto funções práticas, como de abrigo durante as estadias na vila, quanto simbólicas, tendo em vista seu caráter monumental na paisagem de então. A predisposição para hospedar o imperador e de reformar e decorar a residência demonstram uma guinada nas estratégias de investimento patrimonial, convertendo-se o capital econômico e político em capital simbólico. Os talheres do anfitrião, com o brasão real, e os vestidos das senhoras, com as cores da dinastia de Bragança, representavam tanto a fidelidade ao imperador quando a incorporação de códigos de etiqueta e de comportamento da sociedade de corte. Ao mesmo tempo, os ramos de café recordavam as raízes da riqueza e do refinamento dos vassourenses, assim como as bases econômicas e sociais que sustentavam o reinado do imperador. A concessão do título nobiliárquico por D. Pedro II demonstra seu interesse em constituir simbolicamente uma sociedade de corte distribuída pelo território de forma estratégica. Os fazendeiros e políticos do Vale do Paraíba compuseram um grupo privilegiado entre os beneficiados por comendas e baronatos, o que revela tanto sua

¹¹⁹ TELLES. “A Visita de D. Pedro II a Vassouras”, pp. 71-75.

relevância no jogo político quanto as estratégias do imperador a fim de estabilizar seu reinado. Por fim, a doação de Correa e Castro para a construção de uma Santa Casa de Misericórdia consolida a transição de sua autoimagem em direção à figura do aristocrata benfeitor, como forma de legitimação simbólica de sua distinção e poder. As vidas cruzadas de dois Pedros revelam a rede mais ampla de relações materiais e simbólicas que marcaram o Segundo Reinado.¹²⁰

A aproximação entre a Coroa e o Vale do Paraíba consolidava uma geografia imaginada que se expressaria materialmente na arquitetura de fazendas, vilas e cidades da Província do Rio de Janeiro. Não foi a vinda do imperador que trouxe a Vassouras novos valores e práticas, mas a intenção dos potentados locais de expandirem seu poder e status para além do município que os levou a investir em uma transformação da paisagem. Além da construção de um arco triunfal e da preparação de festividades, a Câmara Municipal havia promovido a construção de um chafariz em homenagem ao imperador. O abastecimento de água atendia a uma demanda funcional básica da vida nas vilas e cidades, ao mesmo tempo em que sua consolidação com a construção de chafarizes possuía uma carga simbólica, como conquistas civilizacionais sobre o território natural. Essa dimensão se evidencia pelo empenho dos vereadores de Vassouras na valorização estética e monumental desse artefato, que promoveram a concorrência entre os projetos de Antônio Joaquim de Araújo e do arquiteto espanhol Joaquim Soto Garcia. O segundo foi vitorioso, mas o primeiro engenheiro foi escolhido para a realização da obra, que seria financiada por doação testamental de José Correa e Castro, no valor de 2:000\$000.¹²¹

Além do investimento público da câmara, foi evidente o esforço privado dos potentados locais de demonstrarem seu refinamento e adequação aos códigos de comportamento considerados civilizados e cortesões. A reforma e a decoração promovidas por Pedro Correa e Castro em seu sobrado demonstram seu interesse em representar a introjeção dos padrões de gosto da Corte, subvertendo a gramática espacial outrora predominante nas residências da região. Enquanto Saint-Hilaire descrevera a rígida segregação interna e a segregação das mulheres na casa de morada da fazenda Pau Grande em 1816, Correa e Castro convertia sua residência em um espaço privado de sociabilidade, valorizando esteticamente os salões e abrindo, inclusive, o piso superior para a realização de um baile com a presença das senhoras das famílias mais distintas do

¹²⁰ Sobre a aproximação entre D. Pedro II e os potentados do Vale do Paraíba ver MARQUESE; SALLES. “A cartografia do poder senhorial”, pp. 121-129.

¹²¹ TELLES, Augusto Carlos da Silva, “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, pp. 23-31.

município. A realização de um novo baile no dia de inauguração da pedra fundamental da Santa Casa de Misericórdia sugere a incorporação de novas práticas sociais e culturais para além da representação aos olhos do imperador.

As estratégias e trajetórias das principais famílias de Vassouras na primeira metade do século XIX variaram entre o investimento econômico agrícola e em empréstimos a juros, o capital social em alianças políticas e de parentesco (via matrimônio) e redes de clientela, e a dedicação a posições de prestígio – tanto em instituições beneficentes quanto na administração pública (Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e Câmara Municipal). Em comum está o fato de que as cinco famílias aqui estudadas se valeram de um estabelecimento precoce na região, que lhes permitiu o acesso a terras de qualidade e ao fornecimento amplo de cativos nas décadas de 1820 e 1830, quando a demanda mundial encontrou pronto atendimento na expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba.¹²² As fazendas Pau Grande, de Paulo Gomes e de Joaquim Ribeiro de Avellar, a Piedade, de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, e a Cachoeira, de Francisco José Teixeira Leite combinaram a cultura da cana de açúcar e de café, até que a segunda passou a predominar. Os inventários dos membros das famílias Avelar e Almeida e Correa e Castro foram abertos no final da década de 1830 e mencionam apenas a cultura cafeeira. De todo modo, nas primeiras décadas predominou o investimento em escravos, terras, plantações e equipamentos agrícolas.

Em 1812, o patrimônio de Francisca das Chagas Werneck foi avaliado em 9:882\$000, integralmente correspondente ao engenho de propriedade sua e de seu marido, Ignácio de Souza Werneck, com 6:150\$000 (62,22%) em terras e apenas 1:543\$000 (15,61%) em escravos. O inventário de Ana Mathilde Werneck, aberto em 1827, descreve a fazenda com suas 7 senzalas e os edifícios voltados à produção de açúcar e café, em um patrimônio avaliado em 28:039\$740, dos quais 10:805\$000 (38,54%) correspondiam a escravos, 3:840\$000 (13,69%) a terras e 2:004\$840 (7,14%) a plantações. Em 1843, o patrimônio de Ana Izabel da Purificação, esposa de Manoel de Azevedo Barbosa Werneck, foi avaliado em 46:156\$000, dos quais 20:870\$000 (45,21%) correspondiam a escravos, 7:960\$000 (17,24%) a cafezais, 2:600\$000 (5,63%) a terras, e 11:365\$000 (24,62%) aos bens de raiz da fazenda (engenho, 21 lanços de senzalas e casa de vivenda). Em 1846 foi aberto o inventário de Francisca das Chagas Werneck, cujo patrimônio foi avaliado em 806:429\$780, dos quais 131:106\$085 (16,25%) correspondiam a dívidas

¹²² Sobre essa interpretação ver MUNIZ. *A Riqueza Fugaz*, pp. 277-283. FRAGOSO. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)*, 1983; FRAGOSO. *Barões do café e o sistema agrário escravista*, 2013.

ativas, além dos 56:655\$719 (7,02%) de dívidas de herdeiros. O restante se dividia em 318:517\$000 (39,49%) em bens de raiz e 292:517\$000 (37,27%) em semoventes – predominantemente escravos.¹²³

O patrimônio do casal Antonia Maria da Conceição e João Gomes Ribeiro de Avellar foi avaliado em 133:122\$618 no inventário de 1828, composto por 23:380\$000 (17,56%) em bens de raiz da fazenda, 25:500\$000 (19,15%) em terras, 7:230\$000 (5,43%) em plantações, 4:301\$440 (3,23%) em animais e 68:474\$000 em escravos (51,43%). O inventário de Francisco Ribeiro de Avellar, aberto em 1843, reitera o padrão anterior, com um patrimônio de 72:953\$540 dividido em terras (27,48%), cafezais (10,1%) e escravos (55,74%). Aberto em 1848, o inventário de Ana Angelica de Avelar, irmão de Joaquim Ribeiro de Avellar, descreveu um patrimônio de 148:116\$400, dos qual mais de 57% correspondia a escravos. Joaquina Mathilde de Assunção, mãe de Claudio Gomes Ribeiro de Avellar, possuía um patrimônio avaliado em 302:620\$695, em 1847, do qual 83:433\$582 (26,02%) correspondiam a dívidas ativas – todas de herdeiros. 78:027\$900 (25,78%) em bens de raiz da fazenda, 15:991\$640 (5,28%) em terras, e 95:715\$000 (31,62%) em escravos.¹²⁴

Em 1837, o patrimônio de Mariana das Neves Correa foi avaliado em 128:958\$200, sendo integralmente correspondente à fazenda, dividido em terras, plantações, bens de raiz e escravos (cerca de 40% do total). O patrimônio de Pedro Correa e Castro Junior foi avaliado em 17:243\$260 em 1846, composto por bens de raiz, escravos (66,36%) e poucos animais. Já o inventário de Carolina Maria de Jesus Correa, esposa de Laureano Correa e Castro Junior, aberto em 1851, descreve um patrimônio avaliado em 62:343\$100, dividido entre bens de raiz da fazenda e escravos (47,78%). Em 1839, o patrimônio de Suzana Maria de Jesus, esposa de Manoel de Avelar e Almeida foi avaliado em 234:915\$740, composto por fazendas em Vassouras e Valença, e cujos cativos correspondiam a 43,59%. Os imóveis urbanos do casal poderiam representar um investimento rentista paralelo à agricultura, mas sua avaliação em 8:200\$ (3,49%) sugere que fossem um bem secundário. Nove anos depois, o inventário de Avelar e Almeida descreveu um patrimônio avaliado em 142:876\$380, com 7:966\$000 (5,57%) em dívidas

¹²³ Inventários de Francisca das Chagas Werneck, 1812; de Ana Mathilde Werneck, 1827; de Ana Izabel da Purificação, 1843; de Francisca das Chagas Werneck, 1846. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

¹²⁴ Inventários de Maria da Conceição e de João Gomes Ribeiro de Avellar, 1828; de Francisco Ribeiro de Avellar, 1843; de Ana Angelica de Avellar, 1848; de Joaquina Mathilde da Conceição, 1847; Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

ativas 69:782\$000 (48,84%) em escravos, sendo o restante referente aos bens da fazenda.¹²⁵

Em todos esses casos, o investimento em bens econômicos e produtivos, como terras, escravos e plantações se sobrepôs a qualquer outro. As dívidas ativas de Joaquina Mathilde de Assunção eram todas de herdeiros, e as de Francisca das Chagas Werneck, que se dividiam entre herdeiros e terceiros, correspondiam a pouco mais de 16% do patrimônio. Escaparam desse padrão os membros da família Teixeira Leite, que preferiram o investimento agrícola em prol da prática usurária. Embora nenhum membro da família tenha tido um inventário aberto na primeira metade do século, podemos constatar esse dado tanto pelo padrão de investimento dos patriarcas da família, em São João Del Rey, quanto pelo caso de Francisco José Teixeira Leite que, mesmo tendo administrado a fazenda Cachoeira por mais de duas décadas, sempre privilegiou a prática usurária, que em 1851 correspondia a mais de 85% de seu patrimônio.¹²⁶

O investimento na arquitetura rural privilegiara até então os edifícios produtivos, e as inovações tecnológicas até então se voltaram à eficiência no cultivo e beneficiamento do café e do controle e disciplina da escravaria. O padrão de descrição das residências rurais se limita a informações genéricas, como “casa de morada” ou “casa de sobrado”, por vezes com o acréscimo do número de janelas ou dimensões em palmos. Os cômodos e divisões interiores não eram mencionados, enquanto os móveis eram descritos em bloco como “mobília”. O caso excepcional mencionado, do inventário de Ana Mathilde Werneck, aberto em 1827, apenas confirmou a regra da pouca valorização social ou estética das casas de fazenda, com seus cômodos vazios e móveis rústicos. A propriedade de imóveis urbanos não foi privilegiada por essas famílias na primeira metade do século, inclusive no caso de Manoel de Avelar e Almeida e Suzana Maria de Jesus, cujos imóveis na vila de Vassouras compunham um percentual de 3,49% de seu patrimônio em 1839, e não constam do inventário de 1848. Mesmo os imóveis de Pedro Correa e Castro, Francisco José e Joaquim José Teixeira Leite só passaram a ser valorizadas esteticamente e em seus interiores a partir de meados da década de 1840.

¹²⁵ Inventários de Mariana das Neves Correa, 1837; de Pedro Correa e Castro Junior, 1846; de Carolina Maria de Jesus Correa, 1851; de Suzana Maria de Jesus, 1839; de Manoel de Avelar e Almeida, 1848; Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

¹²⁶ Inventário de Maria Esmeria Leite Ribeiro, 1851. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Tal padrão de investimento passou a se alterar na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX, sendo a visita do Imperador sintomática desse processo – e não sua razão. Como visto anteriormente, o inventário de Manoel de Avelar e Almeida, aberto em 1848, revelou a transformação quantitativa e qualitativa do mobiliário de sua fazenda, se comparado ao patrimônio descrito nove anos antes, quando da abertura do inventário de sua esposa. A guarda louças com aparelhos de porcelana e de chá completos e os copos de champanhe são indícios da adoção de práticas de sociabilidade no espaço doméstico e da incorporação de padrões de etiqueta típicos da elite do Rio de Janeiro.¹²⁷ A valorização do espaço urbano da vila pode ser constatado pela opção de Francisco José Teixeira Leite em vender a fazenda Cachoeira após a morte de sua primeira esposa, Maria Esméria, vindo a residir definitivamente no casarão térreo em frente à praça da matriz. O inventário aberto em 1851 revelou um mobiliário mais refinado do que aqueles descritos nos documentos das décadas anteriores, com guarda-louças, peças e talheres de prata e porcelana, mesa de jantar e cadeiras de madeiras nobres, camas francesas, mesa de jogo, e espelhos com quadros dourados.¹²⁸ Com a mudança, poucos anos depois, os móveis foram levados para a residência urbana, que ainda teria sua fachada reformada a fim de adequá-la a referenciais estéticos do neoclassicismo que se difundia a partir do Rio de Janeiro.¹²⁹

A evolução qualitativa e estética não se limitou aos patrimônios e à arquitetura privada das principais famílias. Eleito para a presidência da Câmara Municipal em 1844, Joaquim José Teixeira Leite implementou medidas para o melhoramento dos logradouros, ruas e da praça da igreja matriz. No discurso que inaugurou a legislatura seguinte, em 1849, o ex-presidente reiterou a importância da construção de uma Casa de Câmara e Cadeia que atendessem aos princípios humanos na guarda dos presos e às necessidades das atividades da administração municipal e do júri. Contudo, para além da dimensão funcional do edifício, Teixeira Leite emitiu sua visão estética:

A respeito da Cadeia e Câmara, assim como a respeito de todas mais quaisquer construções que se empreenderem, julga esta Câmara, fundada na pouca experiência de sua administração, dever ponderar à sua sucessora, que não deve satisfazer-se com

¹²⁷ Inventário de Manoel de Avelar e Almeida, 1848. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

¹²⁸ Inventário de Maria Esmeria Leite Ribeiro, 1851. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

¹²⁹ As transformações nos investimentos patrimoniais a partir de meados do século foi analisado por Ricardo Salles como referente à formação de um *ethos senhorial*, e por Mariana Muaze, como um *habitus senhorial*. SALLES. *E o Vale era Escravo*, 2008; MUAZE. *O Império do Retrato*, 2006; e da mesma autora *Memórias da Viscondessa*, 2008.

as plantas e riscos dos Engenheiros. No Brasil, existe há muito uma Academia de Belas Artes, e já é tempo de consultarmos aos verdadeiros mestres da arte. Se assim houvéssemos praticado não passaríamos pelo desgosto de vermos na matriz – obra de tão sólida construção – um triste monumento de nossas misérias em Arquitetura.¹³⁰

Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, Joaquim José Teixeira Leite aderira a padrões de gosto de membros de algumas das famílias mais abastadas do Império, cujos filhos ali se formavam. Suas recomendações para a arquitetura pública de Vassouras encontraram eco no investimento privado em sua chácara urbana, que se converteria em uma das residências mais importantes da vila, onde se realizavam reuniões políticas, bailes e saraus. No mesmo relatório de 1849, ele descreveu a história da vila desde sua inauguração, quando contava com cerca de cinco casas junto à matriz em construção, até sua administração, quando já existiam mais de cem edificações. O discurso se apresentou tanto como o testemunho da evolução quantitativa de Vassouras quanto como uma guinada em sua evolução qualitativa, como recomendação às administrações futuras. Seu prognóstico se comprovou nas legislaturas seguintes, sob a presidência de seus irmãos João Evangelista e Carlos, que levaram adiante os melhoramentos do espaço público e a construção Casa de Câmara e Cadeia, iniciada em 1849. Mas seria a administração de Caetano Furquim de Almeida, genro de Francisco José Teixeira Leite, que a vila seria elevada à condição de cidade e teria sua paisagem e arquitetura alteradas com maior intensidade. Seriam precisamente esses homens os proprietários das mais importantes residências urbanas, assim como responsáveis pela transformação do espaço e da arquitetura públicas. De vila a cidade, Vassouras seria imaginada por esses potentados como uma extensão da Corte, na mesma medida em que projetavam sua autoimagem como cortesãos.

¹³⁰ Relatório da Administração Municipal de 07 de janeiro de 1849, Presidência de Joaquim José Teixeira Leite. In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, pp. 121-122.

Capítulo 2

A Arquitetura Senhorial e a Corte de Vassouras (c. 1850 – 1870)

De Cidade a Princesa do Café

No ano de 1859, Charles Ribeyrolles e Victor Frond viajaram pela Província do Rio de Janeiro, cruzando o Vale do Paraíba. Na obra “Brasil Pitoresco”, imbuído do pensamento de seu tempo, Ribeyrolles descreveu o nascimento das pequenas cidades como resultado das ambiguidades da civilização, pela ação de “*pioneiros intrépidos que rasgam o solo virgem, a princípio selvagem*”, mas em dissintonia com o ambiente, afinal “*quando (...) o homem e a terra se entenderão sobre todas as coisas?*” O pequeno município a que se referia o viajante era precisamente Vassouras.

Vassouras, pois – distrito, paróquia e cabeça de comarca – não era mais que um deserto, há cem anos. Florestas virgens cobriam, ensombravam as colinas, (...) Vassouras é um centro agrícola. (...) Seus montes, a dez léguas derredor, têm sido devastados e queimados. (...) Na verdade, isto é belo. Mas o cafeeiro esgota a terra e não produz mais, depois de alguns anos. (...) Em 1833, era ainda uma lagoa, e seus dezoito ou vinte tetos se ocultavam, modestos, no meio das capoeiras. Tem agora mais de trezentas casas, das quais algumas bem confortáveis. A linha inferior, sobretudo, é constelada de edifícios, e essa visão de pequeninos palácios de alabastro é de um efeito surpreendente, quando se chega do deserto.¹³¹

Em meio aos morros de meia laranja do Vale do Paraíba, em parte recobertos pelas matas virgens, Ribeyrolles e Frond perfaziam trajetória similar à de Saint-Hilaire, quarenta e dois anos antes. Se Pau Grande surpreendeu o último em 1816, como um enclave agrícola em meio à paisagem, foi o espaço urbano de Vassouras que chamou a atenção dos primeiros, como resultado do avanço da civilização sobre a natureza selvagem, com as ambiguidades da devastação ambiental resultante. Com uma população de cerca de trinta e seis mil habitantes, o município crescera assim como seu núcleo urbano, com a multiplicação de edificações ao redor da igreja matriz, com destaque para os “*pequeninos palácios de alabastro*” da margem inferior da praça, entre os quais estavam o casarão de Francisco José Teixeira Leite e o grande sobrado de José de Avelar e Almeida, ainda em construção. Além das residências privadas, os espaços e edifícios públicos foram mencionados por Ribeyrolles:

No terço do declive, que se eleva até a igreja matriz, largamente assentada em um planalto, acha-se um chafariz gracioso e esbelto, e mais ainda, de um dos lados do

¹³¹ RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco* (1859). Tradução de Gastão Penalva. São Paulo: Martins; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976, Vol. 1, pp. 226-.230.

templo, um hospital da Misericórdia, amplo e magnífico edifício, doado pelo Barão de Tinguá aos pobres do município. Tais liberalidades, profundamente humanas, exaltam a riqueza, e eu as saudarei sempre que as vir, ao encontro da dor, com o pão e o abrigo.

Possui ainda a jovem cidade um paço municipal e uma casa central quase concluída, além de um grande teatro que devia ser demolido, porque parece um esqueleto ou uma ruína em meio da paisagem.¹³²

A vila fora alçada à condição de cidade um ano antes, e já exibia uma paisagem bastante distinta daquela representada na litografia de Ludwigg & Briggs em 1843. No relatório de 1849, o presidente da Câmara Municipal, Joaquim José Teixeira Leite redigiu um relatório em que registrou com orgulho o desenvolvimento da vila.

Nos últimos seis anos tem a vila de Vassouras prosperado mais, contando hoje com perto de cem casas, entre as quais alguns bons prédios; a Matriz quase concluída; um Cemitério, em grande adiantamento; 3 chafarizes; 22 lampiões para iluminação; 18 casas de negócio; 8 oficinas; uma botica; 3 médicos e 3 advogados, além de alguns procuradores de causas.¹³³

O relatório previa a construção de um novo chafariz e da Santa Casa de Misericórdia, ambos descritos pelo viajante. O presidente anunciou, ainda, o melhoramento de ruas e calçadas, assim como o aformoseamento do adro da matriz, aproveitando-se da doação de seu irmão, o Comendador José Correia e Castro. Três anos depois, o desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira, que ali exerceu a magistratura, registrou em suas memórias que a vila já possuía nove casas de sobrado, em sua maioria de madeira, à exceção das propriedades de Francisco José Teixeira Leite, Antonio Torquato Leite Brandão, José Joaquim Botelho e Bernardo de Almeida.¹³⁴ Em relação à arquitetura das edificações, Joaquim José Teixeira Leite ressentia-se do estilo da igreja matriz, e a mesma opinião tinha o desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira, segundo o qual seria *“impossível classificar aquele edifício em qualquer dos gêneros da arquitetura conhecidos. A planta dele, apesar de ter sido aprovada pela Diretoria de Obras Públicas, infringiu todas as regras da arte.”*¹³⁵ Ambos bacharéis em direito, foram educados e socializados em círculos privilegiados onde novas práticas e padrões estéticos entravam em voga, como se depreende da recomendação de Teixeira Leite para o cuidado

¹³² RIBEYROLLES. *Brasil pitoresco*, p. 231.

¹³³ Relatório da Administração Municipal de 07 de janeiro de 1849, Presidência de Joaquim José Teixeira Leite. In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, p. 120.

¹³⁴ SIQUEIRA, Antonio Joaquim de. “Memória Histórica do Município de Vassouras.” In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, p. 115.

¹³⁵ SIQUEIRA. “Memória Histórica do Município de Vassouras.” In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, p. 114.

plástico do futuro edifício da Casa de Câmara e Cadeia, em sintonia com os mestres da arte – em alusão à Academia de Belas Artes da Corte.¹³⁶

A transformação da paisagem urbana de Vassouras foi vertiginosa nos anos que se seguiram, e as cem edificações de 1849 saltaram para 347 em 1856, além de outras 23 em construção, segundo a edição daquele ano do Almanack Laemmert - em sintonia com a descrição de Ribeyrolles.¹³⁷ Nesse ano, seguiam as obras do teatro e da casa de câmara e cadeia, e se multiplicaram os médicos, advogados e arquitetos. Surgiam novos estabelecimentos com produtos mais elaborados, como a relojoaria Alexandre Perret e as marcenarias de Carlos Koerner e João Landot. Desde o ano anterior, residia na vila o catalão José Maria Villaronga y Panella, que viria a atuar como arquiteto, decorador e pintor em obras públicas e residências privadas.¹³⁸ Benjamin Benatar era proprietário de uma hospedaria há anos e, em 1857, abriu uma sociedade de baile.¹³⁹ No início da década de 1860, as modistas francesas Madame Simon e Madame Masson se somaram aos alfaiates da vila, trazendo as referências de gosto na vestimenta de Paris e da rua do Ouvidor para Vassouras.¹⁴⁰

Entre os anos de 1858 e 1861, foi produzida uma nova carta corográfica da província do Rio de Janeiro, pela qual foram encarregados os engenheiros Pedro de Alcantara Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer.

¹³⁶ Sobre a arquitetura neoclássica, ver REIS FILHO. *Quadro da Arquitetura no Brasil*, 1978.

¹³⁷ ALMANACK LAEMMERT, Edição de 1856. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>

¹³⁸ Sobre Villaronga ver LIMA, Roberto Guião de Souza. “Notas sobre as obras do artista José Maria Villaronga” *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Ano 14, no 14, 2005; ver ainda TIRELLO, Regina Andrade. *A ruína, o restauro e as pinturas murais oitocentistas do Vale do Paraíba Paulista*. 1999. Dissertação de doutorado em arquitetura defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. 2v; e da mesma autora, “O caso da destruição das pinturas murais da sede da Fazenda Rialto, Bananal”. In: *Anais do Museu Paulista*. N. Ser. v. n. 2. Pp.277-334. Julho-Dezembro, 2005; “As pinturas parietais de José Maria Villaronga no Sobrado Vallim, Bananal (primeira parte)”. In: *Sinopses*, São Paulo, FAU/USP, n. 34, p. 84-103, dez. 2000; “As pinturas parietais de José Maria Villaronga no Sobrado Vallim, Bananal (segunda parte)”. In: *Sinopses*, São Paulo, FAU/USP, n. 35, p. 10-31, jun. 2001; ver ainda PORTO, L. de A. Nogueira. *Villaronga: um pintor esquecido, na corte do rei café*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 5 jun. 1977; e ver ainda TOREM, Ana Cláudia. *Pinturas Murais de Velhas Fazendas*. Disponível em http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp/content/uploads/2009/11/29_ana-torem-pg-475-ok.pdf.

¹³⁹ Sobre a trajetória de Benjamin Benatar, ver MONTEIRO, Ângelo Ferreira. *Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX, O Caso Benatar*. Vassouras: Ed. Autor, 2007.

¹⁴⁰ ALMANACK LAEMMERT, Edições de 1856, 1857 e 1858. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>.

IMAGEM 18: Carta corográfica da província do Rio de Janeiro mandada organizar por Decr. da Assembleia Prov. de 30 de Out. de 1857 ... Encarregada aos Engs. Pedro d'Alcantra Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Ed. Rensburg, 1858-1961. 1 mapa ms. em 4 seções, 92,5 x 13,6.¹⁴¹

A década de 1850 foi marcada pela estabilização política do Segundo Reinado, com destaque para a atuação de D. Pedro II no jogo político partidário e pelo estreitamento de laços entre o monarca e os potentados do Vale do Paraíba. Ao mesmo tempo, a expansão da cafeicultura se alinhava com o desenvolvimento da rede urbana na Província do Rio de Janeiro.¹⁴² Foi nesse cenário que os engenheiros Pedro Bellegarde e Conrado Jacob Niemeyer foram encarregados da produção de uma nova carta corográfica da província fluminense. Enquanto o centro da peça representa o território, realçando aspectos geofísicos e a rede de caminhos e estradas, as margens laterais e superior foram compostas por plantas das principais vilas e cidades. Nesse sentido, reforça-se o argumento exposto na análise do mapa de 1836, tendo em vista o enfoque jurisdicional,

¹⁴¹ Disponível em:

<http://objdigital2.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173951/cart173951.pdf>.

¹⁴² Sobre a estabilidade política do Segundo Reinado ver CARVALHO. *A Construção da Ordem/Teatro das Sombras*, 2011; e MATTOS. *O Tempo Squarema*, 2011.

Sobre o estreitamento da relação entre potentados do Vale do Paraíba e D. Pedro II ver MARQUESE; SALLES. “A cartografia do poder senhorial”, 2015.

administrativo e político da representação espacial – em contraste com a raridade de registros imagéticos das propriedades privadas e seus limites. A produção do mapa resultara da ação dos engenheiros em meio à convergência entre demandas de autoridades provinciais e a atuação de políticos e proprietários dos municípios. O desenvolvimento da economia rural permitia o maior investimento nos espaços urbanos, com grande participação do capital privado dos potentados locais. Ao mesmo tempo em que as Câmaras Municipais se convertiam em veículos dos interesses municipais em direção às altas instâncias governamentais, o sistema eleitoral fazia de vilas e cidades pontos estratégicos da política nacional. Nesse sentido, o mapa é a um só tempo o resultado do desenvolvimento urbano da província e um vetor desse processo, na medida em que institui uma geografia política imaginada.

A comparação entre os mapas de 1836 e de 1858/1861 aponta para mudanças qualitativas no registro cartográfico, desde a técnica utilizada até o grau de precisão das representações. O mesmo se pode dizer da transformação das vilas e cidades, cujas plantas mais detalhadas apontam para o alinhamento de ruas e lotes e para a multiplicação dos edifícios construídos. Entre a diversidade de municípios da província, apenas dezesseis tiveram suas plantas registradas, e essa seleção deve ser igualmente compreendida dentro do concerto de forças políticas em jogo, tendo sido privilegiadas, inclusive, cidades do Vale do Paraíba, como Vassouras.

IMAGEM 19: Planta de Vassouras Carta corográfica da província do Rio de Janeiro mandada organizar por Decr. da Assembleia Prov. de 30 de Out. de 1857 ... Encarregada aos Engs. Pedro d'Alcantra Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Ed. Rensburg, 1858-1861. 1 mapa ms. em 4 seções, 92,5 x 13,6. ¹⁴³

Na planta de 1836 as construções se subsumiam ao contorno da estrada da Polícia, enquanto na segunda ela foi apropriada e alinhada pela vila, submetendo-se às diretrizes da municipalidade. A pedreira que ocupava o espaço central foi aterrada e nivelada, dando origem à Praça da Concórdia na planta de 1858/1861. A igreja matriz (1) já foi representada com as duas torres frontais descoladas do restante do conjunto, e o cemitério (2) que se localizava em sua parte anterior foi deslocado para o terreno localizado ao fim da rua às suas costas. À esquerda da igreja matriz se localizava a Santa Casa de

¹⁴³ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173951/cart173951.pdf>.

Misericórdia (16). A casa de câmara e cadeia (3) se encontrava em construção, mas já foi representada como a nova cadeia – embora os presos só tenham sido alojados no primeiro pavimento na década de 1860. As sessões da câmara e do judiciário eram realizadas em um edifício alugado e improvisado (4) para esse fim, enquanto não fossem concluídas as obras. O grande teatro (5) teve suas obras iniciadas em 1849, mas não fora concluído, de formas que as apresentações ocorriam uma casa alugada na Rua do Teatro (linha em cor roxa).

IMAGEM 20: Planta de Vassouras em 1858/1861¹⁴⁴

¹⁴⁴Planta produzida pelo arquiteto e designer André Romitelli, inspirada na planta contida na Carta corográfica da província do Rio de Janeiro mandada organizar por Decr. da Assembleia Prov. de 30 de Out. de 1857 ... Encarregada aos Engs. Pedro d'Alcantra Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Ed. Rensburg, 1858-1961. 1 mapa ms. em 4 seções, 92,5 x 13,6.

O texto em que Ribeyrolles se referiu a Vassouras foi acompanhado na publicação por uma litografia da cidade, feita por Victor Frond. Analisada em conjunto com o mapa, a imagem permite uma compreensão mais precisa do espaço e da arquitetura urbana.

IMAGE 21: Litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁴⁵

Ribeyrolles fora redator de uma periódico e árduo defensor do republicanismo no contexto conturbado da França na década de 1850, trajetória militante similar à de Frond, o que os levou ao exílio na Inglaterra e, posteriormente, à viagem ao Brasil. Na chegada ao país, Frond estabeleceu um atelier como fotógrafo no Rio de Janeiro, recebendo o reconhecimento da Casa Imperial. Ao conceber a ideia de um livro-álbum sobre o Brasil, convidou Ribeyrolles para redigir os textos que acompanhariam as imagens. O conteúdo discursivo e imagético da obra “Brasil Pitoresco” revela desconfortos e acomodações entre os valores dos autores e a viagem pelo país monárquico e escravista. As litografias se concentraram em temas como a paisagem natural, a escravidão, e as vilas e cidades visitadas. Entre essas últimas, é possível observar a ênfase no contraste entre a paisagem

¹⁴⁵ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg>.

natural e a racionalidade urbana, temática pautada na categoria “civilização” e constante no texto de Ribeyrolles.¹⁴⁶

IMAGEM 22: Pormenor da Litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁴⁷ Detalhes e legendas do autor.

A imagem foi constituída a partir da perspectiva de um morro elevado a nordeste da cidade, de modo que a praça da Matriz fosse representada no centro, com destaque para a igreja e para as edificações em seu entorno. A regularidade do traçado da quadra central contrasta com o relevo acidentado dos morros de meias laranjas, enquanto edificações mais simples e afastadas se mostram adaptadas à oscilação do terreno. Um segundo contraste pode ser observado entre os morros despídos da mata nativa e as poucas árvores decorativas dos fundos das residências, o que aponta tanto para a denúncia da devastação ambiental registrada no texto de Ribeyrolles quanto para o princípio da civilização se sobrepondo às imposições da natureza. A multiplicação das edificações registrada na planta de 1858/1861 e descrita nos documentos oficiais adquire visibilidade na representação de Frond, assim como a expansão da cidade e a regularidade do traçado

¹⁴⁶ Sobre a produção imagética de Frond e o texto de Ribeyrolles ver SILVA, Maria Antonia Couto. *Um Monumento ao Brasil: considerações acerca da recepção do livro Brasil Pitoresco, de Victor Frond e Charles Ribeyrolles (1859-1861)*. Dissertação de Doutorado defendida na Unicamp em 2011; ver ainda SEGALA, Lygia. *Ensaio das luzes sobre um Brasil Pitoresco: o projeto fotográfico de Victor Frond*. Dissertação de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1998.

¹⁴⁷ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg>.

urbano. No centro da imagem se encontra a Praça da Concórdia (Imagem 22), com o chafariz monumental (legenda 6 na Imagem 22) construído na década de 1840, e uma grande cruz à frente da igreja matriz (legenda 1 na Imagem) representada com as duas torres frontais. A Santa Casa de Misericórdia (legenda 2 na Imagem 22), localizada ao lado da Matriz, foi apenas parcialmente representada. Nenhum acabamento paisagístico fora dado a esse espaço, e tampouco o adro da matriz fora cercado ainda.

IMAGEM 23: Pormenor da praça da igreja matriz na litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemerancier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁴⁸

A capela construída com a doação de João Teixeira Gomes foi amplificada para se tornar a igreja matriz da vila na década de 1830, mediante uma subscrição promovida por Ambrósio de Souza Coutinho, administrador do patrimônio da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, que arrecadou 40:000\$000 junto a fazendeiros da região. Em 1838, o presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino Soares de Souza, ofereceu ajuda oficial para as obras, e o coronel Conrado Jacob de Niemeyer, Chefe da Primeira Seção de Obras da Província, foi responsável pela planta do edifício. As obras seguiram

¹⁴⁸ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg>.

lentamente na década de 1840, mas desde 1844 já contava com 47 palmos de altura e com uma das torres quase completa, com a outra pela metade. Em 1846, a doação do Comendador José Correia e Castro foi utilizada para o aformoseamento do adro da matriz. Em 1848, Joaquim José Teixeira Leite tomou posse como procurador da Irmandade, e as obras passaram a ser administrada por uma comissão composta por Francisco José Teixeira Leite e pelos irmãos Laureano e Pedro Correia e Castro. Sob um ritmo mais acelerado, a construção foi concluída em 1853. A igreja seguia a influência da arquitetura mineira, e a nave não possuía corredores a ladeando, de forma que as torres se descolam do restante da planta, possivelmente em razão da adaptação da capela original. Na década de 1850, o pintor catalão José Maria Villaronga y Panella foi contratado para decorar suas paredes interiores com colunas douradas, atendendo aos padrões estéticos neoclássicos vigentes à época e reivindicados por Joaquim José Teixeira Leite em seu relatório de 1849.¹⁴⁹

À direta da matriz se localizava a Santa Casa de Misericórdia (legenda 2 na Imagem 22), construída com a doação de Pedro Correia e Castro, Barão do Tinguá. Em maio de 1852, foi consolidada a irmandade da instituição, e na inauguração do ano seguinte foram escolhidos para a primeira mesa administrativa o barão como juiz, Francisco José Teixeira e Souza para o cargo de escrivão, e Francisco José Teixeira Leite para a tesouraria.¹⁵⁰ O edifício possuía quatorze janelas de frente, e era composto por um único pavimento frontal e dois nos fundos. Em seu salão nobre ficavam dispostos um busto e um retrato de seu maior benfeitor, de autoria de Julio de Chilvaquer, representando o barão com a matriz ao fundo – ambos datados de 1849. Na parte inferior à direta da praça, Frond registrou a grande construção da Casa de Câmara e Cadeia (legenda 3 na Imagem 22), ainda não concluída, mas já no segundo pavimento da construção (Imagem 24).

¹⁴⁹ TELLES, Augusto Carlos da Silva. *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006, p. 69.

¹⁵⁰ Sobre o domínio dessas famílias sobre os cargos superiores da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, ver TELLES, “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, pp. 46-49. Sobre a Santa Casa de Misericórdia ver RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 124

IMAGEM 24: Pormenor das obras da casa de câmara e cadeia na Litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁵¹

O sobrado que servia de hotel (legenda 8 na Imagem 22) e que constava da paisagem da gravura de Ludwig & Briggs se encontrava atrás da casa de câmara e cadeia (Imagem 25).

¹⁵¹ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg>.

IMAGEM 25: Pormenor da hospedaria na Litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁵²

Na extremidade à direita se localiza o sobrado que pertenceu a Pedro Correia e Castro (Imagem 26), em seu amplo terreno de chácara, onde foi hospedado o imperador em 1848.

IMAGEM 26: Pormenor do sobrado que pertenceu a Pedro Correia e Castro na Litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁵³

¹⁵² Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg>.

¹⁵³ Disponível em:

No quadro da praça central localizavam-se algumas das mais importantes residências de Vassouras. Os sobrados que pertenceram a José Joaquim Botelho e depois a Francisco José Teixeira, patriarca da família Teixeira Leite e posteriormente agraciado com o título de Barão de Itambé (legenda 4 na Imagem 22), e o que pertenceu a Francisco José Teixeira e Souza (legenda 5 na Imagem 22), seu genro – ambos localizavam-se à esquerda da matriz.

IMAGENS 27 e 28: Pormenores dos sobrados à esquerda da igreja matriz, que pertenceram respectivamente a Francisco José Teixeira e Souza e a Francisco José Teixeira na Litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁵⁴

O casarão térreo que pertenceu a Francisco José Teixeira Leite (legenda 9 na Imagem 22) encontrava-se em frente à casa de câmara e cadeia. Próximo a ele se localizou o sobrado privado (legenda 10 na Imagem 22) que foi alugado para as atividades da câmara na década de 1850.

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg>.

¹⁵⁴ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg>.

IMAGEM 29: Pormenor da residência que pertenceu a Francisco José Teixeira Leite Litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemerrier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁵⁵

Merecem destaque na composição os dois maiores sobrados construídos na segunda metade do século. O primeiro deles pertenceu a Caetano Furquim de Almeida (legenda 11 na Imagem 22), genro de Francisco José Teixeira Leite, e se localizava fora do quadro central da praça. Por sua vez, o que pertenceu a José de Avellar e Almeida (legenda 7 na Imagem 22) ainda estava em construção (como se verifica pela estrutura em sua parte anterior) e foi o mais imponente palacete da cidade, profundamente inspirado na arquitetura neoclássica, e se localizava no centro da praça, de frente para a igreja matriz.¹⁵⁶

¹⁵⁵ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg>.

¹⁵⁶ Sobre a arquitetura na segunda metade do século XIX, ver REIS FILHO. *Quadro da Arquitetura no Brasil*, 1978.

IMAGEM 30: Pormenor da residência que pertenceu a Caetano Furquim de Almeida Litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁵⁷

IMAGEM 31: Pormenor da residência que pertenceu a José de Avellar e Almeida na Litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁵⁸

Eram essas as casas bem confortáveis descritas por Ribeyrolles, e pertenceram aos maiores potentados de Vassouras, especialmente os membros da família Teixeira Leite. Na outra extremidade à esquerda foi registrada a estrutura da construção do teatro (à extrema esquerda da Imagem 21, pormenorizada na Imagem 32), cujas obras haviam sido interrompidas, levando Ribeyrolles a sugerir sua demolição.

¹⁵⁷ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg>.

¹⁵⁸ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg>.

IMAGEM 32: Pormenor das obras do teatro na Litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁵⁹

A valorização do espaço público correspondeu às expectativas de uma vida social e cultural mais intensa na cidade, não mais restrita ao calendário católico e ao oficial do estado, com missas, procissões, juris e eleições. Benjamin Benatar inaugurou uma sociedade de baile em 1857, cujo piano foi providenciado por Laureano Correia e Castro.¹⁶⁰ Desde a década de 1840 a rua perpendicular à matriz ficou conhecida como Rua do Teatro e, segundo as memórias de Siqueira, em 1852, eram o casal Pedro Joaquim do Amaral e Adelaide Amaral os diretores de uma companhia dramática em Vassouras, cujas apresentações se davam em uma residência alugada. Em 1854, foi fundado outro teatro, onde foi recebida a cantora lírica Augusta Candiani acompanhada do tenor Licori, e dos baixos professor Orlandini e Luis Pistasin. Após uma temporada de grande sucesso na Corte, os artistas foram convidados para se apresentarem em Vassouras pelo empresário José de Almeida Cabra, sob orientações de Francisco de Assis e Almeida – irmão de Caetano Furquim de Almeida e igualmente genro de Francisco José Teixeira Leite. Ele era membro da diretoria da Companhia Dramática Ginásio Vassourense, junto de Joaquim José Teixeira Leite, Domiciano Leite Ribeiro e de Carlos Teixeira Leite – três deles, bacharéis.¹⁶¹ Naquele mesmo ano, o ator João Caetano apresentou-se em Vassouras,

¹⁵⁹ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg>.

¹⁶⁰ Ver MONTEIRO. *Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX*, 2007.

¹⁶¹ No dia 8 de setembro de 1854, o séquito de artistas foi levado serra acima sob as custas de Antonio Correia e Castro, e chegaram a Vassouras três dias depois. Os cinco espetáculos previstos nas negociações se tornaram três meses de apresentações sucessivas, vinte e quatro récitas ao total, com assinaturas cobradas a 48\$000, o que causou publicações efusivas na imprensa da Corte, que ansiava pelo retorno dos artistas. Três anos depois, Francisco de Assis e Almeida e o empresário José de Almeida Cabral trocavam correspondências referentes à contratação de outro artista de destaque à época: “Já comprei um riquíssimo guarda-roupa como talvez o João Caetano [artista de renome no teatro da época] o não tenha: é verdade que

no que foi acompanhado nas décadas seguintes por outras companhias e artistas de renome, como Florindo Joaquim da Silva, João Barbosa Pereira, Ludovina Soares da Costa e Gabriela Augusta da Cunha.

Embora o grande teatro registrado por Frond nunca tenha sido concluído, em 1876 havia um novo teatro na cidade, onde se apresentou a Companhia Fraga.¹⁶² Além de instituições culturais, Vassouras adquiriria fama pela instrução primária, com a inauguração do Colégio Vassourense no final da década de 1840, e do Colégio Souza Braga e o Colégio Madame Grivet na década seguinte, esse último voltado exclusivamente para meninas. Um anúncio do Colégio Braga menciona a educação de “*primeiras letras, francês, piano, canto e tudo o mister para a educação, etc.*”, enquanto no Colégio Madame Grivet ensinavam-se nas instruções primária e secundária “*doutrina cristã, português, francês, inglês, alemão, história, geografia, aritmética, caligrafia, música, desenho e trabalhos de agulha.*”¹⁶³ Em 1864, dois novos colégios figuravam na cidade, o Colégio Magalhães, e o Colégio para meninas Condessa La Hure. Em 1873, a cidade recebia o Barão de Tautphoes como gestor de um dos principais colégios da região, seguido da instituição educacional de Alberto Brandão.¹⁶⁴

Bacharéis pela Faculdade de Direito de São Paulo, Caetano Furquim de Almeida e Francisco de Assis e Almeida se casaram com filhas de Francisco José Teixeira Leite, vindo a residir em Vassouras. O primeiro se valeu do apoio político familiar para eleger-se presidente da Câmara Municipal em 1856, dando início à gestão que transformaria profundamente a praça da matriz e em que a vila seria elevada à condição de cidade. O relatório final de sua administração, lido aos vereadores empossados em 1861, ressaltou seus feitos, como o calçamento de ruas, a construção de calçadas e a nivelação da praça. Os trabalhos haviam sido executados com o auxílio de engenheiros da província, contratados para levantar uma planta da vila.¹⁶⁵ Furquim de Almeida enfatizou ainda sua

muito perto está de 400\$000, porém quero mostrar que o público vassourense é merecedor de muito mais; as músicas que estou mandando apertar são mais de 70 peças novas, o que custa hoje muito dinheiro, para havermos de ter noites muito agradáveis, porque com a nova aquisição do baixo os meus recursos são grandes.” RAPOSO. *História de Vassoura*, p.101.

¹⁶² MACHADO, Lielza Lemos. *Vassouras, Recanto Histórico do Brasil*. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2000, 97-98. Naquele ano, a Companhia Zarzuelas apresentava operetas espanholas com uma cantora madrilena e obteve favorável crítica na Corte, e foi convidada para três apresentações em Vassouras. Assim como em 1854, o sucesso superou expectativas, e a companhia permaneceu na cidade por três meses. RAPOSO. *História de Vassoura*, p.101.

¹⁶³ RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 124.

¹⁶⁴ ALMANACK LAEMMERT, Edições de 1855 a 1873. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>.

¹⁶⁵ Relatório da Administração Municipal de 09 de fevereiro de 1861, Presidência Caetano Furquim de Almeida. In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, pp. 127-132.

preocupação não apenas para o melhoramento, mas também para o embelezamento da cidade, e concluiu seu relatório com um apelo às autoridades da nova gestão:

Muitos outros melhoramentos poderíamos indicar-vos, mas não queremos abusar de vossa paciência. O que porém não queremos deixar em esquecimento é a necessidade, que sente a nossa Cidade, de um lugar de recreio, para sua população. Um passeio é uma necessidade tão palpável, que não demanda ser demonstrada. Em todas as cidades da Europa, por pequenas que sejam, existem passeios ou jardins públicos, ou pelo menos possuem elas uma praça plantada de árvores, onde a população vai ter para gozar de um ar mais puro, ou passar algumas horas vagas, que lhes deixam suas ocupações. Esta necessidade que é ali tão reconhecida, torna-se aqui muito mais sensível, visto como o nosso clima é muito mais ardente, e nossas povoações não oferecem ao público aqueles divertimentos que são comuns em quase todas as cidades da Europa. Além disso, logo, que vier aqui tocar a estrada de ferro de Pedro II, e por ela nos vier uma grande massa de visitantes do Rio de Janeiro, como é muito natural, nem uma distração teremos a oferecer-lhes a não ser um jardim público. Se puderdes levar a efeito esta ideia muito tereis feito em prol de nossa cidade.”¹⁶⁶

O discurso remete diretamente à Europa e ao Rio de Janeiro como referenciais de civilização e gosto, onde os espaços públicos se tornavam centros de sociabilidade e de auto-representação dos transeuntes.¹⁶⁷ A proliferação de passeios públicos no século XVIII não se restringiu à Europa, pois desde 1783 existia um no Rio de Janeiro, construído por ordem do Marquês de Pombal, e que viria a ser reformado no período joanino. Adotou-se então o modelo dos jardins franceses, marcados por linhas geométricas, e que foi mantido até a reforma de 1862, sob o comando do engenheiro civil e botânico Auguste François Marie Glaziou, cujo projeto implementou o modelo inglês, dotado de curvas.¹⁶⁸ No entanto, em 1854, o escritor e político José de Alencar publicou uma série de crônicas no jornal *Correio Mercantil*, em que criticou a “*boa sociedade*” carioca, que frequentava bailes e óperas, mas lançava “*um olhar de soberano desprezo para esses passeios pedestres*”.¹⁶⁹ Na acepção de Alencar, a condição distinta da boa

¹⁶⁶ Relatório da Administração Municipal de 09 de fevereiro de 1861, Presidência Caetano Furquim de Almeida. In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, p. 133.

¹⁶⁷ Ver ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Vida Privada e Ordem Privada no Império*, In: *História da Vida Privada no Brasil vol II: Império: A Corte e a Modernidade Nacional*. coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁶⁸ MARINS, Paulo Cesar Garcez. *Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 2001, p. 157. Sobre o aspecto simbólico do paisagismo na época e suas apropriações no Vale do Paraíba, ver ainda D’ELBOUX, Roseli Maria Martins. *Manifestações Neoclássicas no Vale do Paraíba: Lorena e as Palmeiras Imperiais*. (Dissertação de Mestrado - FAUUSP). São Paulo, 2004.; e da mesma autora “Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras- imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo”, In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.14. n.2.p. 193-250 jul.-dez. 2006.

¹⁶⁹ “A cidade do Rio de Janeiro, com seu belo céu de azul e sua natura tão rica, com a beleza de seus panoramas e de seus graciosos arrabaldes, oferece muito desses pontos de reunião, onde todas as tardes, quando quebrasse a força do sol, a boa sociedade poderia ir passar alguns instantes numa reunião agradável, num círculo de amigos e conhecidos, sem etiquetas e cerimônias, com toda a liberdade do passeio, e ao mesmo tempo com todo o encanto de uma grande reunião... Mas entre nós ninguém dá apreço

sociedade não deveria se limitar à valorização social dos interiores domésticos de suas residências, mas transcender os salões em direção às praças e jardins públicos, vistos como signos de civilidade.¹⁷⁰ Desse modo, a administração de Furquim de Almeida se encontrava em sintonia com os padrões estéticos, práticas e gostos hegemônicos no Segundo Reinado. Sob sua administração foram plantadas palmeiras imperiais na praça da matriz, que desde 1809 ornavam o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, tendo se convertido em símbolo da monarquia e do Império.¹⁷¹ Nas atas da sessão de 11 de outubro de 1870 da Câmara Municipal, ficou registrada a proposta de ajardinar a praça da matriz, então conhecida como Aquidaban, “*de modo que o jardim da praça de combinar em simetria e feitio com o jardim em volta da matriz, para resultar em todo harmônico e belo.*”¹⁷²

Elevada à condição de cidade em 1857, Vassouras ficaria conhecida como a Princesa do Café, título que unificava a base econômica à pretensão aristocrática de seus potentados. No discurso e na prática administrativa de Furquim de Almeida, colunas neoclássicas e palmeiras imperiais se convertiam em signos que atrelavam Vassouras aos centros europeus sem perder sua identidade tropical e monárquica, como parte de uma geografia imaginada integrada às ditas “nações civilizadas.”¹⁷³

Arquitetura do Espetáculo: A Auto-Imagem Senhorial

Entre os residentes da vila de Vassouras registrados em 1855, estava Jose Maria Villaronga y Panella, morador de uma casa próxima à da Casa de Câmara e Cadeia, então em construção. Nascido na década de 1810 na região da Catalunha, adquiriu formação técnica versátil, que incluía desde conhecimentos em arquitetura até a pintura de retratos e paisagens. Pouco se sabe sobre as razões que o levaram a emigrar para o Brasil em

a isto ... Felizmente creio que vamos ter breve uma salutar modificação nesta maneira de pensar. As obras para a iluminação a gás do Passeio Público e alguns reparos e melhoramentos necessários já começaram e brevemente estarão concluídos” ALENCAR, José de. Correio Mercantil, ano de 1854. Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.

¹⁷⁰ ALENCAR, José de. Correio Mercantil, ano de 1854. Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.

¹⁷¹ D’ELBOUX. *Manifestações Neoclássicas no Vale do Paraíba*, 2004. Ver também da mesma autora, “Uma promenade nos trópicos”, In: *Anais do Museu Paulista*, 2006.

¹⁷² Atas da Câmara Municipal de Vassouras. Sessão de 11 de outubro de 1870. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

¹⁷³ Sobre a construção da identidade nacional entre signos da monarquia nos trópicos ver MAUAD, Ana Maria. “A Auto-imagem do Segundo Reinado”, 1997; e ver ainda SCHWARCZ. *As Barbas do Imperador*, 1998. Sobre sua apropriação na paisagem ver D’ELBOUX. *Manifestações Neoclássicas no Vale do Paraíba*, 2004. Ver também da mesma autora, “Uma promenade nos trópicos”, In: *Anais do Museu Paulista*, 2006. Sobre o título de *Princesa do Café*, ver LAMEGO. *O Homem e a Serra*, 1963.

meados do século, mais uma vez nessas terras, foi atraído pela opulência da cafeicultura em expansão. Mesmo na Corte do Rio de Janeiro, onde fora fundada a Academia de Belas Artes e alguns artistas de renome, não havia um mercado sólido para pessoas com seu perfil. Dotado de uma técnica limitada e sem contatos que o introduzissem nos raros círculos sociais do mercado artístico, encontraria mais espaço no interior da província. À medida que as principais famílias proprietárias do Vale do Paraíba enriqueciam e almejavam voos mais altos na sociedade de corte imperial, aumentava a demanda por bens culturais e de representação, atraindo artistas e artesãos – predominantemente estrangeiros. Villaronga deixara a Europa e depois o Rio de Janeiro em direção a Vassouras e região, ao mesmo tempo em que seus potentados projetavam seus domínios para além das fazendas e da vila, na contramão do emigrante catalão. O encontro entre suas trajetórias contribuiu para a transformação da paisagem, tanto física quanto imaginada, do Vale do Paraíba.¹⁷⁴

A década de 1850 foi marcada por uma transformação qualitativa nos investimentos públicos e privados na arquitetura de Vassouras. Em seu relatório de 1849, o então presidente da Câmara Municipal, Joaquim José Teixeira Leite, criticara o padrão estrutural e estético da Igreja Matriz da vila, lembrando aos futuros vereadores da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Embora não fosse possível alterar o risco e a estrutura do edifício, foram realizadas reformas superficiais que acrescentaram colunatas em suas extremidades, enquanto seus interiores receberam maiores cuidados decorativos de Villaronga, com a pintura de colunas douradas nas paredes e no altar. Ambas as medidas apontam para a concretização da sugestão de Teixeira Leite, em sintonia com o padrão estético neoclássico em voga no Corte.¹⁷⁵ Contudo, foram as decorações de residências privadas que tornaram o pintor catalão uma referência de gosto na região.

Em meados da década de 1850, Francisco José Teixeira e Francisca Bernardina do Sacramento Leite Ribeiro, patriarcas da família Teixeira Leite e já intitulados Barão e Baronesa de Itambé, mudaram-se para Vassouras, vindo a residir juntos dos filhos. Para tanto, adquiriram o sobrado pertencente a Joaquim José Botelho, cuja construção ocorrera antes de 1843, tendo em vista que foi registrado na litografia de Ludwigg & Briggs.

¹⁷⁴ LIMA, Roberto Guião de Souza. “Notas sobre as obras do artista José Maria Villaronga”, p. 197.

¹⁷⁵ Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras. Páginas referentes à década de 1850. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

IMAGEM 33: Sobrado que pertenceu ao Barão de Itambé. Fotografia do autor, 2012.

IMAGEM 34: Grifo de louça decorativo sobre o portão do Sobrado que pertenceu ao Barão de Itambé. Fotografia do autor, 2012.

IMAGENS 35 e 36: Detalhes decorativos da fachada e do telhado do sobrado que pertenceu ao Barão de Itambé. Fotografias do autor, 2012.

A fachada atual exhibe uma série de elementos decorativos, com destaque para os adornos em louça, o grifo, e a adaptação da fachada a signos neoclássicos, como as colunatas nas extremidades – provavelmente incluídos posteriormente à construção. A planta reproduzia parcialmente o padrão de segregação espacial dos sobrados residenciais da primeira metade do século. O primeiro pavimento possuía um salão frontal ao qual se abriam alcovas, e um corredor que levava à sala de jantar e aos quartos aos fundos, que se abriam para a cozinha.

IMAGEM 37: Planta do pavimento térreo do sobrado que pertenceu ao Barão de Itambé.

O piso superior não cobria integralmente a planta inferior, mas apenas o quadro frontal, sendo composto por um salão que mimetizava o inferior, alcovas e quartos. Contudo, o relativo descompasso da planta sugere que o edifício tenha sido reformado tanto em sua fachada quanto em seus interiores, de modo a se adaptar à valorização de cômodos sociais e à estética dominante na segunda metade do século XIX. A entrada

lateral se abre para um cômodo que permite à esquerda o acesso a uma escadaria curvilínea, que leva à sala de visitas superior. Por sua vez, a sala de jantar se encontra disposta na porção anterior da planta, como nas casas tradicionais. Mas a decoração e seu mobiliário revelam seus usos sociais para refeições, saraus e bailes, convertida em um espaço privado de sociabilidade e de representação dos proprietários, seu gosto e sua etiqueta.

IMAGEM 38: Escada curvilínea do sobrado que pertenceu ao Barão de Itambé. Fotografia do autor, 2012.

IMAGEM 39: Planta do pavimento superior do sobrado que pertenceu ao Barão de Itambé.

Essas adaptações à planta original sugerem que o edifício foi concebido e reformado em pleno processo de ressignificação da gramática espacial das residências de famílias abastadas no Império, quando se tornaram lócus privilegiados para ritos de sociabilidade e de distinção da elite. A decoração se dividiu entre as quatro paredes do cômodo com temas variados, valendo-se da técnica do “trompe l’oeil” para a representação de falsos quadros, armários e janelas, nos quais se dispunham de bens de consumo a retratos e paisagens.

IMAGEM 40: Planta da Sala de Jantar do sobrado que pertenceu ao Barão de Itambé. Detalhes e Legendas do Autor.

1 – Fachada de Entrada à Esquerda: Plantas (danificada); 2 – Fachada de Entrada à Direita: Plantas (danificada); 3 – Parede Lateral Esquerda, Primeiro Quadrante : Escadaria e Bandeiras; 4 – Parede Lateral Esquerda, Segundo Quadrante: Catedral; 5 – Parede Lateral Esquerda, Primeiro Quadrante: Mulher e Criança; 6 – Parede Lateral Esquerda, Quadrante Central : Vaso, Gradeado e Tucano; 7 – Parede Lateral Esquerda, Segundo Quadrante: Mulher com Livro; 8 – Fachada Frontal Central: Prateleiras, Louças e Alimentos; 9 – Fachada Frontal à Direita: Estatueta, Pássaro na Gaiola, Arara, Abertura para Paisagem; 10 – Fachada Frontal à Esquerda: Prateleiras, Louças, Alimentos, Nota Promissória.

IMAGEM 41: Fotografia do autor, 2012.

Os desenhos da parede de entrada se encontram bastante deteriorados, sendo apenas possível identificar um borboletário acima da porta, e imagens de plantas nas laterais. Na mesma época em que jardins se tornavam signos da civilização ocidental, representando a dominação do homem e da civilização sobre o mundo natural, os borboletários revelavam uma apropriação estética e cientificista desses insetos. É provável que o mesmo sentido estivesse contido nas plantas representadas nas laterais, domesticadas em vasos.

IMAGENS 42 e 43: Paredes laterais da entrada da sala de jantar. Fotografias do autor, 2012.

IMAGENS 44: Borboletário decorativo acima da porta de entrada da sala de jantar. Fotografia do autor, 2012.

A parede lateral à esquerda da entrada possuía duas janelas que se abriam para o corredor lateral externo da residência – que levava aos fundos, e entre elas Villaronga pintou duas molduras estilizadas, que registravam paisagens de interiores de edifícios cuja arquitetura e decoração sugerem ambientes europeus (legendas 3 e 4 na Imagem 40). Na primeira delas (legenda 3 na Imagem 40) se encontram pessoas em uma escadaria e um mezanino com bandeiras e brasões.

IMAGEM 45: Primeiro quadrante da parede lateral esquerda da sala de jantar. Fotografia do autor, 2012.

IMAGEM 46: Pormenor do primeiro quadrante da parede lateral esquerda da sala de jantar. Fotografias do autor, 2012.

A segunda imagem (legenda 4 na Imagem 40) consiste no interior de um grande edifício de arquitetura com tetos ogivais, possivelmente uma catedral, onde um homem e uma mulher conversam.

IMAGENS 47 e 48: Segundo quadrante da parede lateral esquerda da sala de jantar. Fotografias do autor, 2012.

Em ambos os casos, janelas falsas se abrem para espaços internos de construções típicas da Europa. Em um contexto em que a identidade nacional era forjada por instituições e intelectuais do Império, a alusão a espaços representativos da religião católica e da política ocidental aponta para a ideia de contiguidade entre a sala dos proprietários e as ditas “nações civilizadas”. A parede localizada à direita da entrada era recortada apenas por duas portas em suas extremidades, e foi dividida pelo pintor em três espaços.

IMAGEM 49: Parede lateral direita da sala de jantar. Fotografia do autor, 2012.

Duas delas repetem as molduras estilizadas da parede à frente (legendas 5 e 6 na Imagem 40), agora revelando a figura de uma mãe com uma criança (6), e uma mulher carregando um livro (legenda 5 na Imagem 40).

IMAGENS 50 e 51: Primeiro quadrante da parede lateral direita da sala de jantar. Fotografias do autor, 2012.

IMAGENS 52 e 53: Terceiro quadrante da parede lateral direita da sala de jantar. Fotografias do autor, 2012.

Enquanto a imagem da mãe com a criança se vale de convenções da arte sacra, geralmente alusivas a Nossa Senhora e ao menino Jesus, a segunda representa uma mulher branca em vestes azuis – igualmente uma convenção das pinturas femininas religiosas – portando um livro. Durante o século XIX, a educação feminina e a exposição social das mulheres se tornou símbolo da civilização e da modernidade ocidental europeia, em contraste com a segregação e o controle espacial e visual ao qual estariam submetidas as mulheres no Oriente – ou segundo a perspectiva do orientalismo.¹⁷⁶ Ao centro (legenda 7 na Imagem 40) se encontra a representação de um espaço gradeado que cria a ilusão de avançar para o exterior. Um grande vaso ao centro porta flores e um tucano balança em uma argola acima, enquanto as grades revelam uma paisagem natural típica de climas temperados.

¹⁷⁶ Sobre o orientalismo, ver SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

IMAGEM 54: Segundo quadrante (central) da parede lateral direita da sala de jantar. Fotografias do autor, 2012Fotografia do autor, 2012.

A imagem revela alguns contrastes e sentidos, como a relação entre a natureza domesticada interna, representada pelo vaso, pelas flores e pelo pássaro, e a flora externa. Em segundo lugar, o contraponto entre o tucano e os pinheiros sugere ao mesmo tempo uma relação de diferença e contiguidade entre a natureza tropical e a temperada; entre a paisagem brasileira e a europeia.

Por sua vez, a parede frontal à entrada foi decorada com falsos armários, cujas prateleiras conteriam louças e alimentos – em sua maioria importados, como vinhos e cerejas (legendas 9 e 10 na Imagem 40). Ao centro (legenda 8 na Imagem 40) uma falsa janela se abre para o exterior, com uma estátua de mármore ao centro e um pássaro em uma gaiola no topo. A paisagem ao fundo inclui um rio, pinheiros e montanhas com neve, do teto pende uma gaiola com um pássaro dentro, e à esquerda um papagaio se pousoa livre sobre o balcão.

IMAGEM 55: Parede frontal da sala de jantar. Fotografia do autor, 2012.

IMAGEM 56: Quadrante central da parede frontal da sala de jantar. Fotografia do autor, 2012.

Repetem-se nessa composição os contrastes e as contiguidades entre pássaros domesticados e a natureza externa, assim como entre os pássaros brasileiros e a paisagem europeia. A seu modo, as prateleiras exibem solução similar, ao combinarem imagens de bananas, abacaxis, uvas, cerejas e vinhos.

IMAGENS 57 e 58: Pássaros representados na pintura da parede frontal da salade jantar. Fotografias do autor, 2012.

IMAGENS 59 e 60: Paisagens representadas na pintura da parede frontal da sala de jantar. Fotografias do autor, 2012.

IMAGENS 61 e 62: Frutos representados na pintura da parede frontal da sala de jantar. Fotografias do autor, 2012.

Ao mesmo tempo, as imagens de louças e talheres apontam para as práticas de etiqueta incorporadas nas refeições sociais, signo de distinção típico da sociedade de Corte do século XIX. A última prateleira de baixo à esquerda incluía uma vela, um copo com flores, um jarro de porcelana ornamentado com imagens de flores, um fruto ou flor escurecida, um baralho, uma nota de 10\$000 do Império do Brasil, e uma nota promissória.

IMAGEM 63: Prateleira inferior esquerda. Fotografia do autor, 2012.

IMAGENS 64 e 65: Pormenores da Prateleira inferior esquerda. Fotografias do autor, 2012.

Merece destaque a nota promissória, que registra:

Vassouras, 12 de nov...
A doze meses desta data...
Dez contos [de réis do] Império do Brasil...

IMAGEM 66: Pormenor da representação da nota promissória na prateleira inferior direita. Fotografia do autor, 2012.

De forma pouco usual, a obra contém a assinatura do artista, e indiretamente registra a marca dos proprietários. Não foi possível atestar se foi Joaquim José Botelho ou Francisco José Teixeira o contratante, mas foram o segundo e seus herdeiros que de fato usufruíram da residência desde meados da década de 1850. Embora limitado pelas convenções artísticas de sua formação, Villaronga respondia aos interesses de seus contratantes na escolha das imagens, convertendo paisagens, pássaros e bens de consumo em signos de auto-representação dos moradores. A eles se somam as notas, metonímicas referências à fonte da opulência dos Teixeira Leite – a atuação como capitalistas.

Em 1864, foi aberto o inventário do barão e da baronesa, cujo patrimônio foi avaliado em 2:787:384\$266, quase integralmente referente a dívidas ativas. O casal possuía apenas seis cativos e nenhuma fazenda. O solar urbano foi avaliado em 10:000\$000, e a casa dos escravos, localizada nos fundos, em 7:000\$000. A residência não foi descrita com detalhes, mas seu mobiliário se resumiu a guarda louça com aparelho de louças para jantar, guarda roupas, cama de mogno, lavatório, mesa, escrivaninha, marquesa, e um oratório, além de peças de ouro e prata. Possuíam apenas cinco escravos

¹⁷⁷ PORTO, L. A de Nogueira *Apud* LIMA. “Notas sobre as obras do artista José Maria Villaronga”, pp.197-201.

domésticos, avaliados em 6:700\$000.¹⁷⁸ Mais de três décadas após a morte do casal foi aberto o inventário de sua filha Ana Jesuína Cândida Teixeira Leite, herdeira da residência. A descrição dos interiores revelou uma especialização dos cômodos, como o escritório, a “sala de visitas” e a “sala de jantar”, cujo mobiliário envelhecido continha tanto peças do inventário de 1864, quanto outras adquiridas posteriormente. A sala de visitas possuía a mobília de mogno (agora antiga), a mesa de centro de mármore, as cadeiras, os candelabros e os espelhos nas paredes. Os quartos possuíam camas e lavatórios, enquanto a sala de jantar possuía mesas, cadeiras e um piano, revelando a sobreposição de funções, de jantares a bailes e saraus. Entre a louça, havia dois aparelhos, um marcado com as iniciais de seu falecido marido, Luciano Leite Ribeiro, e outra com as de seu falecido pai, Francisco José Teixeira – fundindo-se os artefatos e os proprietários em um mesmo padrão de gosto e refinamento.¹⁷⁹

A construção e a transformação desse edifício revelam um processo mais amplo de valorização estética e social das residências. A fachada se voltava à rua e à vista de todos, com a imponência dos dois andares e a estética neoclássica de suas colunas, enquanto os interiores se voltavam a um público mais restrito – mas não mais apenas à família. A rígida segregação de espaços prevista na planta original foi progressivamente rompida com o acréscimo da escadaria e a decoração da sala de jantar, que converteram salões superiores e nos fundos em espaços privados de sociabilidade. Desde as primeiras décadas de Vassouras, a arquitetura respondera tanto a demandas funcionais quanto simbólicas, de forma que o volume das edificações representava quantitativamente o patrimônio dos proprietários. Na virada do século, a adesão a signos culturais e estéticos da Europa e do Rio de Janeiro sugere um novo padrão de auto-imagem dos potentados vassourenses, expresso qualitativamente nas fachadas e interiores de suas casas.

De todo modo, esse sobrado sofreu das contradições desse processo, expresso na tensão entre a planta original e suas adaptações, enquanto outras construções foram projetadas desde sua planta original, e contaram igualmente com o pincel de Villaronga. No início do século, Laureano Correa e Castro adquirira as terras do Secretário fundando uma fazenda com o mesmo nome. Na década de 1850, foi agraciado com o título de Barão de Campo Belo e decidiu construir uma nova casa de morada. O antigo casarão reproduzia

¹⁷⁸ Inventário do Barão e da Baronesa de Itambé, 1864. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

¹⁷⁹ Inventário de Anna Jesuína Cândida Teixeira Leite, 1899. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

os padrões arquitetônicos das primeiras décadas de Vassouras, e seria substituído por um palacete monumental.¹⁸⁰ No ano de 1859, Charles Rybeirolles e Victor Frond visitaram Vassouras, onde elogiaram as liberalidades humanas de Pedro Correa e Castro, Barão do Tinguá, pela doação e construção da Santa Casa de Misericórdia. Da vila se dirigiram à fazenda de seu irmão, Laureano, onde ficaram hospedados.

A estrada abria-se e desenrolava-se (melhor que os caminhos vicinais de França) entre duas séries de píncaros que despontavam gradualmente. Cavalgávamos nessas bestas. A bela monotonia da paisagem acabara por me entregar inteiramente às meditações interiores.

Todo o percurso era uma fazenda.

(...)

Conjecturava eu assim, sem grande inquietação íntima, porém com a secreta desesperança dos que perderam a pátria, quando o meu animal, picando a marcha, pareceu pressentir as Tulherias.

Era uma fazenda, o Secretário.

Não vo-la descreverei. Tendes à vista essa soberba habitação, surgida há quinze anos da terra virgem, agora toda florescente, mas como uma charneca que ainda conserva os seus espinhos – as cabanas. O sol e Victor Frond já no-la pintaram, com sua rica cascata, seus taboleiros de relva, seus outeiros longínquos carregados de cafeeiros.

Todos conhecem a breve história dessa casa. Não é um palácio trissecular, repleto de armaduras e de lendas. É uma granja moderna, hoje abastada, e que um homem, um único homem construiu em vinte anos de trabalho.¹⁸¹

Em duas litografias, Victor Frond registrou a casa de morada construída a partir da planta de Koeler.¹⁸²

¹⁸⁰ MAIA FORTE. “Notícia Histórica e Descritiva de Vassouras. A Fazenda do Secretário.” In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, pp. 47-50.

¹⁸¹ RIBEYROLLES. *Brasil pitoresco*, pp. 231-232.

¹⁸² RIBEYROLLES. *Brasil pitoresco*, pp. 230-231.

IMAGEM 67: Litografia de Victor Frond. JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda du Secrétaire : Municipice de Vassouras (1). Paris [França]: Lemer cier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁸³

¹⁸³ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_25.jpg>.

IMAGEM 68: Litografia de Victor Frond. JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda do Secrétaire : Municipie de Vassouras (1). Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.¹⁸⁴

Ambas as imagens de Frond se basearam em uma perspectiva artificial, tendo em vista que as posições de onde teria sido feitas não correspondem à realidade do terreno, onde tampouco existem as quedas d'água. O litógrafo constituiu as representações da fazenda tendo por elemento central a casa de vivenda e a vida dos escravos, merecendo destaque as lavadeiras, crianças junto à casa e a liteira à esquerda da primeira imagem. A residência, sólida e opulenta, e os demais edifícios construídos foram realçados em contraposição ao relevo ondulado e às matas, reiterando o binômio civilização-natureza. Na segunda imagem, o artista ainda apontou para o desmatamento da mata virgem no morro à esquerda, em contraponto às matas daquele à direita. As contradições da civilização e o problema do desmatamento foram igualmente registrados nos textos de Ribeyrolles.

As principais casas de fazendas das primeiras décadas do século XIX reproduziam o padrão quadrangular, em bloco ou com um pátio interno, e com a distribuição de cômodos espelhados nos dois pavimentos – como no caso das fazendas Pau Grande e Freguesia. Assim como a primeira, a residência possuía uma capela acoplada ao edifício,

¹⁸⁴ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_25.jpg>.

mas em sua extremidade esquerda, e não no centro. Sua porta se abria no primeiro piso, enquanto as galerias eram reservadas à família proprietária.

A planta adotou a solução paladiana em U, ao mesmo tempo em que a fachada distribuiu simetricamente os espaços à esquerda e à direita da porta de entrada, enquanto colunas adornavam as extremidades do edifício, sobre as quais se dispunham os dois frontões triangulares. Esse padrão justifica a classificação de Nestor Goulart Reis Filho, de que se trata de uma das raras construções que adotaram solidamente o referencial arquitetônico neoclássico. Para além do “fachadismo” que caracterizou a maior parte das edificações da época, segundo esse historiador, a gramática espacial interior da residência reproduzia princípios da arquitetura neoclássica, com a valorização de cômodos sociais, a disposição de uma escadaria monumental em frente à porta, levando aos aposentos superiores.¹⁸⁵

IMAGEM 69: Planta do pavimento inferior da casa de vivenda da Fazenda do Secretário.

¹⁸⁵ REIS FILHO. *Quadro da Arquitetura no Brasil*, 1978.

IMAGEM 70: Planta do pavimento superior da casa de vivenda da Fazenda do Secretário.

No primeiro pavimento havia uma sala de visitas e uma sala de jantar, enquanto o segundo possuía uma segunda sala de jantar e um grande salão de baile. Provavelmente ainda na década de 1850, Villaronga foi contratado por Laureano Correa e Castro para decorar alguns desses cômodos. A sala de visitas inferior teve as paredes decoradas com paisagens europeias, por meio do uso de convenções mais elaboradas do que aquelas representadas nas paredes da sala de jantar do solar do Barão de Itambé. A escadaria em frente à porta de estrada se abria à direita e à esquerda, levando aos cômodos superiores, com destaque para a sala de jantar e o salão de baile. A sala de jantar foi decorada com representações de louças, talheres e alimentos, enquanto o salão de baile recebeu temas mais variados, como paisagens e personagens com traços orientais. A partir de outras convenções e signos, o artista reiterou alguns padrões observados na decoração da residência do Barão de Itambé, como a alusão ao gosto e à etiqueta de banquetes, assim como às paisagens europeias.

IMAGEM 71: Sala de Jantar da Fazenda do Secretário. Fotografia de Rafael Marquese, 2006.

O inventário descreve pormenorizadamente cada cômodo, como a sala de espera, com seu sofá, suas cadeiras, mesa de centro, vasos e espelho. A sala de visitas decorada por Villaronga possuía ainda sofás, cadeiras, mesas de pedra, escarradeiras e um piano.¹⁸⁶ Os quartos do primeiro piso possuíam marquesas, bidets, mesas, cadeiras, lavatórios e urinóis. A sala de jantar inferior possuía uma mesa elástica de vinhático, dois aparadores e trinta cadeiras. Havia ainda um escritório com rico e variado mobiliário. Ao subir as escadas centrais, o visitante era levado aos dois grandes salões superiores. Um deles foi descrito como sala de visitas, e possuía mobiliário semelhante ao daquela do primeiro piso, acrescida de escarradeiras e mesas de jogo, e era convertida em salão de bailes em eventos especiais. Uma sala de guarda-louças antecedia a de jantar, e nela estavam dispostos dois quadros da própria fazenda. A sala de jantar possuía uma mesa elástica, quatro aparadores e quarenta e oito cadeiras. Além dos quartos, que repetiam os móveis daqueles do piso inferior, havia uma sala dos retratos, como cadeiras de braço, aparadores, doze cadeiras e, nas paredes, um espelho grande e dois quadros da família imperial. O cuidado estético se estendia ao exterior da residência, que ostentava um pomar e um jardim à inglesa – que seria substituído por um à francesa cinco anos depois, quando Cristóvão Correa e Castro, filho e herdeiro do proprietário, prepararia a residência para receber o Conde d’Eu.

¹⁸⁶ Inventário da Baronesa de Campo Belo, 1873. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); MAIA FORTE. “Notícia Histórica e Descritiva de Vassouras. A Fazenda do Secretário.” In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, p. 120.

A descrição da residência por Ribeyrolles contrasta com a de Saint-Hilaire sobre a Pau Grande em 1816, quando lhe surpreendeu a imponentia dos edifícios produtivos frente à simplicidade da casa de morada, comparada a um monastério. Embora ambos tenham elogiado seus anfitriões, o segundo descreveu os interiores da propriedade dos Ribeiro de Avellar como simples, tendo-lhe sido vetado o acesso a espaços restritos à família. Por sua vez, ainda que Ribeyrolles tenha descrito a Secretário como uma granja moderna, em alusão à produtividade rural, chamou-lhe a atenção da casa de morada, comparada ora a um castelo ora a um palácio, e inclusive às Tulherias. A hospitalidade do anfitrião mereceu elogios do viajante francês, qualificado como “patrício gentil”, dotado da “cortesia dos antigos senhores feudais”.¹⁸⁷ Diferentemente de muitos dos anfitriões de Saint-Hilaire, o Barão de Campo Belo correspondia às expectativas de gosto e de etiqueta de Ribeyrolles, de modo que tanto sua casa de morada quanto seus gestos lhe renderam os elogios de um cortesão europeu.

A trajetória de Villaronga não se restringiu a Vassouras, pois à medida que adquiriu certo prestígio entre as famílias do Vale, teve seus serviços requisitados em outras cidades, vilas e fazendas. Em Valença residiria por longo período, no qual decorou a casa de morada da fazenda Flores do Paraíso, de propriedade de Domingos Custódio Guimarães, Barão e depois Visconde de Rio Preto. Merece destaque a pintura da Baía de Guanabara na parede da sala de jantar da residência.

¹⁸⁷ RIBEYROLLES. *Brasil pitoresco*, pp. 230-231.

IMAGEM 72: Sala de Jantar da Fazenda Flores do Paraíso. Fotografia de Rafael Marquese, 2006.

Nessa composição, a representação da paisagem brasileira destoa das europeias das decorações anteriores. A escolha da baía de Guanabara remetia à Corte, assim como ao Atlântico como conexão com o restante do mundo, especialmente a Europa. Programa semelhante foi realizado na residência urbana de Manoel de Aguiar Vallim, na cidade de Bananal, no Vale do Paraíba Paulista. O solar urbano ainda possuía um salão de baile com um coreto, reservado à banda, que foi igualmente decorado pelo pintor catalão, com temas sacros e musicais. A fazenda Resgate, do mesmo proprietário, recebeu amplo cuidado estético, como registrou Emílio Zaluvar, ali recebido na década de 1860:

Muitas fazendas de primeira ordem concorrem para a riqueza agrícola do municio. Tive ocasião de visitar, além das do Barão de Bela Vista, a do Sr. Comendador Manoel de Aguiar Vallim, que se tornou notável não só por ser uma das melhores propriedades do lugar, como pelo gosto com que são pintadas as salas e a capela de sua casa de moradia campestre. As pinturas são do hábil pincel do Sr Villarongo.¹⁸⁸

A capela recebera representações de temas bíblicos, enquanto a sala de visitas foi ornada com imagens de pássaros e plantas, além de falsos quadros com paisagens europeias. Na sala de jantar o pintor repetiu a técnica do *trompe l'oeil* com falsos armários e prateleiras, como no sobrado do Barão de Itambé. Contudo, em vez de janelas se abrindo a paisagens europeias, o pintor compôs um painel com uma falsa janela que se abria com

¹⁸⁸ ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975, p. 49.

uma gaiola em pássaro pendente em cima, a imagem de um morro coberto por cafezais em linha, e uma caixa com dinheiro na porção inferior – como se decorrência linear dos pés de café. A solução associava o refinamento interno à exploração da cafeicultura – minimalizando o trabalho escravo. Por sua vez, a relação de contiguidade não se deu entre signos brasileiros e europeus no caso da Fazenda Flores do Paraíso e do solar urbano de Vallim, mas entre suas salas e a paisagem da Baía de Guanabara – convertida em metonímia da Corte do Rio de Janeiro.¹⁸⁹

A convergência entre a trajetória de Villaronga e dos nouveaux riches do Vale do Paraíba foi o sintoma de um processo intenso, porém fugaz. Na década de 1880, o pintor catalão viria a morar na capital da Província de São Paulo, onde ofereceria seus serviços de pintura e decoração em periódicos:

Rua do Ouvidor Officina de pintura

José Maria Villaronga, pintor hespanhol, com officina de pintura, decoração de casas e scenographia, encarrega-se de qualquer trabalho de arte, dentro e fora da cidade.

Pinta no Braz, pinta na luz, pinta na Consolação e até pinta no Cemitério.

Pinta a fresco, pinta mesmo a quente, á vontade dos fregueses.

Pinta segundo todas as escolas: - hespanhola a mais imponente e arrojada, flamenga, gallica, italiana e até romana.

Pinta historicamente; pinta mesmo fantasticamente.

Quem se quizer (sic) utilizar de seus préstimos pode dirigir-se o estabelecimento acima indicado, ou pessoalmente por carta. Neste caso a carta deve ser franca de porte.

Rua do Ouvidor.

S. Paulo. Cf:

RUA do Ouvidor ...Correio Paulistano. 20 de Janeiro de 1881.¹⁹⁰

Para além da retórica publicitária e de trocadilhos infames, o anúncio revela tanto a versatilidade de Villaronga quanto sua mediocridade enquanto artista. A temática representada nas residências por ele decoradas variou de paisagens europeias e do Rio de Janeiro por entre falsas janelas, louças e alimentos em falsos armários, retratos de pessoas e fazendas, além de imagens de pássaros e plantas.¹⁹¹ Seu curto sucesso, antes do declínio

¹⁸⁹ MARQUESE, Rafael. “O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate”. *Anais do Museu Paulista (Impresso)*, v. 18, p. 83-128, 2010.

¹⁹⁰ Correio Paulistano, edição de 20 de janeiro de 1881 *Apud* CAMPOS JUNIOR, Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o império. Aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997 Dissertação de doutorado em arquitetura defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. 4v, p. 235.

¹⁹¹ Entre as pinturas parietais de Villaronga, analisamos aquelas encontradas em fazendas e residências urbanas em Bananal (Fazenda Rialto, Fazenda Resgate, Solar Vallim), São José do Barreiro (Fazenda Catadupa), Rio das Flores (Fazenda Paraíso), Vassouras (Fazenda do Secretário, Fazenda Guache e Solar Itambé) e Paraíba do Sul (Fazenda Bom Sucesso, Fazenda Barão do Rio D'Ouro, Fazenda Santa Vitória). As temáticas observadas foram: os elementos arquitetônicos neoclássicos (Todas); gêneros alimentícios e artigos de luxo (Fazenda Paraíso, Fazenda Resgate, Solar Itambé); representações do Café (Fazenda Resgate); flores e frutos (Fazenda Resgate, Fazenda do Secretário, Fazenda Bom Sucesso, Solar Itambé); pássaros nativos (Fazenda Resgate, Solar Itambé); quadros pendurados nas paredes (Fazenda Barão do Rio D'Ouro, Fazenda Catadupa, Solar Itambé, Fazenda Resgate, Fazenda Bom Sucesso, Fazenda Rialto);

e da pobreza em São Paulo, deveu-se ao encontro com os anseios por bens culturais e de representação por parte dos *nouveaux-riches* do Vale do Paraíba, cuja parca educação os levou a reverenciar as obras decorativas do pintor catalão. Longe de esboçar uma crítica estética a Villaronga, sua trajetória interessa pelos sentidos históricos que revela, na medida em que seus anos de prestígio se deveram ao enlace com as novas estratégias de reprodução social adotadas por potentados como Laureano Correa e Castro, em um contexto de transformação da paisagem vassourense nas décadas de 1850 e 1860. Quiçá a relação inversa se expresse no afastamento e no declínio da década de 1880.

O encontro entre Villaronga e as famílias Teixeira Leite e Correa e Castro deve ser compreendido como parte de um fenômeno mais amplo, referente à adoção de novos investimentos por parte das famílias enriquecidas de Vassouras, que convertiam suas fortunas em recursos de outras naturezas. A estabilização do Segundo Reinado se valeu tanto da economia e do jogo político quanto de um amplo arsenal simbólico, exibidos nos ritos da monarquia e na apropriação de gostos e práticas disseminados em cidades como Paris. Não apenas a família real, mas a elite da Corte aderiu a novos padrões de consumo e de comportamento. Ao mesmo tempo em que os governos adotavam medidas a fim de valorizar o passeio público, as famílias mais abastadas reformavam ou construíam residências cujas fachadas reproduziam signos do estilo neoclássico e cujos interiores se convertiam em espaços privados de sociabilidades, abrindo-se para jantares, bailes e saraus. Entre o mobiliário mais variado e refinado se destacavam os pianos, artefato que impunha uma série de códigos aos proprietários e seus convidados, desde a habilidade de tocar o instrumento até o (re)conhecimento de melodias e ritmos e dos respectivos passos de dança. A educação dos filhos se tornava uma necessidade da administração familiar, incluindo padrões de etiqueta. O fenômeno não se restringiu às ruas nobres e palacetes do Rio de Janeiro, mas ocorreu Serra Acima. Enquanto o Passeio Público e a Rua do Ouvidor se tornavam passarelas da *Boa Sociedade* da Corte, a praça da matriz de Vassouras recebia adornos paisagísticos e palmeiras imperiais, e Madame Masson abria seu ateliê de vestimentas inspiradas na moda parisiense. Aos palacetes da capital do Imperial se juntaram fazendas, como a do Secretário, e solares urbanos, como o do Barão de Itambé.

paisagens europeias (Solar Itambé, Fazenda Resgate, Fazenda do Secretário, Fazenda Barão do Rio D'Ouro, Fazenda Bom Sucesso); temas sacros (Solar Itambé, Fazenda Flores do Paraíso, Fazenda Resgate, Fazenda Bom Sucesso, Fazenda Rialto); representações da própria fazenda (Fazenda Catadupa, Fazenda Resgate, Fazenda Rialto); paisagem do Rio de Janeiro (Fazenda Paraíso).

Entre as propriedades rurais de Vassouras, merece destaque a Fazenda São Fernando, cuja antiga casa de morada foi convertida em enfermaria na década de 1850, enquanto um grande sobrado foi construído para abrigar a família de Fernando Luis dos Santos Werneck. Para além das dimensões superiores do edifício, sua planta se inspirava em uma nova gramática espacial, com a valorização de aposentos sociais e com o acesso imediato ao pavimento superior por meio de uma escadaria em frente à porta de entrada. Havia um oratório à direita e um grande salão à esquerda, enquanto a sala de jantar social se abria a esses cômodos por meio de um corredor. Outra sala de refeições se destinava ao cotidiano familiar, com dimensões menores e mobiliário mais simples, localizando-se aos fundos, próxima à cozinha.¹⁹² Os inventários dos membros da família Werneck abertos nas décadas de 1850 e 1860 descrevem a multiplicação e valorização do mobiliário das residências, com destaque para as peças da casa de morada de Francisco das Chagas Werneck, e para o piano da Fazenda São Luis, de Luis Barbosa dos Santos Werneck. Em 1862, foi aberto o inventário de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de Pati do Alferes, cuja Fazenda Monte Alegre exibia um vasto e refinado mobiliário. Por sua vez, entre a descrição da casa de morada da Fazenda Pau Grande por Saint-Hilaire, em 1816, e as propriedades dos Ribeiro de Avellar na segunda metade do século, a diferença é igualmente notável. O inventário de Claudio Gomes Ribeiro de Avellar – Barão de Guaribu, aberto em 1863, revela a propriedade de três fazendas, entre as quais se destaca a de Guaribu, com seu mobiliário diverso. A fazenda São Luiz, de seu irmão, Paulo Gomes Ribeiro de Avellar – Barão de São Luiz, reproduz o mesmo padrão no inventário de 1871, e mesmo a Fazenda Pau Grande, embora não tenha sido reformada estruturalmente, teve seus interiores valorizados por Joaquim Ribeiro de Avellar, Barão de Capivary, no mesmo período.

O refinamento da paisagem rural foi acompanhado pelo desenvolvimento das freguesias e do espaço urbano de Vassouras. Tanto o inventário de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck quanto o de Paulo Gomes Ribeiro de Avellar revelam um investimento imobiliário para além das fazendas, com a construção de sobrados urbanos na freguesia de Pati do Alferes, próximos à Igreja Matriz. É possível reiterar aqui a relação entre a arquitetura urbana e a política local, tendo em vista que ambos se destacavam nas eleições

¹⁹² Inventários de Fernando Luis dos Santos Werneck, 1850; de Francisco das Chagas Werneck, 1867; de Luis Barbosa dos Santos Werneck, 1851; de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, 1862; de Claudio Gomes Ribeiro de Avellar, 1863; de Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, 1871; de Joaquim Ribeiro de Avellar, 1836. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

e ocuparam importantes cargos, como na Guarda Nacional. Em Vassouras, entre os “*pequenos palácios de alabastos*” descritos por Ribeyrolles e representados por Frond em 1859, estavam as residências que pertenceram aos irmãos Teixeira Leite, a Caetano Furquim de Almeida e a José de Avelar de Almeida.

Na década de 1850, Francisco José Teixeira Leite vendera a Fazenda da Cachoeira vindo a residir permanentemente no casarão térreo urbano em Vassouras, em frente à praça da Matriz, onde seguiria atuando como capitalista e influente político.

IMAGEM 73: Cartão Postal, datação não identificada, século XX. Coleção de fotografias de Elysio Passos.¹⁹³

Construído na primeira metade do século, o edifício apresentava uma planta em U, e uma fachada em bloco, que recebeu cuidados estéticos como a balaustrada, as platibandas e as colunatas decorativas. Havia um pequeno jardim decorativo à frente da residência, enquanto um grande quintal se localizava nos fundos. Dois salões frontais se localizavam nos dois lados do vestíbulo de entrada, à direita o escritório comercial e à esquerda a sala de visitas. Um setor intermediário de alcovas dividia esses espaços sociais dos íntimos mais ao fundo, onde se dispunham a sala de jantar, quartos e setores de serviço, que se abriam nos fundos para o quintal.

¹⁹³ Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br>.

IMAGEM 74: Planta da residência que pertenceu a Francisco José Teixeira Leite.

Em 1871, o proprietário foi agraciado com o título de Barão de Vassouras, época em que seu patrimônio chegou a ser avaliado em 3:600:000\$000, declinando nos anos que antecederam sua morte, em 1884.¹⁹⁴ Enriquecido como capitalista, investira quase todo o patrimônio em empréstimos a juros, ações da dívida pública e debêntures de estradas de ferro, além de seus imóveis urbanos – o casarão de Vassouras e o edifício localizado no Campo da Aclamação, na Corte. Infelizmente seu mobiliário não foi detalhado, mas o de seu herdeiro, Coronel Alfredo Carlos, aberto em 1897, descreve com maior minúcia a residência, seus cômodos e mobiliários. O escritório localizado à direita do vestíbulo de entrada possuía no fim do século duas escrivaninhas, duas mesinhas e um cofre, enquanto a sala de visitas possuía dois sofás, um jogo de mobília composto por um

¹⁹⁴ TAUNAY, Afonso d'Escragnolle. *História do café no Brasil*, v5. São Paulo: Difusão, 1960, p. 211.

sofá, uma mesa dois aparadores e quinze cadeiras, um lustre e lampiões.¹⁹⁵ Os quartos intermediários possuíam marquesas, colchões e lavatórios, enquanto a sala de jantar nos fundos e a sua antessala continham guarda-louças, aparadores, cadeiras e uma grande mesa elástica. Se na primeira metade do século as salas de jantar e refeições costumavam se restringir ao núcleo familiar, o mobiliário e as memórias da família Teixeira Leite apontam no sentido oposto. Afonso d’Escragnolle Taunay, neto de Francisco José, descreveu os jantares nessa residência, para os quais eram convidados *“pessoas da família, amigos e hóspedes do dono da casa, simples apresentados ou transeuntes ocasionais.”*¹⁹⁶

O documento registrou ainda uma sala de retratos, e embora não os descreva, fotografias da sala de visitas do século XX – como as do historiador Stanley Stein – demonstram que predominaram imagens dos membros da família, como os pais de Francisco José, ele próprio, sua esposa e seus irmãos. As paisagens residenciais eram repletas de signos, como as pinturas de Villaronga, os quadros da família real e da própria fazenda no Secretário, e os retratos das famílias proprietárias, como representações da auto-imagem dos potentados de Vassouras e da geografia imaginada que os ligava à civilização europeia e da Corte do Rio de Janeiro.

As estratégias e investimentos de Francisco José Teixeira Leite igualmente aplicadas por seus irmãos. Em 1873, foi aberto o inventário Carlos Teixeira Leite, que possuía o título militar de coronel e um patrimônio distribuído de forma heterogênea, com doze escravos, imóveis em Vassouras e no Rio de Janeiro, metade de um rancho, dívidas ativas e ações. Em suas residências havia peças tradicionais como mesas, cadeiras e sofás, mas também bens refinados como guarda-louças com aparelhos de porcelana dourados e brancos e o grande aparelho de prata, as escarradeiras, os vasos de cristal e de porcelana, os vidros para cheiro, o bidet – que provavelmente compunham os interiores de seu

¹⁹⁵ Inventário de Francisco José Teixeira Leite, 1884 e Inventário de Alfredo Carlos Teixeira Leite, 1897. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

¹⁹⁶ *“O anfitrião assentava-se na cabeceira da mesa. Vestido do modo mais singelo, e ao mesmo tempo sempre apurado, cheio de distinção natural e de reserva, falando pouco, ouvindo atento e longamente, e respondendo sempre do modo mais prudente, interpondo a autoridade para evitar quaisquer discussões entre convivas, por vezes estranhos...de opiniões políticas acirradamente adversas...numa sociedade em que a franqueza e a extensão da velha hospitalidade brasileira tornava frequentemente heterogênea. Todos os convivas iam sendo servidos por ele próprio ou por alguém designado; os pratos e travessas, inúmeros, espalhados todos à brasileira sobre a mesa; travessas enormes de arroz, e de aipim, terrinas de feijão, pratarrásios de couve à mineira, taioba e angu de fubá, de ovos estalados, ao lado das grandes farinheiras de milho e de mandioca. As carnes se representavam pelos bifes de vaca, os lombos de porco e as galinhas. O arroz de forno com capão representava um prato de triunfo dos dias de festa, que competia com o peru.”* TAUNAY, *História do café no Brasil*, p. 211.

sobrado em frente à praça da Matriz. O inventário de João Evangelista foi aberto em 1861 e revela o típico patrimônio capitalista de sua família. Sua casa térrea localizada próxima à igreja matriz possuía entre seus móveis um divan de damasco com cadeiras, peças de cristal, aparelhos de porcelana e de prata inglesa e um piano forte novo de Fleig.¹⁹⁷

Por sua vez, o genro de Francisco José Teixeira Leite, Caetano Furquim de Almeida, veio a residir em Vassouras após seu casamento, onde construiu um grande sobrado na rua Bonita, próximo ao edifício alugado que abrigava a Câmara Municipal. Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, ele fora introduzido em círculos sociais eivados dos padrões de gosto em voga na Corte, o que o levou a contratar um arquiteto que projetou uma planta afinada com os parâmetros estéticos neoclássicos. Sobre uma base quadrangular, o edifício sólido destoa do padrão arquitetônico da primeira metade do século em ao menos dois aspectos essenciais. Em primeiro lugar, as duas fachadas exibiam simetria na distribuição das janelas grandes frontões triangulares centrais.

IMAGEM 75: Sobrado que pertenceu a Caetano Furquim de Almeida, depois convertido em Asilo Furquim. Cartão Postal, datação incerta, século XX. Coleção de fotografias de Elysio Passos.¹⁹⁸

¹⁹⁷ Inventários de Carlos Teixeira Leite, 1873 ; e de João Evangelista Teixeira Leite, 1861 . Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

¹⁹⁸ Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br>.

Em segundo lugar, a planta projeta uma gramática espacial inovadora, com a valorização de cômodos sociais e a ruptura da segregação vigente na primeira metade do século. Em ambos os andares do edifício, salões frontais se dispunham às portas, assim como uma escada monumental levando imediatamente aos cômodos superiores.

IMAGEM 76: Pavimento térreo da residência que pertenceu a Caetano Furquim de Almeida.

Logo diante do vestíbulo de entrada se dispunha uma escada curvilínea, descolada das paredes, como uma peça estética por excelência, e que viabilizava o acesso imediato do visitante aos salões superiores.

IMAGEM 77: Pavimento superior da residência que pertenceu a Caetano Furquim de Almeida.

As palmeiras imperiais e os jardins internos repetiam a proposta civilizatória simbolizada no mesmo modelo de paisagem proposto por Furquim de Almeida para a praça da matriz em sua gestão da Câmara Municipal. Assim como a municipalidade, a residência privada era exibida como continuidade da Europa e da Corte, congregando signos da civilização monárquica nos trópicos. A afinidade com os padrões arquitetônicos e estéticos hegemônicos no período é perceptível no registro elogioso contido na edição de 1881 do Almanack Laemmert da Província do Rio de Janeiro. Com a morte de Furquim de Almeida, o edifício foi doado pela família para a municipalidade a fim de abrigar uma instituição de ensino beneficente voltada às moças – projeto somente concluído na década de 1870.

Assim como a residência de Caetano Furquim de Almeida, o palacete de José de Avelar e Almeida foi construído na segunda metade do século XIX, exibindo um projeto arquitetônico em sintonia com novos padrões de viver e morar do período. Seu pai, Manoel de Avelar e Almeida, nasceu em Açores e emigrou para o Brasil, onde enriqueceu com a administração da fazenda Boa Vista do Mato Dentro. Em 1848, foi aberto seu

inventário, registrando um patrimônio quase integralmente composto por bens rurais – sendo mais de 85% referente a terras, escravos, animais e café.¹⁹⁹ A casa de sobrado da fazenda foi avaliada em 2:000\$000 (1,95% do patrimônio), e possuía um mobiliário simples, restrito a um sofá de palhinha, uma mesa de jantar, aparadores, cadeiras de palhinha, marquesas, armários, bancos, um aparelho de porcelana para chá, um oratório, entre outros bens.²⁰⁰ José de Avellar e Almeida multiplicou a herança do pai, expandindo suas propriedades rurais e a produção cafeeira, tornando-se um dos mais importantes proprietários e benfeitores de Vassouras. Em 1859, Frond registrou a fachada anterior do edifício, ainda com as estruturas voltadas à construção. O edifício exibiu um programa arquitetônico mais afinado com o estilo neoclássico, tanto na disposição estética da fachada quanto na distribuição dos espaços internos.

IMAGEM 78: Sobrado que pertenceu a José de Avelar e Almeida, Barão de Ribeirão, e posteriormente a seu filho, Bernardino Rodrigues de Avelar, Barão e depois Visconde de Cananea. Fotografia do Autor, 2012.

¹⁹⁹ Seus 152 escravos correspondiam a 70:070\$000 (68,52%), suas terras a 11:010\$000 (10,76%), suas mulas a 2:232\$000 (2,18%), além de 3 mil arrobas de café em coco, no valor de 4:800\$000 (4,69%). Inventário de Manoel de Avellar e Almeida, 1848. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²⁰⁰ Inventário de Manoel de Avellar e Almeida, 1848. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Assim como a residência de Furquim de Almeida, o sobrado repetia a simetria entre janelas e o frontão triangular, aos quais se somaram as louças representando estações do ano. A planta reproduzia o padrão paladiano, com a disposição simétrica de espaços em forma da letra U, e a porta de entrada se abria tanto para os salões térreos à esquerda e à direita, quanto para a escada monumental curvilínea que levava para os salões principais no pavimento superior.

IMAGEM 79: Pavimento inferior da residência que pertenceu a José de Avelar e Almeida, Barão de Ribeirão, e posteriormente a seu filho, Bernardino Rodrigues de Avelar, Visconde de Cananea.

IMAGEM 80: Pavimento inferior da residência que pertenceu a José de Avelar e Almeida, Barão de Ribeirão, e posteriormente a seu filho, Bernardino Rodrigues de Avelar, Visconde de Cananea.

Agraciado com o título de Barão do Ribeirão, Avelar e Almeida investia em novos padrões de distinção social. Falecido no início da década de 1870, seu patrimônio reproduzia a estrutura rural cafeeira, mas exibia o acréscimo de dívidas ativas – indício da atuação com capitalista -, e uma valorização qualitativa do mobiliário residencial da fazenda e do sobrado.²⁰¹ As salas da residência urbana possuíam duas mobílias de mogno completas para sala de visitas, provavelmente dispostas em dois cômodos. Uma mesa elástica de vinhático, uma guarda-louças, dois aparadores e dezenas de cadeiras se encontravam, provavelmente, na sala de jantar superior. Não é possível precisar se o restante dos bens descritos pertenciam ao sobrado urbano ou à sede da Fazenda Boa Vista

²⁰¹ Em 1874, foi aberto seu inventário, que descreveu a evolução patrimonial da família, avaliado em 815:831\$777, dos quais 261:290\$000 (32,02%) correspondiam aos escravos, 145:175\$000 (17,79%) a refeições e dotes, 113:605\$694 (13,92%) a dívidas ativas, 101:738\$083 (12,47%) a dinheiro vivo, 66:420\$000 (8,14%) a cafezais, 50:070\$000 (6,13%) a casas e benfeitorias, 40:000\$000 (4,9%) a terras, 14:525\$000 (1,78%) a animais, 7:520\$000 (0,92%) a mantimentos, 6:604\$000 (0,8%) a móveis, 5:484\$000 (0,67%) a prata e ouro. Seu grande palacete urbano foi avaliado em 31:800\$000 (3,89%), e seu mobiliário em 1:200\$000 (0,14%). Inventário de José de Avelar e Almeida, 1874. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

do Mato Dentro, mas foram incluídos um lustre de cristal, mobília de jacarandá, um piano, espelhos, um mapa mundi, um guarda-louças envidraçado, mesa de jantar, escarradeiras, 14 camas francesas, vasos de porcelana, tapetes, marquesas, mesas, cadeiras, bancos e lavatórios. De todo modo, é evidente a diferença qualitativa entre o mobiliário da sede da fazenda Boa Vista do Mato Dentro em 1848, e aqueles da sede da fazenda e do sobrado urbano em 1874. Herdado por seu filho, Bernardino Rodrigues de Avelar, o edifício permaneceria uma referência estética na paisagem vassourense, tendo hospedado a Princesa Isabel e o Conde d'Eu em 1884 e se convertido em Fórum Municipal após o advento da República.

Por fim, a residência de Joaquim José Teixeira Leite merece destaque em razão da preservação de seus interiores após sua conversão em museu, já no século XX. Graduara-se bacharel em direito pela Faculdade de São Paulo antes de se mudar para o município onde seu irmão, Francisco José, enriquecia por meio da administração da Fazenda Cachoeira e, principalmente, da prática usurária. Adquirira para tanto a chácara localizada próxima ao núcleo urbano, e que consta da planta da vila de 1836 (legenda 2 da Imagem 6). A residência reproduzia o padrão arquitetônico das casas de fazenda da primeira metade do século, com apenas um pavimento, e a porta de entrada elevada à qual se acessava por uma escada dupla frontal. A planta descrevia um retângulo recortado por um pátio interno.

IMAGEM 81: Planta da residência que pertenceu a Joaquim José Teixeira Leite.

A recomendação estética contida em seu relatório à Câmara Municipal em 1849, para que os vereadores se valessem dos mestres da arquitetura da Academia de Belas Artes, foi incorporada em seus investimentos privados. Atuando como comissário de café, capitalista e político, Joaquim José Teixeira Leite fizera de sua residência tanto um espaço privado voltado aos negócios quanto uma representação de seu poder e de seu refinamento. Embora a planta reiterasse parcialmente a segregação entre espaços sociais à frente, com alcovas, e cômodos íntimos nos fundos, ligados por corredores laterais e pelo pátio interno, o proprietário reformou e decorou o edifício a partir de seus referenciais de gosto. Diferentemente de seu pai, em vez do recurso a um pintor como Villaronga, Joaquim José preferiu o recurso a papéis de parede especializados para cada cômodo, assim como valorizou espaços e práticas por meio de espelhos, quadros e um mobiliário vasto e refinado. Após seu falecimento na década de 1870, a residência foi

herdada e administrada por sua filha, Eufrásia Teixeira Leite, que oscilava entre residir na Europa e na Corte, até regressar a Vassouras e à casa de seus pais. Tendo multiplicado o patrimônio, principalmente por meio de empréstimos a juros e investimentos em títulos e ações, ela destinaria em seu testamento a chácara de Vassouras à constituição de um museu, voltado à preservação da memória (e do refinamento) de seus pais.²⁰²

Assim como na fazenda e o casarão de Francisco José, um escritório (1) se localizava logo à direita do vestíbulo de entrada. Joaquim José era bacharel e político, mas atuava economicamente como comissário de café e financista, sendo esse o espaço residencial destinado às suas atividades profissionais.

IMAGEM 82: Escritório da residência que pertenceu a Joaquim José Teixeira Leite. Fotografia do Museu Casa da Hera. A autoria Douglas Monte.²⁰³

O papel de parede contém imagens de flores e frutos de café, articulando o gosto estético às origens da riqueza do proprietário – pois embora comissário e capitalista, seu enriquecimento se encontrava diretamente atrelado à cafeicultura. A esse cômodo abria-se uma alcova, destinada aos visitantes menos íntimos, enquanto uma segunda porta se abria a um segundo cômodo (2), onde ainda jaz uma escrivaninha e instrumentos de

²⁰² Informações disponíveis em <https://casadahera.wordpress.com>.

²⁰³ Disponível em <https://casadahera.wordpress.com/conheca-a-casa/>.

trabalho. O vestíbulo de entrada possui dois cômodos a ele abertos, provavelmente alcovas, o que reproduz o padrão tradicional de um setor intermediário segregando espaços sociais e os íntimos. O corredor à direita leva para quartos da família (3), que exibiam uma decoração e móveis mais simples, destoando da valorização de espaços sociais como salão comercial (ou escritório).

IMAGEM 83: Quarto da residência que pertenceu a Joaquim José Teixeira Leite Fotografia do Museu Casa da Hera. Autoria Douglas Monte²⁰⁴

O corredor levava ainda à biblioteca do proprietário (4), localizada logo após os quartos.

²⁰⁴ Disponível em <https://casadahera.wordpress.com/conheca-a-casa/>.

IMAGEM 84: Biblioteca da residência que pertenceu a Joaquim José Teixeira Leite Fotografia do Museu Casa da Hera. Autoria Douglas Monte.²⁰⁵

Nos fundos à direita localizava-se a grande sala de jantar (5), destinada a eventos sociais e decorada com papeis de parede que representavam flores. A guarda-louças continha os aparelhos de louça que exibiam as iniciais do proprietário (JJTL), padrão semelhante ao de outras residências e louças como a de Francisco José Teixeira e Luciano Leite Ribeiro.

²⁰⁵ Disponível em <https://casadahera.wordpress.com/conheca-a-casa/>.

IMAGEM 85: Sala de Jantar da residência que pertenceu a Joaquim José Teixeira Leite. Fotografia do Museu Casa da Hera. Autoria Douglas Monte.²⁰⁶

IMAGEM 86: Louça da residência que pertenceu a Joaquim José Teixeira Leite. Fotografia do Museu Casa da Hera. Autoria Douglas Monte.²⁰⁷

O cômodo logo ao lado (6) ligava-se aos espaços de serviços, e possui ainda hoje uma ampla mesa, destinada a refeições íntimas da família.

²⁰⁶ Disponível em <https://casadahera.wordpress.com/conheca-a-casa/>.

²⁰⁷ Disponível em <https://casadahera.wordpress.com/conheca-a-casa/>.

IMAGEM 87: Sala íntima de jantar da residência que pertenceu a Joaquim José Teixeira Leite Fotografia do Museu Casa da Hera. Autoria Douglas Monte.²⁰⁸

Repete-se em parte o contraste entre espaços íntimos e espaços de receber, embora com maior promiscuidade – como observado na valorização da sala de jantar. Os dois grandes salões à esquerda da planta eram certamente os espaços mais valorizados esteticamente, e receberam maior atenção e investimento do proprietário. Logo à esquerda do vestíbulo de entrada localizava-se o salão vermelho (7), ainda hoje decorado com o papel de parede em rosa e vermelho, e com cadeiras e uma marquesa dispostas em forma de círculo, com escarradeiras ao chão.

²⁰⁸ Disponível em <https://casadahera.wordpress.com/conheca-a-casa/>.

IMAGEM 88: Salão Vermelho da residência que pertenceu a Joaquim José Teixeira Leite Fotografia do Museu Casa da Hera. Autoria Douglas Monte.²⁰⁹

Por sua vez, o salão amarelo (8) possui papel de parede em dourado e amarelo, e grandes cortinas, sendo provavelmente um espaço de baile, onde ainda hoje está disposto o piano importado, do ateliê de Henri Hertz.

²⁰⁹ Disponível em <https://casadahera.wordpress.com/conheca-a-casa/>.

IMAGEM 89: Salão Amarelo da residência que pertenceu a Joaquim José Teixeira Leite Fotografia do Museu Casa da Hera. Autoria Douglas Monte.²¹⁰

Quando da morte de sua esposa, em 1872, o patrimônio vultoso era constituído essencialmente por dívidas ativas e ações de companhias, sendo uma parte ínfima correspondente à chácara e seus 22 escravos.²¹¹ Contudo, diferentemente de bens produtivos, o investimento na residência significava a conversão de seu capital econômico em bens culturais e de representações, cujo valor não era monetário. Em 1865, escreveu ao Conselheiro Belizário, político da época com quem se casara uma de suas sobrinhas:

Diga a Chiquinha que não é só no Botafogo que se diverte a gente: as moças se tem aqui regalado de saraus: semanas houve dois; e a coisa parece continuar.²¹²

Assim como o discurso relaciona Vassouras a Botafogo, os jardins e as palmeiras imperiais da residência representavam a geografia imaginada do proprietário, que ligava sua residência em Vassouras à Corte, assim como à Europa. Convertidos em signos de

²¹⁰ Disponível em <https://casadahera.wordpress.com/conheca-a-casa/>.

²¹¹ Joaquim José havia se casado com a filha de Laureano Correia e Castro, Anna Esméria Teixeira Leite, que faleceu em 1872. O montante-mór da família à época foi avaliado em 1:528:973\$868, constituído pela chácara com 22 escravos e, predominantemente, dívidas ativas e ações de companhias. Inventário de Anna Esméria Teixeira Leite, 1872. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²¹² Carta de Joaquim José Teixeira Leite *Apud* TELLES. “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, p. 53.

representação dos potentados de Vassouras, o urbanismo e a arquitetura revelam um projeto orientado a partir de um discurso civilizacional baseado em princípios de sociabilidade e gostos europeus apropriados e ressignificados nos círculos de poder do Rio de Janeiro. Colunas neoclássicas e palmeiras imperiais, assim como papéis de parede e pinturas murais, simbolizaram a civilização monárquica nos trópicos e foram apropriadas paisagem vassourense – das fazendas e casas urbanas à praça da Matriz. A técnica do *trompe l'oeil* utilizada por Villaronga talvez seja a mais sintomática das estratégias interessadas na produção de um regime visual senhorial. Mais do que uma ilusão de ótica decorativa, impunha-se uma forma de ver o mundo e de nele se ver. O olho senhorial se valia de um autoengano estratégico, marcado pela invisibilidade ou sub-representação da escravidão e pela projeção de representações das famílias e suas residências em uma relação de contiguidade entre o Vale, a Corte e as ditas “nações civilizadas.” Vassouras se fazia Corte; suas residências, palacetes; seus potentados, cortesãos.

Entre a Classe Agrícola e a Boa Sociedade

Todos conhecem a breve história dessa casa. Não é um palácio trisseccular, repleto de armaduras e de lendas. É uma granja moderna, hoje abastada, e que um homem, um único homem construiu em vinte anos de trabalho.

O barão de Campo Belo, eis em pessoa o seu primeiro Montmorency. E ele o não nega.

O que ele imita da cortesia dos antigos senhores feudais é a maneira muito simples e franca, é o culto da hospitalidade; visitantes e passantes ali tem casa e mesa generosa, inteira liberdade de hóspede. Lá não achei o sombrio castelo do meu sonho.

Coisa estranha: em Londres, em meio de três milhões de homens, Chateaubriand proscrito teve fome. Neste país, deserto imenso, num canto desses bosques, humilde viajor, podeis entrar. A fazenda se abrirá para o pão e para o teto. Onde estão os verdadeiros civilizados? (...) ²¹³

Em sua hospedagem na Fazenda do Secretário em 1859, Ribeyrolles se valeu novamente do paradigma da civilização, mas agora para inverter a relação tradicional entre Europa e os demais continentes, em uma crítica romântica à modernidade urbana de Londres em contraposição à cortesia de seu anfitrião vassourense. Além da comparação aos antigos senhores feudais, a hospitalidade de Laureano Correa e Castro rendeu-lhe ainda o elogio de “gentil patricio”. Recentemente agraciado com o título de Barão do Campo Belo, se unia a seu irmão Pedro, Barão de Tinguá, e a muitos outros potentados do Vale do Paraíba que convertiam suas fortunas agrícolas em capital social

²¹³ RIBEYROLLES. *Brasil pitoresco*, p. 232.

e simbólico, alçando vôos em direção à sociedade de corte do Rio de Janeiro. Entretanto, Ribeyrolles acrescentou em seu relato:

(...) Aí me demorei alguns dias, estudando as disciplinas do trabalho forçado que via pela primeira vez. A violência, confesso, não mais me entristeceu. O que eu não conseguia era trabalhar. O senso humano me sofria.

Não endereço essas palavras ao dono do Secretário. Trabalhador infatigável, mourejando desde o romper da alvorada, há quarenta anos que ele está, como seus negros, jungido ao cativo. A lei que ele aplica é a velha lei de seus pais. Lei que dentro em mim viola, ultraja o ideal de justiça. Meu coração sangrava em face da servidão das almas.

Assim, saudemos e agradeçamos o patricio gentil à graciosa acolhida do Secretário. Desejo ao Brasil muitos proprietários de seu quilate, e almejo para todos a dupla emancipação que consiste em trabalho livre e justiça.²¹⁴

A descrição da vida do “*gentil patricio*” sugere a combinação entre sua auto-representação quase aristocrática e a rígida administração da fazenda e do trabalho de seus cativos. Em 1873, foi aberto o inventário de sua esposa, a Baronesa de Campo Belo, e o patrimônio do casal foi avaliado em 857:294\$054, composto em 36% por escravos, 19,19% por terras, 13,61% por plantações e 5,56% por bens de raiz. O documento demonstra ainda a atuação secundária como capitalista, com 9,41% correspondente a dívidas ativas, além de poucos títulos e ações (1,21%).²¹⁵ O refinamento arquitetônico e decorativo da casa de morada, assim como as práticas culturais de luxo ostentadas pelo casal, não comprometiam o patrimônio econômico, e tampouco a expansão do investimento agrícola. Afinal, o próprio viajante reconheceu que não se encontrava em um palácio, mas em uma granja moderna. Laureano Correa e Castro concentrava em si tanto o cafeicultor, membro da classe agrícola, quanto o barão, aspirante à Aristocracia Rural e à Boa Sociedade imperial.

Os quatro inventários de membros da família Correa e Castro, abertos entre as décadas de 1840 e 1860 reiteram o padrão de investimento agrário, com o predomínio percentual absoluto de escravos, bens de raiz das fazendas, terras e plantações, totalizando mais de 90,5% do patrimônio total avaliado, e apenas 6,49% em empréstimos a juros – caso exclusivo de Antonio Correa e Castro e sua esposa.

²¹⁴ RIBEYROLLES. *Brasil pitoresco*, p. 233.

²¹⁵ Inventário da Baronesa de Campo Belo, 1873. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

INVENTARIADO	ANO	MONTANTE MOR	ESCRAVOS	BENS DE RAIZ	TERRAS	PLANTAÇÕES E CAFÉ	DÍVIDAS ATIVAS
Pedro Correa e Castro Junior	1846	19:243\$260	12:700\$000 (65,99%)	5:928\$000 (30,80%)			
Carolina Maria de Jesus Correa	1851	6:2343\$100	29:790\$000 (47,78%)	32:137\$500 (51,54%)			
Antonio Correa e Castro e Maria Elisa da Conceição Correa	1864	344:247\$417	182:260\$000 (52,94%)	26:475\$000 (7,69%)	54:644\$040 (15,87%)	42:420\$000 (12,32%)	29:683\$277 (8,62%)
Francisco Correa e Castro	1867	31:330\$197	21:300\$000 (67,98%)	6:200\$000 (19,68%)			
TOTAL		457:163\$974	246:050\$000 (53,81%)	70:740\$000 (15,47%)	54:644\$040 (11,95%)	42:420\$000 (9,27%)	29:683\$277 (6,49%)

Tabela 1: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Correa e Castro abertos entre 1846 e 1867.²¹⁶

Os quatro inventários da família Avelar e Almeida abertos entre 1839 e 1869 revelam um padrão de investimento semelhante ao dos Correa e Castro, com 86,75% em bens voltados à produção agrícola das fazendas, e apenas 0,75% em dívidas ativas. Ao mesmo tempo em que investiam no luxo de suas fazendas e do sobrado neoclássico em Vassouras, expandiam a produção cafeeira.

INVENTARIADO	ANO	MONTANTE MOR	ESCRAVOS	BENS DE RAIZ	TERRAS	PLANTAÇÕES E CAFÉ	DÍVIDAS ATIVAS
Suzana Maria de Jesus	1839	234:915\$74	102:415\$000 (43,59%)	17:557\$000 (7,47%)	26:600\$000 (11,32%)	26:362\$000 (11,22%)	
Manoel de Avelar e Almeida	1848	142:876\$380	69:782\$000 (48,84%)	3:582\$000 (2,5%)	11:110\$000 (7,77%)	9:870\$000 (6,9%)	7:966\$000 (5,57%)
Rita de Avelar e Almeida	1868	175:270\$000	80:400\$000 (45,87%)	11:530\$000 (6,57%)	36:400\$000 (20,76%)	39780 (22,69%)	
Baronesa do Ribeirão	1869	725:368\$960	288:800\$000 (39,81%)	312:890\$000 (43,13%)		72:303\$000 (9,96%)	1:700\$000 (0,23%)
TOTAL		1:278:431\$000	541:397\$000 (42,34%)	345:559\$000 (27,02%)	74:100\$000 (5,79%)	148:315\$000 (11,6%)	9:666\$000 (0,75%)

Tabela 2: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Avelar e Almeida abertos entre 1839 e 1869.²¹⁷

Os sete inventários da família Ribeiro de Avellar abertos entre 1843 e 1863 reiteram o mesmo padrão de investimento, com 76,09% do patrimônio vinculado às

²¹⁶ Inventários consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²¹⁷ Inventários consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

fazendas e à produção agrícola, e mesmo os 6,45% em dívidas ativas se referem essencialmente a empréstimos a herdeiros da própria família.

INVENTARIADO	ANO	MONTANTE MOR	ESCRAVOS	BENS DE RAIZ	TERRAS	PLANTAÇÕES E CAFÉ	DÍVIDAS ATIVAS
Francisco Ribeiro de Avelar	1843	72:953\$540	40:740\$000 (55,84)	2:623\$000 (3,59%)	20:050\$000 (27,48%)	7:350\$000 (10,07%)	
Joaquina Mathilde d'Assunção	1847	302:620\$695	95:715\$000 (31,62%)	78:027\$900 (25,78%)	15:991\$640 (5,28%)	5:260\$000 (1,75%)	83:433\$582 (27,57%) Herdeiros
Ana Angelica de Avelar	1848	148:116\$400	84:815\$400 (57,26%)	56:310\$000 (38,01%)			
Emilia Adelaide dos Santos Avelar	1855	197:757\$330	107:270\$000 (54,24)	15:040\$000 (7,6%)	40:487\$310 (20,47%)	27:240\$000 (13,77%)	
Joaquim Ribeiro de Avelar	1863	1:116:953\$588	623:960\$000 (55,86%)	233:176\$300 (20,87%)			58:465\$000 (5,23%)
Maria Angelica da Conceição Avelar	1863	333:030\$48	165:050\$000 (49,56%)	90:887\$000 (27,29%)			61:775\$300 (18,24%)
Claudio Gomes Ribeiro de Avellar	1863	983:859\$506	369:410\$000 (37,54%)	322:216\$000 (32,75%)			
TOTAL		3:155:291\$000	1:486:960\$400 (47,12%)	798:280\$000 (25,29%)	76:528\$000 (2,42%)	39:850\$000 (1,26%)	203:673\$882 (6,45%)

Tabela 3: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Ribeiro de Avellar abertos entre 1843 e 1863.²¹⁸

O mesmo pode ser dito dos membros da família Werneck, cujos quinze inventários abertos entre 1843 e 1869 revelam um patrimônio total composto em 87,6% por bens rurais voltados à produção agrícola, e apenas 6,97% em dívidas ativas – predominantemente empréstimos a familiares.

²¹⁸ Inventários consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

INVENTARIADO	ANO	MONTANTE MOR	ESCRAVOS	BENS DE RAIZ	TERRAS	PLANTAÇÕES E CAFÉ	DÍVIDAS ATIVAS
Ana Izabel da Purificação	1843	46:156\$000	20:870\$000 (45,21%)	11:365\$000 (24,62%)	2:600\$000 (5,63%)	7:960\$000 (17,24%)	
Angela Eufrazia Goulart	1843	73:080\$640	47:600\$000 (65,13%)	23:690\$000 (32,41%)			
Francisca das Chagas Werneck	1846	806:429\$780	292:517\$000 (36,27%)	318:517\$000 (39,49%)			187:761\$804 (23,28%)
Fernando Luiz dos Santos Werneck	1850	198:530\$511	90:550\$000 (45,61%)	36:045\$000 (18,15%)		23:980\$000 (12,07%)	36:929\$431 (18,6%)
Luis Barbosa dos Santos Werneck	1851	167:418\$840	62:676\$000 (37,43%)	74:355\$100 (44,41%)		16:867\$000 (10,07%)	320\$220 (0,19%)
Carolina Isabel de Lacerda Werneck	1853	39:868\$000	27:800\$000 (69,73%)				
Jose Ignacio de Sousa Werneck e Carolina Izabem de Lacerda Werneck	1854	68:956\$170	40:230\$400 (58,34%)		15:750\$000 (22,84%)		12:91\$770 (18,73%)
Maria do Carmo Werneck	1858	55:608\$600	40:000\$000 (71,93%)	4:320\$000 (7,76%)	10:000\$000 (17,98%)	840\$000 (15,1%)	
Ignacia Delphina Werneck	1858	9:514\$000	9:080\$000 (95,43%)				
Ana de Jesus Werneck	1859	28:719\$320	12:950\$000 (45,09%)	8:910\$000 (31,02%)		960\$000 (3,34%)	
Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (B Paty)	1862	1:006:930\$031	469:250\$000 (46,6%)	357:880\$000 (35,54%)		47:750\$000 (4,74%)	20:823\$391 (2,06%)
Ana Joaquin de São Jose Werneck	1862	743:410\$480	368:350\$000 (49,54%)	26:110\$000 (35,12%)	47:401\$000 (6,37%)	79:070\$000 (10,63%)	
Jose de Souza Werneck	1864	218:295\$400	143:800\$000 (65,87%)	69:460\$000 (31,81%)			
Francisco das Chagas Werneck	1867	92:803\$000	54:150\$000 (58,34%)	7:200\$000 (7,75%)	2:880\$000 (3,1%)	23:320\$000 (25,12%)	
Ana Izabel de Lacerda Werneck	1869	153:643\$322	52:890\$000 (34,42%)	35:150\$000 (22,87%)	6:000\$000 (3,9%)		
Total		3:154:607\$584	1:402:526\$400 (44,45%)	619:430\$100 (19,63%)	82:031\$000 (2,6%)	41:687\$000 (1,32%)	73:949\$312 (2,34%)

Tabela 4: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Werneck abertos entre 1843 e 1869.²¹⁹

²¹⁹ Inventários consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Os seis inventários de membros da família Teixeira Leite abertos entre 1851 e 1866 revelam um patrimônio composto em 91,51% em dívidas ativas, e 4,84% em títulos e ações – sendo o segundo valor um pouco superior, tendo em vista que o inventário de João Evangelista une dívidas ativas e títulos sob uma única categoria. Os bens de raiz se referem nesses casos a imóveis urbanos, à exceção da Fazenda Cachoeira, de propriedade de Francisco José até o início da década de 1850. Mesmo nesse caso, o patrimônio rural não superou 7,65% de seu patrimônio, enquanto as dívidas ativas perfaziam 85,03%. O padrão de investimento patrimonial da família pouco se alterou no período.

INVENTARIADO	ANO	MONTANTE MOR	DÍVIDAS ATIVAS	TÍTULOS AÇÕES	ESCRAVOS	BENS DE RAIZ	PLANTAÇÕES
Maria Esméria Teixeira Leite	1851	123:2475\$457	104:7996\$217 (85,03%)		71:200\$000 (5,77%)	93:9000\$000 (7,61%)	13:000\$000 (1,05%)
Anna Bernardina Carvalho Leite	1853	427:450\$049	401:827\$089 (94%)		11:600\$000 (2,71%)	12:000\$000 (2,8%)	
Ambrosina Augusta Teixeira d'Almeida	1853	164:957\$729	156:057\$729 (94,6%)		6:750\$000 (4,09%)		
Maria Alexandrina Teixeira Leite	1858	816:243\$858	546:715\$911 (66,97%)	308:851\$911 (37,83%)	18:000\$000 (2,2%)	23:000\$000 (2,81%)	
João Evangelista Teixeira Leite	1861	942:696\$655	913:179\$655* (98,86%)	*dívidas e ações	10:100\$000 (1,07%)	14:000\$000 (0,35%)	
Barão e Baronesa de Itambé	1866	278:7374\$226	2:764:915\$806 (99,19%)		8:100\$000 (0,29%)	10:000\$000 (0,97%)	
TOTAL		6:371:197\$974	5:830:692\$407 (91,51%)	308:851\$911 (4,84%)	125:750\$000 (1,97%)	152:900\$000 (2,39%)	13:000\$000 (0,2%)

Tabela 5: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Teixeira Leite entre 1851 e 1866.²²⁰

As trajetórias dos membros das cinco famílias revelam a eficiência na multiplicação do patrimônio por meio da expansão das terras, das plantações e dos plantéis de escravos, voltados essencialmente à produção cafeeira. Ainda mais bem sucedidos foram os Teixeira Leite na atuação como comissários de café e capitalistas em Vassouras. Contudo, a análise quantitativa e percentual dos patrimônios não revela as transformações qualitativas no investimento das famílias, perceptível nas casas de

²²⁰ Inventários consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

fazenda, residências urbanas, no imobiliário, mas também nos laços sociais obtidos em alianças políticas e matrimônios.²²¹

Esses troncos familiares se enlaçaram por meio de matrimônios, como o de Joaquim José Teixeira Leite e Anna Esméria, filha de Laureano Correa e Castro. Francisco José Teixeira Leite, por sua vez, casara suas filhas com os bacharéis e irmãos Caetano Furquim de Almeida e Francisco de Assis e Almeida, outra com o médico Antonio Lazarini, e pela mesma via se aliaria à família Escagnole Taunay. A historiadora Mariana Muaze descreveu estratégia semelhante entre os Ribeiro de Avellar, por meio do matrimônio do filho de Joaquim Ribeiro de Avellar com a filha dos Velho da Silva, vinculados aos círculos íntimos da família real.²²² Além disso, a obtenção de títulos e graças imperiais, como as Ordens de Cristo, comendas e baronatos se espalhou a partir da década de 1840. Francisco Peixoto de Lacerda Werneck foi agraciado com o título de Barão de Paty do Alferes pelos serviços militares junto à Guarda Nacional, enquanto Pedro Correa e Castro e Joaquim Ribeiro de Avellar seriam intitulados Barões do Tinguá e de Capivary, respectivamente; o primeiro pela hospedagem ao imperador e o segundo por doações beneméritas. Os Ribeiro de Avellar receberiam ainda os baronatos de Guaribu, São Luis e Ubá, enquanto os Avelar e Almeida teriam entre seus membros os Barões de Ribeirão, Cananeia (depois Visconde), Massambará e Avelar e Almeida. Laureano Correa e Castro e Francisco José Teixeira Leite seriam dois dos mais importantes Barões da região, o primeiro de Campo Bello e o segundo de Vassouras.²²³

Por meio de doações a instituições beneméritas ou serviços ao imperador, esses homens e famílias foram alçados ao rol da nobreza imperial, com títulos concedidos pelo imperador em meio à estratégia para a estabilização de seu reinado junto ao apoio dos cafeicultores ascendentes. O caráter não hereditário das concessões reforçava o vínculo pessoal com D. Pedro II, e a reprodução das estratégias de reprodução social pelos filhos dos barões. Para além de conchavos políticos e articulações sociais, essas estratégias de distinção social demandavam a adoção de códigos e signos típicos das elites europeias e da sociedade de corte do Rio de Janeiro, que alteraram padrões de educação familiar, de etiqueta e de disposição das residências. Além do investimento estético nos jardins e

²²¹ Sobre os padrões de investimento das famílias do Vale do Paraíba ver ainda MUNIZ.. *A Riqueza Fuga*, 2005; FRAGOSO. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul*, 1983; e do mesmo autor, *Barões do café e sistema agrário escravista*, 2013.

²²² Ver MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, 2008.

²²³ Sobre a autoimagem aristocrática das famílias enriquecidas ver CASTRO, M. Vianna de. *A Aristocracia Rural Fluminense*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1961; Ver ainda LAMEGO. *O Homem e a Serra*, 1963.

fachadas das residências, a gramática espacial das casas se alterara, com a crescente valorização de espaços privados de sociabilidade, como salões de visita, de jantar e de baile. Além de representações da riqueza e do refinamento das famílias proprietárias, as paredes se convertiam em artefatos disciplinadores de comportamentos afinados com a etiqueta, as práticas e gostos hegemônicos à época, com formas precisas de se portar à mesa, de se vestir, de dançar e de interagir.²²⁴

Essa formação de novos padrões de gosto e de comportamento foi definida por Ricardo Salles como a formação de um *ethos senhorial*, enquanto Mariana Muaze se valeu dos conceitos de Norbert Elias para propor o conceito de um *habitus senhorial* – uma segunda natureza introjetada a partir da experiência de educação, convertida em referencial de percepção dos agentes, segundo determinados valores.²²⁵ Seguindo os passos de ambos os historiadores, podemos incluir a contribuição do conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, entendido como uma estrutura estruturante, construída a partir da experiência de socialização, de forma que o agente tende a incorporar referenciais a partir de sua posição no campo social, convertendo-se em matrizes para sua interpretação e ação sobre o mundo. Desse modo, os gostos, práticas e comportamentos diriam menos respeito às individualidades e mais às condições materiais e simbólicas de socialização, servindo acima de tudo à construção de identidades coletivas e às estratégias de distinção.²²⁶

A arquitetura apresenta uma dimensão privilegiada de observação do processo social, com seus conflitos, disputas e estratégias coletivas. As lutas cotidianas se expressavam no espaço e na paisagem de Vassouras, tão materiais quanto vestimentas, louças e, inclusive, os corpos dos membros das famílias mais abastadas. Entre artefatos e gestos, um enredo complexo demandou uma transformação de ordem mental e material especialmente entre aqueles que construíam uma autoimagem aristocrática e moderna no Vale do Paraíba. Entre as múltiplas identidades acionadas por essas famílias, a condição de membros da classe agrícola permanecia latente, como testemunha das bases materiais de sua posição social, enquanto se auto-representavam como integrantes da Boa Sociedade imperial.

²²⁴ Sobre os manuais de etiqueta da época ver MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, 2008; e ver ainda SCHWARCZ. *As Barbas do Imperador*, pp.101-124; 159-205.

²²⁵ SALLES. *E o Vale era Escravo*, 2008. MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, 2008.

²²⁶ Ver BOURDIEU, Pierre. “O espaço social e poder simbólico”. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Do mesmo autor, ver *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007; *A Distinção, crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008; *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Arquitetura, Política e Disciplina nas décadas de 1850 e 1860

No mencionado relatório de Joaquim José Teixeira Leite, legado à nova administração da Câmara Municipal em 1849, a necessidade da construção de uma Casa de Câmara e Cadeia foi enfatizada tanto por questões funcionais quanto simbólicas.²²⁷ Naquele mesmo ano, a construção teve início, e dois anos depois, João Darrigue Faro, então presidente da província do Rio de Janeiro assegurou em seu relatório anual que, quando concluído, aquele seria um dos melhores.

Contudo, em suas memórias escritas em 1852, o desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira descreveu a movimentação anual de 108 presos, e as condições da cadeia pública nos seguintes termos:

...uma casa de pau a pique, com seis braças e três palmos de frente, e quatro braças e dois palmos de fundo; - que metade dessa casa serve de quartel ao destacamento do Corpo de Polícia, e que a outra metade está subdividida em dois calabouços escuros, mal arejados e imundos, onde são promiscuamente amontoados recrutas, ladrões, assassinos, escravos fugidos, etc. Essa mesma casa mão é de propriedade da Província que por ela paga de aluguel mensal trinta mil réis.²²⁸

A mesma impressão foi esboçada seis anos depois pelo então presidente da província do Rio de Janeiro, Antonio Nicolau Tolentino, que criticou a cadeia pelo péssimo estado de acomodações e segurança, e pela separação entre presos restrita ao sexo.²²⁹ Em 1858, o mapa da cidade de Vassouras produzido pelo engenheiro Conrado Jacob Niemeyer representou tanto o edifício improvisado para as sessões da câmara

227 SOUSA. “Vassouras e suas Residências Urbanas”, p. 50. O relatório de Joaquim José Teixeira Leite, presidente da Câmara Municipal de Vassouras em 1859, dispôs: “a necessidade de construir já e já a Casa da Câmara e Cadeia, porque a casa que serve agora de Cadeia custa grande aluguel e é uma inumanidade para os presos e vergonha para o município. O prédio em que celebra a Câmara suas sessões foi construído pela Sociedade Protetora da Civilização e Indústria e como essa sociedade está dissolvida de fato, senão de direito, entendeu-se a Câmara com o Presidente da dita (...) entrou no gozo de parte do prédio, emancipando-se assim do aluguel que pagava, e da dependência em que se achava em respeito do primeiro senhorio. Não obstante ter a Câmara melhorado muito com a mudança de casa, mão quer com tudo isso dizer, que com ela se deva contentar, porque na verdade o prédio da Sociedade Promotora não tem acomodações indispensáveis à Câmara, Tribunais, e especialmente para as Sessões do Júri. A Câmara tem representado constantemente ao Governo Provincial a urgência desses dois edifícios (...) A respeito da Cadeia e Câmara, assim como a respeito de todas mais quaisquer construções que se empreenderem, julga esta Câmara, fundada na pouca experiência de sua administração, dever ponderar à sua sucessora, que não deve satisfazer-se com as plantas e riscos dos Engenheiros. No Brasil, existe há muito uma Academia de Belas Artes, e já é tempo de consultarmos aos verdadeiros mestres da arte. Se assim houvéssemos praticado não passaríamos pelo desgosto de vermos na matriz – obra de tão sólida construção – um triste monumento de nossas misérias em Arquitetura.” Relatório da Administração Municipal de 07 de janeiro de 1849, Presidência de Joaquim José Teixeira Leite. In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, pp. 121-122.

228 SIQUEIRA. “Memória Histórica do Município de Vassouras.” In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, p. 100.

229 Relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro, 1851 e 1858. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro Relatório 1851, p 12.

(legenda F na Imagem 90) quanto a Casa de Câmara e Cadeia em construção (legenda D na Imagem 90) – já registrada como a cadeia municipal, embora os presos só tenham sido levados para o novo prédio na década de 1860, quanto o primeiro pavimento foi concluído. Na litografia de Victor Frond, feita um ano depois, é possível identificar o edifício, já com o segundo pavimento em construção.

IMAGEM 90: Pormenor da Planta de Vassouras de 1858/1861. Carta corográfica da província do Rio de Janeiro mandada organizar por Decr. da Assembleia Prov. de 30 de Out. de 1857 ... Encarregada aos Engs. Pedro d'Alcantra Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Ed. Rensburg, 1858-1961. 1 mapa ms. em 4 seções, 92,5 x 13,6.²³⁰

Desse modo, nas décadas de 1850 e de 1860, Vassouras não possuía ainda um monumento à ordem municipal à altura dos anseios de Joaquim José Teixeira Leite, mas tampouco foi palco constante do teatro do suplício, como ocorrera entre 1835 e 1850. Nas duas décadas seguintes, houve apenas dois casos de homicídio de feitor e um de senhor.

²³⁰ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173951/cart173951.pdf>.

A última pena capital aplicada na vila ocorreu em 1857, referente ao homicídio de José Luiz Leite um ano antes, quando seus escravos Juvenal Cabinda e Albino Crioulo armaram uma emboscada atrás de pés de café e o atacaram. A sentença foi proferida em julho, e Juvenal e Albino receberam a pena máxima.²³¹ As condições precárias da cadeia foram ainda confirmadas quando, à véspera da execução, marcada para 23 de maio de 1857, Albino atacou na cela o carrasco enviado pelas autoridades do Rio de Janeiro, que veio a falecer. Apesar do adiamento, os réus foram executados no dia 8 de junho, no último ato da forca no município.²³²

A historiadora Camila Agostini fichou processos criminais de Vassouras do período entre 1820 e 1870, dos quais selecionamos os 44 processos-crime envolvendo escravos na condição de vítima e/ou de réu. Salvo pelas décadas de 1820 e 1830, o número total de crimes dessa natureza oscilou pouco no tempo. Aqueles cometidos por cativos contra senhores, feitores ou administradores somaram 10 (incluída o levante de 1838), 3 na década de 1830, 4 na de 1840, 2 na de 1850 e 1 na de 1860. Desses crimes, 5 tiveram senhores como vítimas, 2 na década de 1830, 2 na de 1840 e 1 na de 1850. Quatro crimes foram cometidos contra feitores ou administradores, 2 na década de 1840, 1 na de 1850, 1 na de 1860.²³³

²³¹ Processo Criminal por Homicídio, réus Juvenal Cabinda e Albino Crioulo, 1856. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²³² O historiador João Luis Ribeiro encontrou um documento em que manda-se executar a sentença em 23 de maio de 1857, mas uma reportagem do jornal de Niterói A Pátria noticiou em 2 de junho do ano seguinte: *“Há dias foram enviados desta cidade para a de Vassouras, os réus Albino e Juvenal, acompanhados do competente algoz, André, benguela. De comunicação oficial consta que ali chegando, na madrugada de 29 do ano passado esses criminosos, André achava-se doente, e para receber os socorros médicos foi mister que ele ficasse durante a mesma madrugada no corpo da guarda até que tendo sido medicado e experimentado algumas melhoras foi recolhido à enxovia, única prisão que há na cadeia, à exceção da das mulheres que estava ocupada, e onde se achavam os referidos pacientes. Ao entrar na enxovia André, e ao deitar-se sobre uma tarimba, o réu Albino traiçoeiramente lançou mão de um pedaço de tábua grossa, que servia de tampa a um barril da serventia dos presos, e arremessou-a com tanto vigor sobre o algoz que partiu-lhe a cabeça, e iria por diante em seu furor a não ser obstado pelos demais presos e guarda, que imediatamente o acudiram. O respectivo delegado de polícia tendo conhecimento do fato dirigiu-se logo ao lugar e fez meter no tronco os dois réus Albino e Juvenal e mandou recolher à Santa Casa o ferido, onde às 5 horas da tarde faleceu.”* Apud RIBEIRO. *No meio das galinhas as baratas não têm razão*, pp. 247-248.

²³³ Dados coletados nos Processos Criminais que envolviam escravos na condição de réus ou vítimas. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Década	Crimes de escravos contra senhores	Crimes de escravos contra prepostos	Crimes senhores ou prepostos contra escravos	Crimes de escravos contra escravos	Crimes de escravos contra escravas	Crimes escravos contra homens livres	Insurreição	Total
1820	–	–	–	2	–	–	–	2
1830	2	–	–	–	1	1	1 (1838)	5
1840	2	2	2	2	1	4	1 (1848)	14
1850	1	1	3	1	3	2	–	11
1860	–	1	2	5	3	1	–	12
TOTAL	5	4	7	10	8	8	2	44

Tabela 6: Crimes envolvendo escravos e as penas aplicadas em Vassouras nos processos criminais entre 1820 e 1869.²³⁴

Década	Total de crimes violentos	Pena de morte	Galés	Açoites e ferros	Açoites	Prisão açoites e ferros	Total de penas aplicadas
1820	2	–	–	–	–	–	–
1830	5	5	–	7	–	–	12
1840	14	4	2	1	–	1	8
1850	11	1	2	2	1	-	5
1860	12	–	3	2	-	1 (+ferros)	6
TOTAL	44	10	7	12	1	2	31

Tabela 7: Penas aplicadas em crimes envolvendo escravos em Vassouras nos processos criminais entre 1820 e 1869.²³⁵

As penas de morte e de galés perpétuas foram aplicadas principalmente nos casos em que escravos cometeram crimes violentos contra senhores e feitores. As 10 execuções capitais foram aplicadas a escravos, dos quais 5 cometeram crimes violentos contra senhores, 2 contra feitores, 1 contra uma homem livre, 1 contra sua parceira (João Congo) e 1 referente ao crime de insurreição e homicídio (Manoel Congo).

²³⁴ Análise quantitativa baseada nos processos criminais envolvendo escravos entre 1820 e 1869. Dados coletados nos Processos Criminais que envolviam escravos na condição de réus ou vítimas. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²³⁵ Análise quantitativa baseada nos processos criminais envolvendo escravos entre 1820 e 1869. Dados coletados nos Processos Criminais que envolviam escravos na condição de réus ou vítimas. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Década	Total de pena de morte	Crimes de escravos contra senhores	Crimes de escravos contra prepostos	Outros
1830	5	2	–	3
1840	4	2	2	–
1850	1	1	–	–
TOTAL	9	5	2	3

Tabela 8: Penas de mortes aplicadas a escravos em Vassouras nos processos criminais entre 1835 e 1857.²³⁶

O decréscimo no número de crimes e de punições dessas naturezas em um momento em que a população crescia consiste em um fenômeno compreensível a partir de algumas variáveis. A política de comutações de penas capitais por D. Pedro II a partir de 1854 poderia ser elencada, mas não explica o número reduzido de crimes – ou de sua denúncia às autoridades. Os indícios mais sólidos apontam para a consolidação de uma economia moral da escravidão construída a partir de relações de negociação e conflito entre cativos, feitores e senhores a partir das experiências das primeiras décadas. O historiador Ricardo Salles sugere que o fim do tráfico a partir da década de 1850 alterou a demografia da região, havendo maior equilíbrio de gênero nos plantéis e uma tendência à formação de famílias e de uma comunidade escrava nas senzalas, além de sua criouliização. Nessas condições, tanto os cativos possuíam maior poder de coesão e de barganha, quanto os senhores se valiam da estabilização das senzalas a fim de promover a produtividade do trabalho e a reprodução vegetativa dos planteis. O manual agrônômico escrito por Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de Party do Alferes, publicado em 1847, prevê uma série de medidas voltadas à administração das fazendas e do trabalho dos escravos, tanto com regras rígidas de controle quanto com concessões (roça própria, senzalas familiares, restrições aos castigos arbitrários, etc.) – que podem ser lidas a contrapelo como conquistas dos escravos a partir desconfrontos e barganhas nos anos de ocupação da região. Esse fenômeno foi interpretado por Salles como a formação de uma sociedade escravista madura, com a relativa pacificação das senzalas.²³⁷

²³⁶ Análise quantitativa baseada nos processos criminais envolvendo escravos entre 1835 e 1857. Dados coletados nos Processos Criminais que envolviam escravos na condição de réus ou vítimas. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²³⁷ WERNECK. *Memória Sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, 1985; SALLES. *E o Vale era Escravo*, pp. 235-241.

Nesse cenário, é possível sugerir que as relações de conflito passaram a ser resolvidas nas fronteiras dos domínios senhoriais, sem o recurso ao Estado e suas autoridades, incitados ao respeito à propriedade privada. O mesmo manual de 1847 previa ainda uma reconfiguração da planta das fazendas, a partir de uma lógica voltada à produtividade do trabalho e à segurança da família proprietária mediante um rígido esquadrinhamento do espaço, capaz de permitira a máxima vigilância e controle dos cativos. No levante de Manoel Congo, em 1838, as senzalas da Fazenda Freguesia haviam sido arrombadas, o que indica a utilização de formas de moradia coletivas e trancadas à noite. A Fazenda Pau Grande foi descrita por Saint-Hilaire, em 1816, como um semi-círculo de edificações produtivas e senzalas em frente à casa de morada, padrão reproduzido na pintura de 1844. Entretanto, entre nas primeiras décadas do século, foram dominantes formas arquitetônicas africanas e segmentadas para a moradia dos escravos, e as fazendas com mais de 50 ou 100 cativos foram adaptadas a partir de improvisos para o controle dos cativos. Segundo Rafael Marquese, foi a partir da década de 1830 e, principalmente, da de 1840, que uma nova solução arquitetônica foi adotada, com moradias coletivas e espaços contíguos em linha, L ou formando quadras.²³⁸

Os inventários de Vassouras reforçam essa hipótese, à medida em que os das primeiras décadas se referem a senzalas por unidades, como no caso das sete registradas na propriedade de Ana Mathilde Werneck em 1827. Já seus herdeiros, João Barbosa dos Santos Werneck e Maria Francisca das Chagas Werneck, possuíam fazendas como a São Luis do Massambará, a São Francisco e a São Luiz do Ubá, com senzalas em quadra, conforme os inventários das décadas de 1870 e 1880. Outras soluções foram adotadas, como as senzalas em linha ou em L, igualmente coletivas e trancadas no período da noite. A Fazenda do Secretário, de Laureano Correa e Castro, possuía uma senzala coletiva em frente ao sobrado residencial, em forma triangular. Seu portão frontal foi registrado pela litogravura de Victor Frond e na planta da fazenda.

²³⁸ Sobre o tema da arquitetura disciplinar das senzalas ver MARQUESE. “Moradia escrava na era do tráfico ilegal”, 2005; e “Revisitando casas-grandes e senzalas”, 2006.

IMAGEM 91: Pormenor da senzala coletiva em frente à casa de vivenda da Fazenda do Secretário na litogravura de Victor Frond. JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda du Secrétario : Municipe de Vassouras (1). Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.²³⁹

Ainda que entre os fazendeiros as senzalas coletivas – em linha, L ou quadra – tenham sido excepcionais, restritas às propriedades com mais de 50 ou 100 cativos, ela era altamente representativa no que se refere à experiência dos escravos, que majoritariamente viviam em unidades como essas. Não apenas a concentração da propriedade escrava faz dessas formas arquitetônicas relevantes no cenário vassourense, mas a concentração fundiária nas mãos desses grandes proprietários as torna altamente representativas da paisagem rural. Por sua vez, o espaço urbano de Vassouras não possuía uma concentração demográfica de escravos que demandasse soluções arquitetônicas tão extremas, prevalecendo a moradia de escravos domésticos em cômodos das residências, nos porões, ou em construções nos fundos – como no caso do sobrado do Barão de Itambé e da chácara de Joaquim José Teixeira Leite. O controle espacial de cativos no espaço urbano decorria menos da arquitetura e mais da vigilância pessoal de inspetores de quarteirão e da aplicação de posturas municipais que restringiam sua circulação durante a noite – ou mesmo durante o dia, sem a autorização expressa de seus senhores.

Desse modo, nas décadas de 1850 e 1860, prevaleceu a disciplina privada das fazendas sobre os castigos públicos no espaço urbano – ao menos no que se refere à manutenção da ordem escravista. Na cidade era a majestosa construção da Casa de Câmara e Cadeia que se convertia em símbolo da autoridade municipal e imperial, e a

²³⁹ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_25.jpg>.

partir de meados da década de 1860, a conclusão de seu primeiro pavimento permitiu a adoção de um regime disciplinar mais rígido e protocolar no trato dos presos. Embora dispostos ao público a partir das grades, eles eram segregados a partir das normas previstas na legislação criminal e processual e ficavam sob a guarda e os cuidados da municipalidade, submetidos a um regime visual pautado mais pela vigilância disciplinar do que ao suplício espetaculoso.

Por outro lado, os vereadores vassourenses teriam de esperar até o início da década de 1870 para se valerem do espetáculo arquitetônico projetado por Joaquim José Teixeira Leite na fachada neoclássica e nas colunas monumentais que ornariam o segundo pavimento – destinado às sessões da câmara e do judiciário. Se a câmara foi uma instituição essencial para a política da escravidão nas décadas de 1830 e 1840, o mesmo não pode ser dito das duas subsequentes, quando o relativo consenso partidário após o fim do tráfico conferiu estabilidade à agricultura escravista sem a necessidade de movimentações mais intensas. De todo modo, os representantes da economia e da sociedade escravista seguiam vigilantes, valendo-se dos mecanismos legislativos para se posicionarem de forma privilegiada na defesa de seus interesses.

Nas eleições de 1848, os irmãos Teixeira Leite novamente foram hábeis politicamente, emplacando João Evangelista como o mais votado, com 901 votos, e Caetani Furquim de Almeida como o terceiro colocado, com 826 votos. Pedro Correa e Castro assegurou sua permanência na cadeira de vereador na sétima posição, com 696 votos.²⁴⁰ Em 1852, repetiu-se o sucesso dos Teixeira Leite, dessa vez com a eleição de Carlos Teixeira Leite, com 1166 votos na primeira posição, e de Francisco de Assis e Almeida na terceira posição, com 935 votos. Além disso, a eleição de Ignácio José de Souza Werneck na quarta posição, com 893 votos, aponta para o reingresso da família nos círculos da política institucional de Vassouras, até então legada a um segundo plano em benefício de cargos militares e eleições como juízes de paz, geralmente atrelados a Pati do Alferes.²⁴¹

²⁴⁰ Outros nomes de peso receberam votos, como e então presidente da câmara, Joaquim José Teixeira Leite (67), Carlos Teixeira Leite (26), Francisco José Teixeira e Souza (30), Francisco José Teixeira Leite (24), Laureano Correa e Castro (26), José de Avelar e Almeida (25) e Claudio Gomes Ribeiro de Avellar (30). Entretanto, o número reduzido de votos e a vitória de aliados sugere que fizessem campanha em prol de alguns dos eleitos, e que seus votos fossem o resultado de demonstrações de lealdade de membros de suas clientelas, Atas da Câmara Municipal, sessão de 02 de outubro de 1848. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²⁴¹ Merece atenção, ainda, a eleição de Joaquim Eduadro Leite Brandão, bacharel em direito e filho de um importante Antonio Torquato Leite Brandão, cafeicultor e político da região, na segunda posição com 996 votos. Novamente se expressaram votos em outros potentados, como o próprio Antonio Torquato Leite

Sob a gestão de Carlos Teixeira Leite, os vereadores de Vassouras entraram em campanha contra o projeto de lei do senador Nabuco de Araújo, que mitigava as competências dos julgamentos do juri, acusados de promover interesses de potentados locais em detrimento da justiça. Os vereadores promoveram petições e moções que barraram a iniciativa do senador, o que embora seja um feito relativamente marginal na política imperial, foi motivo de orgulho vassourense, registrado nas atas da Câmara Municipal e nos livros de memorialistas.²⁴² No entanto, a defesa formal da instituição do juri não encontrava a mesma solidez no edifício que abrigava as atividades do judiciário. No ano de 1856, o juiz de direito fez constar sua crítica à câmara sobre as condições da casa cujos cômodos eram insuficientes para abrigar as sessões do juri, requerendo o aluguel da residência de João Maria Lisboa, vereador naquela legislatura, para esse fim.²⁴³

Nas eleições de 1855, Caetano Furquim de Almeida se tornou presidente da câmara, com 987 votos, seguido por Domiciano Leite Ribeiro, com 937, e Francisco José Teixeira e Souza, com 639. Todos eram vinculados à família Teixeira Leite, fosse por laços de sangue, como no caso do segundo, ou por matrimônio. Paulo Gomes Ribeiro de Avellar foi o sétimo mais votado, com 478 votos, e Ignácio Jospe de Souza Werneck foi o décimo, com 628 votos, se tornando suplente.²⁴⁴ A gestão de Caetano Furquim de Almeida foi marcada por um grande investimento no espaço público da cidade, conforme visto anteriormente, e em seu discurso de 1861 repetiu-se a defesa da municipalidade frente às intervenções das instituições centrais do Rio de Janeiro.²⁴⁵

Brandão (48) – que provavelmente fizera campanha por seu filho, Pedro Correa e Castro – Barão do Tinguá (40), Laureano Correa e Castro (33), Quintiliano Gomes Ribeiro de Avellar (31), Joaquim José Teixeira Leite (28), Joaquim Ribeiro de Avellar – Barão de Capivary (22), Paulo Gomes Ribeiro de Avellar (22), José Gomes Ribeiro de Avellar (18), Francisco José Teixeira Leite (17), Claudio Gomes Ribeiro de Avellar (16) e Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (4). Embora destituídos de efeito prático imediato, os votos nesses potentados que não chegaram à câmara certamente detinha uma dimensão simbólica, como reforço da lealdade e meio de barganha por parte de sua clientela. Atas da Câmara Municipal de Vassouras, sessão de 22 de abril de 1852. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²⁴² RAPOSO. *História de Vassouras*, pp. 97-98

²⁴³ Atas da Câmara Municipal, 1856. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²⁴⁴ Quintiliano Gomes Ribeiro de Avellar recebeu 49 votos, Francisco José Teixeira Leite, 43, Carlos Teixeira Leite, 36, Joaquim José Teixeira Leite, 34, Laureano Correa e Castro – Barão de Campo Belo, 29, Claudio Gomes Ribeiro de Avellar, 21, Pedro Correa e Castro – Barão de Tinguá, 20, João Evangelista Teixeira Leite, 10, José Gomes Ribeiro de Avellar, 10, Joaquim Ribeiro de Avellar – Barão de Capivary, 8, Manoel Gomes Ribeiro de Avellar, 7, e Antonio Correa e Castro, 1. Longe de serem eleitos, não deixavam de ser lembrados por seus votantes. Atas da Câmara Municipal de Vassouras, sessão de 08 de outubro de 1855. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²⁴⁵ Atas da Câmara Municipal de Vassouras, sessão de 09 de fevereiro de 1861. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Em 1860, Joaquim José Teixeira Leite, que ocupara o cargo de deputado na Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, seria novamente eleito para a presidência da Câmara Municipal, com 799 votos, seguido por Manoel Gomes de Carvalho, Barão do Amparo e casado com Francisca Barbardina Leite – vinculado, portanto, aos Teixeira Leite-, com 733 votos. Essa eleição marcou a consolidação da ascensão social e política dos Avelar e Almeida em Vassouras, pouco depois agraciados com títulos nobiliárquicos. Na quarta posição se elegeu Bernardino Rodrigues de Avellar, filho de José de Avelar e Almeida, cafeicultor e proprietário do mais imponente palacete de Vassouras na segunda metade do século, com 716 votos.²⁴⁶ Em 1864, José Eugênio Teixeira Leite foi alçado à presidência na câmara com 1.134 votos, seguido por Bernardino Rodrigues de Avelar, com 1.090. Quatro anos depois, o então Comendador Francisco José Teixeira Leite foi o mais votado, com 2.093, enquanto Francisco de Assis e Almeida foi apenas o décimo mais votado, com 712 votos. Novos sobrenomes ganhavam espaço nas eleições, na mesma medida em que a população crescia, assim como o número de votantes, o que tornava os pleitos mais competitivos.²⁴⁷ Decrescia percentualmente o número de vereadores fazendeiros, diante da ascensão de bachareis e médicos, embora esses em sua maioria de aliassem às famílias tradicionais por matrimônio. Nessa mesma época crescia a campanha crítica à legislação eleitoral em municípios e no Parlamento, sob o argumento da excessiva intervenção do poder central e da dificuldade de manutenção de um eleitorado leal. A campanha culminaria com a aprovação da Lei Saraiva, em 1881, defendida tanto por latifundiários quanto por liberais residentes das cidades – uns pela dificuldade de controle do eleitorado rural e outros pela crítica aos primeiros por esse controle. Por razões diversas, o critério de alfabetização alteraria profundamente a participação política nas décadas seguintes, cenário que se estenderia muito além da própria monarquia.

Os membros da família Teixeira Leite – inclusive agregados como Francisco de Assis e Almeida, Caetano Furquim de Almeida e Francisco José Teixeira e Souza – atuavam como capitalistas em suas residências urbanas, que possuíam escritórios junto

²⁴⁶ Paulo Gomes Ribeiro de Avellar não se elegeu, mas recebeu 160 votos. Domiciano Leite Ribeiro recebeu 35, Laureano Correa e Castro – Barão de Campo Belo, 33, Francisco de Assis e Almeida, 30, Francisco José Teixeira Leite, 25, Quintiliano Gomes Ribeiro de Avellar, 258, Caetano Furquim de Almeida, 24, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck – Barão de Pati do Alferes, 22, João Evangelista Teixeira Leite, 14, Antonio Gomes Ribeiro de Avellar 12, e Francisco José Teixeira e Souza, 10. Atas da Câmara Municipal de Vassouras, sessão de 01 de outubro de 1860. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²⁴⁷ Atas da Câmara Municipal de Vassouras, sessões de 28 de setembro de 1864 e de 06 de outubro de 1868. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

às entradas, de modo que todos os presidentes da câmara de 1849 a 1871 eram proprietários na cidade. O mesmo vale para outros dos vereadores eleitos no período, como Bernardino Rodrigues Avelar. Evidentemente, residir no espaço urbano facilitava o trânsito desses homens para as sessões anuais da instituição, mas, para além da dimensão funcional, podemos insistir no papel de representação social dessas edificações, ainda mais tendo em vista sua imponente paisagem vassourense.

O sintomático silêncio dessas legislaturas sobre o tema da escravidão revela a solidez da agenda política implementada pelos saquaremas na segunda metade da década de 1830. A relação entre os potentados vassourenses e o Partido Conservador foi mantida na segunda metade do século XIX. A historiadora Mariana Muaze localizou entre as correspondências privadas de Joaquim Ribeiro de Avellar uma carta escrita por Paulino Soares de Souza, Visconde de Uruguai, solicitando seu apoio nas eleições de 1862:

Ilmo sr. Barão de Capivary,
Por mais que seja de me envolver em eleições, pelos dissabores que me têm dado e de incomodar os amigos, não há remédio senão incomodar os bons para servir a outros. Vou rogar que empregues os valiosos meios ao seu alcance a fim de que sejam ali bem votados para a Assembleia Provincial os seguintes candidatos, os quais já tem sido deputados provinciais e bons (...).
Pretendia fazer uma chapa, mas eram tantos os candidatos e tantos os prototores querendo meter dois ou três que não foi possível haver acordo. Não há mais disciplina! Estou convencido de que o resultado da eleição há de ser péssimo e nunca esta infeliz província precisou mais de uma boa Assembleia.
Cria-me sempre.
Amigo ativo e obrigado,
Visconde de Uruguai²⁴⁸

Se por um lado o documento revela as estreitas relações entre o líder do Partido Conservador e os Ribeiro de Avellar, é preciso ressaltar que a agenda implementada pelos saquaremas foi incorporada pelas instituições, inclusive por membros do Partido Liberal, especialmente no tocante à defesa da escravidão. O relativo consenso em torno do cativo como uma necessidade nacional se expressou tanto na omissão frente à ilegalidade do contrabando e dos africanos escravizados entre 1831 e 1850, quanto no silêncio na imprensa dominante e no Parlamento.²⁴⁹ Todavia, a deflagração da Guerra Civil nos Estados Unidos e a derrota dos Estados Confederados alteraria o campo de experiência e o horizonte de expectativas dos políticos brasileiros com relação ao futuro da escravidão do país. Durante a Guerra do Paraguai, a tensão sobre a questão servil se

²⁴⁸ Carta do Visconde de Uruguai ao Barão de Capivary *Apud* MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, p. 68.

²⁴⁹ YOUSSEF. *Imprensa e escravidão*, pp. 179-238; PARRON. *A Política da Escravidão no Império do Brasil*, pp. 121-192.

acirraria, mas a resolução seria adiada até o fim do conflito. A experiência violenta da abolição estadunidense, o isolamento internacional e as contradições nacionais intensificadas pelo conflito no Prata alteraram o campo de experiência em torno da política da escravidão, assim como o horizonte de expectativa sobre sua continuidade.

A cisão entre políticos das altas instâncias do Império com relação ao tema faria enfim se romper o cômodo silêncio dos vassourenses no ano de 1871. Naquele ano, as grandes fazendas exibiam suas plantas funcionais, com senzalas coletivas, enquanto na cidade a construção da monumental Casa de Câmara e Cadeia chegava ao fim. Ambas as formas arquitetônicas atendiam a demandas funcionais e simbólicas, impostos à paisagem como monumentos à ordem imperial e escravista. No entanto, a mesma convergência de fatores que romperia a inércia dos vereadores vassourenses acirraria as tensões entre casas grandes e senzalas. Em 1874, foi inaugurado o edifício público da municipalidade com grande solenidade e pompa, representativo da ordem pública e da hierarquia social, com seus potentados na câmara do pavimento superior sobre os presos da cadeia – muitos dos quais cativos. Contudo, entre o projeto arquitetônico senhorial e a dinâmica social das décadas de 1870 e 1880 houve grande distância, e ambos os pavimentos se tornariam palcos e agentes das disputas que marcaram a crise da escravidão.

Capítulo 3

Monumentos e Rachaduras:

A Grandeza de Vassouras na Crise da Escravidão (c. 1871-1889)

Arquitetura e Representação: O Teatro Senhorial

Era linda a situação da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão. As águas majestosas do Paraíba, regavam aquelas terras fertilíssimas, cobertas de abundantes lavouras e extensas matas virgens. A casa de habitação chamada pelos pretos Casa Grande, vasto e custoso edifício, estava assentada no cimo de formosa colina, donde se descortinava um soberbo horizonte. Assomava ao longe, emergindo do azul do céu, o dorso alcantilado da Serra do Mar que ainda o cavalo a vapor não escarvara com a férrea úngula. Das abas da montanha desciam como sanefas e bambolins de verde brocado, as florestas que ensombravam o leito do rio. Às vezes tardo e indolente, outras rápido e estrepitoso com a crescente das águas que o entumeciam, assemelhava-se o Paraíba na calma, como na agitação, a uma píton antediluviana coleando através da antiga selva brasileira. Nas fraldas da colina à esquerda estavam as fábricas e casas de lavoura, a habitação do administrador da fazenda e as senzalas dos escravos. Todos estes edifícios formavam um vasto paralelogramo, com um pátio no centro; para este pátio, fechado por um grande portão de ferro, abríamos cubículos das senzalas. Mais longe, derramados pelo vale, viam-se o monjolo, a bolandeira, o moinho, a serraria, tocados pela água de um ribeiro que serpejava rumorejando entre as margens pedregosas. À direita da casa, onde se erguia a alva capelinha da fazenda, sob a invocação de Nossa Senhora, a colina declinando com suave depressão ia morrer às margens do Paraíba. Desse lado encontrava-se o jardim, o pomar, a horta, e vários sítios de recreio arrançados com muito gosto. Se a natureza brasileira, toucada pela arte europeia, perdia ali a flor nativa e a graça indígena; em compensação tornava-se mais faceira.²⁵⁰

Em 1871, José de Alencar publicava o romance “O Tronco do Ipê”, cujo enredo se passava em uma fazenda no interior da província fluminense. A partir de sua experiência e de seu imaginário, o escritor descreve um programa arquitetônico modelo das fazendas do vale do rio Paraíba do Sul da segunda metade do século XIX, com seu “vasto e custoso edifício (...) assentado no cimo de formosa colina”, e dispostas às suas fraldas “as fábricas e casas de lavoura, a habitação do administrador da fazenda e as senzalas dos escravos.” O programa repete o padrão previsto no manual de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de Paty do Alferes, publicado em 1847, pois “*todos estes edifícios formava um vasto paralelogramo, com um pátio no centro; para este pátio, fechado por um grande portão de ferro, abríamos cubículos das senzalas.*” A arquitetura disciplinar e produtiva descrita por Alencar se tornara paradigma das maiores fazendas da região, mas o mesmo vale para sua opulência e requinte. O luxuoso edifício possuiria

²⁵⁰ ALENCAR, José. O Tronco do Ipê. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014. Disponível em <http://www.projetolivrolivre.com/Jose%20de%20Alencar%20-%20O%20Tronco%20do%20Ipe%20-%20Iba%20Mendes.pdf>, p.1.

uma alva capela à direita, além do jardim e dos sítios de recreio arranjados com muito gosto. O cuidado paisagístico teria resultados ambíguos, segundo o narrador, pois do confronto entre a natureza brasileira e a arte europeia, perdia a primeira a sua essência, mas em prol da valorização estética. Assim como nos contrastes das pinturas decorativas de Villaronga, entre a paisagem europeia e a brasileira haveria uma relação de tensão entre os signos da identidade nacional e os da civilização ocidental.

O programa arquitetônico descrito por Alencar reproduzia as fazendas modelo, cuja composição combinava princípios utilitários, voltados à produção e ao controle dos cativos, e estéticos. Em Vassouras, a Fazenda do Secretário foi uma das fazendas mais bem sucedidas na reprodução de uma planta ideal. O rígido esquadramento espacial era acompanhado de uma rotina diária precisa, com o toque dos sinos pela manhã, a abertura das senzalas e a forma seguida da reza. A partida de trabalhadores do eito se dava em grupos acompanhados de capatazes e/ou feitores, e lá permaneciam e, inclusive almoçavam, até o retorno ao terreiro no fim da tarde. Junto ao quadro funcional da fazenda realizavam eventuais serviços de beneficiamento, até a chamada do feitor para a última forma, e do trancamento das senzalas durante a noite. Aos sábados à noite alguns folguedos eram permitidos periodicamente, e aos domingos, os protocolos eram relaxados, e os cativos podiam se dirigir a outras fazendas ou à cidade, desde que respeitado o retorno no horário estipulado. Esse regime ideal de controle do tempo e do espaço foi descrito em manuais agrônômicos, como o de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, mas seu caráter normativo pouco destoa dos relatos de ex-escravos por Stanley Stein na década de 1850, e dos testemunhos em processos criminais.²⁵¹

Em uma noite de sábado de 1872, os cativos da Fazenda do Secretário receberam a autorização de Christóvão Correa e Castro, que estava ausente, para realizarem o caxambu. Às dez horas da noite o feitor cumpriu o acordado e sinalizou para que os jongueiros finalizassem o folguedo e se encaminhassem para as senzalas, onde seriam trancados. Em um dos repartimentos da senzala coletivo, dormiam cerca de vinte escravos, e o desentendimento entre dois deles, Lino e Felix, resultou na morte do segundo. Por volta das onze e meia, o capataz que dormia na senzala conseguiu avisar o feitor de terreiro que residia fora, para que informasse o feitor de roça do ocorrido. Apenas o último detinha a chave das senzalas, e pode abri-las para verificar o ocorrido e prender o assassino. Embora o homicídio implicasse uma burla das normas senhoriais e jurídicas,

²⁵¹ WERNECK. *Memória Sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*, pp. 57-62. STEIN. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, p. 193-202.

o episódio revela os rígidos protocolos de controle da fazenda. Mesmo a realização do caxambu, em um momento de relativa autonomia dos escravos, se dava dentro dos limites espaciais do terreiro e do período autorizado pelo proprietário.²⁵² Outros casos ocorridos na mesma década reforçam a existência de tais mecanismos de controle e vigilância, tanto impessoais por meio da arquitetura de confinamento, quanto pessoais, pela presença de feitores e capatazes. Senzalas, terreiros e cafezais eram espaços disciplinares, controlados pelo olho senhorial – e de seus prepostos -, mas por vezes foram apropriados pelos cativos em casos de fugas, emboscadas e de resistência frontal.²⁵³

Por sua vez, a arquitetura da casa de morada atendia a outras demandas, menos pautadas pela produtividade e controle dos escravizados, e mais pelo abrigo e representação da família proprietária. A disposição junto às senzalas reproduzia o padrão de relações sociais no Império, marcadas pela proximidade física como produtora de distanciamento social. A casa se tornava parte de um sistema simbólico em rituais como a prática da reza matinal na forma, nos pedidos de benção aos senhores nas sacadas dos sobrados, assim como nas missas e batizados.²⁵⁴ Acoplada à planta da residência, a capela se abria no primeiro pavimento para a entrada de escravos, agregados e vizinhos, enquanto o proprietário e sua família tinham acesso interno às tribunas, pelo pavimento superior. A litogravura de Victor Frond, de 1859, apresenta os dois pavimentos da capela, assim como uma cadeirinha em sua frente – igualmente representativa. A hierarquia social era performada na gramática espacial e visual dos ritos litúrgicos.

²⁵² Processo Criminal por Homicídio, réu Lino, 1872. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

²⁵³ Ver SANTOS. *Geografia da Escravidão na Crise do Império (1850-1888)*, 2014.

²⁵⁴ Ver MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, pp. 123-174.

IMAGEM 92: Pormenor da capela na Litogravura de Victor Frond. JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda du Secrétaire : Municipe de Vassouras (1). Paris [França]: Lemercier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.²⁵⁵

Para além dos escravos e agregados, a fachada neoclássica do edifício e o jardim à inglesa se voltavam essencialmente a olhos capazes de captar códigos e signos associados aos gostos hegemônicos no período. Do mesmo modo, a composição da planta, com a projeção dos espaços privados de sociabilidade, revela o intento de promoção de coesão entre os proprietários e os demais potentados da região – e pretensamente da Corte. No entanto, a rotina diária da residência era marcada pela administração da fazenda pelo proprietário, e pela gestão dos escravos domésticos e da família por sua esposa. Ao contrário do que davam a entender os eventos festivos, a rotina

²⁵⁵ Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_25.jpg>.

familiar era bastante prosaica, como revelou o diário da Viscondessa do Arcozelo, herdeira dos Lacerda Werneck.²⁵⁶

O cotidiano da fazenda era suspenso e seus espaços ressignificados em eventos sociais, como casamentos, aniversários e outras festividades. Em 1878, Christovão Correa e Castro, que herdara a propriedade de seu pai, Laureano, recebeu na fazenda o Conde d'Eu e a Princesa Isabel. Para tanto, o jardim de entrada foi reformado, adotando o estilo francês, a fim de agradar os convidados. Perpassado o corredor do jardim, os convidados adentraram as portas da residência, guardadas por duas estatuetas de núbios com corpos apolíneos em bronze, portando luminárias. Do hall de entrada, tiveram acesso tanto à sala de visitas decorada com paisagens europeias por Villaronga, quanto à escadaria monumental, que levava aos aposentos superiores. A antessala da sala de jantar possuía dois quadros da própria fazenda e uma da vila de Vassouras – todas reproduções de litogravuras de Victor Frond, de 1859, enquanto a sala de retratos era decorada com um grande espelho e dois quadros da família real. As refeições demandaram certamente a melhor performance do proprietário, assim como o uso das melhores louças e talheres, em um cenário igualmente decorado pelo pintor catalão – com falsos armários, louças e alimentos importados. Um eventual baile ou sarau teria ocorrido no salão de visitas inferior, onde havia um piano, ou no salão superior, com seu rico mobiliário – ambos decorados com pinturas parietais. Dos jardins externos às paisagens internas, imperaram representações e práticas que visavam estabelecer a contiguidade entre a fazenda e a geografia das ditas nações civilizadas, interligando-se o campo e a cidade de Vassouras, a Corte e a Europa.²⁵⁷

A reprodução de ritos de sociabilidade de Corte se tornara uma tradição entre as principais famílias do Vale em meados do século, como se depreende dos esforços e investimentos dos vassourenses para a visita do Imperador em 1848. As fazendas suspendiam suas funções produtivas e disciplinares, convertendo-se em locais privilegiados de representação de seus proprietários. Eduardo Schnoor registrou a memória de um dos netos do Comendador Manoel de Aguiar Vallim, sobre suas festas na Fazenda Resgate, em Bananal. A distância da cidade forçava que os eventos durassem dias, com a hospedagem de inúmeros convidados, e a realização de banquetes e bailes, além de

²⁵⁶ MAUAD, Ana Maria, e MUAZE, Mariana. “A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo”. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, Escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

²⁵⁷ MAIA FORTE. “Notícia Histórica e Descritiva de Vassouras. A Fazenda do Secretário”, 1975.

folguedos campestres, como corridas de cavalo e caçadas.²⁵⁸ No mesmo ano, Conde d'Eu e Princesa Isabel visitaram a Fazenda Flores do Paraíso, em Valença, conforme resgistrado pelo memorialista Eloy de Andrade.

Tão grandiosa era sua residência que dezoito anos mais tarde um genro de D. Pedro II, o Conde D'Eu, lá foi especialmente para admirá-la, lá pernoitou, recebendo a mais brilhante acolhida. Recebeu-o, como administrador de sua irmã, um neto do regente do Império, Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, Joaquim Henrique de Araújo Filho, filho do Visconde de Pirassununga.

Veio de Valença o príncipe consorte em 'coupé', com mudas de dez em dez quilômetros, de modo que venceu as cinco léguas de percurso em duas horas apenas! Um banquete foi-lhe oferecido. Os principais fazendeiros da região ali estavam. A baixela, as porcelanas de Sevre, os vinhos raros, as flores em profusão, a rica ornamentação, tudo o que a ardente imaginação e o apurado gosto de Joaquim Araujo podia conceber, converteu-se em realidade.²⁵⁹

Assim como a Secretário se destacava na paisagem vassourense por sua modernidade produtiva e por sua estética, a Fazenda Flores do Paraíso ficara conhecida como a Joia de Valença. Seu proprietário, Domingos Custódio Guimarães, era um dos mais importantes cafeicultores e políticos do município, e fora agraciado com o título de Visconde do Rio Preto. A propriedade exibia uma planta marcada tanto pela disposição funcional de edifícios e espaços quanto pela senzala em quadra fechada, em forma de barracão – o modelo disciplinar mais definitivo. Enquanto o acesso à entrada do sobrado da Secretário se dava por meio de um jardim, era um corredor de palmeiras imperiais, inspirado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que se dispunha em frente à residência. A planta reiterava a valorização de cômodos sociais, com o acesso imediado aos salões superiores a partir da escadaria, que possuía em ambos os lados as mesmas estatuetas de núbios da fazenda dos Correa e Castro.²⁶⁰ Dez anos antes, foi realizada pelo Visconde um evento de grande pompa em sua fazenda, com almoço em baixela de prata e finos cristais, exibição dos pomares, plantações e máquinas, culminando com a triunfal chegada do proprietário, alvo de flores lançadas pelos convivas vindos da Corte. A celebração do aniversário do Visconde implicava um teatro cujo cenário da fazenda era quicá a principal personagem, junto do proprietário. Milhares de cafezais, um corredor de palmeiras imperiais, jardins e pomares, a fachada monumental da casa de morada, sua escadaria e seus salões decorados por Villaronga consistiam em representações visuais do próprio Visconde e impunham protocolos sociais típicos dos ritos de Corte. O cenário construía

²⁵⁸ SCHNOOR, Eduardo. "Das casas de morada às casas de vivenda". In: CASTRO, H. M. M.; SCHNOOR, E. (Org.). *Resgate. Uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995, p. 55.

²⁵⁹ ANDRADE. *O Vale do Paraíba*, p. 266

²⁶⁰ Ver MARQUESE. "Revisitando casas-grandes e senzalas", 2006.

uma geografia visual imaginada que ligava as fazendas à Corte e à Europa, enquanto o enredo ritualizava o pretensão pertencimento às ditas nações civilizadas. A oportunidade para a representação máxima do *habitus senhorial*.²⁶¹ O fim trágico e inesperado do evento se deu na chegada do aniversariante, vítima de um ataque cardíaco fulminante, que converteu o evento em um velório improvisado.²⁶²

Os casamentos eram eventos chave para o estabelecimento de laços sociais e para a reprodução das famílias, e merece atenção a preferência das mais abastadas por cerimônias em suas fazendas, e não nas igrejas matrizes dos municípios rurais. Era dentro dos domínios privados e senhoriais que a família se expandia e se representava para os convivas. No dia 18 de fevereiro de 1882, foi realizado o casamento de João Gomes dos Reis e Maria dos Sanros Werneck, na fazenda São Luiz, de propriedade da mãe da noiva, Zeferina das Chagas Werneck. Segundo publicação d’“O Vassourense”,

A fazenda de S. Luiz, uma das mais importantes deste município, não só pela boa qualidade do terreno, como pela sua magnífica lavoura, habilmente administrada pela sua inteligente proprietária apresentava no dia 18 um aspecto pomposo e festivo. Reformara-se completamente a casa de morada, onde sua proprietária não poupou despesas, mandando prepara-la com gosto e luxo. Um grande número de pessoas gradas desse município, das circunvizinhanças e da corte fazia parte dos convivas ali reunidos.²⁶³

Segundo os editores, a reforma da casa de morada se destinara precisamente à representação do gosto e luxo da proprietária e de sua família no evento voltado às pessoas de maior prestígio na região e na Corte. Insistiram ainda nos elogios à decoração e ao banquete:

Sem medo de errar pois dizemos que esteve deslumbrante a festa e o casamento do nosso distinto amigo, concorrendo para isso a amabilidade e a franqueza dos donos da casa, a alegria que reinava em todos os semblantes, o luxo e o bom gosto da decoração e finalmente o magnífico serviço de buffet.²⁶⁴

As famílias dos noivos performaram ainda sua grandeza mediante a cerimônia de libertação de cativos, antes de se iniciar o jantar à francesa e o baile, que se estendeu madrugada adentro.

²⁶¹ O conceito aqui empregado se vale tanto da perspectiva de Mariana Muaze quanto da influência de Pierre Bourdieu. MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, 2008; BOURDIEU, Pierre. “O espaço social e poder simbólico”, 2004. Do mesmo autor, ver *Economia das Trocas Simbólica*, 2007; *A Distinção, crítica social do julgamento*, 2008; *O Poder Simbólico*, 2011.

²⁶² ANDRADE. *O Vale do Paraíba*, pp. 263-266.

²⁶³ Jornal O Vassourense, Edição de 19 de fevereiro de 1882, p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

²⁶⁴ Jornal O Vassourense, Edição de 19 de fevereiro de 1882, p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

Após o casamento durante o qual tocou uma excelente orquestra dirigida pelo hábil Antonio Pimenta Braziel, foram entregues 3 cartas de liberdade (...). Em seguida serviu-se um profuso jantar à francesa, ocupando a primeira mesa os noivos e as senhoras presentes, formando assim um verdadeiro bouquet onde realçavam as mais delicadas flores. Foram dirigidas diversas saudações aos noivos, (...) Terminado o banquete deu-se princípio a um suntuoso baile que esteve animadíssimo até as 6 da manhã em que terminou. O salão estava ricamente preparado, viu-se as mais custosas toilettes, onde a par do bom gosto, sobressaía a elegância chic de quem os trajava.²⁶⁵

Outros eventos nas fazendas e na cidade possuíam motivações políticas mais evidentes. Na edição de 9 de março de 1884, “O Vassourense” publicou matéria sobre a recepção do Presidente da Província do Rio de Janeiro no município:

Como havíamos noticiado aqui chegou no dia 3 o exmo sr. Dr. José Leandro Godoy de Vasconcelos, muito digno presidente da província e a sua comitiva. Às 3 1/2 da tarde, ao desembarcar do expresso na Estação de Vassouras, foi s. ex. recebido pelas pessoas mais gradas, sendo-lhe levantado um viva pelo exmo. Sr. barão de Cananea, o qual foi entusiasticamente correspondido, tocando a banda de musica Vassourense. O sr. Presidente da Companhia Vassourense tinha posto à disposição da ilustre comitiva um carro da via férrea até o desvio, sendo feita a viagem rapidamente, e muito à feição. No desvio todos tomaram os trollys e carros, e aqui chegaram ao som de festivos foguetes, da banda de música que os acompanharam desde a Estação, e da do sr. Barão de Avellar, que os esperava na entrada da chácara do sr. Dr. Calvet, onde ia hospedar-se. Ao chegar aí foi s. ex. recebido por mais de 30 senhoras, que formaram alas elegantes entre as quais s. ex. passou comovido e agradecendo. Às 7 1/2 da noite foi servido um lauto banquete, em um caramanchão situado no meio da floresta de eucaliptos, estando toda a chácara iluminada *a giorno* por inúmeras lanternas de cores, dando a ideia de um jardim fantástico habitado por fadas.²⁶⁶

Novamente, a fazenda tinha seu cotidiano e sua paisagem suspensas por meio da decoração voltada à representação dos proprietários e potentados da região, expressa no corredor de senhoras na recepção do ilustre convidado, e no banquete a céu aberto, em meio aos eucaliptos, adornados pelas lanternas coloridas. O jornal destacaria ainda o grande número de convidados e a qualidade do jantar e do baile oferecidos, reiterando elogios ao anfitrião e aos vassourenses em geral por sua hospitalidade e gosto:

²⁶⁵ Sobre as alforrias, o jornal menciona: “à escrava Ignácia, libertada pela mãe do noivo a Exma Sra D. Maria José dos Reis, à escrava Cecília, libertada pela mãe da noiva, a Exma Sra D. Zeferina Adelaide das Chagas Werneck, e ao escravo Bonifácio, libertado pela avó da noiva, a Exma Sra D. Maria Francisca das Chagas Werneck, importantíssima fazendeira desse município.” Jornal O Vassourense, Edição de 19 de fevereiro de 1882, p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

²⁶⁶ Jornal O Vassourense, Edição de 9 de março de 1884, p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

A mais de 80 subia o número de pessoas presentes, e em todas notava-se um contentamento espontâneo, que não se podia ocultar.
Ao jantar fez o primeiro brinde ao exmo. Sr. Godoy, o sr. Calvet, ao qual s. ex. respondeu com muita delicadeza e mimo.
Trocaram-se vários outros brindes, fazendo o sr. Dr. Calvet, o brinde de honra à exma. Família do sr. Dr. Godoy.
Ao jantar seguiu-se esplendido baile, que durou até as 3 horas da manhã.
Para qualificar-se a festa do dia 2 não há expressões: esplendida, magnífica, soberba, são qualitativos que ainda ficam abaixo da verdade.
Quem conhece o s. dr. Calvet e sua exma senhora sabe a proverbial amabilidade, o entranhado carinho com que tratam seus hóspedes, quem sabe o modo porque são adorados pelos vassourenses, faria ideia do que foi a festa de recepção ao exmo. Sr. Dr. Godoy.(...) ²⁶⁷

No dia seguinte, o presidente Godoy visitou a cidade de Vassouras, com destaque para seus edifícios públicos, como a Casa de Câmara e Cadeia, antes de almoçar na fazenda do Dr. Antonio Lazzarini, e seguir para Mendes, onde tomou o trem de volta à capital. Os editores do periódico insistiram ainda no autoelogio à “cortesia e urbanidade”, qualidades inerentes aos vassourenses. Reproduziram, ainda, a publicação do dia 5 de março d’“A Tribuna”, de Valença:

A hospedagem não podia ser nem a mais franca e luxuosa, nem mais atraente e confortável...
O serviço foi dos melhores, profuso e escolhido.
À parte de tanto gosto, de tão avultado número de pessoas, que animavam a reunião, havia um certo bem estar, incitado suavemente pela cordialidade da sociedade vassourense, que atrai e que estimula entusiasmo pela encantadora cidade e sua população, na qual a amenidade do trato, a urbanidade e as atenções não são simplesmente um capricho inveterado, são uma lei que todos conhecem, acatam e respeitam.
Reúna-se a tudo isso, a afabilidade, os cuidados e o capricho do sr. Dr. Calvet e sua exma família, e nem assim poderá formar um juízo perfeito, quem não conhece Vassouras, quem ali não esteve e não gozou de tantos atrativos, de tantos encantos proporcionados ao exmo. Presidente da província, à sua comitiva, aos hóspedes valencianos, e em geral a todos os convidados. (...) ²⁶⁸

A autoimagem dos vassourenses presente na narrativa reproduzia os discursos dos vereadores das décadas anteriores, como Joaquim José Teixeira Leite e Caetano Furquim de Almeida, cuja atuação na administração pública e investimentos privados se voltavam à produção de signos atrelados aos valores e gostos das ditas nações civilizadas. Não foram apenas as fazendas e suas casas de morada que serviram às estratégias de representação dos proprietários; as cidades do Vale do Paraíba foram igualmente cenários importantes de ritos dessa natureza. No ano de 1884, o Conde d’Eu novamente visitou o

²⁶⁷ Jornal O Vassourense, Edição de 9 de março de 1884, p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

²⁶⁸ Jornal O Vassourense, Edição de 9 de março de 1884, p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

município, vindo a jantar e pernoitar na fazenda do médico Antonio Lazarrini, genro de Francisco José Teixeira Leite. Antes disso, foi recebido durante o dia no palacete que pertencera a José de Avelar e Almeida, Barão de Ribeirão, herdado após seu falecimento por Bernardino Rodrigues de Avelar, Barão de Cananea. Atravessado o pátio de entrada, o membro da família real pode ter sido levado à sala de visitas lateral ou diretamente pela escadaria em espiral para os aposentos superiores, onde havia dois grandes salões frontais, e uma grande sala de jantar, onde a refeição foi servida com a máxima pompa e as melhores louças e talheres do proprietário.²⁶⁹

As residências urbanas se encontravam relativamente distantes dos domínios rurais dos fazendeiros, mas permitiam uma visibilidade ainda maior de seus signos de representação e de seus ritos. O Visconde de Rio Preto possuía, além de suas fazendas, um grande palacete urbano junto à igreja matriz de Valença, assim como Manoel de Aguiar Vallim em Bananal. Embora essas cidades não tenham atingido o desenvolvimento urbano e arquitetônico de Vassouras, foram igualmente palco da política municipal e da representação de seus potentados. Em sua viagem pela província de São Paulo, Emílio Zaluar registrou que Bananal era uma pequena povoação, mas que possuía “*prédios dignos de uma capital*”, entre os quais estavam os de Luciano José de Almeida, o Barão da Bela Vista e de Manoel de Aguiar Vallim, membros de um mesmo tronco familiar. A última edificação foi descrita a partir de suas dezesseis janelas de gradil de frente e pelo primoroso acabamento interno, com sua entrada principal voltada a uma escadaria monumental que levava aos aposentos superiores: um salão de baile com coreto para banda de música e uma sala de jantar – ambos decorados com pinturas de Villaronga.²⁷⁰

No ano de 1878, com o agraciamento do Barão de Bela Vista com o título de Visconde de Aguiar e Toledo, foi realizada uma importante celebração na residência vizinha, pertencente à viúva de Luciano José de Almeida e sogra de Vallim. O evento foi realizado no dia 7 de setembro, e contou com a rica ornamentação verde e amarela do prédio, as cores da dinastia de Bragança, e com a iluminação e serviço de banquete pela firma Magalhães, Correia e Guimarães, afamada na Corte. Os convidados foram recebidos com um espetáculo pirotécnico e pela orquestra de escravos de Luis Antonio

²⁶⁹ Jornal O Vassourense, Edição de 21 de setembro de 1884, p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Sobre salões e bailes ver PINHO. *Salões e Damas do Segundo Reinado*, 1942.

²⁷⁰ ZALUAR, *Peregrinação pela província de São Paulo*, p. 49.

de Almeida, genro de Vallim, enquanto no salão de baile tocava uma banda alemã vinda da capital. Findo o discurso de abertura em homenagem ao novo Visconde, correu a cortina que cobria o quadro de D. Pedro II e tocou-se o hino nacional. O periódico “Comércio de Bananal” descreveu tanto as conversas e danças nos diversos salões do palacete quanto a qualidade do buffet. O toast ocorreu às 3 horas da manhã, e a rica sobremesa foi servida durante o baile, que terminou às 5 horas da manhã, como os da Corte.²⁷¹

Essas recepções e festas revelam os usos sociais das residências e a suspensão do cotidiano mediante sua reconfiguração funcional e estética. Se esses eventos se restringiam internamente a uma camada seleta de convidados, aptos a corresponder aos gostos e expectativas dos anfitriões, a disposição das fachadas para fora se voltava a outros grupos não incluídos nas identidades disputadas nos salões. Tanto as residências quanto seus ritos dispunham signos que a um só tempo promoviam a coesão entre as famílias mais ricas da região – e pretensamente em relação às da Corte –, e distinção em relação ao restante da sociedade. Em um evento ocorrido em Vassouras na década de 1880, essas representações se combinaram na gramática espacial da cidade e de seu principal palacete por meio de uma teatralização que reforçou a classificação social aos olhos de seus potentados. Em sua edição de 11 de junho de 1882, “O Vassourense” descreveu a homenagem ao Barão da Cananea em razão de seus esforços e doações aos mais pobres frente à ameaça da epidemia dos anos anteriores:

Por volta das sete horas da noite do memorável dia três de Junho, achando-se reunidos em casa do digno vigário, cônego Lino da Silveira Gusmão, vários representantes de todas as classes sociais, isto é, médicos, advogados, escrivães, comerciantes, industriais, agricultores, e imenso numero do povo, a um sinal convencionado, saindo incorporados dali em procissão cívica e levando à frente uma banda de musica marcial, tocando escolhidas peças do seu repertório, percorreram as diversas ruas da cidade não só ao som daquela, como também por entre o estrondar dos foguetes e o vozear da multidão, que em gritos frenéticos, entusiásticos, expansivos, atroavam os ares, aclamando o seu generoso benfeitor.

Os gritos de: Viva o sr. Barão de Cananea! Viva o pai dos pobres! Viva o benemérito cidadão! Estrugam a cada momento no espaço e eram calorosamente correspondidos. Cada cidadão dos que compunham a marcha, empunhava uma lanterna veneziana, de modo que, à hora que indiquei o sendo, talvez, mais de trezentas as pessoas que formavam o préstito, imagine-se o efeito produzido pelas ondulações da luz naquele caminhar grave e cadenciado.²⁷²

²⁷¹ SCHNOOR, Eduardo. “Das casas de morada às casas de vivenda”, pp. 58-59

²⁷² Jornal O Vassourense, Edição de 11 de junho de 1882, p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

Ao chegarem à residência de Manso Sayão, quatro cidadãos receberam dele a tela ricamente emoldurada, e cuja parte inferior continha a dedicatória “A Pobreza de Vassouras grata ao Barão de Cananea – Junho de 1882”. De lá partiram em direção à residência do homenageado, descrita pelo jornalista como um palácio. O edifício (Imagens 78 a 80) fora construído por seu pai José de Avelar e Almeida, Barão de Ribeirão, de quem o herdara. O desconforto do narrador com a cena é evidente, denotando a falta de etiqueta dos pobres no acesso à residência, cujos interiores costumavam se restringir a um público seleta.

Vindo o sr. Barão da Cananea, acompanhado por alguns amigos ao átrio de sua casa para receber a oferta que tão espontaneamente lhe foi feita, notamos que a pobreza aglomerada à porta quase sufocava, porque acotovelando-se, empurrando-se, gesticulando, desejava entrar de roldão, ao mesmo tempo, sem ordem, por aquelas portas abertas e que ofereciam nessa ocasião, franca e publica entrada. Enfim, depois de invadidas as escadas e atropetados os salões ricamente adornados e brilhantemente iluminados, pode acalmar-se aquela efervescência de ânimos.²⁷³

O quadro foi levado ao salão nobre do palacete, onde Thomas Aquino Ferreira da Costa pronunciou um discurso de homenagem ao anfitrião, em nome da pobreza:

Sr Barão – Nos tempos que correm, em que o egoísmo avassala todas as consciências, em que a – caridade – é uma palavra vazia de sentido, é grato ao pobre romeiro encontrar na tortuosa estrada da vida um homem como V. Exa!
Ainda estão na memória de todos, sr. Barão, os grandiosos atos de caridade e de abnegação praticados por V. Exa nos calamitosos dias, que tanto afligiram esta cidade. Excisado, pois é, rememora-los.
No momento solene em que a pobreza de Vassouras significa modestamente a sua gratidão para com V Exca, permiti, Sr, Barão, que eu, seu humilde órgão, em nome da mesma, e particularmente em nome da minha família, deponha aos pés de V Exca os seus protestos de profundo respeito e sincera gratidão para com V Exca!
É pouco, bem o sabe a pobreza de Vassouras, mas a gratidão é a única moeda do pobre!
Aceita-a pois²⁷⁴

Seguiram os discursos de Américo Brasileiro da Costa Moreira e, entre outras falas, uma poesia de Batista Nunes e os elogios de Rodolfo Jacinto Mattoso Câmara ao barão e à pobreza que lhe presenteava. O discurso do cônego Luis de Britto fechou as falas, seguidas dos agradecimentos emocionados do anfitrião e de sua família. Segundo o jornalista, o benfeitor era ídolo da pobreza e o presente o representava, tendo em vista que “aquela tela não significa ostentação do rico para o rico, mas o agradecimento do pobre ao seu benfeitor!” Em sua perspectiva o evento decorria da espontânea devoção da

²⁷³ Jornal O Vassourense, Edição de 11 de junho de 1882. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

²⁷⁴ Jornal O Vassourense, Edição de 11 de junho de 1882, p 3. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

pobreza ao barão, e não ao reconhecimento de sua posição de destaque junto a seus pares. Todavia, a narrativa demonstra tanto a reprodução da hierarquia social quanto o reforço da identidade dos membros da elite local – explícita no desconforto diante da entrada pouco performática da pobreza na residência.

O evento se seguiu com a disposição do quadro em um lugar de honra, no salão principal do edifício, vindo o anfitrião presidir um banquete oferecido no pavimento térreo para a pobreza, enquanto a seus pares se abriam os aposentos superiores para uma ceia e um baile:

Depois de colocado no lugar de honra, na sala principal do seu palácio, veio o senhor da Cananea, conduzido em triunfo por vários amigos, presidir o banquete que no pavimento térreo havia mandado preparar para a pobreza. Abundante e variado, tornou-se interessante pelo contentamento ruidoso dos convivas e pelos brindes e discursos amistosos feitos todos em honra do seu bondoso anfitrião.

Terminado aquele e voltando as pessoas mais gradas aos salões superiores, deu-se começo ao baile, que, para usar da chapa costumeira, esteve esplendido. Nem era de se esperar o contrário sabendo-se que à elegância do traje, se juntava os encantos da formosura feminil.

Na sala de jantar uma bem servida e delicada ceia, esperava outros convivas, as pessoas mais graduadas da localidade, os íntimos do sr. Barão da Cananea.

Ali, como no baile, neste como no andar térreo, dominou sempre uma franca jovialidade, nunca interrompida por dissabor algum, sendo s. ex. de novo saudado por várias pessoas, entre os quais os srs. drs. Lacerda Werneck, Fernandes, Souza Pinto e Figueiredo.

Os convivas retiraram-se satisfeitos, alegres, saudosos, desta reunião, mas lamentando que funções como esta se não repitam amiudadas vezes.²⁷⁵

Em 1816, Saint-Hilaire descrevera as restrições espaciais das residências que visitara, enquanto, em 1848, Pedro Correa e Castro abriu os aposentos superiores de seu palacete para a realização de um baile, a pedido do imperador que hospedara. A gramática espacial das residências mais importantes de Vassouras se alterara, especialmente com a projeção dos salões superiores, acessíveis a partir de escadarias dispostas em frente à porta de entrada. Se o evento no palacete em 1882 surpreende pela abertura de seus aposentos a pessoas pobres do município, o rito de inversão foi apenas momentâneo e parcial, reforçando a hierarquia social expressa tanto na homenagem da pobreza – entidade genérica, abstrata e impessoal – à figura magnânima do barão, quanto na distância vertical entre o banquete popular no primeiro pavimento, e a ceia e o baile nos salões superiores, restritos às “*pessoas mais gradas*.” O jornalista conclui seu relato reforçando que a data deveria ficar na memória de todos como um dos dias de maior glória para o barão e sua família,

²⁷⁵ Jornal O Vassourense, Edição de 11 de junho de 1882. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

como uma das datas de maior recordação para a pobreza que tão nobremente soube redimir-se da dívida de gratidão contraída com seu amigo e desinteressado benfeitor.

As intenções de foro íntimo do homenageado interessam menos do que as estratégias adotadas e suas consequências. A atuação enérgica durante as epidemias dos primeiros anos da década de 1880 beneficiaram a pobres adoecidos, cuja condição de saúde pode ter se alterado, mas cuja pobreza foi apenas reafirmada, assim como a distinção e superioridade do benfeitor. De cafeicultor a político, Bernardino Rodrigues de Avelar alçara uma posição de destaque em Vassouras e na sociedade de Corte, representada visualmente no palacete que herdara de seu pai. Sua atuação “desinteressada” teria o reconhecimento “da pobreza”, cuja dependência foi reafirmada no banquete inferior, de seus pares, convidados ao baile superior, e do imperador, que o elevaria da condição de Barão à de Visconde de Cananea,

Embora tanto fazendas quanto residências urbanas servissem a ritos de representação das famílias proprietárias, o investimento na arquitetura privada de Vassouras e sua vida social passaram a declinar a partir da década de 1870. Esse indício serviu a interpretações sobre a decadência da cafeicultura escravista fluminense, mas a análise detida da produção e dos patrimônios das famílias não as sustenta. O Vale do Paraíba vivia uma era de grandeza, e a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II permitiria aos enriquecidos vassourense tornar efetiva a geografia anteriormente imaginada nas pinturas de Villaronga. As trajetórias das famílias e da arquitetura urbana de Vassouras, outrora complementares, se descolavam.

Entre a Boa Sociedade e a Classe Agrícola

Em sua narrativa sobre o apogeu do Vale do Paraíba, o memorialista Eloy de Andrade concluiu o relato da festa-velório do Visconde do Rio Preto nos seguintes termos:

Tinham-se passado apenas trinta anos desde o dia em que Domingos Custódio Guimarães dormira uma noite no sórdido casebre de J. Pedro Maynard, posteriormente substituído por aquele palacete suntuoso de vários salões, dezenas de quartos, capela, piscina, circundado de jardins, onde se acotovelava a elite da Corte. Nada existia que lembrasse o mesquinho passado: o canavial à frente e a roça de mandioca aos fundos. Tudo quanto ali estava agora era o resultado do esforço do Visconde, da sua boa orientação e da sua incomparável atividade. Nos cafezais trabalhavam centenas de escravos, milhares de alqueires de terras nas várias fazendas, e em todas elas, paióis e tulhas abarrotadas. (...).²⁷⁶

Pouco antes, Andrade de se referiu a um suposto diálogo entre o Visconde e o Marquês de Bonfim, na passagem em que o primeiro vislumbrava seus domínios a partir da janela central do sobrado. Segundo o memorialista, o Conselheiro Oliveira Figueiredo, outro convidado do evento, teria relatado a conversa:

²⁷⁶ ANDRADE. *O Vale do Paraíba*, pp. 265-266.

- E tudo isso, você, Rio Preto, deve a mim.
- Não, Bonfim, devo a mim mesmo. Você me emprestou muito dinheiro, é verdade, mas quantos juros dei você a ganhar? Meus juros, isso sim, é que concorreram muito para dobrar sua fortuna.²⁷⁷

Em ambas as passagens, o memorialista combina a autoimagem aristocrática do Visconde com a narrativa de sua ascensão meritocrática, mediante a rígida administração de seus negócios. Assim como na descrição de Ribeyrolles fez do Barão de Campo Belo, em 1859, como um gentil patrício que cedo madrugava para gerir seus cativos, e cuja fortuna era ao resultado de vinte anos de trabalho. As trajetórias de ambos retratam a ascensão de homens que se valeram da precoce inserção nas estruturas sociais e econômicas no Vale do Paraíba em sua formação, e que fizeram da administração de suas propriedades rurais a fonte de enriquecimento que lhes valeu, em um segundo momento, a ascensão social na política local e na sociedade de Corte imperial. Contudo, seus títulos nobiliárquicos não permitem uma classificação sociológica como membros de um estamento aristocrático no sentido weberiano, tendo em vista a permanência de seu enraizamento nas bases econômicas da agricultura escravista.

O padrão de investimento patrimonial das principais famílias de Vassouras oscilou nas últimas décadas do Império, como resposta ao estreitamento dos horizontes da escravidão e das possibilidades da reprodução de seus status privilegiados. No que se refere aos Correa e Castro, os três inventários abertos na década de 1870 revelam um patrimônio familiar predominantemente agrícola, com 37, 62% do montante total composto por escravos, 16,49% por terras, 16,14% por plantações e café, 6,58% por bens de raiz, e apenas 8,08% e 1,12% em dívidas ativas e títulos e ações, respectivamente. A inventário da Baronesa de Campo Belo sugere um investimento de menos de 10% em dívidas ativas, o que não configura uma diversificação intensa. Ainda mais se observado o predomínio de escravos e a inovação no maquinário de beneficiamento da fazenda. Dois outros inventários foram abertos após a abolição. O de Antonio Correa e Castro, aberto em 1888, já descreve um patrimônio de 59:106\$000, sem escravos, e composto em 24,53% por bens de raiz, 28,22% por terras e 29,06% em plantações. Três anos depois, o inventário de Christóvão Correa e Castro apontou a redução patrimonial do proprietário da Fazenda do Secretário a 355:342\$000, em que 38,49% correspondiam a plantações e 22,2% a terras, que certamente exigiram uma transição rápida a novas formas de trabalho – que sabemos não ter sido bem sucedida nos anos seguintes naquela propriedade. Nesse

²⁷⁷ ANDRADE. *O Vale do Paraíba*, p. 263.

sentido, os Correa e Castro estão entre os fazendeiros que insistiram na base agrícola de seus patrimônios, confiantes nas garantias de políticos da defesa do cativo até o final da década de 1880.

INVENTARIADO	ANO	MONTANTE MOR	ESCRAVOS	BENS DE RAIZ	TERRAS	PLANTAÇÕES E CAFÉ	DÍVIDAS ATIVAS	TÍTULOS AÇÕES
Maria de Avelar Correa	1873	126:645\$600	57:420\$000 (45,33%)	17:950\$000 (14,17%)		44:400\$000 (35,05%)		
Baronesa de Campo Belo	1873	857:294\$054	308:640\$000 (36%)	47:743\$500 (5,56%)	164:550\$000 (19,19%)	116:680\$000 (13,61%)	80:682\$624 (9,41%)	10:400\$000 (1,21%)
Jose Correa e Castro	1879	13:709\$236	9:340\$000 (68,12%)					800\$000 (5,83%)
TOTAL		997:648\$890	375:400\$000 (37,62%)	65:693\$500 (6,58%)	164:550\$000 (16,49%)	161:080\$000 (16,14%)	80:682\$624 (8,08%)	11:200\$000 (1,12%)

Tabela 9: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Correa e Castro abertos entre 1873 e 1879²⁷⁸

Os quatro inventários dos Avelar e Almeida abertos na década de 1870 reproduzem a mesma confiança ou falta de alternativa dos Correa e Castro no que se refere à reprodução do sistema agrícola escravista. O montante total somado era composto por 38,02% em escravos, 16,43% em bens de raiz, 4,63% em terras, 7,6% em plantações, e apenas 8,83% em dívidas ativas – restritas ao caso de José de Avelar e Almeida. Inclusive um quinto inventário, de José de Avelar e Almeida Junior, embora incompleto revelou em 1874 um patrimônio de 91:470\$000 integralmente composto pela fazenda. Cabe ainda pontuar que o inventário mais tardio, de 1879, era composto em 51% de escravos. Infelizmente não foram localizados inventários da família após o ano de 1880, o que não permite constarmos a reprodução ou transformação nesse padrão de investimento nos anos críticos da crise da escravidão.

²⁷⁸ Inventários consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

INVENTARIADO	ANO	MONTANTE MOR	ESCRAVOS	BENS DE RAIZ	TERRAS	PLANTAÇÕES E CAFÉ	DÍVIDAS ATIVAS
Laurinda de Werneck Avelar	1872	66:775\$000	31:250\$000 (46,79%)	29:435\$000 (44,08%)		3:300\$000 (4,94%)	
Candida Werneck de Avelar	1873	105:113\$850	42:200\$000 (40,14%)	5:680\$000 (5,4%)	19:000\$000 (18,07%)	28:000\$000 (26,63%)	
Jose de Avelar e Almeida (B Ribeiro)	1874	815:831\$777	263:490\$000 (32,29%)	50:070\$000 (6,13%)	40:600\$000 (4,97%)	66:420\$000 (8,14%)	113:605\$694 (13,92%%)
Maria Jose de Avelar	1879	298:066\$800	152:030\$000 (51%)	126:184\$000 (42,33%)			
TOTAL		1:285:787\$427	488:970\$000 (38,02%)	211:369\$000 (16,43%)	59:600\$000 (4,63%)	97:200\$000 (7,6%)	113:605\$000 (8,83%)

Tabela 10: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Avelar e Almeida abertos entre 1872 e 1879.²⁷⁹

Apenas dois inventários dos Ribeiro de Avellar foram abertos entre 1871 e 1888, descrevendo um patrimônio composto em 43,23% em escravos, 13,7% em bens de raiz rurais, 16,65% em terras, 7,5% em plantações, e apenas 2,63% em dívidas ativas – todas com herdeiros por devedores. É possível aventar a hipótese de que, ao menos até 1883, os Ribeiro de Avellar seguissem investindo na agricultura escravista, mas o inventário do Visconde de Ubá, aberto em 1888, revela que outras estratégias foram adotadas. O patrimônio vultoso de 865:757\$253 já não incluía escravos – tendo em vista a abolição -, e era composto em 12,68% por bens de raiz rurais, 4,78% por terras e apenas 0,99% por plantações, enquanto as dívidas ativas compunham 17,67%, títulos e ações 13,19% e os imóveis em Petrópolis e no Rio de Janeiro por 22,43% do montante mor. Três inventários abertos após 1888 revelam que a estratégia de investimento patrimonial do Visconde de Ubá não foi seguida por todos os membros da família. O patrimônio de Quintiliano Gomes Ribeiro de Avellar em 1889 era composto em 95,85% por bens de raiz de suas fazendas, tendo o montante mor encolhido vertiginosamente com a abolição. Padrão semelhante se encontra no inventário de Joaquim Mathildes de Avelar, aberto em 1893, com 71,74% em bens de raiz. Por sua vez, Anna Gomes Ribeiro de Avellar possuía 30,97% em fazendas e 55,73% em dívidas ativas, o que sugere a diversificação no

²⁷⁹ Inventários consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

investimento no período ou o aumento percentual desse montante após a perda das propriedades escravas.

INVENTARIADO	ANO	MONTANTE MOR	ESCRAVOS	BENS DE RAIZ	TERRAS	PLANTAÇÕES E CAFÉ	DÍVIDAS ATIVAS
Paulo Gomes Ribeiro de Avelar (B São Luiz)	1871	218:450\$000	93:350\$000 (42,73%)	37:460\$000 (17,14%)	45:500\$000 (20,82%)	18:720\$000 (8,56%)	
Francisco Ribeiro de Avelar	1883	54:784\$664	24:770\$000 (45,21%)			2:000\$000 (3,65%)	7:193\$704 (13,13%)
TOTAL		273:234\$664	118:120\$000 (43,23%)	37:460\$000 (13,7%)	45:500\$000 (16,65%)	20:720\$000 (7,5%)	7:193\$704 (2,63%)

Tabela 11: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Ribeiro de Avelar abertos entre 1871 e 1883.²⁸⁰

Os nove inventários de membros da família Werneck apresentam padrões mais ecléticos e variados de investimento, e a soma dos montantes dividida em 18,72% em escravos, 23,1% em bens de raiz rurais, 3,12% em plantações, além de 31,12% em dívidas ativas e 17,56% em títulos e ações. Desse modo, exige-se uma análise mais pontual de cada documento e inventariado. Já em 1872, o patrimônio de Francisco Luiz dos Santos Werneck era composto em 70,65% por dívidas ativas e 4,05% por títulos e ações. Contudo, esse dado é enganoso, tendo em vista que mais de 34% das dívidas se davam entre o inventariado e seus herdeiros. Em 1875, o patrimônio de João Barbosa dos Santos Werneck era mais diversificado, composto em 27,7% por escravos, 25,53% em bens de raiz rurais, 9,39% por plantações, enquanto 6,45% correspondiam a dívidas ativas e 25,77% a títulos e ações. Por outro lado, seis inventários abertos no período revelam patrimônios essencialmente rurais, divididos entre cativos, terras, bens de raiz e plantações. Merece atenção o fato de que o inventário de Maria Francisca das Chagas Werneck, aberto em 1886, registrou um patrimônio avaliado em 971:986\$673, dos quais apenas 3,25% correspondiam a escravos e 14,93% a bens de raiz rurais, enquanto 36,01% diziam respeito a dívidas ativas e 42,35% a imóveis em Petrópolis e no Rio de Janeiro. Esse caso apresenta uma sólida conversão patrimonial rentista, com o progressivo abandono da agricultura escravista e a aposta em imóveis e empréstimos como investimentos mais seguros. O inventário de José Alves Barbosa Werneck, aberto em

²⁸⁰ Inventários consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

1889, descreveu um patrimônio reduzido, composto em 84,75% por bens de raiz rurais, o que sugere que a abolição atingira diretamente a composição restante. Por sua vez, o patrimônio do Visconde do Arcozelo foi avaliado em 571:999\$500, dos quais 42,76% correspondiam aos bens de raiz das fazendas e 6,29% a plantações, enquanto 17,49% se referiam a dívidas ativas e 34,48% a imóveis em Petrópolis e no Rio de Janeiro.

INVENTARIADO	ANO	MONTANTE MOR	ESCRAVOS	BENS DE RAIZ	PLANTAÇÕES E CAFÉ	DÍVIDAS ATIVAS	TÍTULOS AÇÕES
Francisco Luiz dos Santos Werneck	1872	1:269:135\$983	110:650\$000 (8,71%)	178:300\$000 (14,04%)		896:753\$591 (70,65%)	51:500\$000 (4,05%)
João Batista de Almeida Werneck	1872	166:639\$579	61:470\$000 (36,88%)	82:075\$000 (49,25%)	2:527\$171 (1,51%)		
Maria do Nascimento de Avelar Rocha	1872	255:363\$000	62:650\$000 (24,53%)	70:335\$000 (27,54%)	21:600\$000 (8,45%)		
Carolina de Oliveira Werneck	1876	60:133\$000	39:100\$000 (65,02%)	18:390\$000 (30,58%)			
João Barbosa dos Santos Werneck	1875	1:086:484\$979	301:000\$000 (27,7%)	277:475\$000 (25,53%)	102:106\$000 (9,39%)	70:161\$285 (6,45%)	280:000\$000 (25,77%)
Peregrino Augusto dos Santos Werneck	1878	293:624\$080	143:605\$000 (48,9%)	140:740\$000 (47,92%)			
Ignacio Jose de Souza Werneck	1879	94:082\$5	29:750\$000 (31,62%)	50:790\$000 (53,98%)	6:000\$000 (6,37%)		
Peregrino Pinheiro d'America Werneck	1885	33:101\$320	12:275\$320 (37,08%)	14:095\$000 (42,58%)			
Maria Francisca das Chagas Werneck	1886	971:986\$673	31:645\$000 (3,25%)	145:120\$000 (14,93%)		350:031\$533 (36,01%)	411:639\$380 (42,35%)
TOTAL		4:230:551\$114	792:145\$320 (18,72%)	977:320\$000 (23,1%)	132:233\$200 (3,12%)	1:3161:946\$409 (31,12%)	743:139\$380 (17,56%)

Tabela 12: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Werneck entre 1872 e 1886²⁸¹

A família Teixeira Leite manteve o padrão de investimento financeiro registrado desde a década de 1850. Da soma dos montantes dos quatro inventários abertos entre

²⁸¹ Inventários consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

1873 e 1887, 39,01% correspondiam a dívidas ativas, valor superado pelos títulos e ações, que compunham 46,7% do total. Os poucos escravos domésticos corresponderam a 0,59% da soma, e se referiram apenas aos inventários de 1873 e de 1883, inexistentes nos patrimônios de 1885 e 1887. Por fim, os 4,59% em bens de raiz se referem exclusivamente a imóveis urbanos, como o casarão de Francisco José Teixeira Leite na vila de Vassouras, avaliado em 8:000\$000 e a parte do sobrado na Rua da Aclamação no Rio de Janeiro, cujo valor parcial foi registrado em 40:000\$000. O predomínio de títulos e ações sobre as dívidas ativas sugere a diversificação do investimento na década de 1880, em busca de fundos mais seguros, hipótese reforçada pelo teor do testamento de Francisco José, Barão de Vassouras, que recomenda a seus herdeiros que se afastem da agricultura escravista – mesmo na condição de financistas.

INVENTARIADO	ANO	MONTANTE MOR	DÍVIDAS ATIVAS	TÍTULOS AÇÕES	ESCRAVOS	BENS DE RAIZ URBANOS
Carlos Teixeira Leite	1873	225:778\$737	30:000\$000 (13,28%)	170:000\$000 (75,29%)	6:600\$000 (2,92%)	12:000\$000 (5,31%)
Maria Gabriela Teixeira Leite	1883	342:683\$092	44:340\$000 (12,93%)	202:950\$690 (59,22%)	3:500\$000 (1,02%)	18:000\$000 (5,25%)
Francisco José Teixeira Leite Junior	1885	22:0479\$13		179:000\$000 (81,18%)		
Francisco José Teixeira Leite	1887	909:977\$676	588:549\$760 (64,67%)	241:504\$500 (26,53%)		48:000\$000 (5,27%)
TOTAL		1:698:918\$000	662:889\$760 (39,01%)	793:455\$190 (46,7%)	10:100\$000 (0,59%)	78:000\$000 (4,59%)

Tabela 13: Montantes-mor e composição bruta e proporcional dos patrimônios descritos inventários dos membros da família Teixeira Leite abertos entre 1873 e 1887²⁸²

Foi possível identificar três padrões de investimento nas últimas décadas da escravidão, especialmente na de 1880: a insistência na agricultura escravista; a diversificação entre bens produtivos agrícolas, ativos financeiros e imóveis urbanos; e a aposta exclusiva nas dívidas ativas, títulos e imóveis urbanos – em Vassouras, Petrópolis e no Rio de Janeiro. Esses padrões foram identificados por João Fragozo nos inventários de Paraíba do Sul no mesmo período, o que o levou a classificar tais padrões

²⁸² Inventários consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

comportamentais como arcaicos, uma vez que pautados por formas econômicas não tipicamente capitalistas – na contramão das burguesias europeias e estadunidenses. Entretanto, essa hipótese somente se sustenta em comparação com uma versão idealizada do investimento das elites econômicas da Inglaterra, da França e do Norte dos Estados Unidos, como vanguardas revolucionárias do capitalismo. Esse mesmo padrão rentista e conservador de investimento foi identificado nesses três países no mesmo período, marcado pelas crises iniciadas na década de 1870 – o que inclusive levou Thomas Piketty a se referir à segunda metade do século XIX como uma era marcada por um capitalismo patrimonialista. Desse modo, o investimento dos vassourenses e dos demais potentados do Vale do Paraíba nas décadas de 1870 e 1880 diz menos sobre seu arcaísmo e mais sobre as estratégias de classes dominantes sob a ordem capitalista em tempos de crise, quando investimentos rentistas se mostram mais seguros do que em meios produtivos.²⁸³

No que se refere à arquitetura de suas fazendas e residências urbanas, essas duas décadas seguiram sendo tempos de grandeza, com o investimento qualitativo nos mobiliários e em novos imóveis. Enquanto os Correa e Castro privilegiaram os domínios rurais de fazendas opulentas como a do Secretário, os Avelar e Almeida fizeram de seu palacete urbano o centro de sua atuação política e simbólica. Por sua vez, entre os Teixeira Leite, os Ribeiro de Avellar e os Werneck, houve aqueles que preteriram o investimento arquitetônico local em prol de outras paisagens. O aparente declínio da arquitetura urbana de Vassouras diz respeito às consequências da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, que tornara real a geografia imaginada que outrora ligara por meio de pinturas Vassouras à Corte. O investimento reduzido na arquitetura e da paisagem urbana eram inversamente proporcionais à extensão do poder de suas famílias até o início da década de 1880, quando estenderam seus domínios em direção a Petrópolis e ao Rio de Janeiro, como se observa nos casos do Barão de Vassouras e dos Viscondes do Arcozelo e de Ubá.

²⁸³ Ver DAUMARD, Adeline. *Les Bourgeois et la bourgeoisie en France depuis 1815*. Paris : Aubier, 1987; RUBINSTEIN, W. *Wealth and the wealthy in the modern world*. London : Croom Helm, 1980; MORRIS, R. J. *Class, sect, and party : the making of the British middle class : Leeds, 1820-1850*. Manchester, UK; New York: Manchester University Press; New York, NY, USA; USA and Canada by St. Martin's Press, 1990; KOCKA, Jurgen (org.). *Bourgeois society in nineteenth-century Europe*. Oxford; Providence: Berg, 1993; BECKERT, Sven. *The monied metropolis: New York City and the consolidation of the American bourgeoisie, 1850-1896*. Cambridge, U.K.; New York: Cambridge University Press, 2001; BECKERT, Sven and ROSEMBAUM, Julia (orgs.) *The American bourgeoisie : distinction and identity in the nineteenth century*. New York: Palgrave Macmillan, 2010; PIKETTY, Thomas. *Capital in the 21st Century*. Cambridge Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

Na década de 1880, Joaquim Gomes Leite de Carvalho, já intitulado Segundo Barão do Amparo, regressou de longo período na Europa e veio a se estabelecer em Vassouras, sua terra natal. Seu pai, Manoel Gomes Carvalho, fora proprietário rural em Barra Mansa antes de se casar com Francisca Bernardina Leite e adquirir um sobrado próximo à chácara de Joaquim José Teixeira Leite, na cidade onde nasceria seu filho. Agraciados com os títulos de Barão e Baronesa do Amparo, legaram a Joaquim refinada educação e vultuosa herança, que viria a ampliar, principalmente, mediante investimentos financeiros. Casado com sua sobrinha, Amélia Eugênia Teixeira Leite, filha de João Evangelista Teixeira Leite, Joaquim foi um dos principais representantes de uma nova geração da família.

Em seu regresso ao interior da província fluminense, adquiriu o terreno que pertencera a Pedro Correa e Castro, Barão de Tinguá, e demoliu o antigo sobrado onde fora recebido D. Pedro II em 1848, para construir uma nova residência. Em 1884, o jornal “O Vassourense” registrou o retorno do barão à cidade, e nos anos seguintes proliferaram elogios à caridade do benfeitor para com suas instituições. No mesmo periódico, repetiram-se publicações requerendo trabalhadores e pintores para a construção e decoração de seu palacete, até sua conclusão em 1887, quando seus editores seriam convidados pelo proprietário para visita-lo. Na edição de 18 de agosto de 1887, descreveram-no aos leitores:

Visitamos o palacete que o Sr. Barão do Amparo mandou construir nesta cidade para sua residência, e com prazer declaramos que a nossa impressão foi a melhor possível. Embora não sejamos profissionais para bem julgar do mérito de semelhante obra, contido falamos de passagem do que mais chamou nossa atenção. O edifício é de estilo elegante e moderno, oferecendo a perspectiva de um grande castelo; e está solidamente construído e nem era de esperar o contrário, confiado como foi a sua construção ao distinto engenheiro arquiteto Dr. José de Magalhães.²⁸⁴

O terreno possuía uma posição elevada e privilegiada em relação ao centro urbano, destacando-se na paisagem, como evidente nas representações do sobrado de Pedro Correa e Castro nas litogravuras de Ludwig & Briggs e de Victor Frond.

²⁸⁴ Jornal O Vassourense, Edição de 28 de Agosto de 1887, p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

IMAGEM 93: Palacete do Segundo Barão do Amparo. Fotografia sem datação, autoria desconhecida.²⁸⁵

Em seu lugar construiu um grande edifício, marcado pela composição de diferentes estilos arquitetônicos e estéticos, afinado com o ecletismo que se tornara referência no final do século.²⁸⁶

²⁸⁵ Coleção do Fotógrafo Vassourense Othon

²⁸⁶ Ver CAMPOS JUNIOR. *Arquitetura paulistana sob o império*, 1997.

IMAGEM 94: Palacete do Segundo Barão do Amparo. Fotografia sem datação, autoria desconhecida.²⁸⁷

Embora a planta original desse edifício não tenha sido localizada, a disposição dos cômodos interiores reproduzia a valorização de espaços privados de sociabilidade, cuidadosamente decorados por um artista herdeiro de uma das principais famílias vassourenses, Batista Correa e Castro Junior.

A pintura e decoração das quais foi encarregado Batista Correia e Castro Junior é a melhor que temos visto.

O salão de entrada é em estilo severo destacando-se o teto decorado em matizes, as portas e portais fingindo madeira trabalho este perfeitamente acabado, o salão de bilhar, estilo século XVI, é digno de nota pelo bom gosto e capricho não só na decoração como no papel; a biblioteca é em uma sala bastante espaçosa e forrada de um papel cor de couro também bonito.

O salão nobre de jantar é em estilo renaissance, o teto finge carvalho guarnecido de pau rosa e o apanelamento e imitando nogueira com filetes dourados, o vestibulo com colunas de alabastro e capiteis dourados.

O salão de visitas é em estilo Luís XIV, o teto é também de estuque, caprichosamente pintado, sobressaindo a harmonia das cores que lhe dão um belo efeito, as paredes são igualmente forradas com rico papel aveludado, guarnecido de baguetas douradas, o rodapé fingindo mármore.

Além desses aposentos que acabamos de descrever, há ainda outros cujo papel e pintura adequada chama logo a atenção do espectador; os demais cômodos são pintados a óleo e forrados de papel de excelente qualidade.

O artista que se incumbiu dos fingimentos de madeira é deveras distinto, esse trabalho está tão bem imitado que muitas vezes engana o olho do mais fino observador.

²⁸⁷ Coleção do Fotógrafo Vassourense Othon.

Ao terminar esta ligeira descrição temos o maior prazer de cumprimentar o nosso amigo Batista Correia e Castro Junior, pelo modo brilhante porque executou essa importante tarefa, o que aliás era de esperar de um profissional que alia o bom gosto à inteligência.²⁸⁸

O inventário do proprietário, aberto em 1921, atesta a diversidade de cômodos e do mobiliário. Na sala de entrara havia um sofá de couro com cadeiras simples, levando diretamente ao vestíbulo da escada, com seu armário e aparadores. A residência possuía uma capela, designada de sala azul, onde havia cadeiras, um piano e doze quadros. Havia ainda dois escritórios e uma biblioteca com cerca de 1.200 livros. A sala de jantar possuía uma mesa elástica, duas etagères, quatro apoiadores, dezoito cadeiras, enquanto uma guarda-louças se localizava na copa. Os quartos possuíam camas de vinhático, armários e lavatórios. Merecem destaque a sala de bilhar, como todo o aparato de jogo, sofá austríaco, cadeiras e um globo terrestre; a sala branca com mobília, cadeiras e escarradeira; a sala amarela, com sofá, cadeiras, e tapetes, e a sala de música. Foram arrolados uma série de quadros, que representavam ruínas de Roma, Judith e Colophenne, paisagens de Hunnot, outras paisagens e retratos.²⁸⁹

Na década de 1850, as trajetórias de Jose Maria Villaronga e dos proprietários das residências que decorou convergiram, revelando tanto a busca por mercado pelo primeiro quanto a demanda por bens culturais e formas de representações pelas famílias enriquecidas do Vale. O encontro entre Baptista Correa e Castro Junior e o Barão do Amparo é elucidativo de uma geração posterior de vassourenses que, educados a partir de novas referências culturais e estéticas, eram alçados à condição de signos da evolução qualitativa de suas famílias. A formação de Baptista como artista destoava bastante das origens dos Correa e Castro, de agregados a fazendeiros, enquanto o Barão do Amparo privilegiara a atuação como capitalista e a vida na Europa, descolando-se das bases agrícolas de sua fortuna familiar. Suas trajetórias culminavam na reconfiguração da paisagem de Vassouras no final da década de 1880, tanto pela imposição da fachada da residência quanto pela decoração de seus interiores – reservados a uma minoria privilegiada de convidados.

O último palacete de Vassouras continha em si as contradições de uma era de profundas transformações no Vale e no Império. A publicação de 1887 revela a

²⁸⁸ Jornal O Vassourense, Edição de 28 de Agosto de 1887, p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

²⁸⁹ Inventário do Barão do Amparo, 1921. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

importância da residência como representação da riqueza, do poder e do requinte de seu proprietário. Ao mesmo tempo, a atenção dispensada pelo periódico decorreu em parte da excepcionalidade do Barão e de sua construção na década de 1880. Na edição de 16 de abril de 1908, os editores o felicitaram por seu aniversário, descrevendo a celebração na residência:

O Exmo. Sr. Barão do Amparo, que na frase do Vassourense, jornal em cujas colunas a politicagem da aldeia tantas vezes tem feito publicações injustas contra S. Ex^a, é portador de um nome que recebeu bom, cheio de admiração e carinho, é, um digno representante dessa família ilustre que fundou Vassouras e à qual tanto ela deveu no tempo em que justamente era uma das primeiras cidades do interior, e ainda deve hoje pelos monumentos que possui, vivos atestados do seu decaído esplendor.

Amigo desta terra onde passou sua mocidade, deste abençoado torrão onde jazem os restos mortais de seus ascendentes, o Exmo. Sr. Barão do Amparo, quando todos os outros homens ricos do país procuravam Petrópolis e Teresópolis, para nelas construir os seus palacetes de verão e recreio, S. Exa., arrastado pelos vínculos que o prendem a este torrão que idolatra, conquanto pobre e decadente, sem os encantos que as outras possuem, deu-lhe preferência, para aqui construir a esplêndida vivenda que todos conhecemos, vivenda essa que por sua grandeza e valor tanto valoriza esta cidade, dando-lhe importância que ela não teria caso não possuísse o palacete que S. Exa. construiu.²⁹⁰

Na segunda metade da década de 1870, o periódico “O Município” passou a publicar documentos e relatos da história de Vassouras, a partir de uma imagem de declínio recente em relação a um passado nostálgico, em tom semelhante ao de José de Alencar no trecho que abriu esse capítulo. Político conservador e defensor dos interesses da agricultura escravista, adotara uma postura aguerrida na campanha contra o projeto da Lei do Ventre Livre nos anos anteriores, em suas “Cartas ao Imperador.” Derrotado, dedicou-se ao romance “O Tronco do Ipê”. Nos parágrafos seguintes à descrição da fazenda do Boqueirão, o autor descreveu seu declínio, como um prenúncio de sua expectativa para o Vale do Paraíba a partir da década de 1870.

Tudo isso desapareceu; a Fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão já não existe. Os edifícios arruinaram-se; as plantações em grande parte ao abandono morreram sufocadas pelo mato; e as terras, afinal retalhadas, foram reunidas a outras propriedades. A gente do lugar, tantos os fazendeiros e ricos, como os simples roceiros e agregados se preocuparam muito durante algum tempo com o desamparo em que dono deixava uma fazenda tão fértil e aprazível. Alguns atribuíam o fato singular às sedução da corte; e protestavam interiormente não casar suas filhas com homem habituado às delícias da Babilônia fluminense. Outros que melhor conheciam o dono da fazenda abandonada, desconfiavam de alguma questão de família, e falavam de certas complicações a respeito da herança do antigo proprietário. A gente pobre inclinava-se mais à explicação de umas três ou quatro beatas do lugar. Segundo a lição

²⁹⁰ Jornal O Vassourense, Edição de 16 de Abril de 1908.
Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

das veneráveis matronas, a causa do dismantelo e ruína da rica propriedade fora o feitiço.²⁹¹

A hipótese da decadência da lavoura escravista a partir da década de 1870 foi defendida por Stanley Stein, tendo por referência o esgotamento das terras, o entrave ao acesso à mão de obra escrava e os discursos dos cafeicultores. No entanto, Robert Slenes demonstrou que os preços relativos ao tráfico interno de cativos não oscilaram antes da década de 1880, sugerindo que a cafeicultura escravista seguia em expansão, assim como sua produtividade. Segundo esse historiador, a crise iniciada na última década do Império seria essencialmente política, e não econômica. Contudo, Rafael Marquese retomou em parte a interpretação de Stein e contestou Slenes, a partir de um recorte espacial segundo o qual o Médio Vale do Paraíba (região onde se localiza Vassouras) teria se convertida em uma zona em crise, seguindo a interpretação de Antonio Barros de Castro, enquanto a fronteira agrícola se expandia em direção ao Oeste Paulista.²⁹²

O investimento patrimonial das famílias de Vassouras sugere que a década de 1870 foi marcada pela persistência do investimento em terras e escravos e pela eficiência da produção escravista, estabilizada após o baque da Lei do Ventre Livre. À luz da interpretação de Slenes, esses dados podem ser lidos como indícios da vitalidade da lavoura escravista, enquanto da perspectiva de Marquese, podem apontar para a falta de alternativas dos fazendeiros, cujos patrimônios estavam incontornavelmente comprometidos com esse sistema. De todo modo, na década de 1880, alguns insistiram nesse padrão de investimento, enquanto outros adotaram estratégias mais conservadoras, baseadas em práticas rentistas. Esse dado foi interpretado por João Fragoso como sintomático da mentalidade arcaica dos cafeicultores e das características de uma economia pré-industrial.²⁹³ Na contramão dessa hipótese, sustentamos que o padrão se baseara em uma lógica econômica estrita e numa aposta política embasada, tendo em vista o histórico bem sucedido dos representantes parlamentares na defesa do cativo ao longo do século. Além disso, o investimento rentista nas décadas de 1870 e 1880 não foi

²⁹¹ ALENCAR. *O Tronco do Ipê*, 2014.

²⁹² STEIN, Stanley, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*, 1961; SLENES, Robert. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”. In: COSTA, Iraci (org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986; MARQUESE, Rafael de Bivar. *Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX*. Saeculum (UFPB), v. 29, p. 289-321, 2013; CASTRO, Antonio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971, vol. 2, p. 60-61.

²⁹³ Sobre essa interpretação ver FRAGOSO; FLORENTINO. *O Arcaísmo como Projeto*, 2001. FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*, 2013.

característica apenas das famílias enriquecidas do Vale, mas um padrão reiterado por elites globais frente às crises e riscos da economia mundo no período.

A hipótese da decadência encontra subsídio em discursos de época na imprensa de Vassouras, tanto no tocante à lavoura quanto ao declínio da vida urbana. A monumentalidade da arquitetura decorria da projeção da autoimagem dos potentados nas décadas anteriores. Os comportamentos e gostos das famílias enriquecidas se transformaram desde a primeira metade do século, quanto a segunda e terceira gerações foram educados e socializados a partir de novos referenciais, dotados de um *habitus senhorial*, que compatibilizava uma autoimagem aristocrática, escravista e moderna – sem qualquer contradição inerente. A grandeza da arquitetura e da paisagem nas décadas de 1870 e 1880 contrastava com os limites estruturais à reprodução da lavoura escravista. Além disso, a referência de Alencar à sedução da Corte talvez seja a principal explicação para a perda de prestígio do espaço urbano, com o respaldo de outro escritor. Em sua própria representação dos potentados rurais do Império, Machado de Assis iniciou o segundo capítulo de “Dom Casmurro” com a seguinte exposição de seu narrador-personagem:

Agora que expliquei o título, passo a escrever o livro. Antes disso, porém, digamos os motivos que me põem a pena na mão.

Vivo só, com um criado. A casa em que moro é própria; fi-la construir de propósito, levado de um desejo tão particular que me vexa imprimi-lo, mas vá lá. Um dia, há bastantes anos, lembrou-me reproduzir no Engenho Novo a casa em que me criei na antiga Rua de Mata-cavalos, dando-lhe o mesmo aspecto e economia daquela outra, que desapareceu. Construtor e pintor entenderam bem as indicações que lhes fiz: é o mesmo prédio assobradado, três janelas de frente, varanda ao fundo, as mesmas alcovas e salas. Na principal destas, a pintura do teto e das paredes é mais ou menos igual, umas grinaldas de flores miúdas e grandes pássaros que as tomam nos blocos, de espaço a espaço. Nos quatro cantos do teto as figuras das estações, e ao centro das paredes os medalhões de César, Augusto, Nero e Massinissa, com os nomes por baixo... Não alcanço a razão de tais personagens. Quando fomos para a casa de Mata-cavalos, já ela estava assim decorada; vinha do decênio anterior. Naturalmente era gosto do tempo meter sabor clássico e figuras antigas em pinturas americanas. O mais é também análogo e parecido. Tenho chacinha, flores, legume, uma casuarina, um poço e lavadouro. Uso louça velha e mobília velha. Enfim, agora, como outrora, há aqui o mesmo contraste da vida interior, que é pacata, com a exterior, que é ruidosa. O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência.²⁹⁴

Na casa em que vivia, reproduzira a morada de sua infância, na antiga rua de Mata-Cavalos, um sobrado com três janelas de frente, varanda ao fundo, alcovas e salas, sendo a principal decorada com pinturas decorativas de flores, pássaros, figuras das estações e

²⁹⁴ ASSIS, Machado de. Dom Casmurro, Domínio Público. pp.02-3 Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000194.pdf>, pp.2-3

personagens da Antiguidade. A casa fora assim decorada antes de lá residir, pois era “*o gosto do tempo meter sabor clássico e figuras antigas e pinturas americanas.*” Entre a decoração de Villaronga e a descrição de Dom Casmurro as semelhanças são evidentes, assim como entre as representações da Antiguidade e as colunas neoclássicas dos edifícios de Vassouras, além das figuras das estações em louça no palacete dos Avelar e Almeida. A trajetória de Dom Casmurro reproduz em parte a do Barão do Amparo, que faria do último palacete de Vassouras um laço entre suas origens e sua experiência na Corte e na Europa. Mas seu caso excepcional revela que outros vassourenses percorreram o sentido contrário, no sentido de uma geografia senhorial que se expandiu a partir de Vassouras em direção a Petrópolis e ao Rio de Janeiro. A Estrada de Ferro e o enriquecimento lhes permitiu realizar efetivamente a contiguidade outrora imaginada nas pinturas de Villaronga, articulando seus domínios rurais e essas capitais da representação da Boa Sociedade Imperial.

Nas décadas de 1870 e 1880, os potentados do Vale contrataram pintores acadêmicos como Nicolau Fachinetti, a fim de produzir representações de seus impérios rurais frente aos limites da expansão da cafeicultura na região. A arquitetura das fazendas se convertia em representação da administração eficiente e do refinamento dos proprietários. A pintura de retratos servia igualmente à construção de sua autoimagem, fundindo signos rurais e imperiais, em meio a paisagens imaginadas – nem sempre condizentes com sua materialidade no período. August Muller nasceu em Baden, atual Alemanha, em 1815, vindo a residir no Brasil desde sua infância, onde se graduou pela Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro. Entre a década de 1870 e o início da seguinte, foi contratado por Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras, para que pintasse o retrato de sua segunda esposa, Ana Alexandrina. Entre as convenções dominadas pelo artista e a demanda dos clientes, foram privilegiados símbolos como o vaso de flores, de formas clássicas, e as vestes azuis e brancas, associadas às representações sacras de Nossa Senhora. Por meio de um recurso utilizado em abundância, Muller a pintou em um balcão, cujo parapeito onde descansava sua mão, se abria para uma paisagem. Ao fundo, a vista da igreja matriz, da Santa Casa de Misericórdia e da praça central a partir de um ângulo aproximado ao de onde se localizava o casarão da baronesa.

IMAGEM 95: Retrato da Baronesa de Vassouras, August Muller, data desconhecida.²⁹⁵

O Retrato da Baronesa de Vassouras indica a projeção de uma autoimagem da família tanto pelo gosto, exibido nas vestes na imagem e na contratação de um pintor de renome da Corte, quanto pela atuação junto à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras e à Santa Casa de Misericórdia. A construção da igreja matriz contou com a administração do barão durante muitos anos, assim como a administração da instituição

²⁹⁵ Imagem disponível em <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra4280/baronesa-de-vassouras>.

hospitalar. À baronesa couberam doações e promoções de missas e eventos beneficentes, retratados na imprensa. Pedro Correa e Castro, Barão de Tinguá e provedor mór da Santa Casa, fora presenteado com um retrato em que se optara pela mesma paisagem de fundo, representativa de sua trajetória como benfeitor da municipalidade. Outros potentados optaram por outras formas de representação, como Domingos Custódio Guimarães, Visconde de Rio Preto, que optou por vestes militares atreladas ao Império, junto à abertura de uma cortina para a vista rural de sua fazenda, com o portão ao fundo.

IMAGEM 96: Retrato do Visconde de Rio Preto, autoria e data desconhecidas.²⁹⁶

²⁹⁶ *Fazendas. Solares da Região Cafeeira do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, p. 29.

O Barão de Vassouras fizera da atuação como capitalista a base de sua fortuna, e de seu casarão urbano o símbolo arquitetônico de seu poder – assim como o sobrado no Rio de Janeiro. A escolha pela imagem de sua esposa junto à paisagem urbana assim se justifica. Por sua vez, o Visconde de Rio Preto era proprietário de fazendas, com destaque para a Flores do Paraíso, de um sobrado urbano imponente junto à igreja matriz de Valença, e de diversos imóveis na Corte. No entanto, fora a fazenda, fonte de sua fortuna, a representação escolhida para a paisagem de fundo, enquanto as vestes o imbuíam de símbolos da monarquia. Por outro lado, Antônio Clemente Pinto, Barão de Nova Friburgo, destacara-se como cafeicultor na região de Cantagalo, onde possuía fazendas, vindo a estender seu poder em direção à Corte, onde construiria o Palácio Nova Friburgo – futuramente o Palácio do Catete.

IMAGEM 97: Retrato do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo, autoria e data desconhecidas.²⁹⁷

²⁹⁷ Imagem disponível em <http://museudarepublica.museus.gov.br/>

A pintura que adornava um dos salões do edifício representava o Barão sentado em uma cadeira acolchoada e decorada em dourado e azul, com o símbolo de um pássaro no topo, junto à Baronesa de pé, a tocar-lhe suavemente o braço. O tapete com formas geométricas e flores cobre o chão de uma sala onde se encontram, onde ainda se encontram uma mesa à direita e uma estatueta clássica à esquerda. Do colo do Barão se estende até o chão uma Planta da Estrada de Ferro de Cantagalo, datada de 1865, enquanto a mesa às suas costas sustenta uma maquete do Palácio de Nova Friburgo. Ao fundo, as cortinas desvendam uma janela, de onde se avista o Solar do Gavião. Do mesmo modo, a sala de jantar de sua residência urbana na cidade de Cantagalo possuía pinturas decorativas das fazendas da região, unindo na paisagem interna do cômodo o patrimônio arquitetônico rural e urbano do proprietário. Por meio de uma representação imagética, o Barão se encontrava no centro de seu império geográfico e arquitetônico, que interligava simbolicamente suas propriedades rurais ao Rio de Janeiro - o que a estrada de ferro que financiara faria em termos efeitos. Das vestes às insígnias no peito – graças concedidas pelo imperador – o contratante conseguira do artista a construção de sua autoimagem de poder e de pertencimento à sociedade de Corte, sem contudo deixar de se vincular às bases rurais de sua fortuna e de seu próprio Império.

Nas décadas de 1830 e 1840, diante da oportunidade criada pela abertura dos mercados estadunidenses para o café, e frente às pressões da Grã-Bretanha e de políticos nacionais contra o tráfico e ameaçados pelo desequilíbrio demográfico entre livres e escravos – predominantemente jovens africanos do gênero masculino -, os lavradores do Vale do Paraíba identificaram em sua experiência cotidiana interesses em comum, forjando uma aliança social e política mobilizada discursivamente por meio da denominação de “classe agrícola.” Essa camada social heterogênea foi liderada nas petições por uma minoria ainda mais privilegiada, de grandes e mega proprietários. Nas décadas de 1850 e 1860, foram esses potentados que buscaram converter parcialmente seus patrimônios rurais em outras formas de capitais, investindo em residências, móveis e vestimentas luxuosos, em viagens à Europa, na educação de seus filhos, e estabelecendo laços matrimoniais e políticos com famílias da Corte. Compatibilizavam um padrão de vida elitista, atento às modas das ditas “nações civilizadas” e da Corte, com a administração de suas fazendas e de seus ativos financeiros. Nesse processo, forjaram uma nova identidade a partir de um *habitus senhorial* restrito a uma minoria, que lhes permitiu incorporar práticas e gostos que legitimavam sua distinção social e sua aceitação nos círculos mais restritos da Boa Sociedade Imperial. Entretanto, a ameaça ao futuro da

escravidão a partir da década de 1870 revelou a fragilidade de sua autoimagem aristocrática, tendo em vista que a sustentação de sua posição de privilegiada permanecia dependente das bases materiais da lavoura e do cativo.

Da arquitetura das residências às pinturas decorativas de Villaronga e de fazendas de Fachinetti, estava em jogo uma luta social por representações e classificações, lideradas pelas famílias enriquecidas do Vale, que construíam suas identidades e distinções em meio ao processo de produção do espaço. As escolhas dos signos se valiam tanto das técnicas e convenções dos arquitetos e artistas quanto das demandas dos contratantes por bens simbólicos e representativos de sua autoimagem. Assim como educavam seus corpos e mentes à etiqueta de Corte, moldavam a paisagem de acordo com seus interesses e narrativas. A produção espacial do Vale do Paraíba foi o resultado da convergência entre inúmeras variáveis, com destaque para a sintonia entre a produção cafeeira nas fazendas e as demandas do mercado mundial, e para as necessidades administrativas do Estado e a formação de vilas e cidades. Ainda que esse processo tenha resultado das disputas entre diferentes sujeitos históricos, a assimetria de poder fez prevalecerem as intenções normativas de engenheiros, arquitetos e pintores – assim como de seus contratantes. Na memória contida na paisagem, a narrativa da opulência e do refinamento silenciando a violência do cativo.

Da grandeza dos monumentos urbanos de Vassouras e suas ruínas não houve uma decadência cíclica e gradual, mas sim um progressivo preterimento na década de 1870 e início da de 1880, seguido enfim de um baque em 1888, mas cujo impacto econômico somente se abateria sobre a arquitetura com o passar de décadas. Todavia, para compreender esse processo, às estratégias privadas das famílias e às crises estruturais da economia imperial, devem ser acrescentados à análise fatores de ordem política e de luta social na crise da escravidão.

Vassouras Imperial: A Casa de Câmara e Cadeia

Mesmo com a crise inaugurada em 1871, a grandeza de Vassouras se expressou simbolicamente na inauguração de seu mais importante edifício público, imaginado por Joaquim José Teixeira Leite em seu relatório de 1849, ano do início da construção. Desde meados da década de 1860, o primeiro pavimento havia sido concluído e recebera os presos do município. A cadeia pública fora alvo de críticas de vereadores e autoridades municipais desde a fundação da vila, como registrado por Paulino Soares de Souza na década de 1830, nas memórias do desembargador Alexandre Joaquim de Siqueira em

1852, e pelo presidente da Província do Rio de Janeiro, Antônio Nicolau Tolentino em seu relatório anual de 1858 – quando a classificou como um edifício em péssimo estado, tanto nas suas acomodações quanto na segurança, e que os presos eram classificados e separados apenas pelo critério de sexo. No entanto, o projeto da Casa de Câmara e Cadeia visava atender aos pressupostos previstos na legislação processual e nas diretrizes públicas vigentes, merecendo o elogio do presidente da província, João Darrigue Faro no relatório de 1851, que acreditava que essa seria uma das melhores cadeias fluminenses. Em 1877, alguns anos após a inauguração do edifício, o então presidente Luiz de Holanda Cavalcanti de Albuquerque registrou em seu relatório:

A única prisão que há neste município é a cadeia. Esta acha-se em um vasto prédio, seguro, arejado, provido das melhores condições higiênicas, e oferecendo todas as acomodações necessárias. Todos os compartimentos têm latrina com água corrente, no pátio interior um grande tanque, que proporciona água precisa para o asseio do estabelecimento e mantem-se sempre limpa toda a prisão.²⁹⁸

Dois anos depois, o presidente da província, Américo de Moura Marcondes de Andrade, foi ainda mais enfático:

A cadeia desta cidade é incontestavelmente uma das melhores da província. Acha-se em um vasto edifício, salubre, muito bem construído, possuindo toda a segurança e necessária subdivisão para a classificação dos reclusos. Possui além disso latrinas hidráulicas em todos os compartimentos, um grande pátio todo calçado de pedras, e aí um espaçoso tanque onde os presos se banham em dias alternados. Precisa, porém, de uma prisão solitária para os presos rixosos e turbulentos, segundo o que preceitua o art. 21 do regulamento das cadeias de 23 de fevereiro de 1843.²⁹⁹

A planta do primeiro pavimento se dividia em três partes, uma voltada a salas administrativas, o hall da entrada principal com a escada monumental que levava aos aposentos superiores, e o espaço lateral voltado à cadeia. Com registrado pelo presidente Andrade, a planta continha subdivisões que atendiam à classificação dos reclusos, e não apenas pelo critério de sexo, atendendo à legislação vigente sobre a estrutura carcerária do Império. As latrinas hidráulicas com água corrente e o pátio interno permitiam melhores condições de higiene sem prejuízo da segurança. Inclusive, a falta de uma prisão solitária, criticada no relatório de Andrade, teria sido resolvida por meio do confinamento improvisado de presos indisciplinados em um alçapão sob uma das celas – segundo tradição oral e a sua permanência no cômodo até hoje.

²⁹⁸ Relatório do presidente de Província do Rio de Janeiro, 1877. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro

²⁹⁹ Relatório do presidente de Província do Rio de Janeiro, 1879. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro

IMAGEM 98: Planta do primeiro pavimento da Câmara Municipal de Vassouras.

Submetidos a um esquadramento mais rígido do espaço e a protocolos diários mais precisos, a arquitetura e a dinâmica da cadeia implicavam mecanismos de controle e disciplina mais eficientes. No entanto, vigilância e a segurança seguiam submetidas ao controle pessoal dos carcereiros. Na edição de 9 de agosto de 1877, o jornal “O Município” registrou a tentativa de evasão da cadeia.

Houve na cadeia desta cidade uma tentativa de evasão, de que foram autores os réus João Soares, José Fernando Villa-Real, José Ferreira Mani e Felismino José Vieira, os três últimos já condenados, e o primeiro pronunciado.

Estes quatro réus achavam-se recolhidos na célula que abre o corredor que dá frente para a rua do Comércio.

Foi instigador da ideia o preso João Soares, e começou a ser posta em execução na noite de 12 de junho último.

Os meios de que se serviram foram os seguintes: com as folhas de uma tesoura quebrada, fizeram dentes em um pedaço de arco de barril e em um cabo de colher de ferro, que conseguiram converter em serras.

Depois introduziram uma das serras na juntura um pouco apodrecida de uma taboa do assoalho próxima à latrina, e cortaram um pedaço da mesma taboa de 45 centímetros mais ou menos de comprimento, entrando por aí os presos João Soares e José Ferreira Mano, os quais servindo-se de dois pedaços de pau, em que vem enrolado o fumo de Minas, trataram de remover as pedras do alicerce em direção ao pátio da cadeia.

Haviam já conseguido, depois de uma escavação, remover três pedras, quando ao dia 30 do mês que acaba de expirar, foram descobertos pelo carcereiro, em quem algum ruído noturno que lhe pareceu ouvir na prisão dos réus, havia despertado suspeitas sobre o seu projeto.

O plano dos criminosos era apenas conseguissem chegar ao pátio da cadeia, galgar o muro que fecha este, subindo pela grade da prisão que está junta ao dito muro de Aquidaban.

Ainda uma vez tornou-se digno de louvor o carcereiro, o Sr. Manoel Joaquim de Moraes, a cuja atividade e vigilância, já tantas vezes demonstradas, deveu-se o malogro da projetada evasão de presos.³⁰⁰

Os presos envolvidos na tentativa de fuga ocupavam uma célula diversa daquelas destinadas a mulheres e escravos, e se valeram de instrumentos disponíveis para burlar os mecanismos materiais de controle espacial. No entanto, o episódio revela tanto as dificuldades da empreitada e a eficiência da cadeia quanto suas brechas, somente sanadas pela atuação pessoal da autoridade do carcereiro Moraes – que pelo relato fora responsável pela contenção de fugas em mais de uma oportunidade. A ostentação do poder pessoal dessas autoridades chegava às vias da violência, não apenas em eventuais abusos ilegais, mas inclusive no exercício regular de suas funções. Condenados por um grave crime em 1879, os escravos Manoel e Gil receberam 400 açoites cada, aplicados pelo carcereiro em oito sessões de 50 – limite diário imposto pela legislação - na cela destinada a cativos condenados, compartimento diverso daquele ocupado pelos pretensos foragidos de 1877. Além disso, as celas seguiam abertas ao espaço público da cidade, a partir da face lateral do edifício, impondo um regime visual interativo entre o condenado e a sociedade, e inclusive publicizando – ainda que de forma tímida – as punições corporais a escravos condenados.

³⁰⁰ Jornal O Município, Edição de 9 de Agosto de 1877. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

IMAGEM 99: Casa de Câmara e Cadeia de Vassouras. Cartão Postal. Coleção de Elysio Passos.³⁰¹

Desse modo, o programa arquitetônico não reproduzia plenamente as diretrizes do paradigma hegemônico nos saberes jurídicos e penitenciários da época – baseado no isolamento espacial, na vigilância interna impessoal e a introjeção das normas pelo preso. Até mesmo a construção da Casa de Correção na Corte, inspirada no modelo do Panóptico, de Jeremy Bentham, não cumprira plenamente a planta original, criando espaços de invisibilidade e demandando o controle pessoal e a ostentação da violência (ou ameaça) pelos carcereiros. Mais do que um equívoco, esse fato foi interpretado por Andrei Koener como representativo da incompatibilidade entre mecanismos impessoais de poder e a sociedade hierárquica e escravista brasileira, onde uma forma de poder específica seria gestada, combinando auto-disciplina e violência pessoal explícita. O mesmo vale para a cadeia de Vassouras, embora seja inegável que as condições atuais impunham um regime mais rígido e utilitário, mais próximo das formas de expressão de um poder disciplinar do que os suplícios públicos e a força, tão constantes entre 1835 e 1857.³⁰²

³⁰¹ Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/>.

³⁰² Ver FOUCAULT, Michel. *Vigiar E Punir: O Nascimento Da Prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 29ª Edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004; KOERNER, Andrei. *Punição, Disciplina e Pensamento Penal no Brasil do Século XIX*. In: Lua Nova. São Paulo, 68: 205-542, 2006, e “O Impossível Panóptico Tropical-Escravista”: Práticas Prisionais, Política e Sociedade no Brasil do Século XIX.” In: *Revista Brasileira de*

Apenas na década de 1870 foi concluído o segundo pavimento, permitindo a mudança de vereadores e autoridades judiciais para o novo edifício. No ano de 1872, o edifício da Casa de Câmara e Cadeia ainda seguia em construção, quando foi realizada uma cerimônia pública para a colocação das quatro colunas monumentais que comporiam a fachada principal do pavimento superior – que abrigaria as atividades administrativas e judiciárias. Do terreno da antiga chácara de Pedro Correa e Castro, elas foram trazidas em direção à praça da matriz, e elevadas até a sacada do sobrado, onde foram abençoadas pelo padre Joaquim Lage e cada uma delas apadrinhadas por um dos benfeitores responsáveis pela conclusão da construção: Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras, José de Avellar e Almeida, Barão de Ribeirão, Marcelino de Avellar e Almeida, Barão de Massambará e o Dr. Manoel Simões de Souza Pinto. Ao som do hino nacional foram inauguradas, e em seguida os presentes seguiram em passeata pelas ruas da cidade, liderados pelos padrinhos, e no retorno ao prédio, ofereceram um banquete aos operários responsáveis pela construção. À noite, os padrinhos ofereceram às famílias mais gradas da reunião um baile, nos salões superiores do palacete de José de Avelar e Almeida, Barão de Ribeirão.³⁰³

IMAGEM 100: Câmara Municipal de Vassouras. Fotografia do autor, 2012.

Ciências criminais, 35, Ano 9, Julho-Setembro de 2001, pp. 211-224; FERRARO, Marcelo. “As práticas de controle e punição na sociedade escravista cafeeira do Brasil oitocentista: uma análise à luz do pensamento de Michel Foucault” In *Revista Epígrafe* (Universidade de São Paulo), Edição Zero, 2013. (disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v0i0p7-42>).

³⁰³ RAPOSO. *História de Vassouras*, pp. 156-158.

As colunas monumentais se somavam às palmeiras imperiais plantadas na década de 1860 à sua frente, articulando o estilo neoclássico à vegetação tropical como signos da Monarquia, reproduzindo a paisagem do Jardim Botânico e dos Palácios Imperiais na paisagem vassourense. Em 8 fevereiro de 1874, o edifício recebeu uma rica mobília, avaliada em 3:000\$000, e o segundo pavimento foi enfim inaugurado, tendo início o pleno funcionamento da câmara e do judiciário.³⁰⁴ O pavimento superior se dividia, igualmente, em três partes, sendo uma delas voltadas às atividades regulares do judiciário, o hall central à recepção do ingressante pela escadaria monumental – aberta em duas partes -, e o grande salão destinado às sessões da câmara e do júri.³⁰⁵

IMAGEM 101: Planta do segundo pavimento da Câmara Municipal de Vassouras.

O historiador da arquitetura Augusto da Silva Telles analisou o edifício e constatou a desproporção na fachada principal, pelo contraste entre “*a mesquinhez do pórtico de entrada do térreo, comparada com a colunata do pavimento superior.*”³⁰⁶ Mais do que uma análise técnica da construção e do estilo arquitetônico, interessa-nos compreender o edifício enquanto artefato resultante da dinâmica social daquele tempo. A

³⁰⁴ RAPOSO. *História de Vassouras*, pp. 156-157.

³⁰⁵ RAPOSO. *História de Vassouras*, pp. 156-157.

³⁰⁶ TELLES. “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, p. 102.

construção separava e unia espaços e instituições, sobrepondo à cadeia e aos transgressores das normas vigentes – em sua maioria, pobres e de cor –, o judiciário e a câmara, ambos compostos por membros da camada social privilegiada. O monumento representava a opulência de Vassouras e de suas famílias mais abastadas, assim como o Estado imperial, e reproduzia verticalmente na paisagem o discurso da ordem pública e da hierarquia social. Desse modo, a desproporção identificada por Telles talvez diga mais sobre Vassouras, nas pretensões imperial e escravista de seus potentados, do que sobre eventuais equívocos arquitetônicos.

Entretanto, entre as representações normativas senhoriais e a realidade material cotidiana havia certa distância, e o ambiente construído deve ser compreendidos como arenas de lutas entre agentes históricos. Uma vez concluído, o edifício adquiriu vida própria, impondo-se visual e espacialmente aos agentes, mas sendo por eles apropriado e ressignificado. Foi na dinâmica social das décadas de 1870 e 1880, dos ritos e condenações do júri às eleições e à política da câmara, que a Casa de Câmara e Cadeia revelou seus múltiplos sentidos.

Arquitetura, Política e Indisciplina na Crise da Escravidão

Na edição de 16 de dezembro de 1883 do jornal “O Vassourense”, do redator Lucindo Filho, um defensor do Partido Conservador, foi publicada matéria sobre um evento realizado na propriedade do Coronel Quintiliano Gomes Ribeiro de Avellar.

Festa Política

Cabe sem dúvida ao partido conservador do Paty do Alferes a gloria de ter realizado um das mais imponentes manifestações políticas que tem havido na província do Rio de Janeiro.

Essa festa esplendida, que teve lugar no dia 7 do corrente, na fazenda da Boa Sorte, foi uma imperecível prova de consideração que os nossos políticos daquela localidade fizeram ao seu distinto chefe, o Coronel Quintiliano Gomes Ribeiro de Avellar.³⁰⁷

A homenagem ao fazendeiro conservador era ao mesmo tempo um rito de reforço do partido na região, tendo sido a propriedade cuidadosamente decorada para o evento. Por entre uma alameda de palmeiras imperiais, os convidados da Corte e da província fluminense chegavam à casa de morada

Aquela linda fazenda, tão justamente nomeada entre as mais belas da província, apresentava com todas as suas galas, aspecto festivo e encantador.

³⁰⁷ Jornal O Vassourense, Edição de 16 de dezembro de 1883. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

Um vistoso arco, perfeitamente arranjado, destacava-se sobranceiro logo à entrada de uma comprida alameda, que enfeitada em todo o seu correr por festões e galhardetes, dava caminho até ao palacete a grande número de trollys e animais de que, de momento a momento, se apeavam no antigo solar numerosos convidados que, entre salvas e foguetes, eram recebidos no meio da maior alegria pelo distinto coronel Avellar e por muitos cavalheiros já anteriormente chegados.

Durante o dia, convidados de todas as partes, em número superior a 400, entre os quais as pessoas mais gradas e importantes dos municípios e freguesias vizinhas, chegavam pressurosos para saudar o ilustre cidadão, trazendo à festa grande animação e contentamento.³⁰⁸

O salão principal da casa de morada foi preparado para a solenidade, onde se dispuseram as cerca de 80 senhoras cujos cavalheiros se espalhavam entre esse e outros cômodos, enquanto uma banda de música tocava. Em um discurso de abertura, o Dr. Antonio Alvez de Azevedo Nogueira cumprimentou o anfitrião em nome da comissão do partido conservador de Paty do Alferes, presenteando-o com um retrato a óleo, pintado pelo Comendador Rocha Fragoso. Duas meninas correram as cortinas que cobriam o quadro, enquanto as senhoras o aplaudiam em pé, lançando-lhe flores. O Dr. Lacerda Werneck foi responsável pelo segundo discurso da noite, em que ressaltou o histórico do partido em Paty do Alferes, no que foi seguido por Américo Brasileiro da Costa Moreira que, em nome do partido de Vassouras, presenteou o coronel com um álbum encadernado com uma manifestação assinada pelos eleitores do distrito. Por fim, o Dr. Antonio de Castilho falou em nome do Conselheiro Paulino Soares de Souza, chefe nacional do partido, e do Dr. Francisco Belisário, assim como da redação d' "O Vassourense". Ao fim do último discurso, o coronel os agradeceu emocionado.³⁰⁹

Finda a cerimônia de homenagem, ao som da banda de música os convidados foram levados à sala de jantar, onde lhes esperava um banquete. O editor d' "O Vassourense" foi minucioso ao descrever que cavalheiros e senhoras em número de 130 pessoas, mas ressaltou entre eles os nomes de Lacerda Werneck, Castilho, Nogueira, Paes Leme e do vigário Luiz Alvez, que tomaram assento ao lado do coronel, ao centro da mesa. Seguiu-se o brinde do homenageado em nome do Conselheiro Paulino Soares de Souza, enquanto Castilho ergueu sua taça em respeito aos eleitores da região e ao seu representante, Lacerda Werneck. Esse último era neto de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, Barão de Paty do Alferes, enquanto Castilho representava uma referência no partido em nível nacional. Sua postura e seu assento junto ao Coronel Ribeiro de Avellar

³⁰⁸ Jornal O Vassourense, Edição de 16 de dezembro de 1883.

Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

³⁰⁹ Jornal O Vassourense, Edição de 16 de dezembro de 1883.

Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

e os discursos dos três ritualizavam o poder do partido, tanto social quanto geograficamente, articulando o Vale do Paraíba à Corte. Seguiram-se o brinde do vigário, em nome do eleitorado de Valença, à honra do anfitrião, enquanto Lacerda Werneck homenageou Francisco José Teixeira Leite, Barão de Vassouras, e chefe do partido em Vassouras. Américo Brasileiro brindou em nome dos irmãos Avelar e Almeida, os Barões de Massambará e Cananea, enquanto Theófilo de Almeida o fez em nome de Christóvão e Antônio Correa e Castro, chefes da freguesia de Ferreiros. Em nome do partido de Santa Tereza, João Americo Werneck brindou ao homenageado, enquanto ele e os representantes do Jornal do Brazil e trocaram graças. De acordo com o editor, 157 eleitores aproveitaram a oportunidade para enviar ao Barão de Santa Justa uma carta aclamando-o chefe do partido na freguesia de Mendes. O brinde do Coronel Ribeiro de Avellar ao Imperador e à Família Real encerrou o banquete, com entusiasmo dos convidados, tendo início um baile que se estendeu madrugada adentro.³¹⁰

O redator do jornal concluiu o relato:

Assim se passou a deslumbrante festa que deve ter deixado tão gratas impressões em todos os que nela tomaram parte. Para nós foi motivo de jubilo ver a maneira porque se portou o partido conservador patyense honrando o chefe e a si mesmo. Sirva essa festa de estímulo e animação ao partido conservador na província, levando às pessoas desses distintos e beneméritos cidadãos a prova mais cabal da boa disciplina e amor ao partido.³¹¹

No discurso de Lucindo Filho, a Fazenda Boa Sorte era uma das mais belas da província, e fora decorada com todas as devidas galas a esse evento que era uma homenagem tanto ao proprietário quanto ao próprio Partido Conservador. A festa política foi descrita a partir de um protocolo teatral, em que a fazenda se convertia em palco para a performance dos potentados de Paty, de Vassouras e dos municípios vizinhos, atraindo ainda importantes políticos do Rio de Janeiro. Os sobrenomes que mereceram destaque do redator e as homenagens e brindes demonstram a articulação das principais famílias de Vassouras com o partido e com suas pautas. Entre discursos e brindes, entre o banquete e o baile, estabelecia-se uma relação de contiguidade geográfica simbólica entre o Vale e a Corte, mediada pelo Partido Conservador. A aliança política estabelecida desde a

³¹⁰ Jornal O Vassourense, Edição de 16 de dezembro de 1883.

Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

³¹¹ Concluiu ainda “São esses os nossos votos, e bem assim para que o partido que em tão boa hora se reuniu na fazenda da Boa Sorte, nos venha trazer na pessoa do distinto dr. Antonio Dias Paes Leme, o seu candidato ao primeiro escrutínio na próxima eleição provincial, mais uma prova da pujança e brilho com que tão alto levantou a bandeira do nosso partido no município de Paty do Alferes.” Jornal O Vassourense, Edição de 16 de dezembro de 1883. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

década de 1830 assegurara segurança jurídica aos proprietários de escravos na era do contrabando se mantivera após fim do tráfico, e foi acionada com maior veemência a partir da campanha contra a Lei do Ventre Livre. Em plena década de 1880, a festa não era apenas uma homenagem ao partido, mas um rito de reforço da política da escravidão em tempos de crise. Para mais bem compreendê-la, é preciso recuar ao ano de 1871.

Nas eleições de 1868, Francisco José Teixeira Leite foi o vereador mais votado, o que lhe rendia a presidência da instituição, cargo do qual abdicou. A influência dos Teixeira Leite, entretanto, não declinou, e no ano crítico de 1871, Francisco José foi novamente o mais votado, com 1.308 votos, escolhido como representante máximo do município durante a crise iniciada no Parlamento Imperial durante o trâmite da Lei do Ventre Livre. Antonio Dias Paes Leme foi o segundo colocado, com 1.261, enquanto Francisco de Assis e Almeida ficou apenas na décima posição, com 342 votos. Os dois primeiros eram chefes políticos do partido conservador, enquanto o último estivera envolvido na Revolta Liberal de 1842, mas se casara com uma filha de Francisco José, razão de sua mudança para Vassouras. As principais famílias não emplacaram tantos vereadores naquela eleição, e novos sobrenomes se destacavam, como os Chaves e os Zanith, mas a hegemonia dos Teixeira Leite nas eleições persistia. Foi durante a transição entre a administração de 1868 e a de 1871 que o projeto de lei encabeçado pelo gabinete do Visconde de Rio Branco foi debatido no Parlamento, lido como ameaça pelos fazendeiros escravistas.

Em 22 de junho, os vereadores enviaram à Assembleia Geral do Império uma representação assinada pelos lavradores de Vassouras, posteriormente publicada no Diário do Rio de Janeiro. Feitos os elogios de praxe aos deputados em exercício, os signatários descreveram sua surpresa diante do projeto apresentado no dia 12 de maio pelo Ministro da Agricultura, cujas ideias consideravam “*subversivas à ordem pública, sua segurança e altamente atentatórias contra o seu sagrado direito de propriedade*”, razões pelas quais se manifestavam seguros de que seus prudentes representantes não o aceitariam. Em nome de sua classe, manifestaram seu desgosto com o atual governo:

Não vos há de ter escapado, augustos e digníssimos senhores, o movimento de agitação que se tem operado na importante classe dos agricultores, desde que o atual governo acolheu tais ideias e com toda a precipitação as quer reduzir à lei do país. Um profundo desgosto vai-se apoderando de todos e lançando raízes, que mais tarde hão de trazer consequências funestas.³¹²

³¹² Representação dos Lavradores do Município de Vassouras ao Corpo Legislativo. Diário do Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1871. Transcritas e cedidas por Bruno Fonseca Miranda.

O tom de ameaça retratado na “agitação” que o projeto lhes provocava adquiria tom alarmante na manifestação dos riscos que o projeto representavam em relação a outras formas de insubordinação.

A insubordinação também por sua vez já se vai introduzindo no espírito desses, aos quais se quer dar todas as proteções, quando não eram necessárias porque diariamente estão eles conquistando tantos favores dos seus senhores, como jamais se viu em país algum de escravidão, e que mais cedo ou mais tarde, por meio de uma hábil direção governamental, se traduziriam em uma emancipação, lenta e verdadeira, mas livre dos perigos que ameaçam degenerar-se em desenfreada anarquia.³¹³

A intervenção do Estado implicada no projeto de lei foi declarada como atentatória ao direito de propriedade e incitadora de insubordinação entre os cativos. Frente o risco da anarquia nas fazendas, ameaçavam as autoridades com a revolta dos fazendeiros. A retórica típica dos defensores da escravidão no Império não se valia de seu elogio, mas de sua constatação como um mal necessário, cuja solução deveria ser gradual e segura. Esses membros da “classe dos agricultores”, auto classificados como produtores da riqueza nacional, descreveram seus temores como representativos de “todos os pontos da província”. O uso abundante da metonímia convertia seus interesses privados no interesse geral, e sua camada social no centro da nação.

(...), o projeto por um lado e parecer por outro, depois de negar ao infeliz proprietário o seu direito de propriedade, reconhecido aliás desde remotas eras, já pelas leis divinas e humanas e já pelos usos e costumes, prega a desmoralização de todos e confusão de tudo, perturbando assim a ordem e regularidade dos estabelecimentos rurais, onde está o proprietário à mercê de uma população indomável, sem religião e cheia de vícios, que com certeza lhe trará uma completa ruína, máximo, quando os libertados pela lei atingirem a maioria, perigosa sempre pela falta de educação e principalmente pela cobiça de muitos, que especulam com a sua ignorância para fins ilícitos e que sempre abundam nas vizinhanças de tais estabelecimentos.³¹⁴

Asseguravam os representantes da lavoura que *“não há um só indivíduo, que não esteja convencido de que a emancipação se deve realizar”*, mas defendiam tacitamente a prolongação do cativeiro mediante o argumento de que era necessária “toda a cautela e prudência para operarmos suavemente a transição do trabalho escravo para o livre sem grande transtorno da propriedade agrícola”, com os estudos estatísticos necessários. A representação foi encabeçada por José de Avelar e Almeida, Barão de Ribeirão, por Francisco Luis dos Santos Werneck, e pelo capitão João Barbosa dos Santos

³¹³ Representação dos Lavradores do Município de Vassouras ao Corpo Legislativo, 22 de Junho de 1871.

³¹⁴ Representação dos Lavradores do Município de Vassouras ao Corpo Legislativo, 22 de Junho de 1871.

Werneck. No dia 25 de julho, uma segunda representação foi publicada no Diário do Rio de Janeiro, referente ao documento escrito e assinado no dia 12 do mesmo mês, igualmente assinada pelos “lavradores e proprietários do município de Vassouras” que se manifestavam contra

A proposta para extinguir a condição servil, apresentada pelo governo à câmara temporária, sobressaltou o país, e o clamor que ergueu-se vai tomando proporções sem precedentes.³¹⁵

Reiteraram os riscos que consideravam inerentes à intervenção do Estado e à concessão de direitos aos escravos, que não mais dependeriam da mão generosa de seus senhores:

Sua ideia cardeal: a libertação do ventre, propende para despertar a consciência dos direitos naturais, e traduzir-se em um radicalismo de fato, tanto mais de recear, quanto é menos resguardado o interior do país, tanto mais fecundo em calamidades, quanto menos é dado governa-lo.

(...)

O pecúlio legal e o resgate forçado, apesar das restrições oferecidas pela comissão especial, abatem a polícia dos estabelecimentos, quebram a autoridade dos senhores, e dissolvem o laço da dependência exclusiva, que só é capaz de explicar a resignação dos dominados e a segurança dos dominadores.³¹⁶

Sob a reivindicação de estudos preliminares mais seguros, os vassourenses alegaram não temer a acusação de que lutavam pela prorrogação do cativeiro, apostando no tempo como o mais poderoso auxiliar da emancipação:

Interrogue-se, pois, a nação, e habilitem-na a resolver por si mesma o momentoso problema, publicando-se os dados de que se serviu o governo, vulgarizando-se as lições dos bons autores; (...).

Não produzissem resultado esses estudos, não tivéssemos deparado depois de sérias indagações com solução melhor do que a do projeto, ainda assim seria útil o adiamento, porque, convencido o país de que não era dado encontrar medida menos amarga, aceitá-la-ia com ânimo viril.

(...)

Pedindo adiamento, não receiam os abaixo assinados a acusação de quererem protelar a emancipação; ninguém tem em suas mãos o poder de fazer parar ideia tão grandiosa. Que o tempo é o seu mais poderoso auxiliar, prova o quanto tem ela progredido nestes poucos anos; mas pensam que a obra de séculos não deve, não pode ser destruída em quatro meses.³¹⁷

Mesmo tendo abdicado da presidência da Câmara Municipal e da administração direta da lavoura, Francisco José Teixeira Leite demonstrou novamente sua condição de porta-voz dos fazendeiros de Vassouras, encabeçando a representação e vindo a eleger-

³¹⁵ Representação dos Lavradores do Município de Vassouras ao Corpo Legislativo. Diário do Rio de Janeiro, 25 de Julho de 1871. Transcritas e cedidas gentilmente por Bruno Fonseca Miranda.

³¹⁶ Representação dos Lavradores do Município de Vassouras ao Corpo Legislativo, 25 de Julho de 1871.

³¹⁷ Representação dos Lavradores do Município de Vassouras ao Corpo Legislativo, 25 de Julho de 1871.

se novamente como o mais votado em outubro daquele ano. Entre os signatários destacados, seguem seu nome em ordem seu genro, Francisco de Assis e Almeida, Fernandes Moreira, seu irmão, Joaquim José Teixeira Leite, Bernardino Rodrigues de Avelar (Barão de Cananea e futuro presidente da câmara), seu cunhado Francisco José Teixeira e Souza, João Paulo de Almeida Magalhães, e o vigário da paróquia, monsenhor Antonio Rodrigues de Paiva Rios.

Desde meados da década de 1830, a força política dos lavradores escravistas se valeu de princípios constitucionais, como o direito de petição, e das instituições representativas do Império, como as eleições e as câmaras municipais. Célia Muniz identificou as listas eleitorais da região nos anos de 1852, 1876 e 1890, que lhe permitiram reiterar a conclusão sobre o predomínio de pequenos e médios lavradores entre os votantes. No documento de 1876, 628 eleitores foram registrados em Vassouras, dos quais 336 eram lavradores. Entre eles, 291 (86,6%) foram qualificados como votantes, com renda anual mínima de 200\$000, enquanto 45 (13,4%) o foram como eleitores – com renda anual mínima de 400\$000. No mesmo ano em Pati do Alferes, 213 lavradores foram registrados, dos quais 171 (80,28%) possuíam renda em torno de 200\$000, 5 (2,34%) por volta de 300\$000, 20 (9,38%) por volta de 400\$000, 4 (1,87%) por volta de 500\$000, e 11 (5,14%) possuíam rendas anuais acima dessa valor (dos quais 9 [4,22%] declararam renda acima de 1:000\$000). Padrão similar se repetiu nos registros eleitorais de Santa Cruz dos Mendes em 1850, 1868 e 1876. Somadas as listas de 1876 referentes aos eleitores de Vassouras, Pati do Alferes e Santa Cruz dos Mendes, foram registrados 1235 votantes, dos quais 798 eram lavradores ou fazendeiros, compondo 64,6% do total. Entre eles, 690 ou 86,4% eram pequenos proprietários, com renda em torno de 200\$000, enquanto apenas 13,6% podem ser considerados latifundiários.³¹⁸

Entre 1833 e 1890, foram identificados 114 cidadãos que ocuparam cargos como vereadores ou suplentes da Câmara Municipal de Vassouras, dos quais foi possível identificar a ocupação de 63 entre as listas do Almanack Laemmert e o banco de dados de Ricardo Salles, com todos os inventários da região entre 1820 e 1880. Desse número, 39 (61,9%) foram identificados como fazendeiros, 12 como bacharéis em direito (advogados, magistrados, políticos e ou capitalistas), 8 médicos, 3 negociantes e 1 boticário. Desse total, 22 tiveram seus plantéis de cativos identificados nos inventários. De acordo com os critérios de Salles, à época da abertura dos processos, 8 deles eram

³¹⁸ MUNIZ. *A Riqueza Fugaz*, pp. 102-108.

megaproprietários (plantéis de cem ou mais escravos), 1 era grande proprietário (plantéis entre 50 e 99 escravos), 4 eram médios proprietários (plantéis entre 20 e 49 escravos), 6 eram pequenos proprietários (plantéis de 5 a 19 escravos) e 3 eram mini proprietários (plantéis entre 1 e 4 escravos). No entanto, apenas 14 deles eram fazendeiros, grupo composto pelos 8 mega, 1 grande, 2 médios, 3 pequenos e nenhum mini proprietário. Esses 22 proprietários escravistas exerceram 48 mandatos, sendo 25 deles pelos 8 megaproprietários e 3 pelo grande proprietário.³¹⁹ Em todo o período analisado, os fazendeiros prevaleceram como representantes eleitos localmente, mas foram hegemônicos na primeira metade do século. Passaram a dividir espaço com médicos e advogados especialmente a partir das legislaturas da década de 1850, alguns deles filhos dos primeiros proprietários e políticos da região. Figuras como os irmãos Caetano Furquim de Almeida e Francisco de Assis e Almeida, bacharéis pela Faculdade de Direito de São Paulo, ingressaram na política local após se casarem com filhas de Francisco José Teixeira Leite. O médico Alberto Leite Ribeiro e o advogado Rodolpho Leite Ribeiro valeram-se das fortunas de suas famílias para se formarem nas respectivas carreiras, antes de regressarem ao Vale. Dos 114 cidadãos eleitos no período, aos menos 25 eram membros das famílias Teixeira Leite, Correa e Castro, Avelar e Almeida, Ribeiro de Avellar e Werneck, mas ainda mais expressiva é sua posição de domínio sobre a presidência da câmara, assim como a ocupação de cargos militares e de juízes de paz. Foram esses homens e famílias os responsáveis pela administração pública e pelo uso da Câmara Municipal como canal de representação dos interesses locais frente às instâncias superiores da política nacional – inclusive na defesa do cativo.

Nesse sentido, a política da escravidão vista a partir da rés do chão das fazendas e dos municípios rurais diz menos respeito sobre a deturpação ou superficialidade do liberalismo nos trópicos, e mais sobre seus limites intrínsecos, assim como os do princípio da representação. Apesar disso, após décadas de estabilidade na defesa de seus interesses, a “classe dos agricultores” se viu derrotada naquele ano de 1871, mas buscou reforçar a aliança junto a políticos no Rio de Janeiro. O objetivo era assegurar que a Lei do Ventre Livre seria a última intervenção na propriedade escrava e em prol da abolição gradual. Os inventários abertos entre 1871 e os primeiros anos da década de 1880 demonstram a insistência do investimento patrimonial da agricultura escravista, o que revela a crença dos vassourenses na força política de seus representantes. Tinham motivos para tanto,

³¹⁹ Almanack Laemmert, Edições de 1844 a 1890. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>.

tendo em vista a experiência de décadas de segurança jurídica por meio da política da escravidão consolidada em meados da década de 1830. No entanto, o isolamento internacional, a ruptura do consenso entre os políticos e o fortalecimento do movimento abolicionista colocariam os pilares dessa política em xeque, inclusive por meio da ação direta dos escravizados.

No dia 1º de outubro de 1879, os escravos Manoel, Gil, Quintiniano, Marciano e Joaquim chegaram à cidade de Vassouras portando paus, e se dirigiram à cadeia onde depuseram as armas e entregaram-se às autoridades policiais, confessando o crime de homicídio de José Bastos de Oliveira, feitor da fazenda São João da Barra, de propriedade de seu senhor, Antonio de Souza Guimarães. De acordo com o depoimento dos réus, a vítima fora contratada para exercer a função de roça e discipliná-los (“*ensinar os escravos*”), castigando-os sem motivo. No mesmo dia, pela manhã, os escravos capinavam quando foram repreendidos pelo feitor. Enquanto castigava Manoel com chicote, Gil o atacou com um golpe de enxada na cabeça, no que foi acompanhado pelo primeiro. Em seguida, Quintiniano, Marciano e Joaquim se uniram aos dois e golpearam o feitor com suas enxadas. De acordo com o depoimento de Manoel, a vítima ainda se mexia quando recebeu as pancadas dos três, mas as autoridades policiais desconstruíram essa versão, indiciando apenas os dois primeiros. Cometido o crime, os escravos se reuniram e se armaram com paus, seguindo em direção à cidade. No caminho cruzaram com seu senhor que os interpelou, ao que Gil lhe respondeu que se entregariam à polícia, pois seu senhor havia nomeado o feitor para acabar com eles, mas foram eles que com ele acabaram.³²⁰

O caso elucida as leituras acuradas que cada uma das partes envolvidas tinha do direito e do judiciário. Os escravos cometeram o crime e seguiram armados em direção à cidade, onde se entregaram às autoridades policiais. Seus depoimentos estavam em sintonia, e insistiam na participação dos cinco envolvidos, tanto no planejamento prévio quanto na execução, inclusive com as pancadas enquanto a vítima estava viva. A estratégia sugere seu conhecimento sobre as condições para que fossem todos considerados partícipes e uma aposta de que a punição legal seria menos rigorosa que seu cativeiro. Por sua vez, o proprietário dos réus, Antônio de Souza Guimarães, declarou que a vítima fora feitor de sua fazenda no passado, mas atualmente apenas morava em sua residência. Ao que tudo indica, sua declaração tinha por objetivo evitar que os réus fossem

³²⁰ Processo Criminal por Homicídio, réus Manoel e Gil, 1879. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

enquadrados na Lei de 10 de junho de 1835, que tornava mais célere o rito processual e aplicação das penas, implicando dano à sua propriedade. Por fim, as autoridades policiais buscaram desconstruir a narrativa dos cativos, denunciando apenas Manoel e Gil, sob a justificativa de que os demais golpearam a vítima quando ela já se encontrava sem vida.

Os escravos Quintiliano, Marciano e Joaquim vieram depois exercer sevícias em um cadáver, pelo que escapam às previsões da nossa lei penal se bem que procurassem colocar-se sob a ação da justiça, que se lhes afigura mais favorável que o cativo; entretanto as confissões dos denunciados as próprias declarações dos pretensos criminosos, os depoimentos das informantes e até o auto de corpo de delito mostram de modo evidente que nenhum desses últimos escravos participou na morte de José Bastos de Oliveira.³²¹

Como se depreende da leitura, as autoridades policiais reproduziam a impressão de que os envolvidos consideravam a ação da justiça mais favorável que o cativo. Essa leitura não era um caso isolado. Desde a década de 1850, o imperador acentuou o número de comutações de penas de morte em galés perpétuas, e frente ao aumento dos casos de resistência dos escravos e de sua estratégia de se entregarem às autoridades, os senhores e autoridades das municipalidades passaram a criticar abertamente essa política. Os crimes cometidos por escravos contra senhores, feitores e administradores em Vassouras oscilaram de dois na década de 1830 para 4 na seguinte, reduzindo-se para 2 na década de 1850 e apenas 1 na de 1860. Na década de 1870 esse número saltou para 8, todos cometidos contra feitores, alarmando proprietários e autoridades.

Na edição de 15 de julho de 1877, o Jornal “O Município”, publicou alarmante editorial:

A CONDENAÇÃO DOS ESCRAVOS

Os frequentes atentados ultimamente cometidos por escravos nas pessoas de seus senhores e prepostos reclamam dos altos poderes do Estado prontas e enérgicas medidas.

Nas causas, que determinam esses deploráveis fatos, não enxergamos com alguns espíritos tímidos e retrógrados a influência da lei de 28 de setembro de 1871, porque entendemos que essa lei criando benefícios em prol da classe deserdada dos escravos, alentando-lhe esperanças nunca dantes sentidas e afagando-a com a perspectiva de um próximo futuro risonho, não pode inspirar-lhe a ideia do crime, quase sempre filha da desesperação.³²²

Os redatores discordavam, portanto, do diagnóstico que associava o aumento dos crimes cometidos por escravos contra seus superiores estivesse associado à promulgação da Lei do Ventre Livre.

³²¹ Processo Criminal por Homicídio, réus Manoel e Gil, 1879. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

³²² Jornal O Município, Edição de 15 de Julho de 1877. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

Outros são pois os motivos que atuam no espírito naturalmente acanhado desses infelizes e embrutecido por sua própria condição, figurando incontestavelmente no primeiro plano a crença errônea de que a pena de galés perpétuas, quase sempre imposta aos crimes dos escravos, é uma escravidão mais suave do que a que eles suportam sob o domínio particular.

Convictos de que, uma vez condenados, não mais tornarão ao poder de seus senhores, e de que entrarão na ordem dos homens livres, se forem agraciados pela clemência imperial, os míseros escravos lançam-se desatinados na carreira do crime, quase sempre sem motivo conhecido, entregam-se voluntariamente à ação da justiça, confessam com cínica desfaçatez o crime, o aguardam tranquilos a inevitável condenação.

Ao caráter generoso e esclarecido do povo brasileiro, repugna o hediondo e inútil espetáculo da força: mas é evidente que a penas de galés perpétuas, geralmente adotada, perde a sua eficácia para a punição dos escravos, que anseiam por ela.

Causa horror o número assombroso das recentes condenações; as penitenciárias regorgitam de sentenciados escravos a ponto tal que, por falta de lugar, foram devolvidos da capital da província para a cadeia desta cidade três escravos condenados pelo júri nas sessões dos dias 3, 4 e 5 de abril do corrente ano.

Cumpra portanto opor imediato paradeiro a essa vertigem sanguinária, que obceca a população escrava, e que traz em contínuo sobressalto a sociedade brasileira maximé nos estabelecimentos rurais, onde mais abunda a classe servil. (...) ³²³

Segundo essa interpretação, o fenômeno se referia à jurisprudência penal no tocante a crimes graves cometidos por escravos, tendo em vista a ineficácia da pena de galés em sua função intimidatória aos escravos. A solução passaria pela aplicação de penas compatíveis com a condição do cativo, tanto em sua função exemplar quanto disciplinar.

O que na nossa humilde opinião convém quanto antes fazer, é criarem-se colônias penais, onde, submetidos a um regime severo, os escravos condenados se entreguem ao arroteamento das terras. Desta arte são eles aproveitados para um trabalho honesto e produtivo, que aliás lhes é familiar, em vez de atulharem inutilmente as cadeias, ou viverem a vida dissoluta do galé empregado em serviços urbanos.

O escravo obrigado a um trabalho regular, mas contínuo, recebendo lição de moral e de religião, que ora lhe faltam completamente, pode corrigir-se e tornar-se ainda um homem útil, [ilegível].

A maior vantagem porém, que se esperará desse método penitenciário, é a convicção que adquirem e condenado é aquele a que tem que servir de exemplo, de que praticando um crime, piora de condição, e distancia a hora da redenção, ou antes cerra para sempre as portas do futuro.

O escravo assim resigna-se à sua sorte, espera os favores que a lei e a caridade lhe liberalizam, e não procurará no crime uma emancipação ilusória.

Aventamos apenas a ideia e aguardamos que espíritos mais esclarecidos lhe deem o devido desenvolvimento se ela merecer-lhes aprovação. ³²⁴

³²³ Jornal O Município, Edição de 15 de Julho de 1877. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

³²⁴ Jornal O Município, Edição de 15 de Julho de 1877. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Na edição de 13 de dezembro de 1877, o mesmo periódico reiterou argumentos contra a onda de crimes cometidos por escravos:

“A SITUAÇÃO DOS FAZENDEIROS EM RELAÇÃO A SEUS ESCRAVOS

Proa mais de uma vez, noticiando crimes perpetrados por escravos nas pessoas de seus feitores ou administradores, quer neste, quer nos municípios vizinhos, temos feito sentir a necessidade de adotarem-se medidas que garantam os proprietários de escravos e seus prepostos nas fazendas rurais.

Em março de 1876, o governo enviou a juízes de direito das comarcas um aviso questionando sobre a dúvida referente ao aumento dos crimes de escravos após a promulgação da Lei de Ventre Livre em 1871. A percepção das autoridades tinha fundamento, tendo em vista o teor das petições enviadas pelas câmaras municipais na campanha contra a Lei, cujas medidas consideravam “*subversivas à ordem pública, sua segurança e altamente atentatórias contra o seu sagrado direito de propriedade.*” Segundo os signatários Vassourenses, a intervenção do Estado no direito de propriedade dos senhores:

(...) prega a desmoralização de todos e confusão de tudo, perturbando assim a ordem e regularidade dos estabelecimentos rurais, onde está o proprietário à mercê de uma população indomável, sem religião e cheia de vícios, que com certeza lhe trará uma completa ruína, máximo, quando os libertados pela lei atingirem a maioria, perigosa sempre pela falta de educação e principalmente pela cobiça de muitos, que especulam com a sua ignorância para fins ilícitos e que sempre abundam nas vizinhanças de tais estabelecimentos.³²⁵

O questionamento do governo foi respondido em 22 de junho de 1876, pelo então juiz de Vassouras, Eduardo Pindahiba de Matos:

Que espalhando-se entre os escravos de muitas fazendas deste município, a ideia de que por essa Lei, Sua Majestade o Imperador libertara todos os escravos, e que só por despotismo dos senhores é que ainda se conservam no cativeiro, muitos deles se tem demonstrado desobedientes e altaneiros, e daí se tem originado alguns crimes.

Assim é que alguns, fugindo das fazendas, se me tem vindo apresentar queixando-se sem motivo, dos seus senhores, e dos administradores e feitores, expendendo a ideia que deixo consignada.

Em verdade, porém, o que mais tem influído neste município para a reprodução de tais crimes, é a convicção que reina entre os escravos de que – já não há mais – força – para eles, e que quem mata o seu senhor, feitor ou administrador vai trabalhar para o Rei em uma Ilha -, o que consideram eles mil vezes preferível ao cativeiro.

É tão certa esta crença, que tem aqui acontecido voltar ao júri por um segundo município, escravo que no primeiro foi apenas condenado a açoites, tendo ele declarado na cadeia que matara pela segunda vez para ser condenado a galés, como o haviam sido outros parceiros.

Em interrogatório perante o júri tem havido declaração como essas que me tenho referido.

Temos porém, clamado em vão, e conosco outros órgãos da imprensa da Província, nenhuma providência que nos conste, foi até o presente tomada por quem tem o dever de velar pela vida de tantos cidadãos constantemente ameaçados e pela sorte da principal fonte de nossa riqueza pública.

Entretanto a situação dos fazendeiros em relação a seus escravos piora de dia a dia; o sobressalto é geral, em vista da atitude que os escravos vão tomando.

Não há muito ainda a freguesia do Sumidouro, do município de Cantagalo, foi teatro de um crime bárbaro, perpetrado por escravos na pessoa de seu senhor. As circunstâncias que acompanham esse trágico acontecimento são assaz conhecidas para que nos dispensemos de rememora-las agora.

Pois bem! Até o presente nada se fez no sentido de garantir os fazendeiros e suas famílias, que a todo o momento vêm ameaçadas sua existência e segurança pessoal.” Disponível em

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

³²⁵ Representação dos Lavradores do Município de Vassouras ao Corpo Legislativo, 22 de Junho de 1871.

A tais ideias pois, mais do que À Lei de 1871, se pode atribuir o aumento de crimes dessa ordem no município.
Eis meu parecer.³²⁶

Na visão do magistrado era, portanto, menos a intervenção excessiva do Estado decorrente da Lei de 1871, e mais a omissão de sua face punitiva, que explicava o fenômeno. Dos oito casos ocorridos na década de 1870, em cinco deles os feitores estavam na propriedade há poucas semanas ou meses, em quatro deles os réus haviam sido trazidos de outras províncias pelo tráfico interno (três do norte e um do sul). Apenas um deles foi absolvido, enquanto os cinco ocorridos entre 1870 e 1877 foram punidos com a pena de galés perpétuas, e o único ocorrido em 1878 foi punido com a pena de 300 açoites. O caso de Manoel, Gil e seus parceiros em 1879 era grave tanto pelo homicídio em si do feitor quanto pela afronta direta ao seu senhor no caminho da cidade. Contudo, enquanto Quintiniano, Marciano e Joaquim sequer foram pronunciados, Manoel e Gil foram condenados à pena de 400 açoites cada e a carregarem ferros por dois anos. Por mais rigorosa que o castigo fosse em si, comparativamente às penas aplicadas nas décadas anteriores e mesmo nos demais casos da década de 1870 há um relativo descompasso.

Década	Total de crimes violentos	Pena de morte	Galés	Açoites e ferros	Açoites	Prisão açoites e ferros	Total de penas aplicadas
1830	5	5	—	7	—	—	12
1840	14	4	2	1	—	1	8
1850	11	1	2	2	1	-	5
1860	12	—	3	2	-	1 (+ferros)	6
1870	17	—	6	4	1	—	11
TOTAL	61	10	13	16	2	2	42

Tabela 14: Crimes envolvendo escravos e as penas aplicadas em Vassouras nos processos criminais entre 1830 e 1869.³²⁷

Entre as décadas de 1830 e 1870, as penas de morte e de galés perpétuas foram aplicadas principalmente nos casos em que escravos cometeram crimes violentos contra senhores e feitores. Nesse período, 10 execuções capitais foram aplicadas a escravos, dos

³²⁶ RIBEIRO. *No meio das galinhas as baratas não têm razão*, pp. 299-300.

³²⁷ Análise quantitativa baseada nos processos criminais envolvendo escravos entre 1830 e 1869. Dados coletados nos Processos Criminais que envolviam escravos na condição de réus ou vítimas. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

quais 5 cometeram crimes violentos contra senhores, 2 contra feitores, 1 contra uma homem livre, 1 contra sua parceira (João Congo) e 1 referente ao crime de insurreição e homicídio (Manoel Congo). A última morte na forca ocorreu em 1857, com a execução das penas aplicadas aos escravos Albino e Juvenal.

Década	Total de pena de morte	Crimes escravos contra senhores	Crimes escravos contra prepostos	Outros
1830	5	2	–	3
1840	4	2	2	–
1850	1	1	–	–
TOTAL	9	5	2	3

Tabela 15: Penas de morte aplicadas a escravos entre 1835 e 1857.³²⁸

Por sua vez, as condenações a galés foram aplicadas em 16 casos por tipos penais variados, com destaque para 6 crimes violentos contra feitores, concentrados nas décadas de 1860 e, principalmente, de 1870. Apenas uma vez a pena foi aplicada a um crime contra o senhor, e apenas ao réu partícipe.

Década	Total de pena de galés	Crimes escravos contra senhores	Crimes escravos contra prepostos	Outros
1830	–	–	–	
1840	2	–	–	2
1850	3	1 (ao 2º envolvido)	–	2
1860	5	–	1	4
1870	6	–	5	1
TOTAL	16	1	6	9

Tabela 16: Penas de galés aplicadas a escravos entre 1835 e 1879.³²⁹

³²⁸ Análise quantitativa baseada nos processos criminais envolvendo escravos entre 1835 e 1857. Dados coletados nos Processos Criminais que envolviam escravos na condição de réus ou vítimas. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

³²⁹ Análise quantitativa baseada nos processos criminais envolvendo escravos entre 1835 e 1879. Dados coletados nos Processos Criminais que envolviam escravos na condição de réus ou vítimas. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

O fenômeno não se restringiu a Vassouras, mas se espalhou pela província alarmando seus presidentes e, inclusive, o Ministério da Justiça, como se depreende do relatório do Ministro de 1876, Francisco Januário da Gama Cerqueira:

O grande número de crimes perpetrados, desde certo tempo, por escravos contra seus senhores, feitores ou contra terceiros, muitas vezes desacompanhados e circunstâncias ou antecedentes, que expliquem tais atentados, parece indicar que o crime é praticado unicamente com o intuito de trocarem, seus autores o cativo pela servidão da pena.³³⁰

Assim como os redatores do Vassourense e o parecer do magistrado Eduardo Pindahiba de Matos, o Ministro reiterava a percepção da incompatibilidade entre a pena de galés e os escravos.

A pena de galés, imediata à de morte na escala de nosso código, e que tende a tornar-se, de facto, a mais grave de nosso sistema punitivo, é, manifestamente, ineficaz contra aquela classe, sobra a qual não atua pela exemplo e intimidação, mas antes parece influir como atrativo e esperança de melhoramento.

Em regra, cometido o crime, vão tais delinquentes apresentar-se á autoridade e oferecer-se á prisão.

Compreendo quanto deve repugnar, por odiosa, qualquer lei penal de exceção, ainda mais referindo-se a um facto social, que tende a desaparecer em época não muito remota. Mas ele subsiste ainda e as mais respeitáveis considerações reclamam para este assunto a vossa esclarecida mediação.

Insisto nas ideias, que a este respeito, expôs-vos meu ilustrado antecessor em seu relatório e na necessidade de regular-se o cumprimento da pena de galés por modo que não só se torne igual e efetiva para todos os condenados, mas adquira com relação aos réus escravos a eficácia de verdadeiro castigo e produza benéficos efeitos pelo exemplo e intimidação.³³¹

Desse modo, a década de 1870 revela um acirramento das tensões entre escravos, feitores e senhores, mas também entre proprietários e o Estado, especialmente sua esfera penal. Ao mesmo tempo em que o tráfico interno alterava os padrões demográficos dos plantéis, instabilizando as comunidades das senzalas, o esgotamento de terras e o estreitamento do horizonte futuro do cativo pode ter estimulado fazendeiros e explorarem ao extremo o trabalho de seus escravos, intensificando conflitos nas fazendas.³³² Além disso, a crise da escravidão, iniciada em 1871, foi também interpretada pelos cativos como um alargamento do horizonte de expectativa de sua liberdade.³³³ No

³³⁰ Relatório do Ministério da Justiça, 1876/1877. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil>.

³³¹ Relatório do Ministério da Justiça, 1876/1877. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil>.

³³² Ver SLENES, Robert W., *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850- 1888*. PhD Dissertation. Stanford: Stanford University, 1976; e ainda MACHADO. *Crime e Escravidão*, 2014; e da mesma autora *O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora EFRJ, EDUSP, 1994.

³³³ Sobre essa interpretação Ver CHALHOUB. *Visões da Liberdade*, 1990.

que se refere à relação com o Estado, a política de comutações de penas de morte pelo Imperador foi interpretada por alguns escravos como uma alternativa ao cativeiro, enquanto proprietários a interpretaram como a perda do braço do judiciário na manutenção da ordem escravista.

O relativo desarranjo entre o Estado e os interesses escravistas se expressou geograficamente, na ressignificação do espaço urbano pelos cativos. Assim como Manoel, Gil e seus parceiros, em outros cinco casos na década de 1870 os escravos que cometeram crimes contra feitores se entregaram voluntariamente às autoridades. A cidade e a casa de câmara e cadeia, outrora símbolos máximos da autoridade pública e escravista, foram apropriadas simbolicamente pelos escravos. Em termos absolutos, o número de crimes não permite reforçar a ideia de que a alteração jurisprudencial houvesse acarretado no desgoverno das fazendas. Contudo, é inegável o efeito simbólico desses casos no contexto da crise política da escravidão. Na década de 1880, o número de crimes dessa natureza decaiu, tendo sido identificados apenas três casos, sendo um dos envolvidos absolvidos e outros dois punidos com penas menos rigorosas que a de galés. É possível sugerir que a mudança jurisprudencial nas condenações, privilegiando-se penas corporais e a devolução dos réus aos proprietários, tenha sido o resultado de uma articulação entre proprietários e autoridades judiciárias locais, resultando na inibição de novos crimes assim motivados.

A paisagem de Vassouras reproduzia parcialmente o discurso da ordem senhorial e imperial, especialmente na arquitetura da Casa de Câmara e Cadeia. A posição superior das autoridades administrativas e judiciárias não se dava apenas em relação aos réus e aos presos, mas inclusive aos cidadãos e àqueles relegados à subcidadania imperial, como pobres e escravos. Essa percepção da autoridade pública como superior à população se tornou evidente com o crescimento da população do município e as dificuldades encontradas pelos chefes políticos em arregimentar e controlar sua clientela. Nos anos de 1873 e de 1877, os vereadores reiteraram sua manifestação de apoio ao projeto de lei por eleições diretas, moção à primeira vista mais democrática, mas que se baseava em apenas um grau de votação com critérios mais rígidos para o exercício do voto.

Propomos que se represente à Câmara dos Srs. Deputados pedindo a eleição direta, visto a maioria do país reclamá-la como o único meio de satisfazer as legítimas aspirações da Nação; acompanhando desta arte a câmara municipal como interprete fiel e legítima de seus munícipes, o movimento eleitoral. Outrossim propomos, que se oficie todas as câmaras da província pedindo-lhes que nos acompanhem na

manifestação desses sentimentos. Dr. Chaves, José Faustino, Souza Pinto, Zanith e Herculano de Figueiredo.
Aquiesceram ao convite de Vassouras Valença, Barra de S. João, Nova Friburgo, Rezende, Magé, Angra dos Reis, Iguaçu, Santa Maria Madalena, São João da Barra, Santo Antonio de Sá, Capivari e Macaé.³³⁴

Vitoriosa a proposta em 1881, mediante a aprovação da Lei Saraiva, o resultado se expressou localmente nas eleições do ano seguinte. As atas eleitorais da década de 1870 não foram localizadas, mas sabemos que Bernardino Rodrigues de Avelar foi eleito para a presidência da Câmara por duas vezes, tendo recebido provavelmente centenas de voto, conforme a média dos pleitos anteriores. Nas eleições de 1882, seu irmão, Marcelino de Avelar e Almeida, Barão de Massambará, foi eleito presidente com apenas 66 votos, enquanto Ignácio de Avelar e Almeida ficou na sexta posição, com 44 votos, Antonio Dias Paes Leme em sexto com 41, Joaquim Gomes Ribeiro de Avellar em sétimo, com 34, e Francisco Ignácio de Lacerda Werneck em oitavo, com 31 votos. Sem o voto de analfabetos, as eleições daquele ano tiveram um total de apenas 296 votos em todas as cinco paróquias do município. Quatro anos depois, Rodolpho Leite Ribeiro foi eleito presidente com 58 votos, enquanto Marcelino José de Avelar ficou na terceira posição, com 51 votos, e Nicolau Neto Carneiro Leão, Barão de Santa Maria – filho de Honório Hermeto Carneiro Leão e unido à família Oliveira Roxo por matrimônio -, ficou na quarta posição com 45 votos.³³⁵

Esses vereadores lidaram diretamente com as tensões políticas da década de 1880, especialmente com a tramitação do projeto de lei do Senador Dantas – que culminou com a vitória parcial dos escravistas no ano seguinte, com a aprovação da Lei do Sexagenário (devido a menor impacto do que originalmente proposto) e a radicalização do movimento abolicionista. Em nível local, a mobilização de republicanos e abolicionistas representou uma afronta ao domínio dos grupos tradicionais, as tensões mais visíveis se expressaram em eventos sintomáticos da relação ambígua estabelecida entre o Estado, os lavradores e os cativos. Em fevereiro de 1878 um escravo que assassinara seu senhor em Itu se entregou à cadeia municipal, de onde dois dias depois foi retirado e linchado por cerca de duzentas pessoas. O assalto às cadeias e o linchamento de escravos criminosos se espalhou pela província fluminense na década seguinte, em

³³⁴ Jornal O Vassourense, Edição de 24 de Maio de 1877. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

³³⁵ Atas da Câmara Municipal, sessões de 28 de Agosto de 1882 e de 26 de Agosto de 1886. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Paraíba do Sul em 1880 e 1881, Rezende em 1881 e 1884, Valença em 1883 e 1887. O primeiro caso ocorrido nesse último município foi registrado em maiores detalhes pelo Ministro da Justiça, Francisco Prisco de Souza Paraizo, em seu relatório de 1884:

Em 4 de julho ultimo os escravos Ignacio, Clemente, Vicente, Malachias e Damião, pertencentes á situação do coronel João José Vieira, assassinaram na freguesia de Santa Thereza de Valença, sem causa conhecida, o administrador da mesma situação, indo depois os dois primeiros delinquentes entregar-se á prisão.

Em 5 um grupo de 50 a 60 pessoas, algumas mascaradas, outras com o rosto coberto com lenços, dirigiram-se ao quartel, em cujo xadrez estavam os criminosos, tomaram-no de assalto, apoderaram-se das armas do destacamento, e arrombando as portas do xadrez, arrastaram os escravos Ignacio e Clemente e os mataram a pauladas, protestando que iam á procura dos outros assassinos.

No dia 6 repetiu-se a mesma cena, sendo trucidado na estrada de Ubá o escravo Vicente, quando era conduzido preso.

Continuaram os assaltantes as mesmas correrias em busca dos outros dois escravos, que escaparam a igual destino, por terem sido remetidos para Valença, de onde foram transferidos para Niterói.

Seguiu o chefe de polícia, que encontrou a população tomada de terror pânico. Mandou prosseguir nos inquéritos, já começados pela autoridade local, e teve de lutar contra o terror das testemunhas, verificando-se que os indivíduos eram todos desconhecidos, à exceção de Mariano da Silva Carvalho, encarregado de remover dificuldades, aliciar adeptos, e prender o mais valente dos soldados do destacamento. Reconhecida a cumplicidade desse individuo, obteve-se do juiz municipal do termo mandado de prisão preventiva, que não foi realizada por ter-se ausentado o criminoso desde que ali chegou o chefe de polícia.³³⁶

Os linchamentos variaram de reações espontâneas e imediatas, a atos relativamente premeditados. Os casos repetiam o padrão de crimes cometidos contra feitores e senhores seguidos da entrega voluntária às autoridades policiais e judiciais, sintomas da percepção dos cativos sobre os limites do poder senhorial e sobre as brechas representadas pelo Estado. Por sua vez, o arrombamento de cadeias e o justicamento violento em praça pública foram rituais que a um só tempo reforçavam a ordem e a hierarquia escravista e questionavam a legitimidade das instituições estatais. As cidades representavam espacialmente o encontro entre o mundo privado e senhorial das fazendas e o Estado, ainda que as instituições públicas sequer se propusessem qualquer papel democrático. Nesse sentido, foram palcos privilegiados das lutas sociais nos anos finais da escravidão.

No início de março de 1888, foram convocados cidadãos da região de Vassouras para uma reunião, para discutirem e iminente emancipação dos escravos. A ata redigida pelo segundo secretário, Theófilo de Almeida, registrou que, no dia 20, mais de duzentos lavradores do município se reuniram no paço da Câmara Municipal, onde

³³⁶ Relatório do Ministério da Justiça, 1884. Disponível em <http://www-apps.crl.edu/brazil>

acatarem a decisão do Barão de Santa Maria de declinar da presidência em prol do deputado Manoel Peixoto de Lacerda Werneck. Em sua fala de abertura, apresentou um panorama histórico do elemento servil entre 1871 e 1885, insistindo na necessidade de se adotarem medidas para atrair trabalhadores nacionais e estrangeiros para a região. Iniciada a sessão, Christóvão Correa e Castro pediu a palavra e relatou a reunião ocorrida no palácio do presidente da província, convocada e presidida pelo Conselheiro de Estado Paulino Soares de Souza, onde se deliberou sobre as necessidades de se tomarem meios práticos para a atração de trabalhadores, de recurso à classe dos agregados, e da experimentação de novos sistemas de trabalho. Acrescentou a importância do alargamento do crédito para a lavoura e da criação de uma polícia rural, financiada pelos fazendeiros. No momento de crise, insistiu na necessidade de união e articulação política dos lavradores:

Pedi a união de todos os lavradores, harmonia de todos os esforços não só para que se levante o espírito dos lavradores como para mais facilmente obterem as medidas que precisam e que reclamam.
Que se restabeleça o antigo Club da Lavoura e que os delegados de que trata o decreto de 2 de janeiro, sejam os membros daquele Club.³³⁷

Finda sua fala, passou a palavra a Pinto Moreira, organizador da Companhia da Evolução Agrícola, que expôs seus planos para a introdução de imigrantes na região. Em seguida, pediu a palavra o Barão de Santa Maria, que mencionou sua presença na reunião do Conselheiro Paulino Soares de Souza, revelando seu papel – junto de Correa e Castro -, como mediador entre os lavradores e os seus representantes no Partido Conservador. Reiterou a importância das transformações nas formas de trabalho e da organização dos fazendeiros junto ao Estado. Buscou ainda acalmar os presentes em relação às ameaças de abolicionistas e cativos:

Levanta o espírito dos lavradores acabrunhados pelos últimos acontecimentos de São Paulo e Campos e aconselha-lhes que não se deixem apoderar pelo pânico, pois tem confiança que o governo procurará salvaguardar os interesses da província.³³⁸

A confiança nos poderes públicos e em seus representantes foi reiterada pelo barão e por Azevedo Macedo, antes de Américo Brasileiro propor que o resultado da reunião fosse comunicado a Paulino Soares de Souza:

³³⁷ Jornal O Vassourense, Edição de 25 de março de 1888. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

³³⁸ Jornal O Vassourense, Edição de 25 de março de 1888. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

Os lavradores de Vassouras convocados para a reunião que teve lugar hoje no Paço da Câmara Municipal para o fim de discutirem e acordarem nos meios de chamar para o município o trabalhador nacional e estrangeiro, e estudarem em seu complexo a mais conveniente adoção de medidas, que desenvolvam no município o trabalho livre e a exploração de novas fontes de produção, tudo acordado com as disposições do decreto provincial n 2927 de 2 de janeiro do corrente ano, tem deliberado o seguinte:

1º - Que conquanto os últimos acontecimentos tenham produzido certo abalo e provocado apreensões que naturalmente se justificam pelas injustiças de que ultimamente tem sido vítima a classe agrícola, todavia os lavradores de Vassouras confiam na solicitude e patriotismo dos poderes públicos, certos de que a substituição do trabalho servil, sinceramente despojado por todos, se operará com as cautelas exigidas e mediante o cortejo de medidas aconselhadas pela mais vulgar prudência a exemplo de outros países trabalhados como o nosso pelo braço escravo.

2º Que alentados por aquela esperança e profundamente convencidos de que o grandioso pensamento sobre que foi calçado o plano da lei de 2 de janeiro de 1888 será em breve uma realidade entendem os lavradores de Vassouras que cada paroquia deve comissionar dois de seus lavradores para representa-la na assembleia geral dos lavradores, que oportunamente será convocada na capital da província.

3º Que para conhecimento das pessoas que deixaram de comparecer à reunião se lave uma ata com as principais ocorrências havidas, e seja esta depositada nos arquivos da câmara municipal, como prova de que os votos dos lavradores de Vassouras não são contrários à libertação da raça escrava, mas, sim que esta se opere sem perturbações, nem conflitos, sem abalo da fortuna pública sem perigos para os nossos concidadãos e sim pelos meios pacíficos e regulares como sinceramente desejam todos os brasileiros.³³⁹

Enfim, terminada a reunião e a preparação do resumo da sessão, foram proclamados como delegados da lavoura o Dr. José de Paiva Magalhães Calvet e o Barão de Massambará, pela freguesia de Vassouras, o major Manoel Pinheiro de Souza Sobrinho e. Dr. Christóvão Correa e Castropela freguesia de Ferreiros, o Dr. Antonio Ribeiro Velho d'Avellar e o coronel Antonio Gomes Ribeiro de Avellar, pela freguesia de Patu do Alferes, o barão de Santa Maria e o comendador Raymundo Breves d'Oliveira Roxo, pela freguesia de Mendes, e Fernão Paes Leme e Marcolino José d'Andrade, pela freguesia Sacra Família. Sobrenomes constantes nas décadas de reprodução da lavoura vassourense e da defesa do cativo.

Embora a ata publicada não o registre, o memorialista Ignácio Raposo menciona um momento de tensão entre os presentes, quando José de Vasconcelos teria sugerido que os fazendeiros alforriassem seus cativos a fim de convencê-los a permanecer nas propriedades. A proposta teria sido mal recebida, cabendo ao secretário conter os ânimos. As opiniões contrárias a Vasconcelos teriam tido o apoio do Comendador Quintiliano Caetano Fraga, segundo o qual o Paulino Soares de Souza assegurara aos lavradores fluminenses ao menos mais cinco anos de escravidão.³⁴⁰ Ainda que o

³³⁹ Jornal O Vassourense, Edição de 25 de março de 1888. Disponível em

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

³⁴⁰ RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 190.

documento não sustente a narrativa de Raposo, tanto os fatos são verossímeis quanto a construção da memória não deixa de reiterar a aliança entre fazendeiros e políticos conservadores na defesa do cativeiro até a abolição. A promulgação da Lei Áurea, dois meses depois, pôs fim ao otimismo de alguns fazendeiros, e em seu nome a câmara enviou seus protestos à Assembleia Geral. Conforme a ata da sessão de 7 de junho de 1888, o presidente da câmara, Barão de Santa Maria, enviou um agradecimento público aos deputados que votaram contra a lei de 13 de maio:

Uma mensagem a ser dirigida aos senadores e deputados que com rara coragem cívica, superioridade de espírito, inteireza de caráter e louvável coerência, lavraram por meio de seus votos, bem significativo protesto contra a precipitação e injustiça com que foram postergados os direitos e interesses incontestáveis de nacionais e estrangeiros residentes neste império, todos contribuintes do estado.³⁴¹

Registrou-se ainda na mesma sessão:

A Câmara Municipal de Vassouras, reunida em sessão pela primeira vez depois da promulgação da lei 13 de maio que declarou extinta a escravidão no Brasil, manda inserir na ata um voto de contentamento por este fato, embora não aprove os meios e o momento empregados pelo governo para a realização desta aspiração nacional.³⁴²

Por dias, as estradas e caminhos entre as fazendas foram ocupadas por milhares de libertos, que abandonavam seus antigos senhores. Os temores dos proprietários com sua segurança pessoal não se confirmaram, mas a prosperidade da colheita daquele ano foi comprometida, assim como a reprodução da cafeicultura no curto prazo. Entre os libertos, muitos se destinaram à capital da província, enquanto outros permaneceram na região ou até mesmo retornaram às antigas fazendas - impondo, no entanto, novas condições. A aposta dos lavradores se provara equivocada, mas não por um resquício arcaico de suas mentalidades. Foram as décadas de segurança jurídica e política assegurada por seus representantes e pelo Estado que os levaram a tanto, assim como seus conhecimentos sobre a potencialidade de exploração da terra e do trabalho de seus cativos. Foi a eficiência na administração de fazendas e na instrumentalização das instituições representativas que assegurou o sucesso da cafeicultura vassourense, diretamente atrelada ao mercado internacional e ao regime constitucional do Império. A compreensão precisa da conjuntura das primeiras décadas do século XIX, fez dos

³⁴¹ Ata da Câmara Municipal de Vassouras, 7 de junho de 1888. *Apud* RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 191.

³⁴² Ata da Câmara Municipal de Vassouras, 7 de junho de 1888. *Apud* RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 191.

potentados de Vassouras uns dos mais importantes atores políticos e econômicos de seu tempo, em plena sintonia com classes dominantes em países como Inglaterra, França e Estados Unidos. Menos impressionante do que sua derrota em 1888, foi a reprodução de suas fortunas e de seu poder durante mais cinco décadas. Além disso, a derrocada da agricultura fluminense não implicou necessariamente o descenso de todas as famílias proprietárias da região. A diversificação no investimento patrimonial, como no rentismo imobiliário e financeiro, assegurou a sobrevivência de algumas fortunas, enquanto a formação educacional e cultural das últimas gerações permitiu a alguns filhos, netos e bisnetos, a adesão ao funcionalismo público e a mercados menos comprometidos com a abolição.

Contudo, se a monarquia lhes assegurara a segurança jurídica de propriedades, era-lhes igualmente certa a noção de que eram os grandes responsáveis pela estabilidade do Segundo Reinado, de forma que a narrativa da traição se espalhou entre os lavradores e potentados do município. Sua desforra veio com o 15 de novembro de 1889, quando a Câmara Municipal se reuniu em sessão solene, aberta pelo discurso do vereador Joaquim Francisco Moreira:

Conhecendo os sentimentos que animam a maioria dos membros desta corporação, transmitti imediatamente ao governo provisório o seguinte telegrama:
‘A Câmara Municipal de Vassouras e grande parte de sua população aderem jubilosos à proclamação da república, por este glorioso acontecimento felicitam o governo provisório, congratulando-se com a nação.’³⁴³

Acrescentaram os vereadores manifestação oficial:

A Câmara Municipal reunida hoje em sessão pública e solene para este fim constituída em sua quase totalidade, faltando apenas três vereadores com causa justa e participada, declara aderir ao Governo Provisório constituído e promete envidar todos os esforços e lealdade para manter a forma republicana nos Estados Unidos do Brasil, forma que, correspondendo às aspirações nacionais, garantirá a ordem, o progresso e a prosperidade da pátria³⁴⁴

A sessão solene abriu-se no dia 19 à uma hora da tarde, ao som da Marselhesa, e findos os discursos, desfilaram pelas ruas em uma “*marche aux flambeaux*,” ao som de bandas de música. Às dez horas da noite, os salões superiores da casa de câmara foram abertos para um baile com trajes a rigor. Com a desfaçatez de *família de profetas après coup*, os filhos e netos dos abastados vassourenses que receberam o imperador em 1848

³⁴³ Ata da Câmara Municipal de Vassouras, 16 de novembro de 1889. *Apud* RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 197.

³⁴⁴ Ata da Câmara Municipal de Vassouras, 16 de novembro de 1889. *Apud* RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 197.

renegavam-no em 1889, entoado como o tirano do hino revolucionário francês, responsável por seus grilhões – ou por ter ousado atentar contra outras correntes.³⁴⁵

Arquitetura e Memória

Na década de 1880, a percepção de um declínio da cidade foi diversas vezes reiterada nas páginas do periódico “O Vassourense”, que publicaria editoriais propondo “a ressurreição de Vassouras” e criticando os espíritos que, diferentemente do Barão do Amparo, “não desejam que *Vassouras se reerga, se reabilite*”. Asseguravam que “*Todos, a uma só voz, clamam que a cidade está decadente, que não é a Vassouras de outrora (...)*”³⁴⁶ Na edição de 19 de setembro de 1886, o jornal publicou uma crônica sem identificação de autor, intitulada “Vassouras no ano de 1889”, provavelmente escrita por Jorge Pinto.

Julio fazer vêr ao seu amigo Eduardo, recém-chegado de Paris, as transformações de Vassouras desde 1886

- Não te posso mostrar senão o que é mais notável, disse Julio, tomando Eduardo pelo braço. Nossa cidade monótona, aquela povoação patriarcal, que conheceste, desapareceu. Imagina que um terremoto a submergiu e no mesmo lugar homens de outra civilização fundaram a moderna Vassouras. Assim prevenido poderás apreciar o que te vou mostrar. Olha, este é o boulevard dos Mendes. Começa em frente ao José de Barros e vai até a casa de d. Candida. Tem de largura 60 metros, quilometro e meio de comprimento e é atravessado em toda a sua extensão pela via-férrea de Mendes. O rio que corre no meio, canalizado entre taludes de leiva torna risonho todo o boulevard e ameniza o passeio dos cavaleiros e carros que daqui avistas.³⁴⁷

A comparação entre a antiga povoação patriarcal e atual paisagem de Vassouras aponta para a valorização estética inspirada em Paris. O diálogo seguia:

- Magnifico! Exclamou Eduardo. E que grandioso edifício é aquele do lado direito?
- Não adivinhaste nosso engenho central! É o nosso orgulho. Eu t’o mostrarei depois. Vamos agora por outro lado.

Seguiram em direção á praça Barão de Campo Belo. Eduardo parou ao chegar ao meio da praça. Ficou maravilhado avistando o jardim que se achava em frente na direção do Madrugá. Tabuleiros de relva, como tapete verde, bordoados de grandes ovais de flores, de jurujuba uns, outros de petúnias e mais outros diversos; ruas á contornarem a relva em curvas regulares e graciosas, e no fundo emoldurando o jardim n’um imenso quadro, maciços de folhagem cada qual florescido de uma só cor. Aqui eram canafistulase ipês, como gigantesco bouquet coberto de ouro. Ali um grupo de paineiras alcatifadas de flores róseas. Mais longe outro de flamboyants vestidos de cachos de um vermelho de fogo. Que efeito pitoresco.³⁴⁸

³⁴⁵ RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 196.

³⁴⁶ Jornal O Vassourense, Edição de 14 de dezembro de 1882. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

³⁴⁷ Jornal O Vassourense, Edição de 14 de dezembro de 1882. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

³⁴⁸ Jornal O Vassourense, Edição de 19 de setembro de 1886. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

No imaginário da personagem, a paisagem vassourense e a parisiense se confundiam.

Julio vendo que Eduardo estava deslumbrado ante o frescor daquela paisagem artística, murmurou-lhe ao ouvido:

- Não te recordas mais dos nossos panoramas? (...)

Eduardo passou a mão pelos olhos, fechou-os, abriu-os. Dois instantes depois disse pensativo:

- Tive uma ilusão. Supunha que estava vendo este jardim através de um pince-nez colorido; mas é a magia de sua beleza que me ilude. Agora vê-me uma recordação. Quando eu me achava em Paris, indo visitar o jardim d'Aclimação lia no meu livro-guia "uma das cousas mais curiosas é o parque dentro da estufa" - Que peta, disse que comigo, parque dentro de estufa! Imagina você qual não foi a minha surpresa, quando ao transpor a estufa ouvi anunciar pelo meu cicerone - aqui está um parque dentro da estufa.!

Era real! Ali estava! Um veludo de relva verde cercada um regato sinuoso, cujas águas sussurravam caindo de uma cascatinha no fundo do pequeno parque. Um pontilhão rustico transpunha o regato. De um lado e d'outro palmeiras e diversas arvores tropicais formavam grupos encantadores. Depois de algum tempo ninguém podia mais conservar o tamanho do parque. Parecia muito maior. Produzia ilusão tão completa como a de um cenário, onde vemos ora o Nilo alongar suas margens ora florestas perderem-se em suas profundezas. Segredos da arte da perspectiva.³⁴⁹

Para além de boulevards e da praça, o autor menciona a arquitetura residencial, mencionando provavelmente o palacete que pertenceu ao Segundo Barão do Amparo

Como Julio fez um gesto para interromper:

(...) Repara Eduardo, deste lado descortina-se o palacete do barão do A..., excelente vivenda que deixaste em construção, e do outro principia o boulevard de Massambará. É da mesma largura do que o de Mendes, e estende-se até o Madrugá.

- Quem fez tudo isso? Perguntou Eduardo.

- O jardim foi o Toniquinho. Apesar de artista, não quis executá-lo sem consultar aos especialistas. Tirou a planta e o perfil do terreno e os mandou para Paris á Victor Petit, que lhe forneceu o desenho e o plano que aqui estás vendo em obra.³⁵⁰

O desenvolvimento admirara à personagem, cujas impressões seguintes sugerem as dificuldades financeiras da Câmara Municipal na gestão urbana.

- Mas não é isso que pergunto. Quem deu dinheiro para estas obras?

- A câmara municipal.

- Então deve estar arruinada.

- Pelo contrário, meu amigo. A câmara não é a de 86, que você conheceu. Depois de construídas as nossas vias-férreas e usina central tem ela uma renda de 60 e tantos contos de reis. Este ano o seu orçamento fechará sem dívida, não obstante tudo quanto se tem gasto em aumentar e aformosear esta cidade. Roubamos este verão um quarto dos habitués de Petrópolis. O povo aplaude que o governo houvesse agraciado os principais autores de nossos melhoramentos, causa do adiantamento de Vassouras. Não creias, entretanto, meu filosofo, que estejam os vassourenses satisfeito: ainda tem muito o que fazer.

- Ainda!

³⁴⁹ Jornal O Vassourense, Edição de 19 de setembro de 1886. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

³⁵⁰ Jornal O Vassourense, Edição de 19 de setembro de 1886. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

- A emigração, que estão recebendo, não lhes basta. Habitando o município fértil mais próximo da Corte, sonham povoá-lo todo e não descansam enquanto aqui não houver 200,000 almas. O complemento das linhas férreas preocupa-os também. De Paty e do Pau Grande emprenham-se ardentemente para que a linha não pare em Massambará. - Oh! mas é um nunca acabar! Balbuciou o parisiense.³⁵¹

Escrita no ano de 1886, a crônica ficcional fazia dessa data um ponto de virada em direção à Vassouras de 1889, repleta de signos da modernidade à luz de Paris, como os boulevards e jardins. Nas entrelinhas a rivalidade com Petrópolis reforça a hipótese de que a cidade era preterida pelos potentados locais, de forma que o elogio ao Barão do Amparo indica sua excepcionalidade. A menção ao engenho central e à estrada de ferro apontam para soluções sugeridas pelo mesmo jornal para a superação de limites estruturais da lavoura. Com a abolição e o advento da República, a economia do município jamais retomaria a pujança de outrora, e foram constantes as falências e hipotecas de fazendas. No entanto, a estagnação econômica e a solidez da arquitetura senhorial assegurou a sobrevivência dos monumentos à opulência e ao poder de seus antigos potentados. A paisagem convertida em um discurso de memória sobre o passado de glória de Vassouras, um monumento à riqueza da cafeicultura (e dos cafeicultores) e ao Estado Imperial. Da praça da matriz, com seus casarões e sobrados no entorno, ao cemitério, com mausoleus imponentes às famílias Teixeira Leite e Correa Castro, reproduz-se na paisagem urbana a narrativa de memorialistas das famílias vassourenses. Eufrásia Teixeira Leite herdaria a chácara de seu pai, Joaquim José Teixeira Leite, e determinaria em seu testamento que ela fosse convertida em museu após a sua morte, em homenagem representativa da opulência e gosto de seus progenitores. Nas primeiras décadas da República, sob a administração do prefeito Lacerda, a praça da matriz foi reformada com grande cuidado paisagístico, sob o discurso nostálgico de revitalização, de modo que seus contornos atuais dizem mais sobre a memória construída a posteriori do que sobre o passeio público original, da década de 1860.

³⁵¹ Jornal O Vassourense, Edição de 19 de setembro de 1886. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

IMAGEM 102: Cartão Postal, datação não identificada, século XX. Coleção de Elysio Passos.³⁵²

Em 30 de maio de 1914, Antonio Furquim Werneck de Almeida escreveu uma crônica na qual remeteu ao passado de Vassouras:

Vassouras, a bela cidade serrana, já decantada por vezes, em seus encantos naturais, pelos grandes escritores, com seu parque, circundando de majestosas e altíssimas palmeiras, cobre-se hoje de galas, não das mesmas galas de que poderia cobrir-se no período de 1840 a 1870. Então possuía ela sedas, brilhantes, pedras preciosas, ricas alfaiais, etc., etc.; agora só poderá ornar-se de estofos baratos e de joias de ínfimo valor, arrastando, bem poucos, as sedas de então, mas já puídas e desbotadas. Naquela época era louçã, cheia de vida e de entusiasmo; seus habitantes, verdadeiros admiradores e entusiastas daquele torrão, por ela tudo faziam, e para atestá-lo ali estão os grandes palacetes, em que se imobilizam somas enormes, esperançados como se achavam de que ela seria, no futuro, uma grande cidade tendo em mira estreitar as relações com a então corte, por meio de comunicação rápida, visando a estrada de ferro.³⁵³

A menção dos palacetes demonstra o papel da arquitetura e da auto-imagem dos vassourenses, assim como a narrativa mítica do passado de apogeu da região.

É bom que se diga que nesses custosos e ricos palacetes encontravam-se ricas alfaiais e mobílias custosas de estilo francês até o charão, naquele tempo tão em uso. Nesses palácios, com todas essas riquezas, celebravam-se bailes e festas suntuosas, em que as senhoras ostentavam xales de Tonkim, sedas de Lion, rendas da Inglaterra, luvas de Juvin, leques e pentes de tartaruga e de madrepérola com luxuosas e raras plumagens, adereços de brilhantes e pedras preciosíssimas. Os soalhos, portas e portadas dos salões eram envernizados; as paredes eram cobertas de papel de grande valor, tetos estucados, lustres, candelabros de finíssimo gosto e subido valor artístico. Os pianos de cauda, transportados para ali sabe Deus como, se os que ainda restam

³⁵² Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br>.

³⁵³ RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 120.

daquela época, como serviam para a execução de belos trechos musicais, por exímios pianistas e para acompanhamento de virtuosos, que interpretavam romanzas, cavatinas, duetos com vozes admiráveis. Toda esta gente era instruída na arte musical por bons professores eméritos que ali habitavam.³⁵⁴

Os estudos de memorialistas proliferaram no século XX, como a “História de Vassouras”, de Ignácio Raposo, obra em que, mesmo baseada em inúmeras fontes documentais, reproduziu uma narrativa elogiosa do passado, enfatizando a riqueza e o gosto dos potentados e minimizando as incômodas informações sobre o cativeiro. Na década de 1950, o historiador Stanley Stein tinha por objetivo estudar a agricultura do Vale do Paraíba como uma parte da economia mundial no período. Nesse esforço, teve o auxílio de Carlos Lacerda na escolha de Vassouras como município representativo da região, ele próprio descendente de família de proprietários e políticos do município. Nesse sentido, as narrativas memorialistas e os estudos acadêmicos se entrecruzaram. Ainda que a validade dos dados e interpretações de Stein não estejam em xeque, a própria escolha de Vassouras para seu estudo se deu em meio a interesses e jogos de poder em torno da construção da memória da região. O mesmo se aplica aos estudos sobre a arquitetura no Vale do Paraíba, uma vez que as principais obras de referência foram produzidas por Augusto da Silva Telles, especialmente sua publicação sobre o espaço urbano de Vassouras. Para além da análise técnica e formal, o historiador reforçou a excepcionalidade do desenvolvimento urbano, cuja responsabilidade recairia sobre as principais famílias da região por meio da gestão da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e da Câmara Municipal. Sem qualquer ressalva à qualidade técnica do estudo, é preciso ressaltar que Telles é descendente dos Teixeira Leite, de modo que a escolha do objeto e o recorte espacial urbano de Vassouras não deixa de remeter à trajetória de sua família – e consequentemente à memória seletiva de seu passado.

Sem a pretensão de escapar absolutamente a essas teias e vícios, essa pesquisa teve por objetivo ressaltar entrelinhas silenciadas nas narrativas memorialistas, assim como as sombras apagadas dos monumentos. A relação entre arquitetura, paisagem e memória não decorre de uma narrativa falsa em relação à verdade histórica, mas do processo de produção de espaços, imagens e autoimagens por sujeitos históricos – necessariamente seletivas e marcadas por relações de poder. Entre retratos, pinturas e edifícios se depreende o espelho normativo dos potentados de Vassouras, condizente com a representação que almejavam para si e para seu município. Contudo, por entre os

³⁵⁴ RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 121.

discursos esboçados na paisagem, há omissões e silêncios significativos. A sobrevida das casas e sobrados de alvenaria esconde a deterioração das senzalas de pau-a-pique e seu desaparecimento da paisagem e da memória – tão acidentais quanto a destruição de documentos sobre o cativo por Rui Barbosa. Ainda no capítulo de abertura de “O Tronco do Ipê”, José de Alencar diria:

É natural que já não exista a cabana do pai Benedito, último vestígio da importante fazenda. Ha seis anos ainda eu a vi, encostada em um alcantil da rocha que avança como um promontório pela margem do Paraíba.³⁵⁵

A naturalidade do desaparecimento da cabana e das senzalas é coerente romantismo do autor de “O Guarani”, e sua narrativa mítica da origem indígena idealizada da nação, cuja morte permitiria o desenrolar da civilização. Na mesma toada, o hino da Proclamação da República clamaria em 1889: “*nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país*”, com a desfaçatez digna de Bras Cubas, personagem altamente representativa da elite imperial. De silêncios e omissões, como frente à Lei de 7 de novembro de 1831 e a escravização ilegal de mais de 700 mil africanos e de seus descendentes, fez-se a história e a memória do Vale e do Império. A revitalização de fazendas por novos proprietários ricos a partir da década de 1980 reitera a memória seletiva da opulência, assim como, em parte, os festivais atuais do Vale do Café. Por entre as folhas e frutos da rubiácea, por entre as fachadas de palacetes e as palmeiras monumetais, se escondem os braços responsáveis por plantios e construções; se esconde o Vale da Escravidão. Nem tão omissos, mas certamente dissimulados, jazem até hoje junto à porta de entrada da Fazenda do Secretário e da escadaria central da Flores do Paraíso, as estatuetas de negros apolíneos carregando perpetuamente as lamaparinhas das residências – sem incomodarem em seus múltiplos sentidos os proprietários disntintos de outros tempos. A personagem mencionada de Machado de Assis conclui o romance resignado por ao menos não ter tido filhos, mas as ruínas físicas e simbólicas da escravidão asseguraram a persistência silenciosa desse legado de nossa miséria.³⁵⁶

³⁵⁵ ALENCAR, José. O Tronco do Ipê. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014 (Disponível em <http://www.projetolivrolivre.com/Jose%20de%20Alencar%20-%20O%20Tronco%20do%20Ipe%20-%20Iba%20Mendes.pdf>), p.2.

³⁵⁶ ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas. Domínio Público. Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2038

IMAGEM 103: Fazenda do Secretário, Fotografia de Rafael Marquese, 2006.

IMAGEM 104:- Fazenda do Secretário.³⁵⁷

³⁵⁷ Fotografia do Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Inepac. Disponível em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=882>.

Considerações Finais

No século XIX, a expressão “Vale do Paraíba” adquiriu sentido mais amplo do que o da geografia física. Ela implicava a um só tempo uma região, sua economia cafeeira, seus potentados políticos, sua importância no concerto imperial, e toda uma experiência histórica em que a produção do espaço se deu concomitantemente à construção de suas representações. Nesse sentido, a arquitetura e a paisagem devem ser compreendidos como cenários desse enredo, como espaço instituído, mas também agentes instituidores dessa experiência histórica. Como constava em ditado popular da época, o “*Império era o café, e o café era o Vale*”, referências metonímicas entre a política nacional e a economia agroexportadora, e que silenciavam as bases materiais e humanas dessa relação, pois ao fim e ao cabo, “*e o Vale era escravo.*”³⁵⁸ Tal foi o objetivo dessa dissertação: compreender as dimensões espaciais, materiais e visuais do cativo ou, em outras palavras, a arquitetura e a paisagem da escravidão.

A formação histórica do Vale do Paraíba consistiu em um processo de produção do espaço e de suas representações, de modo que pode ser compreendida para além de dados quantitativos abstratos, como um processo material, em que natureza, sujeitos e artefatos se condicionaram reciprocamente. Ao mesmo tempo, a desigualdade entre os agentes implicou lutas sociais, conflitos e negociações, que ocorreram não apenas *no* espaço, mas *pelo* espaço; consequentemente, pela produção de ambientes construídos e de regimes visuais que favorecessem e legitimassem determinados interesses. Nesse sentido, o exame da arquitetura de Vassouras, com ênfase em seu espaço urbano, permitiu a apresentação de uma linha de análise que não se pautou pelos elementos formais e estéticos das construções, mas antes pelo sentido dos ambientes construídos e de sua visualidade no concerto mais amplo dessa sociedade, suas crises e transformações.

As ideias centrais sustentadas nessa pesquisa se dividiram em alguns tópicos: a relação entre arquitetura e clientelismo; o papel dos Teixeira Leite e de suas bases financeiras para o desenvolvimento urbano; a construção de identidades por parte das famílias mais abastadas; a relação entre arquitetura, ordem e disciplina nas esferas das fazendas e do poder judiciário; a composição do Regime Visual da Segunda Escravidão; o debate acerca da decadência ou grandeza de Vassouras e do Vale nas últimas décadas do Império.

³⁵⁸ A expressão serviu de título ao livro de Ricardo Salles, publicado em 2008 e largamente citado nessa dissertação.

Ao analisar as fazendas do Vale norteado por preocupações semelhantes às que orientaram essa dissertação de mestrado, o historiador Rafael Marquese concluiu pela existência de uma planta voltada à máxima eficiência na lavoura e no beneficiamento, pela monumentalidade das casas grandes e pela arquitetura de controle das senzalas. A gramática espacial denunciava traços elementares desse microcosmo, como a disciplina dos escravos e as estratégias de representação patriarcal e paternalista dos grandes proprietários – essencial no jogo do clientelismo que movia as eleições. A relação entre arquitetura e política municipal se expressou em outros termos no espaço urbano de Vassouras. As residências privadas exerciam funções de abrigo e permitiam atividades usurárias e comissárias, mas se destacavam na paisagem os palacetes pertencentes às principais figuras que compuseram a Câmara Municipal. As sessões dos vereadores ocorriam periodicamente, em média três ou quatro vezes ao ano, de modo que, embora as residências servissem de abrigo aos vereadores, esse sentido utilitário não explica plenamente o investimento, e menos ainda o grau de refinamento estético e monumentalidade dos edifícios. No contexto do sistema representativo vigente no Império e das eleições em nível municipal, as residências cumpriam um papel de representação social de seus proprietários, alçados à condição distinta que justificaria e legitimaria sua condição superior. Assim, a arquitetura urbana compôs o fenômeno do clientelismo que marcou o regime político imperial.

Além disso, é preciso destacar o absoluto domínio da família Teixeira Leite entre os proprietários das principais residências urbanas de Vassouras, o que se deveu tanto às estratégias políticas de seus membros quanto à atuação como capitalistas, que lhes permitia o distanciamento do espaço rural das fazendas e a vida permanente na cidade. Na condição de fazendeiro durante a primeira metade do século XIX, Francisco José Teixeira Leite fizera do escritório da casa de morada o centro econômico de seu império, em detrimento das lavouras, que compunham uma porção ínfima de seu patrimônio. Vindo a residir em seu casarão urbano a partir da década de 1850, foi acompanhado por seus irmãos, que figuraram entre os principais capitalistas da região ou atuaram como comissários de café, como no caso de Joaquim José Teixeira Leite. Basta recordar que o escritório de sua residência, atualmente o Museu Casa da Hera, guarda a decoração original, cujo papel de parede retrata folhas e frutos de café. A importância dos Teixeira Leite para o desenvolvimento de Vassouras foi objeto de discursos de políticos locais, de memorialistas, e até mesmo de acadêmicos do século XX, como Afonso d'Escragnole Taunay e, inclusive, Augusto da Silva Telles – ambos descendentes da família. Desse

modo, entre a narrativa memorialista e biográfica da família e o discurso historiográfico persistiram entrecruzamentos e consequentes vieses de análise.

A trajetória familiar e a arquitetura e o urbanismo de Vassouras devem ser compreendidos como fenômenos correlatos, vinculados às estratégias bem sucedidas de ascensão e distinção social dos Teixeira Leite, que se valeram do investimento patrimonial urbano para multiplicarem suas fortunas baseadas na prática financista e para alcançarem e manterem uma posição de domínio na política local. Por meio da ocupação de cargos estratégicos junto à Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, limitaram a distribuição de lotes no centro urbano, onde predominaram suas residências. Da mesma forma, quando presidentes da Câmara Municipal, investiram precisamente no aformoseamento da praça da Matriz e no alinhamento de ruas e logradouros, tornando esse espaço representativo dos padrões estéticos urbanos da segunda metade do século XIX. Essa sobreposição entre o privado e o público permitiu que articulassem seus investimentos patrimoniais e as medidas adotadas pela administração municipal como meios de distinção social e de legitimação da família como dominante na região. A excepcionalidade do desenvolvimento urbano de Vassouras no Vale do Paraíba se explica em grande parte pela condição peculiar dos Teixeira Leite, que pretenderam fazer da cidade um centro financeiro da cafeicultura fluminense e a capital de seu domínio político regional – veículo de seus interesses em nível provincial e nacional.

Além disso, a família passou a adotar novos padrões culturais e de gosto, tanto no envio de Joaquim José Teixeira Leite para estudar na Faculdade de Direito de São Paulo, quanto as estratégias de arranjos matrimoniais com bacharéis, como Caetano Furquim de Almeida e Francisco de Assis e Almeida, com médicos, como Antonio Lazarini, e com famílias de prestígio na Corte, como os Escragnole Taunay. Até certo ponto, a ascensão de Vassouras e dos Teixeira Leite fundiram-se como parte de um mesmo processo, em que a economia cafeeira e a política imperial se articularam e os potentados do Vale se valeram de tal relação para ascenderem socialmente, projetando-se como cortesãos, fazendo de suas residências, palacetes, e de Vassouras, sua Corte.

Assim, a arquitetura foi um dos veículos privilegiados de emissão de discursos de potentados e autoridades vassourenses. Essa auto-imagem aristocrática e a defesa da monarquia durante quase todo o século foi reproduzida não apenas por descendentes e memorialistas, mas até mesmo por historiadores, que incorporaram de forma acrítica classificações como “nobreza ou aristocracia rural”, sem o devido cuidado conceitual quanto à caracterização dessa sociedade e de sua camada dominante.

Em 10 de dezembro de 1882, Nuno Alves publicou um folheto intitulado “*Memórias de um Grão de Café*” no periódico “O Vassourense”, em que narrou em primeira pessoa as desventuras de um grão recém colhido, da roça ao porto do Rio de Janeiro. A personagem-narrador descreve condições rústicas no seu trato desde a colheita, passando pela peneira e pelo monjolo, o que o levou a concluir:

Já se vê que não pertença à ordem dos aristocratas da lavoura. Meu senhor, ou meu amo, ou meu patrão, como quiserem, é um simples burguês, filho das ilhas, que se casara com a viúva de um patrício que também era da terra.³⁵⁹

O conto remete a duas categorias sociais compreendidas à época pelo autor, diferenciando os aristocratas da lavoura dos simples burgueses emigrados das ilhas lusitanas que ascenderam socialmente por meio do matrimônio. Essa caracterização formal e os ritos da sociedade de corte e da monarquia fez prevalecer a auto-imagem aristocrática, com a conservação de signos do Antigo Regime. No entanto, a análise sociológica e historiográfica não deve reproduzir o discurso hegemônico sem a devida minúcia conceitual, como enfatizou Gilberto Freyre:

Devemos estar atentos contra generalizações que se extremem em mito e legendas. Os traços aristocráticos do passado rural brasileiro não foram os convencionalmente aristocráticos. Nem a opulência de vida, de alimentação e da arquitetura doméstica foi tão generalizada entre os antigos senhores de terras e de escravos do nosso país como hoje se proclama em discursos bombásticos e em ensaios improvisados.³⁶⁰

O artigo intitulado “*Nosso Passado Rural*” foi publicado no jornal “*A Manhã*” e citado integralmente na abertura do livro “*A Aristocracia Rural Fluminense*”, de autoria de M. Vianna de Castro que, como anuncia o título, discordou frontalmente de Freyre em uma narrativa elogiosa às famílias da Província do Rio de Janeiro no século XIX. Por meio de relatos de viajantes, esse segundo autor descreveu a riqueza, as residências luxuosas, a hospitalidade, o gosto e a etiqueta de algumas das mais importantes famílias fluminenses, “*figuras da aristocracia agrária fluminense da época imperial [que] luziram, vivendo à lei da nobreza,*” acusando seu interlocutor de ter recaído na própria crítica, ao generalizar como emblemáticos desse grupo uma minoria de homens rústicos. Autores posteriores como o geógrafo Alberto Lamago reiteraram a caracterização dessa

³⁵⁹ Jornal “O Vassourense”, edição de 10 de dezembro de 1882. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=W00028&PagFis=0&Pesq=nobreza%20rural>

³⁶⁰ FREYRE, Gilberto, “Nossa Nobreza Rural”, publicado no jornal A Manhã. O artigo encontra-se reproduzido na íntegra em CASTRO, M. Vianna de. *A Aristocracia Rural Fluminense*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1961, pp. 5-7.

camada como a aristocracia agrária do Império, reproduzindo o discurso de Oliveira Viana no elogio à sua função civilizadora. No mesmo sentido, Alves Motta Sobrinho descreveu a história do café no Vale do Paraíba como o resultado da ação civilizatória dessa nobreza rural. O suposto caráter aristocrático da elite rural brasileira do século XIX foi incorporado por parte da tradição marxista, que identificava nessa economia e sociedade um universo antecedente à revolução burguesa. Caio Prado Junior viu na economia cafeeira a origem da última das três grandes aristocracias do país, somada à dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, enquanto Florestan Fernandes descreveu a sociedade imperial como um amálgama de formas econômicas e sociais tradicionais e modernas, descrevendo a elite a partir do conceito weberiano de estamento.³⁶¹

Ainda na vertente marxista, Eduardo Silva contestou o paradigma da aristocracia na historiografia e na sociologia, acusando seus defensores de incorporarem e reproduzirem os discursos dos próprios sujeitos analisados e seus genealogistas. Valendo-se do conceito relacional da luta de classes e enfatizando a dependência dessas famílias de um sistema produtivo agrícola, Silva descreveu terras e escravos como fatores econômicos mais determinantes que relações familiares e títulos de prestígio para o posicionamento social desses agentes. Por sua vez, Maria Sylvia de Carvalho Franco entende que os fazendeiros de café no máximo encabeçaram um projeto estamental, mas nunca lograram converter-se em um grupo socialmente reproduzido apenas com critérios puramente sociais e honoríficos. Na década de 1980, o debate perdeu fôlego com a produção de interpretações que enfatizavam a agência dos indivíduos ou das instituições. A interpretação de José Murilo de Carvalho sobre a elite política imperial e o relativo descolamento em relação aos proprietários de terras e escravos se converteu em obra referencial, mas encontrou a resistência de uma nova perspectiva marxista, inspirada em Edward Thompson e Antônio Gramsci. Em *“O Tempo Saquarema”*, Ilmar Mattos recuperou o conceito de classe para descrever um processo unificado e articulado entre a construção do Estado Imperial e a formação da classe senhorial a partir de meados da década de 1830, quando os saquaremas ascenderam politicamente. Escapando às referências da ortodoxia marxista, Mattos compreende a formação da classe como

³⁶¹ CASTRO, M. Vianna de. *A Aristocracia Rural Fluminense*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1961. LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, Rio de Janeiro: IBGE, Edição da Divisão Cultural, 1963. SOBRINHO, Alves Motta Sobrinho. *A civilização do café (1820-1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1978. PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

processo histórico permeado pela experiência cotidiana dos sujeitos e pelo papel de instituições como o próprio Estado.³⁶²

O historiador João Fragoso produziu alguns dos mais aprofundados estudos sobre as elites do período colonial e do Império, baseado nas premissas do paradigma construído por Ciro Cardoso e Maria Yeda Linhares sobre o escravismo colonial. No longo século XIX o historiador identificou oscilações dos padrões de investimento patrimonial. Entre as últimas décadas do século XVIII e o início do XIX, a cidade do Rio de Janeiro seria a principal praça mercantil do Atlântico Sul, ponto de encontro de rotas comerciais do Índico, da África e da Europa, cujas atividades comerciais e financeiras eram controladas por um restrito grupo de negociantes de grosso trato. Nas décadas de 1820 e 1830, essa elite passou a investir seu patrimônio em terras e escravos serra acima, construindo fazendas. Essa conversão para a agricultura escravista de exportação foi interpretada por Fragoso como um movimento orientado por uma lógica do Antigo Regime, pois optavam por reduzir seus ganhos em lucratividade em troca da honra e do prestígio pelo domínio sobre terras e homens. O mesmo valeu para o investimento em prédios urbanos que fundaram as vilas e cidades no Vale do Paraíba, atividade rentista típica do capitalismo mercantil. Fragoso não nega que a cafeicultura fosse lucrativa, mas sugere que o motor por trás do investimento fosse a busca por distinção social. Nas décadas de 1870 e 1880, o historiador identificou dois padrões de investimento patrimonial: o retorno ao rentismo, com o investimento em usura, prédios, o recurso a aluguéis, e a insistência na agricultura escravista mesmo diante do horizonte que se fechava ao cativo. Esse segundo padrão foi predominante entre os fazendeiros de Paraíba do Sul. Fragoso não nega a lógica econômica por trás das escolhas da elite oitocentista, mas entende que ela estava subsumida a uma mentalidade típica da sociedade do Antigo Regime e de uma economia pré-industrial, regida pelo capital mercantil.³⁶³

Sob a orientação de Fragoso, a historiadora Celia Muniz analisou três gerações de grandes famílias de Vassouras no século XIX, a partir das mesmas premissas teóricas que

³⁶² SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997. CARVALHO. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*, 2011. MATTOS. *O Tempo Saquarema*., 2011.

³⁶³ FRAGOSO, *Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992. FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FRAGOSO, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

classificavam essa sociedade como pré-industrial e arcaica. Essa camada socialmente privilegiada destacou-se por uma primeira geração herdeira de terras e que apenas realizou a transição para a cafeicultura. A segunda geração foi composta pelos chefes políticos e benfeitores da região, que investiram em grandes residências, luxo, na educação dos filhos no exterior e que foram agraciados com títulos de nobreza. Por fim, a terceira geração usufruiu de um berço de luxo e poder e teve formação na Europa, mas enfrentou a crise da cafeicultura, optando pelo funcionalismo público, pela migração para a fronteira agrícola (São Paulo e Minas Gerais) ou pela insistência nas antigas fazendas por meio de empréstimos. Os que adotaram a última estratégia depararam-se com a baixa produtividade das terras esgotadas e com a crise da escravidão, culminando com a abolição sem indenização aos proprietários, e a hipoteca de suas fazendas. A “*riqueza fugaz*” da cafeicultura não durara mais de setenta anos ou três gerações, servindo apenas a estratégias de reprodução social típicas a mentalidade do Antigo Regime.³⁶⁴

Nem Fragoso e tampouco Muniz caracterizam essa camada social como uma aristocracia ou estamento, mas seus pressupostos teóricos e suas conclusões acerca da lógica arcaica então vigente os aproxima daquele paradigma. A partir da investigação realizada, é possível apresentar uma releitura dos dados e das interpretações desses autores em conjunto com as análises de fontes presentes nessa dissertação, a fim de adentrar o debate sobre a caracterização da camada dominante da sociedade de Vassouras e do Vale do Paraíba no Império. Seguindo os passos de Fragoso e de Muniz, podemos identificar três períodos com padrões específicos de investimento das elites do Rio de Janeiro no longo século XIX. O primeiro deles se refere às principais famílias proprietárias do Vale do Paraíba entre as décadas de 1810 e 1830. Fragoso tomou a trajetória de alguns comerciantes de grosso trato da praça do Rio de Janeiro e a agricultura escravista serra acima como típica de todo o Vale e resultante de uma lógica arcaica. No entanto, estudos anteriores haviam demonstrado que esse grupo foi minoritário na ocupação da região, acompanhados por tropeiros, comerciantes e filhos de famílias da região das Minas Gerais e de São Paulo.³⁶⁵ Em segundo lugar, Dale Tomich e Rafael

³⁶⁴ MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *A Riqueza Fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras, 1820-1890*. Tese de doutorado. RJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. 2005.

³⁶⁵ Sobre as origens das famílias do Vale do Paraíba ver, a título de exemplo, SILVA, Eduardo. *Barões e Escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997; LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993; MUNIZ, Célia Maria Loureiro. A

Marquese indicaram a racionalidade econômica desse investimento, antenado que estava aos estímulos do mercado internacional. O argumento desses dois historiadores não ignora os anseios dessas famílias por prestígio social, mas insere suas estratégias na lógica econômica oitocentista em vez do arcaísmo do Antigo Regime. Em terceiro lugar, o investimento em terras e escravos se tornou mais seguro do que o comércio de longo com as pressões britânicas anti-tráfico negreiro.³⁶⁶

Entre as décadas de 1830 e 1840, predominou o investimento patrimonial das famílias em bens de produção, como terras, escravos e benfeitorias, em detrimento de bens culturais e de representação. A partir da década de 1850, os investimentos pouco se alteraram em termos percentuais, mas a persistência do padrão quantitativo não refuta sua transformação qualitativa, com a valorização das fachadas exteriores e dos mobiliários interiores das residências, a educação formal e a etiqueta, e novos padrões de gostos, práticas e formas de representação social. Esses dados serviram tanto à auto-imagem das famílias de elite e seus genealogistas quanto aos historiadores que sustentam sua caracterização como uma aristocracia rural. No entanto, a dependência da agricultura escravista relativiza essa hipótese, uma vez que a reprodução social dessas famílias não prescindia do mercado ou de bens econômicos.

No que se refere às décadas de 1870 e 1880, Fragoso identificou tanto a insistência no patrimônio rural quanto sua diversificação em investimentos rentistas como sintomas da mentalidade arcaica dessa elite e dos limites estruturais de um sistema regido pelo capital mercantil – portanto, uma sociedade e uma economia pré-industriais. Todavia, Slenes constatou a vitalidade do mercado interno de escravos na região, enquanto Ricardo Salles sustentou a hipótese de que a população escrava de Vassouras exibia índices positivos de reprodução vegetativa, o que explicaria tanto a resistência dos fazendeiros à aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871, quanto sua insistência na agricultura escravista na década de 1880, quando contavam com a defesa política do cativo ao menos até o início do século seguinte.³⁶⁷ Além disso, a hipótese de Fragoso reitera suas

Riqueza Fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras, 1820-1890. Tese de doutorado. RJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. 2005.

³⁶⁶ MARQUESE; TOMICH. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”, 2009. Sobre as mudanças dos investimentos dos traficantes de escravos após a década de 1830 ver FERREIRA, Roquinaldo. *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola*, Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1996;

³⁶⁷ SLENES, Robert. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888”. In: COSTA, Iraci (org.) *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, USP, 1986. SALLES, Ricardo. *E o Vale era Escravo, Vassouras, Século XIX, Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

premissas teleológicas a respeito do desenvolvimento capitalista, ignorando que na segunda metade do século XIX esse padrão de investimento rentista não se restringiu à elite escravista brasileira, mas foi adotado pelas burguesias europeias e estadunidense.³⁶⁸

A arquitetura de Vassouras reproduzia a auto-imagem aristocrática de seus proprietários, mas sua análise integrada a outras fontes documentais, referentes às bases econômicas e às estratégias sociais e políticas, relativiza essa perspectiva. A partir desses dados, a interpretação de Fragoso sobre a persistência de traços do Antigo Regime na sociedade e da economia imperial não se sustenta, assim como a caracterização de memorialistas e historiadores sobre a camada dominante do Vale do Paraíba como um estamento aristocrático. Por outro lado, a vertente marxista ortodoxa que privilegia o conceito de classe exclusivamente em relação ao sistema produtivo se mostra igualmente reducionista. Em primeiro lugar, a experiência escravista e monárquica do Brasil oitocentista integrou a dinâmica do sistema-mundo do século XIX, constituindo uma unidade contraditória que a integrava aos centros da economia capitalista e do concerto geopolítico mundial. Desse modo, tampouco a elite imperial deveria ser compreendida como uma herança colonial ou do Antigo Regime nos Trópicos, mas como a formação de uma nova classe dominante associada à economia e à política brasileiras após a independência.

Em segundo lugar, nessa sociedade coexistiram diversas identidades sociais sobrepostas e concomitantes, acionadas circunstancialmente pelos agentes sociais, de maneiras diferentes durante os períodos que organizaram os capítulos dessa dissertação. A primeira geração das famílias de Vassouras não pertencia à elite da burocracia ou da nobreza portuguesa. Apenas os Ribeiro de Avellar eram oriundos do comércio de grosso trato do Rio de Janeiro. Junto aos Werneck, estiveram entre os primeiros sesmeiros do Vale do Paraíba, recebendo a companhia dos Correa e Castro e dos Teixeira Leite nas primeiras décadas do século XIX, emigrados da região das Minas Gerais. O estabelecimento precoce na região lhes assegurou a propriedade de terras e uma condição

³⁶⁸ DAUMARD, Adeline. *Les Bourgeois et la bourgeoisie en France depuis 1815*. Paris : Aubier, 1987; RUBINSTEIN, W. *Wealth and the wealthy in the modern world*. London : Croom Helm, 1980.; MORRIS, R. J. *Class, sect, and party : the making of the British middle class : Leeds, 1820-1850*. Manchester, UK ; New York : Manchester University Press; New York, NY, USA; USA and Canada by St. Martin's Press, 1990 ; KOCKA, Jurgen (org.). *Bourgeois society in nineteenth-century Europe*. Oxford ;Providence: Berg, 1993 ; BECKERT, Sven. *The monied metropolis : New York City and the consolidation of the American bourgeoisie, 1850-1896*. Cambridge, U.K. ; New York: Cambridge University Press, 2001.; BECKERT, Sven and ROSEMBAUM, Julia (orgs.) *The American bourgeoisie : distinction and identity in the nineteenth century*. New York : Palgrave Macmillan, 2010.

privilegiada econômica e socialmente, ocupando cargos em instituições como a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição e a Câmara Municipal. Os inventários abertos entre 1820 e 1850 demonstram predomínio do investimento patrimonial em bens produtivos, como terras e escravos. O início da Regência foi marcado pela promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831 e por episódios de crimes e levantes de escravos. Frente à pressão britânica, a ascensão do anti-escravismo na imprensa e entre políticos do Império e a resistência de escravizados, os fazendeiros de Vassouras e dos demais municípios do Vale do Paraíba identificaram interesses em comum, assim como seus antagonistas, forjando uma identidade em comum. Por meio das Câmaras Municipais, deram início à campanha pela reabertura do tráfico de escravos. Ao mesmo tempo, os políticos do Partido da Ordem se consolidaram como uma força oposicionista que associou a instabilidade política às reformas liberais da primeira metade da década, promovendo uma agenda de contrarreforma com o objetivo de centralizar as instituições policiais e judiciárias.

As petições e representações enviadas pelas câmaras municipais das vilas e cidades ao parlamento se apresentavam como defensoras do “*interesse dos povos*” e da nação, por meio de metonímia que associava a importância da agricultura escravista a todos os brasileiros. Em outros trechos, apresentavam-se como parcela da mais importante camada da população, a “*classe agrícola*”. Por sua vez, regressistas de destaque como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Justiniano da Rocha anunciavam sua agenda como baseada nos interesses da “*classe conservadora*”, composta pelos mais importantes membros da sociedade, entre comerciantes, burocratas e, principalmente, fazendeiros. Nesse momento, os regressistas incluíram em sua agenda os interesses escravistas e a defesa da reabertura do tráfico, tanto para atrair essa base social e eleitoral quanto para garantir os recursos econômicos à implementação da agenda centralizadora e de manutenção da unidade territorial.³⁶⁹ Em sua atuação nas câmaras municipais, os vereadores e os principais proprietários de regiões como Vassouras foram eficazes em mobilizar grandes fazendeiros e pequenos lavradores na defesa dos interesses escravistas, como signatários de petições e representações que pressionaram o parlamento. O mesmo pode ser dito dos regressistas em seu discurso, ao inventarem/nomearem a “*classe conservadora*”. O discurso construiu uma identidade e uma narrativa mítica cuja validade

³⁶⁹ FLORY, Thomas. *Judge and Jury in imperial Brazil, 1808–1871. Social Control and Political Stability in the New State*. Austin/London: University of Texas Press, 1981.

decorreu da ressonância e da mobilização da ampla base social que sustentou o Regresso Conservador. Nesse sentido, o ganho interpretativo do conceito da “classe senhorial” decorre do fato de iluminar a convergência entre identidades e discursos dos potentados do Vale do Paraíba e de membros do Partido da Ordem, conferindo inteligibilidade a esse complexo processo histórico.

Nos sítios, fazendas e vilas do Vale do Paraíba surgiram conflitos e disputas em que os interesses dos proprietários convergiram, ainda mais com a chegada de notícias sobre a pressão britânica e as medidas do império contra o tráfico. As câmaras municipais se converteram em importantes canais de articulação e comunicação, tanto em nível local quanto para a ressonância de suas vozes serra abaixo. Na Corte, a imprensa e o parlamento construía arenas de diversas disputas na primeira metade da década, mas foram os políticos regressistas que realizaram a melhor análise da conjuntura de crise, tanto na responsabilização das reformas liberais quanto na atração dos interesses escravistas para sua agenda – com destaque para os cafeicultores. Com a ascensão dos saquaremas, as reformas que centralizaram o aparato repressivo e judicial do Império serviram também à “*política do contrabando*”, pois embora não tenham revogado a Lei de 1831, asseguraram aos proprietários tanto a inércia do Estado na repressão do contrabando quanto a segurança jurídica da propriedade dos escravos ilegalmente traficados após a promulgação daquela lei. A articulação entre o Partido da Ordem – núcleo do futuro Partido Conservador – e os interesses da agricultura escravista – com destaque para os proprietários do Vale do Paraíba – reconfigurou a estrutura institucional e a agenda política do Império de tal forma que, mesmo quando os conservadores foram destituídos do Executivo, a “*política da escravidão*” persistiu.

A partir da década de 1850, houve uma relativa estabilização da política nacional, com a consolidação da cafeicultura como base econômica do Império e a articulação da monarquia com os potentados do Vale do Paraíba. Em Vassouras, os patrimônios familiares seguiram sustentados em bens econômicos, fossem fazendas ou dívidas ativas, ações e títulos da dívida pública. Todavia, cresceu o investimento em bens culturais e representativos do refinamento estético e de gosto, variando das vestes aos mobiliários e às fachadas das residências. Novos padrões de sociabilidade podem ser apreendidos a partir do uso das casas para eventos sociais como bailes e saraus. Esse padrão se restringiu à camada mais privilegiada da sociedade vassourense e imperial, servindo à auto-representação aristocrática dessas famílias, como membros da *Boa Sociedade Imperial*. A diversificação do patrimônio implicou a conversão parcial dos recursos econômicos

das famílias em outras categorias, como capitais culturais e simbólicos. A alteração no investimento e nas práticas sociais e culturais dessas famílias pode ser interpretada como uma estratégia de distinção social e de “*social closure*”. Contudo, frente à crise da escravidão, evidenciou-se o predomínio de bens econômicos sobre outros recursos para a manutenção da posição de prestígio das famílias, de modo que estratégia não passara de um projeto aristocrático inconcluso, como sugeriu Maria Sylvia de Carvalho Franco – afinal, não se converteram em um estamento no modelo do Antigo Regime.

A conjuntura nacional e internacional da década de 1860 mitigou o horizonte de continuidade da escravidão e dividiu políticos e magistrados, culminando com a crise que antecedeu a promulgação da Lei de 18 de setembro de 1871. A nova onda de petições e representações das câmaras municipais do Vale do Paraíba demonstrou o potencial discursivo da “*classe senhorial*” – ou da fração “*classe agrícola*” – em mobilizar fazendeiros, lavradores e vereadores. Os auto-imaginados membros da *Boa Sociedade Imperial* não hesitavam em acionar sua condição de classe produtora e reivindicar sua importância para a economia do Império diante da crise que enfrentavam. Embora não tenham obtido o mesmo sucesso da década de 1830, essa camada social promoveu uma demonstração de força suficiente para garantir a defesa da escravidão nos anos seguintes. A rede de alianças que configurava a política da escravidão não exibia mais o mesmo vigor, mas se mostrou capaz de bloquear iniciativas mais radicais até a década de 1880.

A análise da arquitetura, do papel de representação das residências e seus usos sociais, e das estratégias das principais famílias de Vassouras, apresenta novos dados para esse debate. Assim como as fachadas e salões de suas residências contrastavam com a simplicidade de cômodos íntimos das famílias, essa porção de seus patrimônios compunham um percentual de pouca monta diante dos investimentos agrícolas e ativos financeiros. Assim, a auto-imagem aristocrática não condiz com a dependência que sua posição social tinha de seus recursos econômicos, o que não permite constatar uma continuidade do Antigo Regime e tampouco o uso do conceito weberiano de estamento. No outro lado da moeda, o uso do conceito “classe” não pode se referir exclusivamente à posição ocupada na esfera da produção da vida material, como em geral ocorre nas perspectivas marxistas mais ortodoxas.

Resumindo: os recursos materiais e estratégias políticas permitiram aos potentados se identificarem como membros da “classe agrícola” na década de 1830, e suas alianças junto a políticos do Rio de Janeiro justifica o uso da categoria “classe senhorial”. Os investimentos culturais e simbólicos a partir da década de 1850 serviram

a construção de uma identidade aristocrática, quando casarões se tornaram palacetes, e fazendeiros, cortesãos. A aproximação com a sociedade de corte e com a monarquia lhes fez membros da *Boa Sociedade Imperial*. Mas essa camada privilegiada não se converteu em uma aristocracia tradicional, tendo em vista que suas posições sociais ainda dependiam de suas bases materiais. Ameaçados com a crise da escravidão, acionaram sistematicamente a condição de produtores e membros da “*classe agrícola*”, assim como reiteraram seus laços com as altas esferas da política nacional. A categoria da “*classe senhorial*”, porém, mostra-se mais frágil nessa conjuntura, com o progressivo esvaziamento da agenda escravista entre fazendeiros de outras províncias e, principalmente, dos cafeicultores de São Paulo. A insistência econômica e política em patrimônios escravistas se justificou na década de 1880 em razão da experiência longínqua de sucesso na defesa do cativo, ou ao menos de uma eventual indenização, nas altas instâncias do Império.

Derrotados em 1888, os vassourenses viram seus patrimônios se esvaírem, assim como sua posição de prestígio, embora alguns membros das terceira e quarta gerações tenham galgado espaço na intelectualidade e no funcionamento público na República. Paradoxalmente, o declínio econômico da região permitiu a sobrevivência dos monumentos senhoriais, da auto-imagem aristocrática e da memória seletiva da riqueza e do gosto dos potentados do passado – silenciada a miséria do cativo. Na experiência histórica de Vassouras e na trajetória dessa elite se evidenciam as origens de algumas das principais mazelas da economia e do Estado brasileiro até hoje. Contudo, isso diz menos sobre sua mesquinhez ou seu arcaísmo do que sobre a lógica e os limites da economia mundo capitalista, dos regimes políticos representativos e do próprio liberalismo, havendo apenas diferenças circunstanciais em relação às elites globais que compuseram o sistema-mundo do século XIX.

No que se refere à arquitetura pública, expressa essencialmente nos edifícios que serviram às atividades da Câmara Municipal e do judiciário, podemos igualmente ressaltar o descompasso entre as pretensões normativas dos projetos originais da Casa de Câmara e Cadeia e o momento histórico de sua instauração, tendo em vista que foi concluída na década de 1870, precisamente no momento em que a ordem política e jurídica senhorial passaram a ser contestados em nível local e nacional. A política local se valeu da Câmara Municipal como o mais importante veículo dos interesses dos potentados a fim de influenciar as altas esferas do Estado Imperial, com destaque para as campanhas das décadas de 1830, 1870 e 1880. Por sua vez, a análise dos processos

criminais revelou igualmente padrões diferentes entre os três recortes que orientaram essa dissertação. Nas décadas de 1830 e 1840, o fluxo constante do tráfico e a composição demográfica, étnica e sexual dos plantéis estimulou a resistência dos escravizados e o alto número de crimes, com o que responderam as autoridades com um grande número de penas capitais e de teatros da força na vila. Por sua vez, com o fim do tráfico, as décadas de 1850 e 1860 foram marcadas pela formação de uma sociedade escravista madura, com maior equilíbrio de gênero e a tendência à criouliização dos planteis. Além disso, os conflitos e negociações das primeiras décadas levaram a formação de um código tácito de conduta, ou uma economia moral da escravidão, que promoveu uma estabilização na região, expressa na redução do número de crimes em um momento em que a população crescia. A arquitetura e o regime das fazendas criavam mecanismos disciplinares privados que prevaleceram sobre a atuação do poder público, o que se depreende da redução no número de penas rigorosas aplicadas no período. A crise da escravidão instaurada a partir do fim da década de 1860 alterou esse arranjo, como se observa a partir do aumento vertiginoso no número de crimes cometidos por escravos contra feitores na década de 1870. De acordo com as perspectivas de época, foi menos a promulgação da Lei do Ventre Livre do que a percepção da falta de rigor do judiciário, que levava alguns escravos a preferirem as penas de galés ao cativeiro, em uma relação expressa na geografia e na arquitetura de Vassouras, à medida que os criminosos se dirigiam para a cidade e para a cadeia.

Esses diferentes padrões de atuação de senhores, autoridades e escravos ao longo do século XIX reforçam a proposição contida nessa pesquisa de que o espaço e mundo material não eram meros cenários das disputas sociais em Vassouras, mas elementos constitutivos desses processos. Da mesma forma que senhores construíam senzalas coletivas e espaços disciplinares em suas fazendas, e as autoridades faziam da Casa de Câmara e Cadeia o símbolo máximo da ordem pública, os escravizados souberam ressignificar espaços e ambientes construídos à sua forma, valendo-se das brechas da arquitetura e da geografia senhoriais para instituírem suas próprias percepções e apropriações. Com dito anteriormente, as lutas sociais em Vassouras não se deram apenas *no* espaço, mas *pelo* espaço. A relação que adquiriram com a cidade e a Casa de Câmara e Cadeia, nas décadas de 1870 e 1880, apontam para uma interação com a arquitetura pública que revela suas leituras sobre as brechas existentes no Estado Imperial a seu favor, tendo feito de salas de júri palcos privilegiados de sua luta contra as correntes.

Em outra chave de leitura, retomamos o diálogo com Rafael Marquese que, ao analisar as fazendas do Vale do Paraíba, sugeriu a existência de um Regime Visual da Segunda Escravidão, composto tanto pela ordenação espacial utilitária com vista à produtividade e ao controle do trabalho dos escravos, quanto pela opulência estética e luxuosa das residências monumentais. A paisagem marcada pelo encontro entre signos de gosto e de violência se revelaria menos um paradoxo e mais uma complementaridade entre os dois eixos constitutivos desse regime visual: refinamento e brutalidade.³⁷⁰ Igualmente inspirados na categoria da Segunda Escravidão, compreendemos a formação histórica do Vale do Paraíba como um processo integrado à reconfiguração do sistema-mundo no século XIX. Desse modo, a produção do espaço e da paisagem em Vassouras diz tanto respeito às particularidades dessa região e dessa sociedade quanto a dimensões mais amplas da modernidade oitocentista. Algumas das principais interpretações sobre as sociedades ocidentais contemporâneas se valeram de categorias como a vigilância e o espetáculo para definir um novo ordenamento visual. A partir dessa perspectiva, sugerimos que a um só tempo, prisões, escolas, fábricas e fazendas escravistas exibiam plantas orientadas segundo princípios similares, pautados pelo mais eficiente controle visual; enquanto praças, jardins e edifícios públicos, de Paris ao Rio de Janeiro, eram valorizados esteticamente como signos de civilização e gosto, promovendo maior interação social tanto nas ruas quanto em salões. A partir de meados do século XIX, a arquitetura de Vassouras apresentou novas diretrizes, presentes na regularidade e no esquadramento de senzalas em quadra e células da prisão, assim como na valorização estética das fachadas e salões das residências privadas e da Casa de Câmara e Cadeia. As plantas e os ambientes construídos se voltavam, portanto, a funções de controle e exposição, impondo comportamentos aos agentes sociais – fosse a contenção dos vigiados ou etiqueta e representação dos atores.

Nesse sentido, é possível compreender o Regime Visual da Segunda Escravidão como uma expressão em cores locais de um sistema mais amplo vigente no longo século XIX, marcado concomitantemente pela *vigilância* e pelo *espetáculo*. Do regime disciplinar das fazendas ao teatro senhorial das residências, a arquitetura foi um elemento constitutivo dessa experiência histórica. O espetáculo das residências e da Casa de Câmara e Cadeia atendiam aos interesses das famílias abastadas em suas estratégias de representação social, que serviam à construção de identidades e alianças, assim como ao

³⁷⁰ MARQUESE. “O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão”, p. 85.

clientelismo e à legitimação do domínio político local. A vigilância instituída nas senzalas e na cadeia serviam à manutenção da ordem privada e pública, sempre senhorial, embora contestada constantemente pelos escravizados. Esse binômio orientou a arquitetura de Vassouras em seu apogeu, embora as lutas cotidianas revelem tensões entre as diretrizes normativas das plantas e as práticas e apropriações dos agentes.

O espetáculo da arquitetura senhorial se sobrepôs às reminiscências da disciplina e da barbárie do cativo, marcando a paisagem e a memória do Vale do Paraíba para a posteridade. Mais de um século após a abolição e o ocaso da monarquia, Vassouras tanto revela quanto silencia, testemunha da desigualdade nas relações de poder de seu tempo. Prevalece a narrativa e a auto-imagem dos potentados em detrimento das memórias sufocadas dos escravizados. Entre a opulência e a violência que marcaram seu apogeu não houve contradição, mas complementaridade. Fenômenos que dizem tanto sobre Vassouras e o Império quanto sobre a economia e a política mundial no século XIX; que dizem muito sobre um passado que insiste em se fazer presente.

Fontes e Bibliografia

I – Fontes

1. Fontes Manuscritas

1.1 Livro de Atas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Vassouras.

Páginas referentes à década de 1850. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

1.2 Livro de Atas da Câmara Municipal de Vassouras, 1842-1871; 1881-1890. Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Atas da Câmara Municipal, sessão de 02 de outubro de 1848.

Atas da Câmara Municipal de Vassouras, sessão de 22 de abril de 1852.

Atas da Câmara Municipal de Vassouras, sessão de 08 de outubro de 1855.

Atas da Câmara Municipal, sessões de 1856.

Atas da Câmara Municipal de Vassouras, sessão de 01 de outubro de 1860.

Atas da Câmara Municipal de Vassouras, sessão de 09 de fevereiro de 1861.

Atas da Câmara Municipal de Vassouras, sessão de 28 de setembro de 1864

Atas da Câmara Municipal, sessão de 06 de outubro de 1868.

Atas da Câmara Municipal de Vassouras, sessão de 11 de outubro de 1870.

Atas da Câmara Municipal, sessão de 28 de Agosto de 1882.

Atas da Câmara Municipal, sessão de 26 de Agosto de 1886.

1.3 *Inventários post mortem* consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

1.3.1 Inventários de Membros da Família Correa e Castro

Inventário de Mariana das Neves Correa, 1837.

Inventário de Pedro Correa e Castro Junior, 1846.

Inventário de Carolina Maria de Jesus Correa, 1851.

Inventário de Antonio Correa e Castro e Maria Elisa da Conceição Correa, 1864.

Inventário de Francisco Correa e Castro, 1867.

Inventário da Baronesa de Campo Belo, 1873.
Inventário de Maria de Avelar Correa, 1873.
Inventário de Jose Correa e Castro, 1879.
Inventário de Antonio Correa e Castro, 1888.
Inventário de Christóvão Correa e Castro, 1891.

1.3.2 Inventários de Membros da Família Ribeiro de Avellar

Inventários de Maria da Conceição e de João Gomes Ribeiro de Avellar, 1828.
Inventário de Joaquim Ribeiro de Avellar, 1836.
Inventário de Francisco Ribeiro de Avellar, 1843.
Inventário de Joaquina Mathilde da Conceição, 1847.
Inventário de Ana Angelica de Avellar, 1848.
Inventário de Emilia Adelaide dos Santos Avelar, 1855.
Inventário de Maria Angelica da Conceição Avelar, 1863.
Inventário de Joaquim Ribeiro de Avelar, 1863.
Inventário de Claudio Gomes Ribeiro de Avellar, 1863.
Inventário de Paulo Gomes Ribeiro de Avellar, 1871.
Inventário de Francisco Ribeiro de Avelar, 1883.
inventário de Joaquim Mathildes de Avelar, 1893.
Inventário de Anna Gomes Ribeiro de Avellar, 1890.

1.3.3 Inventários de Membros da Família Avelar e Almeida

Inventário de Suzana Maria de Jesus, 1839.
Inventário de Manoel de Avelar e Almeida, 1848.
Inventário de Rita de Avellar e Almeida, 1868.
Inventário da Baronesa de Ribeirão, 1869.
Inventário de Laurinda de Werneck Avelar, 1872.
Inventário de Candida Werneck de Avelar, 1873.
Inventário de José de Avellar e Almeida, 1874.
Inventário de Maria Jose de Avelar, 1879.

1.3.4 Inventários de Membros da Família Werneck

Inventários de Francisca das Chagas Werneck, 1812.
Inventário de Ana Mathilde Werneck, 1827.

Inventário de Ana Izabel da Purificação, 1843.
Inventário de Angela Eufrazia Goulart, 1843.
Inventário de Francisca das Chagas Werneck, 1846.
Inventários de Fernando Luis dos Santos Werneck, 1850.
Inventário de Luis Barbosa dos Santos Werneck, 1851.
Inventário de Carolina Isabel de Lacerda Werneck, 1853.
Inventário de Jose I. de Sousa Werneck e Carolina I. de Lacerda Werneck, 1854.
Inventário de Maria do Carmo Werneck, 1858.
Inventário de Ignacia Delphina Werneck, 1858.
Inventário de Ana de Jesus Werneck, 1859.
Inventário de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, 1862.
Inventário de Ana Joaquin de São Jose Werneck, 1862
Inventário de Jose de Souza Werneck, 1864.
Inventário de Francisco das Chagas Werneck, 1867.
Inventário de Ana Izabel de Lacerda Werneck, 1869.
Inventário de Francisco Luiz dos Santos Werneck, 1872.
Inventário de João Batista de Almeida Werneck, 1872.
Inventário de Maria do Nascimento de Avelar Rocha, 1872.
Inventário de João Barbosa dos Santos Werneck, 1875.
Inventário de Carolina de Oliveira Werneck, 1876.
Inventário de Peregrino Augusto dos Santos Werneck, 1878.
Inventário de Ignacio Jose de Souza Werneck, 1879.
Inventário de Peregrino Pinheiro d'America Werneck, 1885.
Inventário de Maria Francisca das Chagas Werneck, 1886.
Inventário de José Alves Barbosa Werneck, 1889.
Inventário do Visconde de Arcozelo, 1891.

1.3.5 Inventários de Membros da Família Teixeira Leite

Inventário de Maria Esmeria Leite Ribeiro, 1851.
Inventário de Anna Bernardina Carvalho Leite, 1853.
Inventário de Ambrosina Augusta Teixeira d'Almeida, 1853.
Inventário de Maria Alexandrina Teixeira Leite, 1858.
Inventário de João Evangelista Teixeira Leite, 1861.

Inventário do Barão e da Baronesa de Itambé, 1866.
Inventário de Anna Esméria Teixeira Leite, 1872.
Inventários de Carlos Teixeira Leite, 1873.
Inventário de Maria Gabriela Teixeira Leite, 1883.
Inventário de Francisco José Teixeira Leite Junior, 1885.
Inventário de Francisco José Teixeira Leite, 1887.
Inventário de Alfredo Carlos Teixeira Leite, 1897.
Inventário de Anna Jesuína Cândida Teixeira Leite, 1899.
Inventário de Alfredo Carlos, 1897.
Inventário do Barão do Amparo, 1921.

1.3.6 Outros Inventários Consultados

Inventário de Manoel Francisco Xavier, 1839.

1.4 Processos Criminais consultados no Centro de Memória Documental (Arquivo Público) de Vassouras, sob a tutela do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e no Banco de Dados de Camila Agostini, referente à pesquisa que culminou na dissertação de mestrado, defendida no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2002.

Todos os processos criminais envolvendo escravos na condição de réus, vítimas e/ou testemunhas entre 1820 e 1888. (Análise quantitativa referente a crimes e penas por meio do banco de dados de Camila Agostini)

Processo Criminal por homicídio, réu João Congo, 1835.

Processo Criminal por Insurreição e Homicídio, réus Manoel Congo e outros, 1838.

Processo Criminal por Tentativa de Homicídio, réus Antonio Moçambique e outros, 1842.

Processo Criminal por Homicídio, réus Juvenal Cabinda e Albino Crioulo, 1856.

Processo Criminal por Homicídio, réus Manoel e Gil, 1879.

1.5 Demais fontes manuscritas

Representação dos Lavradores do Município de Vassouras ao Corpo Legislativo. Diário do Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1871. Transcrição de Bruno Fonseca Miranda.

Representação dos Lavradores do Município de Vassouras ao Corpo Legislativo, 25 de Julho de 1871. Transcrição de Bruno Fonseca Miranda.

Correspondência com o ministério do Império. Livro 2 – 1838-1842 – Sec. Administrativa. Documento transcrito no Jornal do Commercio, durante setembro de 1956. Disponível na BN Seção de Periódicos, microfilme rolo PRC-SPR 1 (672). Transcrição de Tâmis Parron.

2. Fontes Digitalizadas

2.1 Relatórios de Presidentes de Província, disponíveis em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_de_janeiro.

Relatório do presidente de Província do Rio de Janeiro, 1836.

Relatório do presidente de Província do Rio de Janeiro, 1840.

Relatórios dos presidentes da Província do Rio de Janeiro, 1851 e 1858.

Relatório do Ministério da Justiça, 1876/1877.

Relatório do presidente de Província do Rio de Janeiro, 1877.

Relatório do Ministério da Justiça, 1884

2.2 Periódicos Digitalizados

2.2.1 Almanack Laemmert, edições de 1846 a 1888 disponíveis em <http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>

2.2.2 Jornal “O Vassourense”, disponível em Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

Jornal O Vassourense, Edição de 19 de fevereiro de 1882.

Jornal O Vassourense, Edição de 11 de junho de 1882.

Jornal O Vassourense, Edição de 14 de dezembro de 1882

Jornal O Vassourense, Edição de 16 de dezembro de 1883

Jornal O Vassourense, Edição de 9 de março de 1884.

Jornal O Vassourense, Edição de 21 de setembro de 1884.

Jornal O Vassourense, Edição de 19 de setembro de 1886

Jornal O Vassourense, Edição de 24 de Maio de 1877

Jornal O Vassourense, Edição de 28 de Agosto de 1887.

Jornal O Vassourense, Edição de 25 de março de 1888

Jornal O Vassourense, Edição de 16 de Abril de 1908.

2.2.3 Jornal “O Município”, disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

Jornal O Município, Edição de 15 de Julho de 1877

Jornal O Município, Edição de 9 de Agosto de 1877

2.2.4 Demais periódicos:

Correio Mercantil, Escritos de José de Alencar, ano de 1854. Biblioteca Nacional, Seção de Periódicos.

Ostensor Brasileiro, 1ª edição, 1845. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

2.3 Obras Literárias

ALENCAR, José. O Tronco do Ipê. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014.

Disponível em <http://www.projetoLivroLivre.com/Jose%20de%20Alencar%20-%20O%20Tronco%20do%20Ipe%20-%20Iba%20Mendes.pdf>.

ASSIS, Machado de. Dom Casmurro, Domínio Público. pp.02-3

Disponível em

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000194.pdf>.

ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas. Domínio Público.

Disponível em

http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=2038.

3. Fontes Visuais

Carta corográfica da província do Rio de Janeiro, segundo os reconhecimentos feitos pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer [e outros] ... [S.l.: s.n.], 1839.

Carta corográfica da província do Rio de Janeiro mandada organizar por Decr. da Assembleia Prov. de 30 de Out. de 1857 ... Encarregada aos Engs. Pedro d'Alcantra Bellegarde e Conrado Jacob de Niemeyer. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Ed. Rensburg, 1858-1861. 1 mapa ms. em 4 seções, 92,5 x 13,6.

Cartões Postais, Coleção Elysio Passos. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

Fotografias do Autor, 2012 a 2016

Fotografias de Rafael Marquese, 2006.

Fotografias, Coleção da Câmara Municipal de Vassouras.

Fotografias de Othon, memorialista e fotógrafo de Vassouras.

Litogravura da Villa de Vassouras produzida por Ludwigg & Briggs e publicada no Ostensor Brasileiro em 1846. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [1845-1846]. 1 grav., litogravura, p&b, 18,2 x 26,8cm.

Litogravura de Victor Frond. CICERI, Eugène. Vassouras. Paris [França]: Lemer cier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.

Litografia de Victor Frond. JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda du Secrétaire : Municip e de Vassouras (1). Paris [França]: Lemer cier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.

Litografia de Victor Frond. JACOTTET, Louis-Julien. Fazenda du Secrétaire : Municip e de Vassouras (1). Paris [França]: Lemer cier, Imprimeur-Lithographe, 1861. 1 grav, litografia, pb.

Plantas arquitetônicas de André Romitelli, inspiradas nas plantas de Augusto da Silva Telles (TELLES. “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, Anexos) e do Inventário das Fazendas Fluminenses (disponíveis em <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios>)

Pintura da Fazenda Pau Grande, 1844, Autoria desconhecida.

Retrato da Baronesa de Vassouras, August Muller, s/ data

Retrato do Visconde de Rio Preto, autoria desconhecida

Retrato do Barão e da Baronesa de Nova Friburgo, autoria e data desconhecidas

4. Páginas da Internet Visitadas

<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>.

<http://www-apps.crl.edu/brazil/almanak>

<https://casadahera.wordpress.com>.

<https://casadahera.wordpress.com/conheca-a-casa/>.

<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/?p=882>.

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra4280/baronesa-de-vassouras>.

<http://museudarepublica.museus.gov.br/>

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164664/cart164664.pdf

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1424741/icon1424741.jpg

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_20.jpg.

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart173951/cart173951.pdf

5. Fontes Primárias Impressas

ANDRADE, Eloy de. *O Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Real Gráfica, 1989.

ANTONIL, André João [ANDREONI, João Antônio]. *Cultura e Opulência do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos/MEC, 1976.

Ata da Câmara Municipal de Vassouras, 7 de junho de 1888. *Apud* RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 191.

Ata da Câmara Municipal de Vassouras, 16 de novembro de 1889. *Apud* RAPOSO. *História de Vassouras*, p. 197.

Ata da Câmara Municipal de Vassouras. Livro 4º, folha 10. *Apud* TELLES. “A Visita de D. Pedro II a Vassouras”, p. 79

BURNMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil* através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, São Paulo: Editora Itatiaia, 1980, pp. 150-151.

BUMBURY, Charles. *Viagem de um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

Carta de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary *Apud* MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, p. 70.

Carta de Joaquim José Teixeira Leite ao Barão de Capivary *Apud* MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, p. 73.

Correio Paulistano, edição de 20 de janeiro de 1881 *Apud* CAMPOS JUNIOR, Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o império. Aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997 Dissertação de doutorado em arquitetura defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. 4v, p. 235.

Carta de Joaquim José Teixeira Leite *Apud* TELLES. “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”, p. 53.

Carta do Visconde de Uruguai ao Barão de Capivary *Apud* MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, p. 68.

Carta de Francisco José Teixeira Leite ao Barão de Capivary *Apud* MUAZE. *Memórias da Viscondessa*, p. 74.

- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.
- Discurso de Joaquim Ribeiro de Avellar *Apud* RAPOSO. *História de Vassoura*, p. 36-37.
- EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1976
- FONSECA, Padre Antonio Caetano da. *Manual do Agricultor dos gêneros alimentícios* (2ª ed.). Rio de Janeiro: Laemmert, 1864.
- Instruções para a comissão permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras. Rio de Janeiro, 1984, *apud* GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades escravas no Rio de Janeiro – Século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, p. 282.
- LUCCOCK, John. *Notas Sobre O Rio De Janeiro E Partes Meridionais Do Brasil*. São Paulo: Editora Itatiaia, 1978.
- Ofício de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck *Apud* GOMES. *Histórias de Quilombolas*, pp. 238-239.
- Ofício de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck *Apud* GOMES. *Histórias de Quilombolas*, p. 267
- Relatório da Administração Municipal de 09 de fevereiro de 1861, Presidência Caetano Furquim de Almeida. In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, 1975.
- Relatório da Administração Municipal de 07 de janeiro de 1849, Presidência de Joaquim José Teixeira Leite. In: BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *Vassouras de Ontem*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1975, pp. 121-122.
- Relatório da 1ª Seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1840. *Apud* SOUSA. “Vassouras e suas Residências Urbanas”, p. 48.
- ROQUETE, J. I., *Código do Bom Tom, ou regras da civilidade e de bem viver no século XIX*. Organizado por Lilia Schwarcz (coleção Retratos do Brasil). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- RIBEYROLLES, Charles. *Brasil pitoresco* (1859). Tradução de Gastão Penalva. São Paulo: Martins; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1976, 2v.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- _____, *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

- SIQUEIRA, Antonio Joaquim de. “Memória Histórica do Município de Vassouras.” In BRAGA, Greenhalgh H. Faria. *Vassouras de Ontem*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1975, p. 100.
- TAUNAY, C. A *Manual do Agricultor Brasileiro*. Organizado por Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memória Sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa; Brasília, Senado Federal, 1985.
- WERNECK, Luís Peixoto de Lacerda. *Ideias sobre colonização, precedidas de uma succinta exposição dos princípios geraes que regem a população*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855.
- ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

II - Bibliografia

- AGOSTINI, Camilla. *Africanos no cativeiro e a construção de identidades no além-mar: Vale do Paraíba, século XIX*. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *Trato dos Viventes, Formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____, “Vida Privada e Ordem Privada no Império”, In: *História da Vida Privada no Brasil vol II.: Império: A Corte e a Modernidade Nacional*. coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor Ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. 1808-1822*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1988.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. *A geografia do crime. Violência nas minas setecentistas*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2005.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. “Rebeliões escravas na Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso Carrancas”. In: *Afro-Ásia*, Salvador, n. 21-22, 1998-1999, p.45-82.

- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ARRUDA, Maria Arminda. “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação”. In: Maria Arminda de Nascimento Arruda (Org.). *História e Sociologia: O Brasil entre dois séculos*. 1ª ed. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2006, v.14/15, p.131-141.
- BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente. Pintura e experiência social na Itália da Renascença* (1972). Trad. M. Cecília Preto R. de Almeida. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.
- _____, *Padrões de intenção*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- BARRETO, Paulo Thedin. “Casas de Câmara e Cadeia”. In: Arquitetura Oficial I. Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAU/USP, 1980.
- BECKERT, Sven. *The monied metropolis : New York City and the consolidation of the American bourgeoisie, 1850-1896*. Cambridge, U.K.; New York: Cambridge University Press, 2001.
- BECKERT, Sven and ROSEMBAUM, Julia (orgs.) *The American bourgeoisie : distinction and identity in the nineteenth century*. New York : Palgrave Macmillan, 2010.
- BENINCASA, Vladimir. *Fazendas Paulistas: arquitetura rural no ciclo cafeeiro*. Tese de doutorado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP em 2008.
- BENTMANN, R; MULLER, M.. *La villa como arquitectura del poder* (1970). Barcelona: Barral, 1975.
- BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael, PARRON, Tamis. *Escravidão e Política, Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec: FAPESP: 2010.
- BLACKBURN, Robin. *A Construção do Escravidismo no Novo Mundo, do Barroco ao Moderno, 1492-1800*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____, *A Queda do Escravidismo Colonial, 1776-1848*. Tradução de Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BORGES, Magno. Fonseca. *Protagonismo e Sociabilidade Escrava em Vassouras: 1821-1850*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Severino Sombra em 2005.

- BOURDIEU, Pierre. “O espaço social e poder simbólico”. In: *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____, *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- _____, *A Distinção, crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern e Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.
- _____, *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- _____, *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2003.
- _____, “Efeitos de Lugar” In: BOURDIEU, Pierre (Org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BRAGA, Greenhalgh H. Faria (Comp.) *Vassouras de Ontem*. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas. 1975.
- _____, *De Vassouras: História, Fatos, Gente*. RJ: Ultra Set. 1978.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. (vol. 3) Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- CAMPOS, Thiago Campos. *A Indiscrição como Ofício: O Complexo Cafeeiro Revisitado (Rio de Janeiro, c. 1830-1888)*. Dissertação de Doutorado defendida na Universidade Federal Fluminense em 2015, pp. 55-60.
- CAMPOS JUNIOR, Eudes de Mello. *Arquitetura paulistana sob o império. Aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. 1997. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997. 4v.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso, “Sobre os modos de produção coloniais na América” e “O modo de produção escravista colonial na América”. In: SANTIAGO, Théó Araújo (org.), *América Colonial*, Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- CARRILHO, Marcos. “Fazendas de Café Oitocentistas no Vale do Paraíba” In: Anais do Museu Paulista, vol. 14, n. 1, São Paulo Janeiro/Junho, 2006.
- CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____, *A Cidadania no Brasil: o Longo Caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTRO, Antonio Barros de, “As mãos e os pés do senhor de engenho’: dinâmica do escravismo colonial”. in: Paulo Sérgio Pinheiro (org.), *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984, p.47.

- CASTRO, Antonio Barros de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971, 2v., v.II.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de; SCHNOOR, Eduardo (organizadores). *Resgate, uma Janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- CASTRO, M. Vianna de. *A Aristocracia Rural Fluminense*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1961.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.
- COSGROVE, Denis. “A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas”. In: *Paisagem, Tempo e Cultura*. Organizadores Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rosendahl. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 1998.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- _____. *Do Império à República*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2010.
- COSTA PORTO, W. *O voto no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002, LEAL, 2012.
- DAMATTA, Roberto, *A Casa e a Rua, espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- _____. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DANTAS, Monica Duarte . “Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro”. In: Instituto Prometheus. (Org.). *Rumos da cidadania. A crise da representação e a perda do espaço público*. São Paulo: Instituto Prometheus, 2010, v. 1.
- DAUMARD, Adeline. *Les Bourgeois et la bourgeoisie en France depuis 1815*. Paris : Aubier, 1987.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- D’ELBOUX, Roseli Maria Martins. *Manifestações Neoclássicas no Vale do Paraíba: Lorena e as Palmeiras Imperiais*. (Dissertação de Mestrado - FAUUSP). São Paulo, 2004.

- _____, “Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras- imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo”, In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo.N. Sér. v.14. n.2.p. 193-250 jul.-dez. 2006.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A Interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.
- _____, Maria Odila Leite da Silva. “Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881”, In: FREITAS, Marcos Cezar (org.), *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- DURAND, José Carlos. *Arte, Privilégio e Distinção: Artes Plásticas, Arquitetura e Classe Dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- ELIAS, Norbert, *O Processo Civilizador vol. I: uma história dos costumes*. Tradução de Ruy Jungmann, revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- _____, *O Processo Civilizador, vol. II, formação do Estado e civilização*, Tradução de Ruy Jungmann, revisão, apresentação e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- _____, *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução de Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- _____, *A Sociedade dos Indivíduos*. Organizado por Michel Schroter, tradução de Vera Ribeiro, revisão técnica e notas de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____, *Os Alemães*, São Paulo: JZE, 1999.
- FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. *Cidades Negras, Africanos, Crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.
- FAZENDAS: *solares da região cafeeira do Brasil Imperial*. Fotografias de Pedro Oswaldo Cruz; roteiro e legendas de Fernando Tasso Fragoso Pires; introdução de Paulo Mercadante ; nota sobre os aspectos arquitetônicos de Alcides da Rocha Miranda e Jorge Czajkowski. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira, 1986. 195 p.. ; ill. (some col.). Série (Memória brasileira).

- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- FERRARO, Marcelo. “As práticas de controle e punição na sociedade escravista cafeeicultora do Brasil oitocentista: uma análise à luz do pensamento de Michel Foucault.” In: *Revista Epígrafe* (Universidade de São Paulo), Edição Zero, 2013. (disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-8855.v0i0p7-42>).
- _____. *Arquitetura Urbana Senhorial no Mundo do Café – Vassouras, Século XIX*. Relatório Final de Iniciação Científica, Fapesp, 2013.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola*, Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1996.
- FLORENTINO, Manolo. *Em Costas Negras, uma história do tráfico de escravos entre África e Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FLORY, Thomas. *Judge and Jury in imperial Brazil, 1808–1871. Social Control and Political Stability in the New State*. Austin/London: University of Texas Press, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar E Punir: O Nascimento Da Prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. 29ª Edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- _____, *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João. *Sistemas Agrários em Paraíba do Sul (1850-1920), Um estudo das relações não capitalistas de produção*, dissertação de mestrado em História, Rio de Janeiro, URFJ, 1983.
- _____, *Comerciantes, fazendeiros e formas de acumulação em uma economia escravista-colonial: Rio de Janeiro, 1790-1888*, tese de doutorado em História, Niterói, ICHF/UFF, 1990.
- _____, *Homens de Grossa Ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.
- _____, João. *Barões do café e sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.
- FREHSE, F. “Apresentação” ao dossiê “As ciências sociais e o espaço”, in *Tempo Social. Revista do Departamento de Sociologia da USP*, 25 (2), pp. 9-16.
- _____. (org.). “Dossiê: O Espaço na Vida Social”. *Estudos Avançados*, 27 (79), pp. 67-144.
- _____. “O espaço na vida social: uma introdução”, in *Estudos Avançados*, 27 (79), 2013, pp. 69-74.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.
- _____. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Global, 2004.
- _____. *A Vida Social no Brasil em meados do Século XIX*. Tradução do original em inglês por Waldemar Valente em convênio com o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. São Paulo: Global, 2008.
- _____. *Inglêses no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, Univercidade Editora, 2000.
- _____. “Nossa Nobreza Rural”, publicado no jornal A Manhã. O artigo encontra-se reproduzido na íntegra em CASTRO, M. Vianna de. *A Aristocracia Rural Fluminense*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1961, pp. 5-7.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: Novos Ensaios de Antropologia Interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- GINZBURG, Carlo. “De Warburg a Gombrich”. In: *Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. *Indagações sobre Piero: O Batismo, o ciclo de Arezzo, a Flagelação*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades escravas no Rio de Janeiro – Século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Tradução de Maria Célia Santos Raposo. 18ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.
- _____. *Comportamento em Lugares Públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Tradução de Fábio Rodrigues Ribeiro da Silva. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

- _____, *Ritual de Interação: Ensaio Sobre o Comportamento Face a Face*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOMBRICH, Ernst H. *Arte e Ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- GOENDER, Jacob. *O escravismo colonial*, São Paulo: Ática, 1978.
- GOUVEA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; FAPERJ, 2008.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora de Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRINBERG, Keila; SALLES Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volumes I, II e III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- GRINBERG, Keila; BORGES, Magno Fonseca; SALLES, Ricardo. “Rebeliões Escravas antes da extinção do Tráfico”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (org.), *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.
- HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA vol. 4, Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial, PERROT, Michelle (organizadora), coleção dirigida por DUBY, Georges; ARIÈS, Phillipe; tradução Denise Bottmann, partes 1 e 2; Bernardo Joffily, partes 3 e 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL vol I,: cotidiano e vida privada na América Portuguesa, coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizadora do volume Laura de Mello e Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL vol II,: Império: A Corte e a Modernidade Nacional, coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____, *A Era do Capital, 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- _____, *A Era dos Impérios, 1875-1914*. São Paulo, Paz e Terra, 2010.

- _____, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen, revisão técnica de Francisoco Rego Chaves Fernandes, seleção e coordenação de Fernando Lopes de Almeida e Francisco Rego Chaves Fernandes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____, *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II – O Brasil Monárquico, volume 7, Do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- KARASCH, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOERNER, Andrei. “Punição, Disciplina e Pensamento Penal no Brasil do Século XIX”. In: *Lua Nova*. São Paulo, 68: 205-542, 2006.
- _____. “O Impossível ‘Panóptico Tropical-Escravista’: Práticas Prisionais, Política e Sociedade no Brasil do Século XIX.” In: *Revista Brasileira de Ciências criminais*, 35, Ano 9, Julho-Stembro de 2001, pp. 211-224.
- KOSELECK, Reinhart. *Futuro Passado, Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira, revisão de Cesar Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC Rio, 2006.
- KOCKA, Jurgen (org.). *Bourgeois society in nineteenth-century Europe*. Oxford; Providence: Berg, 1993.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Serra*, Rio de Janeiro: IBGE, Edição da Divisão Cultural, 1963.
- LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 2007.
- LEMOES, Carlos Alberto Cerqueira. *Casa Paulista. História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.
- _____, *História da casa brasileira: a casa colonial, casas urbanas e rurais, a habitação burguesa*. São Paulo: Contexto, 1996.
- _____, *Casa Paulista. História das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro (Biblioteca Carioca), 1993

- LEVY, Carlos. *Johann Georg Grimm e as fazendas de café*. Disponível em (http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wpcontent/uploads/2011/01/16_carlos_levy.pdf).
- LIMA, Tania; BRUNO, Maria Cristina; FONSECA, Marta. “Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ, Exploração arqueológica e museológica”, In: *Anais do Museu Paulista*. Nova Série NQ1, 1993.
- LIMA, Roberto Guião de Souza. “Notas sobre as obras do artista José Maria Villaronga (José Maria Villaronga y Panella)”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, Ano 14, no 14, p.127, 2005.
- LIMONGI, Fernando. “Revisitando as eleições do Segundo Reinado: manipulação, fraude e violência”. In: *Lua Nova*, 2014, n.91, pp.13-51.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. São Paulo: Brasiliense, 1951
- MACHADO, Lielza Lemos. *Vassouras, Recanto Histórico do Brasil*. Vassouras: Gráfica Palmeiras, 2000.
- MACHADO, Maria Helena. *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Edusp, 2014.
- _____, *O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição*. Rio de Janeiro: Editora EFRJ, EDUSP, 1994.
- MAIA FORTE. “Notícia Histórica e Descritiva de Vassouras. A Fazenda do Secretário.” In: BRAGA. *Vassouras de Ontem*, pp. 47-50.
- MALTA, Marize. *O Olhar Decorativo, Ambientes Domésticos em fins do século XIX no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.
- MANIN, Bernard. “O princípio da distinção” In: *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4. Brasília, julho-dezembro de 2010.
- MARINS, Paulo Cesar Garcez. *Através da Rótula. Sociedade e Arquitetura Urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, 2001.
- _____, “Habitação e Vizinhança”, In: *História da Vida Privada no Brasil vol III, República: Da Belle Epoque à Era do Rádio*, coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

- MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente, Senhores, Letrados e o controle dos escravos na América, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- _____, “Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c.1830-1860.” In: *Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material*. USP. Nova Série. 13 (2): 165-188, Jul./Dez.2005.
- _____, “O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate”. *Anais do Museu Paulista (Impresso)*, v. 18, p. 83-128, 2010.
- _____, “Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX”. *Anais do Museu Paulista (Impresso)*, v. 14, p. 11-57, 2006.
- _____, “A paisagem da cafeicultura na crise da escravidão: as pinturas de Nicolau Facchinetti e Georg Grimm”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. 44: 55-76, fevereiro 2007.
- _____, “Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba oitocentista”. In: *Almanack Braziliense*, n. 7: 138-152, maio 2008.
- _____; TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX”. In: Keila Grinberg & Ricardo Salles (org.), *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- _____, “Capitalismo, Escravidão e a Economia Cafeeira do Brasil no longo século XIX.” In: *Saeculum* (UFPB), v. 29, p. 289-321), 2013.
- _____; SALLES, Ricardo. “A cartografia do poder senhorial: cafeicultura, escravidão e a formação do Estado nacional brasileiro”, 1822-1848. In: Mariana Muaze; Ricardo Salles. (Org.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015, v. 1.
- _____; SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples: Cotidiano e História na Modernidade Anômala*. São Paulo: Contexto, 2008,
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Topoi, 2006.
- _____, *Subúrbio: Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do Fim do Império ao Fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2002.

- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Abril, coleção Os Economistas, 1983.
- _____, *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Murilo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Edusp, 1980.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O Tempo Saquarema: Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2011.
- MATTOSO Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil* (1ª ed: 1979; trad.port.). São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MAUAD, Ana Maria, “Imagem e Autoimagem do Segundo Reinado”, In: *História da Vida Privada no Brasil vol II,: Império: A Corte e a Modernidade Nacional*. Coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Luiz Felipe de Alencastro, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____, e MUAZE, Mariana. “A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo”. In: GOMES, Ângela de Castro (org). *Escrita de si, Escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- MELO, Pedro Carvalho de. *A economia da escravidão nas fazendas de café: 1850-1888*. Rio de Janeiro: PNPE, 1982.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. “Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares”, In: *Revista Brasileira de Historia*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.
- MONTEIRO, Ângelo Ferreira. *Redes de Sociabilidade em Vassouras no século XIX, O Caso Benatar*. Vassouras: Ed. Autor, 2007.
- MORENO, Breno. *Demografia e Trabalho Escravo nas Propriedades Rurais Cafeeiras de Bananal (1830-1860)*. Tese de mestrado defendida na Universidade de São Paulo em 2013.
- MORRIS, R. J. *Class, sect, and party : the making of the British middle class : Leeds, 1820-1850*. Manchester, UK ; New York : Manchester University Press; New York, NY, USA; USA and Canada by St. Martin's Press, 1990.
- MOTTA, Marcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura/Aperj, 1998.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres. Posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1929)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1999.

- MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. “Até onde o olhar alcança”. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Ateliê, 1998.
- _____. *O Visconde de Guaratinguetá. Um fazendeiro do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Studio Nobel, 2002.
- MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*, (Dissertação de Doutorado - UFF), Niterói, 2006.
- _____, *Memórias da Viscondessa, família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- _____, “O Vale do Paraíba e a dinâmica Imperial.” In: LERNER, Dina; MISZPUTEN, Francis (Orgs.). (Org.). *Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense - fase III*. 1ed. Rio de Janeiro: INEPAC/ Instituto Cidade Viva, 2011, v. 3.
- _____. “Os guardados da viscondessa: fotografia e memória na coleção Ribeiro de Avellar”, In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.14. n.2.p. 73-105. jul.-dez. 2006.
- _____; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da Segunda Escravidão*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.
- MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os donos da terra. Um estudo sobre a estrutura fundiária do Vale do Paraíba Fluminense, século XIX*. Dissertação de mestrado, Niterói, ICH/UFF, 1979.
- _____. *A Riqueza Fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras de Vassouras, 1820-1890*. Tese de doutorado. RJ. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ. 2005.
- NEEDEL, Jeffrey. *The Party of Order: The Conservatives, the State, and Slavery in the Brazilian Monarchy, 1831-1871*. Stanford: Stanford University Press, 2006.
- NOVAES, Adriano. “Os Caminhos Antigos do Território Fluminense.” In: *Inventário das fazendas fluminenses*, tomo I, INEPAC, 2008.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NUNES, Neila. “A Experiência Eleitoral em Campo dos Goytacases (1870-1889): frequência eleitoral e perfil da população votante” In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 46, n. 2, 2003, pp. 311-343. Sobre o documento identificado por Graham, ver as páginas 167-169;

- O'GORMAN, Frank. "Ritual Aspects of Popular Politics in England (c1700-1830)". In: *Memoria y Civilización* 3, 2000,161-186.
- PANG, Eul-Soo, *In Pursuit of Honnor and Power, Noblement of the Southern Cross in Nineteenth-Century Brazil*. Tuscaloosa, Alabama: University of Alabama Press, 1988.
- PANOFSKY, Erwin. "A História da Arte como uma disciplina humanística" e "Iconografia e Iconologia: uma introdução ao estudo da arte da Renascença". In: *Significado nas Artes Visuais*. São Paulo, Perspectiva, 1991.
- PARRON, Tamis. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PINHO, Wanderley. *Salões e Damas do Segundo Reinado*. São Paulo: Martins, 1942.
- PIKETTY, Thomas. *Capital in the 21st Century*. Cambridge Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- PIROLA, Ricardo. *A lei de 10 de junho de 1835: justiça, escravidão e pena de morte*. Dissertação de doutorado defendida na Unicamp em 2012.
- PORTO, L. de A. Nogueira. *Villaronga: um pintor esquecido, na corte do rei café*. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 5 jun. 1977.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____, *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- RAPOSO, Ignácio. *História de Vassouras*. Niterói: SEEC.1978.
- REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- REIS FILHO, Nestor Goulart . *Evolução Urbana do Brasil 1500-1720*. 2ª ed. 2. ed. São Paulo: Editora Pini Ltda., 2001.
- RIBAS, Rogério de Oliveira. *Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café nas lavouras de Vassouras, 1840-1888*. Dissertação de mestrado em História. Curitiba, UFPR, 1989.
- RIBEIRO, João Luiz. *No meio das galinhas as baratas não têm razão: A Lei de 10 de junho de 1835, Os escravos e a pena de morte no Império do Brasil (1822 - 1889)*. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2005.

- RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio, Propostas e Experiências no Final do Tráfico de Africanos para o Brasil (1800 – 1850)*. Campinas: Ed Unicamp, 2000.
- RODRIGUES, José Walsh. “A Casa de Moradia no Brasil Antigo”. In: *Arquitetura Civil I. Textos Escolhidos da Revista do IPHAN*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.
- RUBINSTEIN, W. *Wealth and the wealthy in the modern world*. London : Croom Helm, 1980.
- SADER, Emir (organizador). *Gramsci: Poder, Política e Partido*. Tradução de Eliana Aguiar. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SAIA, Luis. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- SALLES, Ricardo. *E o Vale era Escravo, Vassouras, Século XIX, Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____, “O Império do Brasil no contexto do século XIX: Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado”. In: *Revista Almanack Almanack*. Guarulhos, n.04, p.5-45, 2º novembro de 2012. (Disponível em: <http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/840>)
- SANTOS, Aldeci Silva dos. *À sombra da fazenda. A pequena propriedade agrícola na economia da Vassouras oitocentista*. Dissertação de mestrado em História. Vassouras, PPH/USS, 1999.
- SANTOS, Marco Aurélio. *Geografia da Escravidão na Crise do Império (1850-1888)*. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo em 2014.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo: Edusp, 2009.
- SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard. Orgs. *O Legado de Foucault*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006
- SCHNOOR, Eduardo. “Das casas de moradia às casas de vivenda”. In: CASTRO, H. M. M.; SCHNOOR, E. (Org.). *Resgate. Uma janela para o Oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.
- SCHWARCZ, Lília, *As Barbas do Imperador, D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003, p. 11-31.

- _____, “Nacional por subtração”. In: *Que horas são? Ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 29-48.
- SLEMIAN, Andrea. “Os canais de representação política nos primórdios do Império: apontamentos para um estudo da relação entre Estado e sociedade no Brasil (1822-1834)”. In: *Lócus: Revista de História- Dimensões da Política na História: Estado, Nação, Império*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2007. v. 24.
- SEGALA, Lygia. *Ensaio das luzes sobre um Brasil Pitoresco: o projeto fotográfico de Victor Frond*. Dissertação de doutorado defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1998.
- SILVA, Eduardo. *Barões e escravidão. Três gerações de fazendeiros e a crise da estrutura escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SILVA, Maria Antonia Couto. *Um Monumento ao Brasil: considerações acerca da recepção do livro Brasil Pitoresco, de Victor Frond e Charles Ribeyrolles (1859-1861)*. Dissertação de Doutorado defendida na Unicamp em 2011.
- SILVA JUNIOR, Waldomiro. *Entre a escrita e a prática: direito e escravidão no Brasil e em Cuba, c. 1760-1871*. Dissertação de Doutorado defendida no Programa de História Social da Universidade de São Paulo em 2015.
- SIMMEL, Georg. “As Grandes Cidades e a Vida do Espírito” (Tradução de Leopoldo Waizbort) In: *Mana*, vol.11, n. 2, Rio de Janeiro, Outubro de 2005.
- SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor : esperanças e recordações na formação da família escrava--Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Brasil : Nova Fronteira, c1999.
- _____. “Grandeza ou Decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888” In: I. del Nero (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, 1986.
- _____. “Malungo n'goma vem! África coberta e descoberta do Brasil”, *Revista USP*, n. 12 (1991-1992).
- _____. *The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850- 1888*. PhD Dissertation. Stanford: Stanford University, 1976.
- SMITH, Robert. “Arquitetura Civil no Período Colonial”. In: *Arquitetura Civil I. Textos Escolhidos da Revista do IPHAN*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.

- SOARES DE SOUZA, Francisco Belisario. *O sistema Eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.
- SOARES, Luis Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Letras, 2007.
- SOBRINHO, Alves Motta Sobrinho. *A civilização do café (1820-1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- SOJA, Edward W. *Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993;
- SOUZA, José Antônio Soares de. “Vassouras e suas Residências Urbanas”, In: *Revista do IHGB* nº 290, jan-mar.,1971.
- SOUZA, Gilda de Mello. *O Espírito das Roupas, A Moda no Século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- STEIN, Stanley, *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1961.
- _____, *Vassouras Um Município Brasileiro do Café: 1850 – 1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1990.
- STEVENS, Garry, *O Círculo Privilegiado, Fundamentos Sociais da Distinção Arquitetônica*. Tradução de Lenise Garcia Corrêa Barbosa, revisão técnica de Sylvia Ficher, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- TAUNAY, Afonso d’Escragnoille. *História do café no Brasil*, v5. São Paulo: Difusão, 1960
- TELLES, Augusto Carlos da Silva, “Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v.16, p. 9-135, 1968.
- _____. *O Vale do Paraíba e a Arquitetura do Café*. Rio de Janeiro: Capivara, 2006.
- _____, “A Visita de D. Pedro II a Vassouras”, In: *Revista do IHGB* nº 290, jan-mar.,1971
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- TIRELLO, Regina Andrade. *A ruína, o restauro e as pinturas murais oitocentistas do Vale do Paraíba Paulista*. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. 2v.
- _____. “O caso da destruição das pinturas murais da sede da Fazenda Rialto, Bananal”. In: *Anais do Museu Paulista*. N. Ser. v. n. 2. Pp.277-334. Julho-Dezembro, 2005.

- _____. “As pinturas parietais de José Maria Villaronga no Sobrado Vallim, Bananal (primeira parte)”. In: *Sinopses*, São Paulo, FAU/USP, n. 34, p. 84-103, dez. 2000
- _____. “As pinturas parietais de José Maria Villaronga no Sobrado Vallim, Bananal (segunda parte)”. In: *Sinopses*, São Paulo, FAU/USP, n. 35, p. 10-31, jun. 2001a.
- TOREM, Ana Cláudia. *Pinturas Murais de Velhas Fazendas*. Disponível em (http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp/content/uploads/2009/11/29_ana-torem-pg-475-ok.pdf).
- TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão*. São Paulo: Edusp, 2011.
- TURNER, Victor. *O Processo Ritual: Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- VALVERDE, Orlando. “A fazenda de café escravocrata no Brasil.” In: *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VASCONCELLOS, Sylvio. *Vila Rica*. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- VAUTIER, L. L. “Casas de residência no Brasil”. In: *Arquitetura Civil I. Textos Escolhidos da Revista do IPHAN*. São Paulo: FAUUSP e MEC-IPHAN, 1975.
- WALLERSTEIN Immanuel. *O sistema mundial moderno I*. (Trad.port.) Porto: Afrontamento, 1993.
- _____, *The Modern World-System IV, Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Berkeley: University of California Press, 2011.
- YOUSSEF, Alain El. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)* São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016.